

PUC-SP



TOPOGRAFIA SOCIAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA



2009

Dados para catalogação da publicação

João Pessoa (cidade) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES, Prefeitura Municipal de João Pessoa

Sposati; Aldaíza (coord.); Ramos, Frederico; Koga, Dirce; Conserva, Marinalva; Silveira Jr., Constantino; Gambardella, Alice – Topografia Social de João Pessoa. Cedest/IEE/PUCSP. 2009

1. Indicadores sociais intra-urbanos – João Pessoa (cidade de); 2. Assistência Social – João Pessoa (cidade de); 3. Territórios de Assistência Social;
4. Territórios de Gestão; 5. Topografia Social.

Geografia Social; 5. Topografia Social.



Prefeitura Municipal de João Pessoa
Ricardo Coutinho (prefeito)

Secretarias

Secretaria de Desenvolvimento Social - **Edmilson Soares (secretário)**
Secretaria de Desenvolvimento Social – **Lau Siqueira (secretário adjunto)**
Secretaria do Planejamento - **Estelizabel Bezerra (secretário)**
Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação - **Alexandre Urquiza (secretário)**
Secretaria de Habitação Social - **Emília Correia Lima**
Secretaria de Educação e Cultura - **Ariane Sá**
Secretaria Municipal de Saúde - **Roseana Meira**



Grupo Operacional

Coordenação do Grupo Operacional - Marinalva de Souza Conserva (UFPB/SEDES)
Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social - Maria Helena Serrano de França Lins (Chefe de Gabinete)
Coordenadoria do Orçamento Democrático – Ana Paula de souza Almeida
Coordenaria de Políticas Públicas Mulheres – Nézia Gomes
Coordenação de Informática da Secretaria de Desenvolvimento Social - Tiago de Luna Ieno (coordenador)
Diretoria de Assistência da Secretaria de Desenvolvimento Social- Francisca das Chagas Fernandes Vieira (diretora)
Diretoria de Geoprocessamento da Secretaria do Planejamento- Tânia Maria Queiroga Nóbrega ((diretora) e Eini Celly Morais Cardoso (técnica)

Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social)
Rômulo Soares Polari (reitor)



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Dirceu de Mello (reitor)

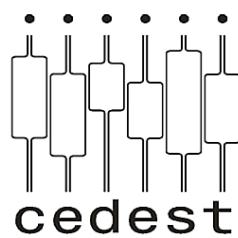
Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes – São Paulo – SP - CEP 05014-901
www.pucsp.br



IEE – Instituto de Estudos Especiais

Mariângela Belfiore Wanderley (diretora)

Rua Ministro de Godoy, 1173 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP 05015-001
iee@pucsp.br



CEDEST – Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais

Aldaíza Sposati (coordenadora)

Frederico Roman Ramos
Dirce Harue Koga
José Constantino Silveira Júnior
Alice Dianezi Gambardella
Vanise de Lourdes Vieira

cedest@sposati.com.br

índice	pág.
1. apresentação	10
2. processo de trabalho	16
3. elementos do método	20
3.1 o método do mapa da Exclusão/Inclusão Social	21
3.2 o método do mapa da vulnerabilidade social das famílias	29
4. João Pessoa: seus territórios e população	32
4.1 a população da cidade de João Pessoa	46
4.2 o território intraurbano e João Pessoa e sua população	47
5. mapa da Exclusão/Inclusão Social de João Pessoa	52
5.1 as diferenciações intraurbanas de João Pessoa	54
5.2 autonomia	57
5.3 qualidade de vida	62
5.4 desenvolvimento humano	67
5.5 equidade	72
5.6 mapa da exclusão/inclusão social de João Pessoa	75
6. mapa da Vulnerabilidade Social das Famílias de João Pessoa	87
6.1 orientações da NOB-SUAS	90
6.2 metodologia do MVS	94
7. Agenciamentos da Prefeitura de João Pessoa	109
8. feições da política de assistência social de João Pessoa	133
8.1 os passos municipais	136
8.2 caracterização da SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social	138
8.3 proteção sociassistencial	140
8.4 atenção a pessoa com deficiência	145
8.5 medidas recentes de gestão da assistência social	146
8.6 financiamento	148
8.7 recursos humanos	149
9. para a construção de territórios de proteção social básica	153
9.1 normas para instalação	156
9.2 a experiência de Belo Horizonte	157
9.3 a experiência de São Paulo no estudo territorial para a política de assistência social	158
9.4 para a construção de um Território de Proteção Social Básica	159
9.5 territórios de gestão de assistência social de João Pessoa pág. 162	162
referencias bibliográficas	169
anexos	174

mapas	pág.	
mapa 1 - antiga (OD) e a nova divisão (RO) sem compatibilização	18	
mapa 2 - nova divisão (RO) compatibilizados os bairros com setores censitários	18	
mapa 3. local da formação inicial de João Pessoa	35	
mapa 4 - Topografia "física" de João Pessoa a partir de modelo digital de elevação classificado por faixas de altitude.	36	
mapa 5 - modelo digital de elevação do território de João Pessoa margeado à leste pelo Oceano Atlântico.	36	
mapa 6 - imagem de satélite	37	
mapa 7 - imagem de satélite	37	
mapa 8 - zoneamento da cidade de João Pessoa	38	
mapa 9 - destaque das zonas especiais da cidade de João Pessoa	38	
mapa 10 - setores censitários de João Pessoa. Censo IBGE, 2000	39	
mapa 11 - bairros e setores censitários de João Pessoa. Censo IBGE, 2000	39	
mapa 12 - regiões orçamentárias e setores censitários de João Pessoa. Censo IBGE, 2000	39	
mapa 13 - bairros de João Pessoa por regiões orçamentárias	40	
mapa 14 - bairros de João Pessoa por regiões	41	
mapa 15 - intensidade de população dos bairros de João Pessoa	47	
mapa 16 - população e domicílio da zona leste de João Pessoa, 2009	50	
mapa 17 - população e domicílio da zona norte de João Pessoa, 2009	50	
mapa 18 - população e domicílio da zona sul de João Pessoa, 2009	51	
mapa 19 - população e domicílio da zona oeste de João Pessoa, 2009	51	
mapa 20 - índice de autonomia por bairros de João Pessoa por intervalos de quartis. Censo IBGE, 2000.	57	
mapa 21 - bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio sem rendimento. Censo IBGE, 2000	58	
mapa 22 - bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento de até 1SM. Censo IBGE, 2000	58	
mapa 23 - bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento entre 1 a 2 SM. Censo IBGE, 2000	59	
mapa 24 - bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento entre 2 a 3 SM. Censo IBGE, 2000	59	
mapa 25 - bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento entre 3 a 5 SM. Censo IBGE, 2000	60	
mapa 26 - bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento entre 5 a 10 SM. Censo IBGE, 2000	60	
mapa 27 - bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento entre 10 a 15 SM. Censo IBGE, 2000	61	
mapa 28 - bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento superior a 15 SM. Censo IBGE, 2000	61	
mapa 29 - índice de qualidade de vida por bairros de João Pessoa por intervalos de quartis. Censo IBGE, 2000.	62	
mapa 30 - densidade domiciliar média dos bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	63	
mapa 31 - percentual de domicílios não próprios dos bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	63	
mapa 32 - bairros de João Pessoa com % domicílios não conectados a rede geral de água. Censo IBGE, 2000.	64	
mapa 33 - bairros de João Pessoa com % de domicílios com destinação inadequada de esgoto. Censo IBGE, 2000.	64	
mapa 34 - bairros de João Pessoa com % de domicílios sem banheiro. Censo IBGE, 2000.	65	
mapa 35 - bairros de João Pessoa com % de domicílios precários. Censo IBGE, 2000.	65	
mapa 36 - bairros de João Pessoa com % de domicílios sem coleta de lixo. Censo IBGE, 2000.	66	
mapa 37 - índice de desenvolvimento humano por bairros de João Pessoa por intervalos de quartis. Censo IBGE, 2000.	67	
mapa 38 - bairros de João Pessoa pela incidência % de responsáveis de domicílios com até 3 anos de estudo. Censo IBGE, 2000.	68	
mapa 39 - bairros de João Pessoa pela incidência % de responsáveis de domicílios com 4 a 7 anos de estudo. Censo IBGE, 2000.	68	
mapa 40 - bairros de João Pessoa pela incidência % de responsáveis de domicílios com 8 a 10 anos de estudo. Censo IBGE, 2000.	69	
mapa 41 - bairros de João Pessoa pela incidência % de responsáveis de domicílios com 11 a 14 anos de estudo. Censo IBGE, 2000.	69	
mapa 42 - bairros de João Pessoa pela incidência % de responsáveis de domicílios com 15 ou mais anos de estudo. Censo IBGE, 2000.	70	
mapa 43 - bairros de João Pessoa pela incidência % de responsáveis de domicílios sem instrução. Censo IBGE, 2000.	70	
mapa 44 - bairros de João Pessoa pela incidência % de responsáveis de domicílios não alfabetizados. Censo IBGE, 2000.	71	
mapa 45 - bairros de João Pessoa pela incidência % da população com 70 anos ou mais. Censo IBGE, 2000.	71	
mapa 46 - índice de equidade por bairros de João Pessoa por intervalos de quartis. Censo IBGE, 2000.	72	
mapa 47 - bairros de João Pessoa pela incidência % de mulheres responsáveis pelo domicílio. Censo IBGE, 2000.	73	
mapa 48 - bairros de João Pessoa pela incidência % de mulheres não alfabetizadas. Censo IBGE, 2000.	73	
mapa 49 - bairros de João Pessoa pela incidência % de mulheres sem rendimentos. Censo IBGE, 2000.	74	
mapa 50 - índice de exclusão/inclusão social por bairros de João Pessoa por intervalos de quartis. Censo IBGE, 2000.	75	
mapa 51 - % de criança entre 0 a 4 anos por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	97	
mapa 52 - % de criança entre 5 a 14 anos por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	97	
mapa 53 - % de jovens entre 15 a 19 anos por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	98	
mapa 54 - % de idosos com mais de 65 anos por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	98	
mapa 55 - % de domicílios chefiados por mulheres por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	99	
mapa 56 - % de domicílios chefiados por mulheres não alfabetizadas por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	99	
mapa 57 - incidência de domicílios cujas responsáveis são jovens por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	100	
mapa 58 - incidência de domicílios com responsáveis entre 30 e 49 anos por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	100	
mapa 59 - incidência de domicílios com responsáveis com 50 anos ou mais por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	101	
mapa 60 - incidência de domicílios sem abastecimento de água por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	101	
mapa 61 - incidência de domicílios sem coleta de esgoto por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	102	
mapa 62 - incidência de domicílios sem coleta de lixo por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	102	
mapa 63 - incidência de domicílios sem banheiro por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	103	
mapa 64 - renda média do responsável por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	103	
mapa 65 - incidência de responsáveis pelo domicílio com renda de até 3 SM por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	104	
mapa 66 - média de anos de estudo do chefe de família por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	104	
mapa 67 - % de responsáveis pelo domicílio com pelo menos o ciclo fundamental completo por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	105	
mapa 68 - % de pessoas alfabetizadas com 5 anos ou mais de estudo por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	105	
mapa 69 - níveis de vulnerabilidade social das famílias de João Pessoa por setor censitário.	106	
70 - mapa da exclusão/inclusão social de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	114	
71 - mapa da vulnerabilidade social das famílias de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	114	
mapa 72 - localização das escolas municipais de João Pessoa, 2009.	115	
mapa 73 - localização das creches municipais. João Pessoa, 2009.	116	
mapa 74 - localização das unidades atendidas pelo PSF por bairro e por RO de João Pessoa, 2009.	117	
mapa 75 - usuárias dos serviços municipais de proteção à mulher em João Pessoa, 2009.	118	
mapa 76 - distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona norte de João Pessoa, 2009.	119	
mapa 77 - distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona sul de João Pessoa, 2009.	119	
mapa 78 - distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona leste de João Pessoa, 2009.	120	
mapa 79 - distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona oeste de João Pessoa, 2009.	120	
mapa 80 - distribuição dos beneficiários do BPC por idade em João Pessoa, 2009.	121	
mapa 81 - distribuição dos beneficiários do BPC por presença de deficiência em João Pessoa, 2009.	121	
mapa 82 - beneficiários do RMV por idade e urbano. João Pessoa, 2009	123	
mapa 83 - beneficiários do RMV por idade e rural. João Pessoa, 2009.	124	
mapa 84 - beneficiários do RMV por invalidez e rural. João Pessoa, 2009.	125	
mapa 85 - beneficiários do RMV por invalidez e urbano. João Pessoa, 2009.	126	
mapa 86 - beneficiários do BPC e RMV na cidade de João Pessoa, 2009	127	
mapa 87 - beneficiários do PETI. João Pessoa, 2009	128	
mapa 88 - beneficiários do Programa Bolsa Família. João Pessoa, 2009.	129	
mapa 89 - localização do CRAS na cidade de João Pessoa por bairro e R.O. João Pessoa, 2009.	143	
mapa 90 - localização da rede socioassistencial por bairro e R.O. João Pessoa, 2009.	143	
mapa 91 - prioridade de territórios de proteção social básica em João Pessoa, 2009	166	

mapa 72 – localização das escolas municipais de João Pessoa, 2009.	115	tabela 22 – incidência de domicílios com acesso à rede de água, João Pessoa. Censo IBGE, 2000	64
mapa 73 – localização das creches municipais. João Pessoa, 2009.	116	tabela 23 – percentual de domicílios de João Pessoa sem acesso a rede de esgoto por R.O. Censo IBGE, 2000	64
mapa 74 - localização das unidades de saúde por bairro e por RO de João Pessoa, 2009.	117	tabela 24 – percentual de domicílios de João Pessoa sem banheiro por R.O. Censo IBGE, 2000	65
mapa 75 – usuárias dos serviços municipais de proteção à mulher em João Pessoa, 2009.	118	tabela 25 – percentual de domicílios precários de João Pessoa por R.O. Censo IBGE, 2000	65
mapa 76 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona norte de João Pessoa, 2009.	119	tabela 26 – percentual de domicílios de João Pessoa sem coleta de lixo por R.O. Censo IBGE, 2000	66
mapa 77 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona sul de João Pessoa, 2009.	119	tabela 27 – IEX desenvolvimento humano dos bairros de João Pessoa	67
mapa 78 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona leste de João Pessoa, 2009.	120	tabela 28 – incidência de responsáveis pelos domicílios com até 3 anos de estudo por R.O. Censo IBGE, 2000	68
mapa 79 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona oeste de João Pessoa, 2009.	120	tabela 29 – incidência de responsáveis pelos domicílios com 4 a 7 anos de estudo por R.O. Censo IBGE, 2000	68
mapa 80 – distribuição dos beneficiários do BPC por idade em João Pessoa, 2009.	121	tabela 30 – incidência de responsáveis pelos domicílios com 8 a 10 anos de estudo por R.O. Censo IBGE, 2000	69
mapa 81 – distribuição dos beneficiários do BPC por presença de deficiência em João Pessoa, 2009.	121	tabela 31 – incidência de responsáveis pelos domicílios com 11 a 14 anos de estudo por R.O. Censo IBGE, 2000	69
Mapa 82 – beneficiários do RMV por idade e urbano. João Pessoa, 2009	123	tabela 32 – incidência de responsáveis pelos domicílios com 15 ou mais anos de estudo por R.O. Censo IBGE, 2000	70
mapa 83 – beneficiários do RMV por idade e rural. João Pessoa, 2009.	124	tabela 33 – incidência de responsáveis pelos domicílios sem instrução por R.O. Censo IBGE, 2000	70
mapa 84 – beneficiários do RMV por invalidez e rural. João Pessoa, 2009.	125	tabela 34 – incidência de responsáveis pelos domicílios não alfabetizados por R.O. Censo IBGE, 2000	71
mapa 85 – beneficiários do RMV por invalidez e urbano. João Pessoa, 2009.	126	tabela 35 – incidência da população de João Pessoa com 70 anos ou mais por R.O. Censo IBGE, 2000	71
mapa 86 – beneficiários do BPC e RMV na cidade de João Pessoa, 2009	127	tabela 36 - IEX equidade dos bairros de João Pessoa	72
mapa 87 – beneficiários do PETI. João Pessoa, 2009	128	tabela 37 – incidência de mulheres responsáveis pelos domicílios de João Pessoa por R.O. Censo IBGE, 2000	73
mapa 88 – beneficiários do Programa Bolsa Família. João Pessoa, 2009.	129	tabela 38 – incidência de mulheres não alfabetizadas de João Pessoa por R.O. Censo IBGE, 2000	73
mapa 89 – localização de CRAS na cidade de João Pessoa por bairro e R.O. João Pessoa, 2009.	143	tabela 39 – incidência de mulheres sem rendimentos de João Pessoa por R.O. Censo IBGE, 2000	74
mapa 90 – localização da rede socioassistencial por bairro e R.O. João Pessoa, 2009.	143	tabela 40 - IEX final de Exclusão/Inclusão social dos bairros de João Pessoa	75
mapa 91 – prioridade de territórios de proteção social básica em João Pessoa, 2009	166	tabela 41 – incidência de domicílios e da população de João Pessoa por quartil de IEX	76

tabelas	pág.		
Tabela 1 – concentração de bairros, domicílios e setores censitários por região orçamentária de João Pessoa, 2009	46	tabela 42 – índice de Exclusão/Inclusão Social dos bairros de João Pessoa decomposto por utopia	77
tabela 2 – distribuição da população dos bairros de João Pessoa por intervalos de intensidade. João Pessoa, 2009	47	tabela 43 – incidência percentual dos setores censitários e da população de João Pessoa por grupo de vulnerabilidade social. Censo IBGE, 2000.	96
tabela 3 – distribuição da população e dos domicílios por bairros de João Pessoa, agregados por região orçamentária. João Pessoa, 2009	48	tabela 44 - população dos bairros de João Pessoa por domicílios em alta e muito alta vulnerabilidade social. Censo IBGE, 2000.	107
tabela 4 – distribuição da população , bairros e setores censitários de João Pessoa, por regiões da cidade pela Seplan. PMJP	49	tabela 45 - unidades básicas, PSF e hospitais por bairro e por RO em João Pessoa, 2009	117
tabela 5 – distribuição da população , bairros e setores censitários de João Pessoa. Censo IBGE, 2000	49	tabela 46 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona norte de João Pessoa, 2009	119
tabela 6 – população e domicílio da zona leste de João Pessoa, 2009	50	tabela 47 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona sul de João Pessoa, 2009	119
tabela 7 – população e domicílio da zona norte de João Pessoa, 2009	50	tabela 48 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona leste de João Pessoa, 2009	120
tabela 8- população e domicílio da zona sul de João Pessoa, 2009	51	tabela 49 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona leste de João Pessoa, 2009	120
tabela 9 – população e domicílio da zona oeste de João Pessoa, 2009	51	tabela 50 – distribuição dos beneficiários do BPC por idade. João Pessoa, 2009	121
tabela 10 – IEX autonomia dos bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	57	tabela 51 – distribuição dos beneficiários do BPC por presença de deficiência. João Pessoa, 2009	122
tabela 11 – responsáveis pelo domicílio sem rendimento por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	58	tabela 52 – beneficiários do RMV por idade e urbano por bairros e RO. João Pessoa, 2009	123
tabela 12 – responsáveis pelo domicílio com rendimento de até 1SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000	58	tabela 53–beneficiários do RMV por idade e rural por bairros e RO. João Pessoa, 2009	124
tabela 13 – responsáveis pelo domicílio com renda entre 1 a 2 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	59	tabela 54–beneficiários do RMV por invalidez e rural por bairros e RO. João Pessoa, 2009	125
tabela 14- responsáveis pelo domicílio com renda entre 2 a 3 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	59	tabela 55–beneficiários do RMV por invalidez e urbano por bairros e RO. João Pessoa, 2009	126
tabela 15 – responsáveis pelo domicílio com renda entre 3 a 5 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000	60	tabela 56–beneficiários do BPC e RMV por bairros e RO em João Pessoa, 2009	127
tabela 16 – responsáveis pelo domicílio com renda entre 5 a 10 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	60	tabela 57 –beneficiários do PETI por bairros e RO em João Pessoa, 2009	128
tabela 17 – responsáveis pelo domicílio com renda entre 10 a 15 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	61	tabela 58–beneficiários do Programa Bolsa Família por bairros e RO em João Pessoa, 2009	129
tabela 18 – responsáveis pelo domicílio com rendimento superior a 15 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.	61	tabela 59 – total de beneficiários por bairros e R.O. de João Pessoa, 2009.	131
tabela 19 – IEX qualidade de vida dos bairros de João Pessoa	62	tabela 60 – despesas por função na assistência social João Pessoa. (execução 2008)	148
tabela 20 – densidade domiciliar média por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000	63	tabela 61 – recursos mensais do FNAS/MDS para serviços conveniados em João Pessoa, 2008	148
tabela 21 – percentual de domicílios não próprios dos bairros João Pessoa. Censo IBGE, 2000	63	tabela 62 – classificação dos municípios brasileiros pro porte, IBGE, 2000	157
		tabela 63 – indicadores para estabelecer os territórios de gestão da proteção social básica de assistência social	165
		tabela 64 – ranking dos bairros de João Pessoa por famílias beneficiárias em alta e muito alta vulnerabilidade. João Pessoa, 2009	167
		tabela 65 – ranking de diferença para mais entre famílias beneficiárias em famílias de alta e muito alta vulnerabilidade. João Pessoa, 2009	168

quadros	pág.	gráficos	pág.
quadro 1 – variáveis agregadas por utopia do método de construção do mapa da exclusão/indisponibilidade social	27	gráfico 1 - distribuição da população de João Pessoa por quartil de IEX	76
quadro 2 – variáveis componentes do mapa da exclusão/indisponibilidade social das famílias	29	gráfico 2 – distribuição de IEX por bairros da 1ª região de R.O. João Pessoa	78
quadro 3 – distribuição das regiões orçamentárias por intervalos de agregação da população de João Pessoa	46	gráfico 3 – distribuição de IEX por bairros da 2ª região de R.O. João Pessoa	78
quadro 4 – comparação de resultados de MEL entre cidades brasileiras	85	gráfico 4 – distribuição de IEX por bairros da 3ª região de R.O. João Pessoa	79
quadro 5 – variáveis componentes da taxa de vulnerabilidade social (NOB/SUAS-2005)	90	gráfico 5 – distribuição de IEX por bairros da 4ª região de R.O. João Pessoa	79
quadro 6 – características censitárias e amostrais, IBGE	92	gráfico 6 – distribuição de IEX por bairros da 5ª região de R.O. João Pessoa	80
quadro 7 - secretários municipais de assistência social período 1996/2009	139	gráfico 7 – distribuição de IEX por bairros da 6ª região de R.O. João Pessoa	80
quadro 8- síntese dos serviços sociassistenciais da SEDES, João Pessoa, 2009.	142	gráfico 8 – distribuição de IEX por bairros da 7ª região de R.O. João Pessoa	81
quadro 9– requisitos da gestão plena para instalação de CRAS. Nbb-SUAS, 2005	157	gráfico 9 – distribuição de IEX por bairros da 8ª região de R.O. João Pessoa	81
quadro 10- localização dos CRAS e CREAS por bairro e R.O, PMJP, João Pessoa, 2009	166	gráfico 10 – distribuição de IEX por bairros da 9ª região de R.O. João Pessoa	82
quadro 11 – ranking CRAS	166	gráfico 11 – distribuição de IEX por bairros da 10ª região de R.O. João Pessoa	82
		gráfico 12 – distribuição de IEX por bairros da 11ª região de R.O. João Pessoa	83
		gráfico 13 – distribuição de IEX por bairros da 12ª região de R.O. João Pessoa	83
		gráfico 14 – distribuição de IEX por bairros da 13ª região de R.O. João Pessoa	84
		gráfico 15 – distribuição de IEX por bairros da 14ª região de R.O. João Pessoa	84
		gráfico 16 – distribuição percentual da incidência de vulnerabilidade social. João Pessoa, 2000.	96

APRESENTAÇÃO

1. apresentação

O processo de urbanização das cidades brasileiras foi marcado pela discrepância, isto é, forte variação da distribuição das condições de vida dentre os seus habitantes expressas também pelas condições naturais e construídas dos territórios onde viviam. O estudo dos territórios intraurbanos buscou superar o debate urbano centrado em áreas homogêneas ou na dualidade centro e periferia sem permitir distinguir diferenciações entre os agrupamentos humanos territorializados.

Desde a metade dos 70 movimentos sociais da população assentada nessas “periferias” clamavam por políticas redistributivas que fizessem alcançar e garantir a qualidade de vida a todos. Eram movimentos por instalação de água, energia elétrica, asfaltamentos, moradias, serviços de saúde, educacionais, entre vários. A precariedade da vida dos habitantes desses territórios espelha não só sua condição individual e pessoa, mas as condições instaladas nesses mesmo território que mobilizam essa precariedade para seu agravamento e/ou superação.

As gestões municipais passaram a ser convocadas a responder por tais necessidades e encontrar ferramentas de gestão para além da busca de mais recursos financeiros para fazer frente à demandas. Era o clamor da municipalização que já se insinuava desde a década de 70.

A luta pelo Estado de Direito confrontando o modelo autoritário da ditadura militar se expressava também nas cidades pela efetivação da democracia social, isto é, de acesso a respostas sociais. Lutas políticas, sindicais, sociais, clamavam por nova relação do Estado com as provisões de necessidades sociais da população. A Constituição de 1988 (CF88) não só faz retomar o Estado de Direito, como o assentou em bases democráticas que incluiam o alcance dos direitos sociais. A CF88 alça também os municípios à condição de ente federativo no mesmo patamar dos Governos Estaduais ou da União. Competia-lhe agora dar respostas sociais e não só de infraestrutura.

Neste campo de lutas, reivindicações, novas responsabilidades são esperadas do Estado Municipal. Cresce a população urbana cresce, o papel das cidades legalizado pelo Estatuto da Cidade.

• a experiência pioneira

A análise georreferenciada de territórios intra-urbanos das cidades brasileiras experimentada pela primeira vez em 1994 e na cidade de São Paulo, trouxe diversas contribuições. São Paulo foi a primeira cidade a ter seus distritos aprovados em lei após a Constituição Federal de 1988. Isto permitiu que o censo de 2000 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentasse seus resultados não só para a cidade, mas para cada um dos 96 distritos.

Com acesso aos dados do IBGE por distritos da cidade de São Paulo, no ano de 1991 foi possível dar início a análise comparativa das condições de vida da população associadas aos territórios intra-urbanos. A partir dela nasceu a experiência pioneira do Mapa da Inclusão/Exclusão Social, 1994 cuja metodologia realiza um balanço entre as piores e melhores condições da população de um território a partir de uma medida que se convencionou chamar de “padrão básico de inclusão”. A mesma metodologia foi replicada em São Paulo após o censo de 2000 o que reafirmou a replicabilidade da metodologia. Para além dessa experiência outras foram desenvolvidas em Santo André, Campinas, Piracicaba, São José dos Campos, Guarulhos, Goiânia e mais recentemente em João Pessoa. Consideradas as duas aplicações na cidade de São Paulo, o desenvolvimento da metodologia do Mapa da Exclusão/Inclusão Social em Diadema é a 10^a experiência da replicação da mesma metodologia. Cabe lembrar que a Cidade do México e Recife contaram com a consultoria de técnicos que construíram esse processo metodológico de análise das discrepâncias de territórios intraurbanos.

Outras metodologias foram sendo construídas ao longo da década de 90 mas, via de regra, medindo as piores condições de vida. Assim foi o IDH dos bairros da cidade do Rio de Janeiro, aplicada recentemente à cidade de João Pessoa. A construção do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios foi uma inovação adotada pelo PNUD após a construção dos indicadores de recursos humanos apresentada no inovador Relatório de Recursos Humanos do PNUD/ONU de 1990. Este indicador construído para todos os países registra o grau de precarização da população de cada país a partir da medição da incidência de piores condições da população.

Esta medida foi um avanço por fugir do índice médio onde a precariedade fica subsumida na concentração da abundância. Mais tarde este indicador foi aplicado para os territórios internos de uma cidade caracterizando o IDH dos bairros.

Na cidade de Belo Horizonte foi criado o IQV – Índice de Qualidade de Vida. Este, mais complexo em sua formulação. Proliferaram experiências denominadas Mapas da Pobreza também analisando a precariedade da vida das pessoas. Aqui se distingue a metodologia do Mapa da Exclusão/Inclusão Social que, orientado pela presença da desigualdade social nos territórios de uma cidade, pondera as discrepâncias entre as piores e melhores situações encontradas em cada território intraurbano. Não se trata de média, nem de leitura direcionada a indigentes ou precarizados.

•a particularidade

A cidade de João Pessoa já conta com diversas análises, que aplicam uma variedade de metodologias. O estudo aqui apresentado não fica de costas para esses estudos, mas tem um propósito particular de dirigir a análise da cidade para efetivar o planejamento e a adequada gestão da Política Municipal de Assistência Social. Prioriza, portanto, a linguagem territorial aplicada pela Gestão Municipal e não outra que lhe seria estranha.

A Política Nacional de Assistência Social de 2004, PNAS-04, propõe pela primeira vez no Brasil uma nova organicidade à área de assistência social alçada à condição de política de seguridade social pela CF88. Até então, o Estado brasileiro não se ocupava desse campo como Política de Estado, responsabilidade pública, dever de Estado em construir novos direitos de cidadania. Ele estava confinado ao campo da compaixão, da benemerência ou da disciplina, mas não ao do direito de cidadania. Após a PNAS/04 foi aprovado o Sistema Único de Assistência Social o SUAS em 2005. Este se propõe a unidade da gestão da assistência social em todo o território nacional. Nova capacidade passou a ser exigida dos gestores municipais para, ao mesmo tempo, diagnosticar o modelo de gestão adotado, comparar ao modelo proposto e construir a particularidade local orientada pelas diretrizes nacionais, mas subordinadas à particularidade de cada cidade e a efetivação do princípio da autonomia municipal.

Com esta perspectiva a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES da Prefeitura de João Pessoa – PJP em parceria com a Universidade Federal da Paraíba. UFPB assumiram o desafio de instalar novas ferramentas para o processo municipal de gestão da assistência social em toda a cidade.

Com esse objetivo buscaram o CEDEST – Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais que reúne pesquisadores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP e o INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia para elaboração dessas ferramentas. O IEE – Instituto de Estudos Especiais da PUCSP abrigou a proposta de trabalho que teve início formal em 2008. Ela foi precedida de Seminário realizado em fevereiro de 2007 para apresentação do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo ao Fórum de Gestão da Informação de João Pessoa. O produto desse trabalho representa o esforço de muitos técnicos da Prefeitura de João Pessoa, ressaltando-se aqueles da Secretaria de Planejamento e do Desenvolvimento Social, do CEDEST/PUCSP/IEE/INPE e da Universidade Federal da Paraíba. Ele inicia com a construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, e a seguir constrói o Mapa da Vulnerabilidade Social. A metodologia de trabalho supõe a transferência de tecnologia caracterizando, portanto, este produto como um processo de capacitação que permite aos técnicos de João Pessoa manter seus resultados atualizados e replicados.

Estes estudos permitem ressignificar “o chão das cidades” em sua expressão socioeconômica-cultural, construindo um novo relevo que o Cedest denomina de Topografia Social. As ações/intervenções nesses territórios produzem novos relevos que podem, ou não, ser compatíveis àqueles desenhados pela Topografia Social.

O trabalho aqui apresentado busca trazer elementos que orientem o processo de gestão, a coerência e consistência que necessita buscar face a realidade de João Pessoa com objetivo de alcançar a maior e melhor distributividade possível de condições de vida a todos seus habitantes.

Aqui o contributo da política de assistência social como política pública integrada ao conjunto da ação municipal.

Profa. Dra. Aldaiza Sposati
Coordenadora do CEDEST

2. processo de trabalho

A demanda apresentada pelos técnicos da SEDES ao CEDEST foi inicialmente a de construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social. Esta demanda surge no mesmo momento em que o PNUD/Fundação João Pinheiro vinham construindo em João Pessoa o IDH dos bairros da cidade compondo o Atlas de Desenvolvimento Humano. A princípio se trataria da extensão daquele trabalho, todavia a sequência dos fatos e possibilidades indicaram um novo caminhar.. Com tal princípio seria uma extensão daquele trabalho. Com tal perspectiva nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2007 foi realizado o Seminário Mapa da Exclusão/Inclusão Social na cidade de João Pessoa com a participação de gestores municipais e pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba através do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (vide anexo). Desde maio de 2006 havia sido instalado em João Pessoa o Fórum de Gestão da Informação, espaço coletivo que reunia representantes das várias Secretarias Municipais.

Em agosto de 2007 o Secretário Alexandre Urquiza apresenta Carta de Intenção ao Instituto de Estudos Especiais (IEE) da PUCSP com a perspectiva de formalização de um convênio/partneria e colaboração técnica para a Construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social. Em 19 e 20 de setembro de 2007 foi realizada visita técnica à Prefeitura Municipal de João Pessoa por Frederico Roman Ramos da equipe do CEDEST/IEE para avaliação das condições objetivas de elaboração do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de João Pessoa. Durante esta avaliação foi levantado o estágio atual do nível de estruturação e organização do conjunto de informações alfanuméricas e georreferenciadas da administração municipal. Levantou-se também a capacidade instalada na estrutura organizacional da Prefeitura para a desenvolver a Proposta de Trabalho apresentada à Prefeitura de João Pessoa a qual previa as seguintes etapas de trabalho:

- **primeira:** avaliação por técnico especializado de georreferenciamento das informações sociais e censitárias da cidade de João Pessoa e da capacidade técnica instalada para consolidar o objetivo de construir o Mapa da Exclusão/Inclusão Social.
- **segunda:** transferência de conhecimento e tecnologia para que a equipe da Prefeitura e da Universidade pudessem produzir os informes tendo o acompanhamento a distância e supervisão presencial do CEDEST/IEE.
- **terceira:** Seminário de consolidação de resultados e análise de sua aplicabilidade.

O processo de trabalho para construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, realizado em parceria entre o CEDEST e prefeituras brasileiras, mostra-se favorável a partir da efetivação de três condições básicas:

- a) constituição de uma equipe de trabalho pela Prefeitura e sua capacitação, caracterizando um Grupo Operacional, que atua como catalizador do *know how* da consultoria operando sua aplicação nas bases de dados da Prefeitura;
- b) consolidação pela Prefeitura dos limites dos territórios intraurbanos que serão adotados na análise, dos pedaços da cidade;
- c) avaliação pela consultoria do estágio de georreferenciamento de dados das equipes da Prefeitura, bem como das condições instaladas para manipulação da malha digital da cidade, dos dados do IBGE por setor censitário e outros dados georeferenciados que permitam melhor caracterizar a população de cada território.

É a partir da consolidação dessas três condições de partida que se torna possível construir o Mapa da Exclusão/Inclusão Social em parceria com transferência de *know how*.

O desdobramento dessas etapas gerou como programação do trabalho:

- sistematização da bases de dados;
- fixação de base territorial para agregação dos indicadores;
- conversão do método de análise do mapa de Exclusão/Inclusão para a base de dados disponíveis;
- análise estatística dos dados selecionados para cada um dos territórios;
- construção do IDI – Índice de Discrepância da distribuição dos Indicadores por variável entre os territórios;
- construção do IEX – Índice de Exclusão/Inclusão Social para cada um dos territórios;
- hierarquização dos resultados em tabelas;
- construção de mapas;

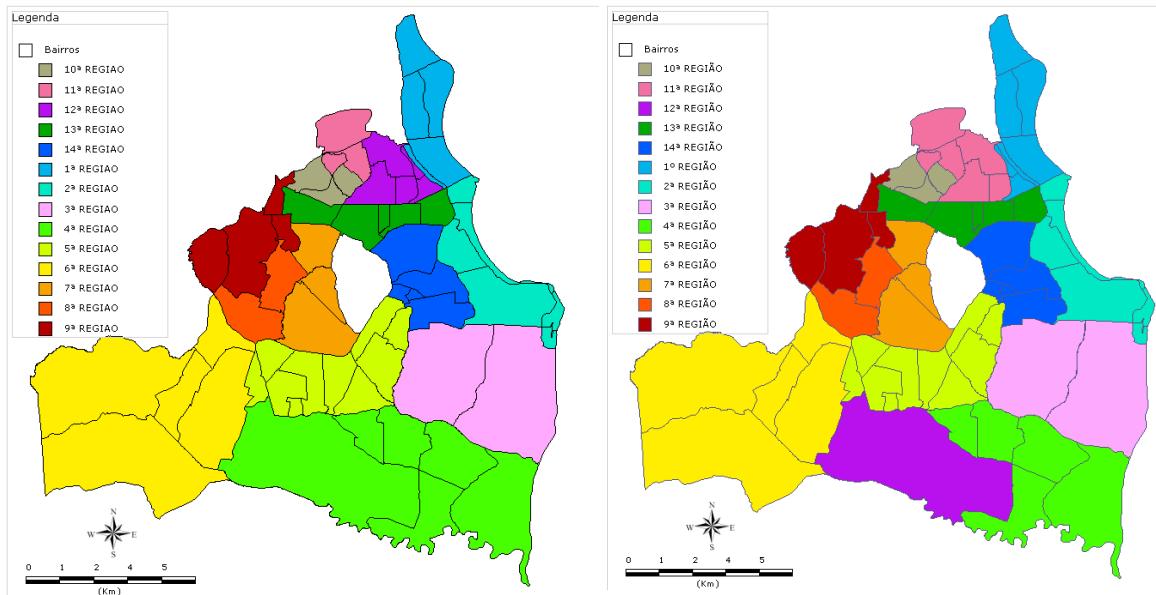
Adotou-se como diretrizes técnicas norteadoras:

a) executar o Mapa da Exclusão/Inclusão Social no nível de desagregação de bairros, conforme legislação da cidade, aplicando a metodologia sintética proposta por Genovez (2002) utilizando como base informacional os dados censitários do IBGE (2000). Tal mapeamento buscou trabalhar na perspectiva de capturar as discrepâncias entre os bairros da cidade, subdivisão territorial reconhecida pela população e pela administração de João Pessoa, possibilitando uma melhor compreensão das desigualdades sociais presentes na cidade podendo se tornar um instrumento qualificado nas discussões do orçamento democrático.

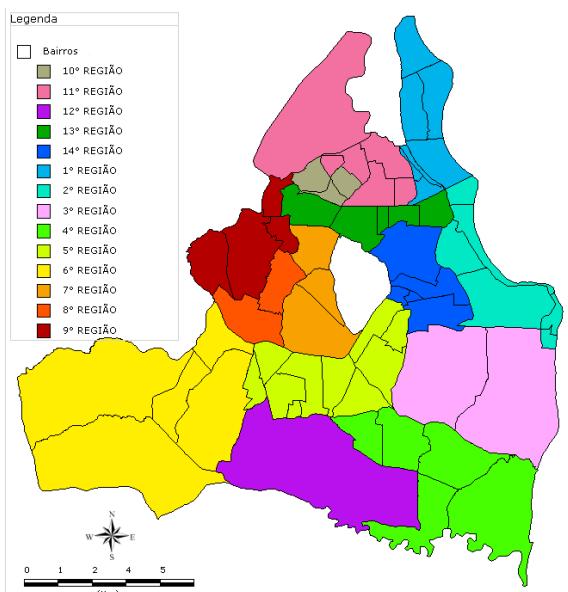
Partiu-se, portanto, de uma base territorial usual à gestão, os bairros e não da UDHS construída pelo Atlas de Desenvolvimento Humano; para o Mapa da Exclusão/Inclusão Social não foram consideradas as áreas especiais para além dos 59 bairros, exceção feita a Gramame. Cabe justificar que, face a não compatibilização entre limites de bairros e limites dos setores censitários, o exame das incidências das variáveis adotou como *proxy* os limites do setor censitário

Após a visita técnica sugeriu-se a construção de dois mapeamentos que poderiam complementar em termos metodológicos - e de diferente escalas de análise - o trabalho em execução do Atlas do Desenvolvimento Humano realizado pela Fundação João Pinheiro/PNUD que utiliza a subdivisão territorial das Unidades de Desenvolvimento Humano – UDH.

mapa 1 - antiga (OD) e a nova divisão (RO) sem compatibilização



mapa 2 - nova divisão (RO) compatibilizados os bairros com setores censitários



A divisão em bairros de João Pessoa não foi adotada pelo IBGE quando do censo de 2000. Assim o cálculo da população por bairros demanda trabalhar com uma aproximação de limites entre setores censitários e limites dos bairros. Para efeito deste estudo foi realizado aproximação que permitisse tal análise. Outro aspecto primordial é que a adoção do Orçamento Democrático pela Prefeitura exigiu a constituição de regiões de orçamento, sendo estabelecidos 14 regiões e a Mata do Buraquinho. Ocorre que durante o desenvolvimento do estudo foram revistos a designação numérica e a composição de bairros das regiões o que exigiu refazer inúmeros cálculos, gráficos, mapas já concluídos.

b) executar o Mapa da Vulnerabilidade Social no nível de desagregação por setores censitários baseado nas informações do IBGE (2000) segundo metodologia desenvolvida pela Secretaria de Assistência Social do município de São Paulo com o Centro de Estudos da Metrópole – CEM/CEBRAP (2002). Neste nível de desagregação, estabeleceu-se uma leitura dos micro-territórios da cidade em relação ao grau de vulnerabilidade social a que sua população estaria submetida. Reagregam os dados do mapa da vulnerabilidade social dos setores censitários por bairros e por região orçamentária (RO). Tal mapeamento possibilita uma leitura qualificada dos territórios onde se concentram as populações mais vulneráveis orientando a atuação da SEDES para os territórios com maior índice de ausência da proteção social básica da PNAS/04 e do SUAS. Trata-se de metodologia aplicável a cada emissão de dados censitários pelo IBGE.

c) consolidar essas bases de informações georreferenciadas constituídas nesses mapeamentos em *software* livre *TerraView* desenvolvido pelo INPE para que as informações e os resultados pudesse ser disseminados sem custos para administração e para a sociedade civil. Agregou-se à equipe na condição de realização de estágio pós-doutoral a Profa. Dra. Marinalva Conserva de Souza da UFPB.

O trabalho envolveu o IEE e o CEDEST, ambos da PUCSP e sob a coordenação da Profa. Dra. Aldaiza Sposati e cinco técnicos com capacidade de responder às demandas detectadas na equipe de João Pessoa.

A celebração do primeiro contrato entre a PMJP/SEDES e a PUCSP/CEDEST/IEE com a colaboração da UFPB ocorreu em maio de 2008. O produto final digitalizado foi entregue em março de 2009, precedido da entrega de produto preliminar ao final de dezembro de 2008. Seus resultados foram analisados pelo Prefeito em reunião intersecretarial de 27 de março de 2009 da qual participaram: Secretaria de Planejamento – Estelizabel Bezerra; a Secretaria de Desenvolvimento Social através do Secretário Adjunto – Lau Sirqueira e da Chefe de Gabinete – Maria Helena Serrano; da Diretora de Assistência Social – Francisca Chagas e da Coordenadora do CadÚnico – Meia Enéas, a profa. Marinalva Conserva, além dos técnicos do Cedest: José Constatino Silveira Jr e Aldaiza Sposati.

Na ocasião foi solicitada a continuidade dos trabalhos para realizar a Topografia Social de João Pessoa identificando ações municipais nos territórios ressignificados pela presença da exclusão/inclusão social e pela vulnerabilidade social. Abriu-se nesse momento um segundo passo mais próximo à ação da Política de Assistência Social da cidade de João Pessoa. Novo contrato foi formalizado em 17/09/09 com o objetivo de sistematizar a Topografia Social e os Territórios de Gestão da Assistência Social.

Este é o produto final analisado em Seminário realizado em João Pessoa nos dias 9 e 10 de dezembro de 2009 com a presença de Secretários Municipais do Planejamento, Educação, Saúde, Assistência Social, Coordenação do Orçamento Democrático, Ouvidoria, técnicos e gestores municipais que debateram e validaram este produto.

O processo de trabalho permitiu a transferência de know-how tanto a técnicos da gestão municipal, quanto a docentes da UFPB, permitindo, portanto, a continuidade do estudo e sua atualização independente da consultoria realizada pelo Cedest.

3. Elementos do método

A desigualdade social se constitui num elemento básico para dimensionar indicadores territoriais no enfrentamento da questão social urbana, principalmente no estudo da relação exclusão/inclusão social e, consequentemente, para a elaboração de políticas inclusivas.

Sposati (1996; 2000) retrata esta questão na construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo, quando revela as expressões territoriais das desigualdades sociais. Propõe como dispositivo analítico desse fenômeno estudos transdisciplinares com aplicação de diversas linguagens metodológicas (quantitativa, qualitativa, geoespacial etc.), para análise destas dinâmicas socioespaciais em múltiplas escalas, tendo como referência o território local, a cidade.

A cidade é referência prioritária para configurar as políticas públicas; e por isso, é necessário para seu direcionamento o uso de uma multiplicidade de ferramentas que contribuem na definição de suas prioridades e do acesso da população. A relevância da contribuição dos sistemas de informação (geoprocessamento, georreferenciamento etc.) evidencia-se, principalmente por se tratar de realidades complexas, com altos índices de desigualdades sociais, de exclusão social, ou seja: o *habitat*, o onde faz diferença para o exercício da cidadania (Sposati, 2007).

E de extrema relevância nos estudos sócio-espaciais a dimensão histórica conceitual da exclusão social, isto é: trata-se de um conceito multidimensional que abrange diversas formas: cultural, econômica, social, política etc. Esta abordagem teórica, explicitada por Sposati (1996; 2000; 2007), parte do fato de existir uma interdependência entre o conceito de exclusão e o de inclusão social. Haja vista que *a incidência de exclusão ocorre em função de inclusão*. Isto significa que há implicações no processo de análise da exclusão social que o vincula à inclusão.

Em se tratando da análise da realidade socioterritorial, o desenvolvimento desta concepção teórica requer o uso de métodos e instrumentos que possibilitem a expressão relacional destes conceitos. Isto significa que só será possível produzir indicadores de exclusão social, na medida em que constrói parâmetros/ indicadores de inclusão social, a exemplo da construção metodológica do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, instrumento que busca construir referências sobre padrões e utopias de condições de vida digna de cidadania.

mapa da exclusão /inclusão social

Mapa da Exclusão/Inclusão Social é uma medida da desigualdade das condições de vida da população entre os territórios de uma cidade e que opera através de três ferramentas:

IDI – medida de discrepância que indica a desigualdade em cada variável entre os territórios.

PBI – padrão básico de inclusão social que cria a referência de uma condição básica e universal de inclusão no comportamento de uma variável.

IEX – índice de exclusão/inclusão social que mede as distâncias, para mais e para menos, de cada variável no território.

A construção de estudos socioterritoriais tem proporcionado uma análise espacial dos fenômenos, a partir de uma abordagem transdisciplinar e multidimensional. Esta perspectiva requer processos metodológicos que partam da junção de ferramentas geoquantitativas, em especial com dispositivos qualitativos possibilitando assim novos olhares das condições de vida do espaço intra-urbano. Nela insere-se a proposta metodológica de Sposati (1996) com a iniciativa da construção do Mapa da Exclusão/Inclusão de São Paulo, tendo por referência a criação de indicadores de exclusão e inclusão e uso de ferramentas do geoprocessamento a partir dos dados censitários e de dispositivos qualitativos com a construção de utopias de inclusão (autonomia, qualidade de vida etc.). Esta junção metodológica tem possibilitado análises das configurações da dinâmica social, denominada pelo Cedest (PUCSP/INPE) de **topografia social**, mais adiante trabalhada.

3.1 o método do mapa da Exclusão/Inclusão Social

A primeira construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social aplicada na cidade de São Paulo em 1994/1995 partiu do exame de 47 variáveis ponderadas em cada território da cidade (Sposati, 1996). Posteriormente a aplicação dessa metodologia foi submetida a trabalho analítico entre a equipe do INPE, da PUC/SP e do Instituto Polis na cidade de São José dos Campos e redundou na viabilidade da aplicação do método de análise com menos variáveis, produzindo o que se denomina, um método analítico “enxuto” mas, ao mesmo tempo, com ganhos de qualidade no tratamento estatístico dos resultados (Genovez, 2002). Para João Pessoa foi aplicado este modelo “enxuto” tendo como base o Censo de 2000 do IBGE. Esta decisão pelo método analítico “enxuto” permitiu optar por 26 variáveis quais sejam:

responsáveis pelo domicílio sem rendimento

- 1.responsáveis pelo domicílio com rendimento até 1 salário mínimo
- 2.responsáveis pelo domicílio com rendimento até 1 a 2 salários mínimos
- 3.responsáveis pelo domicílio com rendimento de 2 a 3 salários mínimos
- 4.responsáveis pelo domicílio com rendimento de 3 a 5 salários mínimos
- 5.responsáveis pelo domicílio com rendimento de 5 a 10 salários mínimos
- 6.responsáveis pelo domicílio com rendimento de 10 a 15 salários mínimos
- 7.responsáveis pelo domicílio com rendimento maior do que 15 salários mínimos
- 8.responsáveis pelo domicílio analfabetos
- 9.responsáveis pelo domicílio sem instrução
- 10.responsáveis pelo domicílio com 1 a 3 anos de estudos
- 11.responsáveis pelo domicílio com 4 a 7 anos de estudos
- 12.responsáveis pelo domicílio com 8 a 10 anos de estudos
- 13.responsáveis pelo domicílio com 11 a 14 anos de estudos
- 14.responsáveis pelo domicílio com mais de 15 anos de estudos
- 15.população com mais de 70 anos
- 16.domicílios sem acesso a rede de água
- 17.domicílios sem acesso a rede de esgoto
- 18.domicílios sem acesso a coleta de lixo
- 19.densidade domiciliar média
- 20.domicílios não próprios
- 21.domicílios precários
- 22.domicílios subnormais
- 23.mulher responsável pelo domicílio
- 24.mulher responsável pelo domicílio não alfabetizada
- 25.mulher responsável pelo domicílio sem rendimentos

A discussão sobre a exclusão ou a inclusão social não é um consenso. Há diferentes posicionamentos teóricos e analíticos sobre o tema que estão presentes nos debates em vários contextos, envolvendo desde militantes de movimentos sociais, os mais diversos, até pesquisadores locados em universidades, passando pelos formuladores de políticas públicas atuantes nos órgãos e instituições das prefeituras.

No contexto europeu, as discussões e denúncias da exclusão social referem-se principalmente à derrocada dos chamados "Welfare State", ou "Estado do Bem Estar Social", ou ainda "Estado Providência". O atual processo de transformações vem marcado principalmente, por profundos ajustes estruturais exigidos pelos novos modelos de produção, comercialização e financiamento do desenvolvimento econômico em diferentes regiões do planeta. O acirramento na competição entre os agentes da economia local e transnacional faz com que tais ajustes sejam cada vez mais urgentes. Porém, esses ajustes promovidos a partir de considerações estritamente econômicas vêm tendo altos custos sociais manifestos na desestruturação da "sociedade salarial" provocando restrições e perdas de direitos sociais básicos como, por exemplo, a segurança, a proteção social, o direito à assistência social, os benefícios trabalhistas, o direito à saúde, à educação e à moradia. A perda do emprego formal, assalariado, pode ser visto como o início de uma cadeia de perdas sociais que pode ser entendida como um processo gradativo de exclusão social. Essas perdas de direitos básicos adquiridos também são discutidos como processos de "desfiliação" (PAUGAN, 2003) que rompem os vínculos sociais e institucionais dos indivíduos instaurando formas de "desqualificação social" (CASTEL, 1998). Estas redundam na apartação e isolamentos sociais, fazendo avançar análises equivocadas que levam a fragilizar o horizonte da igualdade e a aceitação da iniquidade como uma ocorrência natural. Trata-se da naturalização do estigma, do preconceito gerando barreiras e apartações impedindo o movimento de cidadãos e sua não inclusão ou sua exclusão social.

No Brasil, um dos aspectos mais importantes dessa discussão sobre a exclusão/inclusão social é a demarcação de duas posições distintas. De um lado, a exclusão/inclusão social é entendida como um processo amplo e multidimensional que aparta determinados grupos reduzindo as garantias dos direitos sociais, interditando e obstruindo canais de acessos às riquezas produzidas coletivamente, para qualificar as condições de vida da população. De outro lado, discute-se a necessidade de considerar os limites da noção de exclusão social na superação do sistema capitalista e das formações sociais de mercado.

Nessa perspectiva, discute-se a "exclusão includente", isto é, os processos que excluem os grupos sociais incluindo-os simultaneamente em situações subordinadas, exploradas, espoliadas, degradadas e marginalizadas tanto nos âmbitos da produção quanto do consumo de mercadorias.

etapas desenvolvidas

- 1)sistematização da bases de dados.
- 2)fixação de base territorial para agregação dos indicadores;
- 3)conversão do método de análise do mapa de Exclusão/Inclusão para a base de dados disponíveis;
- 4)análise estatística dos dados selecionados para cada um dos territórios;
- 5)construção do IDI - Índice de Discrepância da distribuição dos Indicadores por variável entre os territórios;
- 6)construção do IEX - Índice de Exclusão/Inclusão Social para cada um dos territórios;
- 7)hierarquização dos resultados em tabelas;
- 8)construção de mapas;

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social trabalha com a relação exclusão/inclusão sem desagregar uma da outra por entendê-las como uma categoria mutuamente dependente de uma mesma categoria. Com essa perspectiva reconhece como real a existência dos processos de exclusão social produzidos por séculos de iniquidades e injustiças sociais que atravessam a história da formação da sociedade brasileira amplamente estudadas pelos maiores pensadores críticos do país. A metodologia do Mapa da Exclusão/Inclusão Social entende também que analisar os processos de exclusão social exige, necessariamente, um referenciamento nos processos de inclusão social. A exclusão social define-se a partir da inclusão social em uma relação política e dialética. Quando identificamos e classificamos um determinado grupo ou território em situação de exclusão social a pergunta que se impõe é: exclusão com relação a quê?

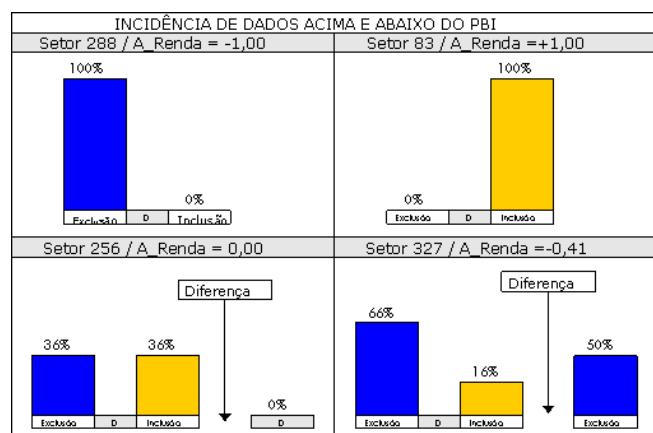
A realidade da exclusão social se apreende mais facilmente, talvez por afetar a grande maioria da população brasileira e ser corriqueira nas nossas cidades. Em um grupo de discussão, quando se pede uma definição dos processos de exclusão social, podem-se receber muitas manifestações e palpites sem muitos titubeios e hesitações. Entretanto, quando se solicita uma definição dos processos de inclusão social, as respostas demoram um pouco mais. Mais ainda ao se perguntar em que ponto uma situação de exclusão transita para inclusão. Por que e como isso ocorre? Como resposta é estabelecida uma medida normativa padrão básico de inclusão social (PBI) e medidas as distâncias da realidade face a esse padrão.

Na sociedade brasileira, dada a inexistência de garantias aos direitos sociais básicos, a falta de uma experiência ampla de democratização de acessos capazes de proporcionar condições de vida para todos nas quais se possibilite a realização das capacidades e do desenvolvimento humano, existe uma grande dificuldade em estabelecer parâmetros para a definição da inclusão social. No Brasil nunca se tivemos um Estado que garantisse tais direitos e prossesse tais acessos. Em nossa história experimentado exatamente o contrário: a não efetivação universal dos direitos sociais básicos e a presença de obstruções de várias naturezas, nos canais de acesso às melhores condições de vida. Por isso a dificuldade em responder a pergunta ou de formular com maior clareza e unidade a resposta sobre "o que é a inclusão social?".

O cálculo do PBI

O **PBI** – padrão básico de inclusão relativo à cada variável é estabelecido – com maior ou menor representação no processo de sua fixação – como referência. A partir dele a incidência relativa (percentual) das variáveis por território é localizada acima e abaixo do limiar PBI de exclusão/inclusão social. As incidências no campo da exclusão recebem atributo negativo e no campo da inclusão, positivo. A diferença entre as incidências positivas e negativas aponta se há predomínio acima ou abaixo do limiar referencial (PBI) de inclusão social.

Exemplos de uso das distribuições percentuais para cálculo dos indicadores referido a um padrão básico de inclusão (PBI) para o indicador autonomia de renda que considera renda do chefe de família e o grau de desenvolvimento educacional



discrepância social

Quando circulamos pelos diferentes lugares de uma cidade como João Pessoa, ou qualquer cidade brasileira de médio e grande porte, nos damos conta facilmente das desigualdades de condições de vida existentes entre esses lugares. É fácil perceber as discrepâncias sócio-territoriais e os contrastes entre as precariedades e os benefícios da vida urbana existentes nessas cidades. As evidências da exclusão e da inclusão social que se manifestam nos vários bairros da cidade são gritantes e inegáveis.

Se conseguimos ter essa percepção e consciência em uma reunião com um grupo que conheça minimamente as partes da cidade, ou a partir de um olhar atento sobre as variações nas características das localizações urbanas, poderemos perceber a proximidade da desigualdade social pelo intervalo que existe entre os cidadãos quanto ao acesso a uma dada condição? Podemos perguntar, por exemplo: quantos cidadãos ganham 1 salário mínimo por mês face a um que ganha 15 salários mínimos. Ou ainda, qual o percentual dos cidadãos que ganham 15 salários mínimos entre os territórios de João Pessoa. Em São Paulo descobrimos distâncias de mais de 400 vezes, em João Pessoa com se verá o resultado é significativamente menor.

padrão básico de inclusão

O PBI é uma forma de simbolizar, no campo quantitativo, uma condição considerada como desejável num dado momento histórico e numa dada realidade como representativa do ponto de partida da inclusão.

Neste sentido o campo da inclusão social é uma utopia enquanto uma construção histórica ou processual.

A construção do mapa parte de quatro utopias que significariam a inclusão social: a autonomia, o desenvolvimento humano, equidade e a qualidade de vida.

exemplo de cálculo para a distribuição da variável "renda do responsável pela família" em setores censitários.

código setor censitário	soma -	soma +	diferença	IEX autonomia de renda
1	100,000	0,000	-100,000	-1,000
2	95,604	0,000	-95,604	-0,956
3	94,873	1,282	-93,591	-0,936
4	91,110	0,444	-90,666	-0,907
5	36,011	36,011	0,000	0,000
6	43,405	43,885	0,480	0,005
7	40,000	41,154	1,154	0,012
8	1,020	95,918	94,898	0,954
9	0,000	99,454	99,454	1,000
[mínimo]		100,000		
máximo		99,454		

A coluna "código setor censitário" indica o código do setor censitário pelo qual procede a incidência da variável. A coluna "soma -" indica a soma dos percentuais dos responsáveis pela família que ganham menos que o PBI (3 a 5 salários mínimos). A coluna "soma +" indica a soma dos percentuais dos chefes de família que ganham mais que o PBI. A coluna "diferença" indica a diferença entre estes dois percentuais; quanto maior, mais o indicador se aproxima de +1. A coluna "IEX autonomia renda" mostra o indicador de autonomia de renda, escalonado entre +1 (100% de diferença positiva) e -1 (100% de diferença negativa).

As 26 variáveis são agregadas no campo dessas utopias. Buscam-se quais variáveis disponíveis no levantamento censitário se aproximam dessas utopias e sua freqüência será classificada a partir do padrão básico de inclusão social em referência territorial de exclusão (negativo) ou inclusão (positivo).

índice de exclusão/inclusão social

O cálculo do comportamento da incidência de uma variável em ambiente de inclusão ou de exclusão social é determinando por um ponto normativo de escolha em cada realidade como uma condição básica de inclusão social. No caso, ocorre a localização da incidência percentual da variável em um dos intervalos de classe em que poderão ocorrer intervalos positivos e negativos na distribuição da variável a partir do ponto zero, que é ao mesmo tempo uma ocorrência desejável, como ponto de partida da condição de inclusão. As ocorrências de cada variável são transformadas em percentuais ou ocorrências relativas. Todos os percentuais que registram ocorrência da variável em intervalo de classe, a menor do que o padrão básico de inclusão são vinculados ao campo negativo, como expressão de exclusão. As ocorrências da variável a maior do que o padrão básico de inclusão são vinculadas ao campo positivo de inclusão. Assim as ocorrências de uma variável serão balanceadas entre negativas e positivas, gerando um número negativo ou positivo como resultado desse balanceamento.

O estabelecimento do IEX de cada variável é calculado na seguinte seqüência: a) primeiro a operação é a de distribuir os percentuais em uma escala de -1 a +1, tendo o PBI como ponto zero; b) segundo, realizar a soma de todas as porcentagens positivas, acima do PBI, e de todas as porcentagens negativas, abaixo do PBI;

c) terceiro, calcular a diferença entre a incidência percentual acima e abaixo do PBI. A partir dessa diferença identificam-se os valores, máximo e mínimo da ocorrência daquela variável em cada um dos territórios; d) quarto, realizar a divisão das incidências positivas pelo valor máximo e das incidências negativas pelo valor mínimo. Este procedimento força os extremos, na medida que os valores máximo e mínimo quando divididos por eles mesmos serão respectivamente +1 e -1. O "0" (zero) absoluto existirá apenas quando a diferença for "0" (zero) . Este procedimento garante também a integridade do sinal dos dados não transformando dados positivos em negativos e vice-versa.

autonomia

Conforme Sposati, "o conceito de autonomia é compreendido, no âmbito do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, como a capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades; a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecida a sua dignidade, e a possibilidade de representar pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão. Sob esta concepção o campo da autonomia inclui não só a capacidade do cidadão se autosuprir, desde o mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas, como a de usufruir de segurança social pessoal mesmo quando na situação de recluso ou apenado. É este o campo dos direitos humanos fundamentais." (Sposati, 1996)

quadro 1 – variáveis agregadas por utopia do método de construção do mapa da exclusão/inclusão social

utopia	indicador	PBI - padrão básico de inclusão social
rendimentos do responsável pelo domicílio		
AUTONOMIA	sem rendimentos	
	com até 1 s.m.	
	entre 1 e 2 s.m.	
	entre 2 e 3 s.m.	
	entre 3 e 4 s.m.	
	entre 5 e 10 s.m.	
	entre 10 e 15 s.m.	
	maior de 15 s.m.	
		responsável pelo domicílio com rendimento entre 3 e 5 salários mínimos.

qualidade de vida

Para Sposati, "a noção de qualidade de vida envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. Sob esta dupla consideração entendeu-se que a qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade." (Sposati, 1996).

utopia	indicador	PBI - padrão básico de inclusão social
condição dos domicílios		
QUALIDADE DE VIDA	sem acesso a rede de água	
	sem acesso a rede de coleta de esgoto	
	sem acesso ao serviço de coleta de lixo	
	densidade domiciliar média	
	domicílios não próprios	
	domicílios precários	
	domicílios subnormais	
		menor incidência de precariedade e subnormalidade (IBGE) de condições dos domicílios encontrados na cidade.

equidade

Conforme Sposati, "o conceito de eqüidade é concebido como o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, eqüidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias etc." (Sposati, 1996).

	utopia	indicador	PBI - padrão básico de inclusão social
EQUIDADE	mulheres responsáveis pelo domicílio		
	incidência da responsável pelo domicílio não alfabetizada incidência da responsável pelo domicílio sem renda		média dos domicílios onde a responsável é mulher, não analfabeta e com renda.

desenvolvimento humano

Segundo Sposati, "o estudo do desenvolvimento humano tem sido realizado pela ONU/PNUD, por meio do Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH). Com base em suas reflexões, entende-se que o desenvolvimento humano é a possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade, melhor desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a possibilidade da sociedade poder usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana." (Sposati, 1996)

	utopia	indicador	PBI - padrão básico de inclusão social
DESENVOLVIMENTO HUMANO	anos de estudo do responsável pelo domicílio		
	analfabeto sem instrução entre 1 e 3 anos de estudo entre 4 e 7 anos de estudo entre 8 e 10 anos de estudo entre 11 e 14 anos de estudo com mais de 15 anos de estudo		responsável pelo domicílio com 8 a 10 anos de estudo.
	presença de pessoas com mais de 70 anos de idade		intensidade de população com mais de 70 anos.

mapa da vulnerabilidade social das famílias

O mapa de vulnerabilidade das famílias hierarquiza as famílias de cada setor censitário de uma cidade pela incidência da situação de precariedade dos membros da família e pelas condições familiares de enfrentamento dessas precariedades, considerando por exemplo que famílias mais jovens e com filhos pequenos são mais vulneráveis em contraponto às famílias onde seus responsáveis são mais idosos. No caso a capacidade do sustento familiar é menos rateada entre os membros em famílias mais jovens.

quadro 2 - variáveis componentes do mapa da exclusão/inclusão social das famílias

Fator 1 Sócio-econômico	Fator 2 - Círcos de Vida		
	Famílias Jovens (Até - 0,5)	Famílias Adultas (- 0,5 a 0,3)	Famílias Idosas (Maior que 0,3)
Baixo (Até - 0,5)	6 - Vulnerabilidade Muito Alta	5 - Vulnerabilidade Alta	
Médio (- 0,5 a 1,0)	2 - Vulnerabilidade Muito Baixa	3 - Baixa Vulnerabilidade	4 - Vulnerabilidade Média
Alto (1,0 a 1,5)			
Muito Alto (Maior que 1,5)	1 - Nenhuma Vulnerabilidade		

Fonte: SEADE/2004

3.2 o método do mapa da vulnerabilidade social das famílias

O Mapa de Vulnerabilidade Social das Famílias - CEM/CEBRAP-2002 opera com os dados do IBGE por setores censitários. Suas conclusões - embora operem somente com quatro variáveis e meçam as piores condições de vida, trazem informações que permitem uma aproximação das condições de vida de agregados familiares a partir de uma aproximação: os dados de cada domicílio. É importante usar também o recorte da micro escala na construção da política pública e principalmente para operar a melhor localização dos serviços e isto exige que se busque outras marcas que possam dar mais espessuras de análise.

Diferentemente do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, o Mapa da Vulnerabilidade Social das Famílias não compara os territórios intraurbanos. Ele distribui a freqüência de variáveis pela sua presença nos setores censitários. Mede homogeneidades e não, heterogeneidades ou discrepâncias. O Mapa de Vulnerabilidade Social hierarquiza as famílias de cada setor censitário de uma cidade pela incidência da situação de precariedade dos membros da família e pelas condições familiares de enfrentamento dessas precariedades, considerando por exemplo, que famílias mais jovens e com filhos pequenos são mais vulneráveis em contraponto às famílias onde seus responsáveis são mais idosos. No caso a capacidade do sustento familiar é menos rateada entre os membros em famílias mais jovens. A partir da freqüência das variáveis as famílias são caracterizadas por graus de vulnerabilidade. Esses graus revelam índices ou o IVS – Índice de Vulnerabilidade Social das Famílias.

O Mapa da Vulnerabilidade Social das Famílias parte da aproximação que o IBGE utiliza entre domicílios e pessoas que nele vivem. Há, portanto, subjacente uma concepção alargada e flexível de família sem seguir a estrutura formal da presença de casal hetero e filhos. Família é entendida como um núcleo de vivência, baseado na intimidade, afetividade, formada por laços genéticos ou não, que tem por base a solidariedade de apoio e proteção mútua. Neste sentido tem como potência sua capacidade protetiva entre seus membros. A fragilidade, as ameaças e violações a essa proteção familiar terminam por ser campo dos dispositivos de assistência social, como política de seguridade social com matricialidade sócio-familiar.

4. JOÃO PESSOA: SEUS TERRITÓRIOS E POPULAÇÃO

4. Um pouco do chão de João Pessoa

A colaboração da UFPB - através da presença da Profa. Dra. Marinalva Conserva - trouxe elementos sobre a história da urbanização da cidade de João Pessoa. Sua fundação - em 5 de Agosto de 1585, no contexto do sistema colonial português foi provocada pela necessidade de implantar um núcleo para exercer funções administrativas e comerciais. A cidade nasce como porto exportador para atender aos interesses econômicos do mercado externo (tendo o açúcar como a principal matéria-prima), ou seja, colonização portuguesa na América.

João Pessoa é a 3ª cidade mais antiga do Brasil, nasce entre o rio e o mar com o nome de Nossa Senhora das Neves (1585), depois Filipéia em homenagem ao rei da Espanha, Felipe II (1588); seguida de Frederiskstadt (1634) sob o domínio Holandês; depois Parayba (1654) com a volta do domínio português, e João Pessoa (1930) em homenagem ao Presidente do Estado da Paraíba assassinado naquele ano. Em 2007, pelo seu legado, João Pessoa recebe o título de Patrimônio Histórico da Humanidade.

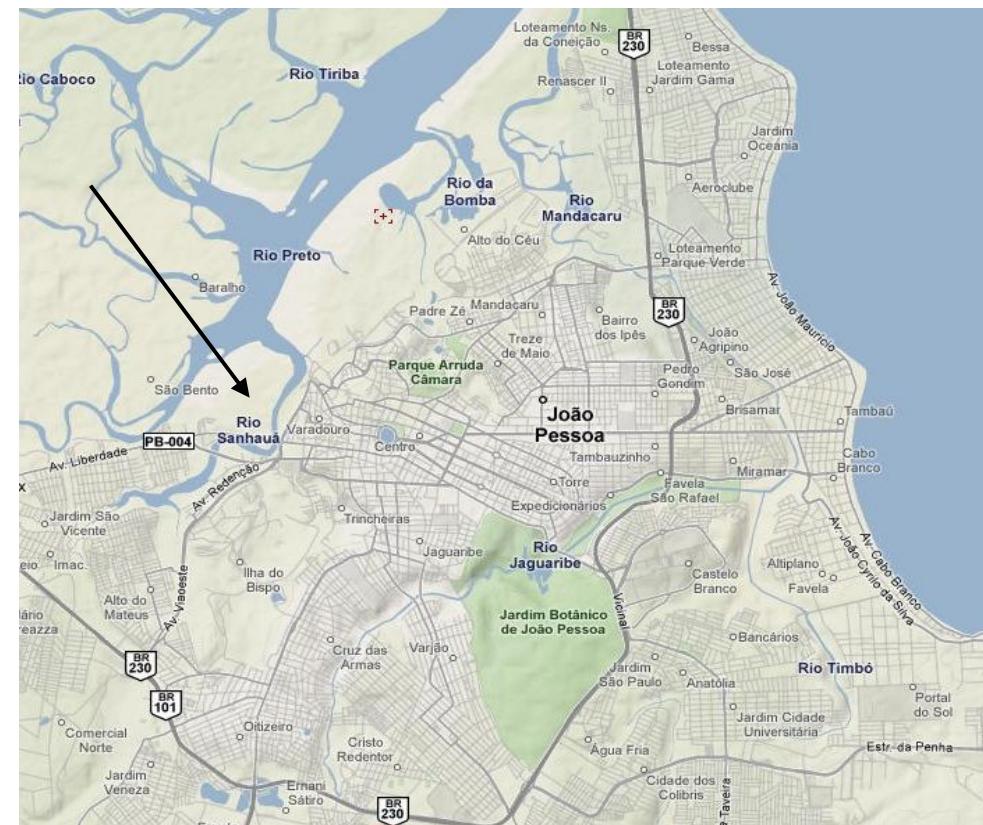
A dinâmica da cidade de João Pessoa, subordinada à lógica da extrativista, como toda a rede urbana nordestina, foi fortemente marcada pelo colonialismo que se estendeu ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Ela era fornecedora de matéria-prima e mão-de-obra. Sua localização privilegiada a beira rio com forte defesa dos que chegavam pelo mar era útil à defesa militar dos interesses da Metrópole Lusitana. Como porto exportador das atividades econômicas, seguiu o padrão da colonização que tinha o campo como lócus da produção e a cidade como lócus da decisão. A importância desse legado histórico-estrutural é determinante da formação do seu espaço urbano. A cidade nasce das margens do rio Sanhauá em direção ao mar.

As funções da cidade colonial em suas conexões com a produção rural, explica não somente a origem do urbano no Brasil, mas também, a produção espacial, ou seja, o espaço geográfico é parte integrante da produção social e do mecanismo de controle da sociedade, cujo papel, no mundo capitalista, tem sido o de acumulação de riqueza e de poder. A ocupação do espaço brasileiro pelos europeus atendeu à lógica do capital mercantil.

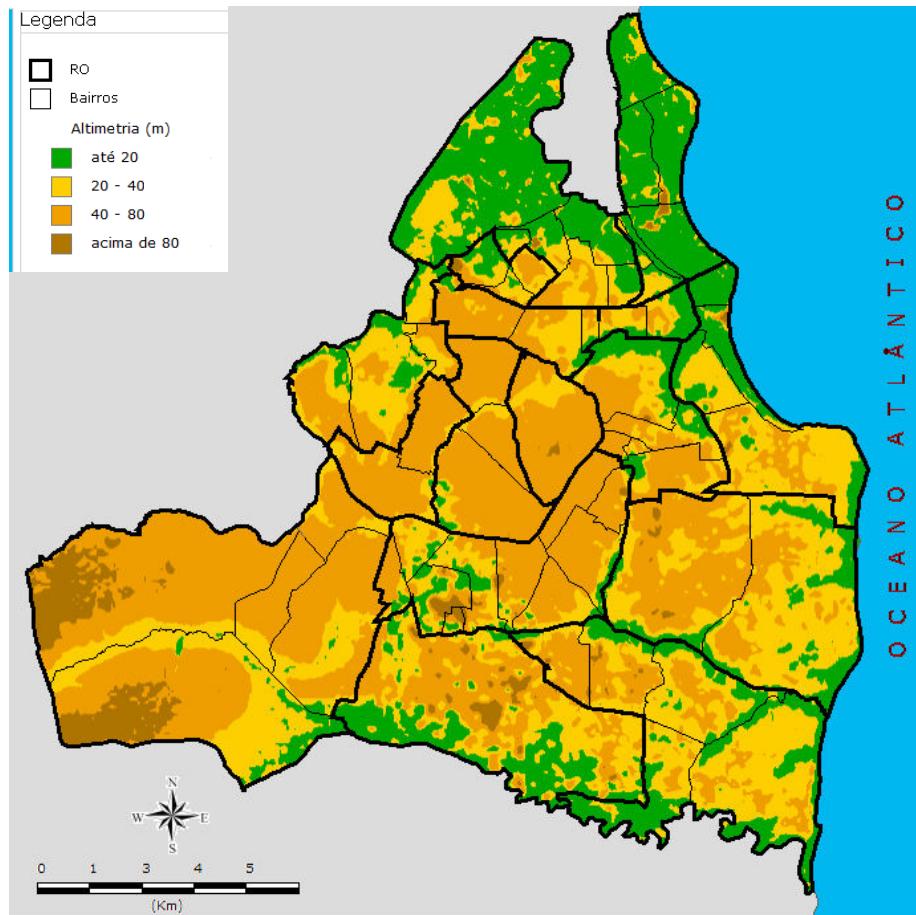
O fenômeno urbano no Brasil, está relacionado diretamente com a expansão do capitalismo, com forte conexão com a atuação do Estado. Isto só poderá ser entendido tomando-se em consideração os processos sociais, econômicos, políticos e espaciais, que ocorrem articulados entre si. As contradições desses processos - expressas na cidade - direcionam a produção espacial urbana dos países capitalistas dependentes, exemplificados historicamente pelo fenômeno migratório.

A evolução espacial de João Pessoa reflete o contexto geopolítico, econômico e social, típico do processo de expansão do capital nos países dependentes. A dinâmica da urbanização nacional, iniciada nos meados do século XIX gerou a divisão social do trabalho entre o Nordeste e o Sudeste e, consequentemente, espaços econômicos diferenciados e desiguais. O Nordeste passou a exercer funções secundárias decorrentes da desarticulação da produção agrária, em termos nacionais. O caráter incipiente da sua industrialização e a força local da agricultura de exportação reforçaram o papel dessa ausência de articulação. O Sudeste, demarcando o caráter dual no processo brasileiro de desenvolvimento econômico, concentrou a produção industrial. Essa dualidade se expressa pelos processos de proletarização e pecuarização dos campos, a expulsão e expropriação de seus trabalhadores para as cidades, favorecendo as migrações, transformando o Nordeste em fornecedor de mão-de-obra ou reserva de força de trabalho (RODRIGUEZ, 1980).

mapa 3. local da formação inicial de João Pessoa

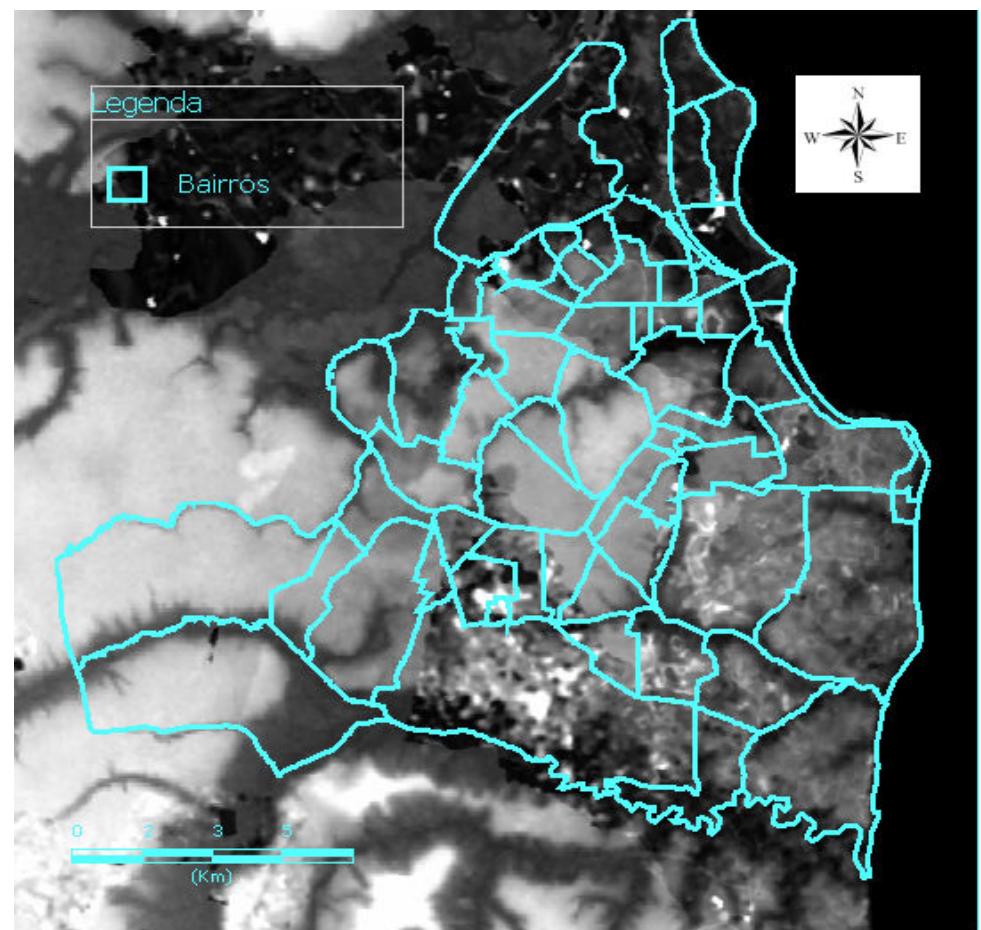


mapa 4 - Topografia “física” de João Pessoa a partir de modelo digital de elevação classificado por faixas de altitude.



Fonte: imagens AST GDEM (global Digital Elevator Model) res.15m. Versão experimental com algumas superfícies

mapa 5 – modelo digital de elevação do território de João Pessoa margeado à leste pelo Oceano Atlântico.



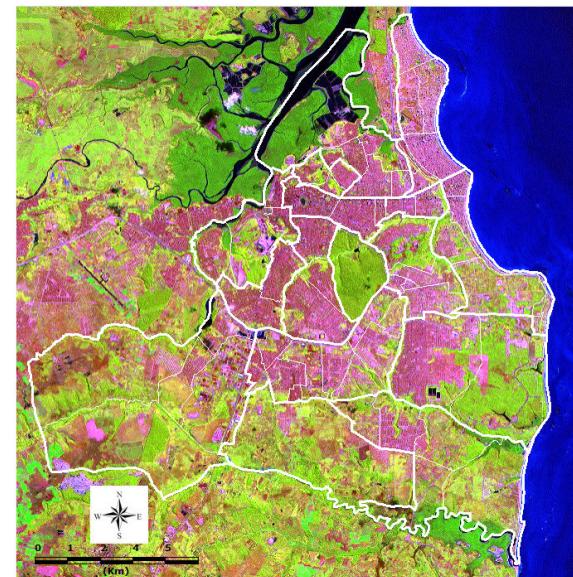
A ocupação espacial da cidade de João Pessoa é produto e meio da dinâmica das relações sociais capitalistas, em que o tornar-se urbano, em suas múltiplas dimensões - econômicas, divisão sócio-técnica do trabalho, culturais -, determina sua configuração socioespacial.

Um território urbano é produto socio-histórico constituído coletivamente, como já se descreveu anteriormente. No processo de produção e apropriação do território foram parte vários segmentos sociais que acumulam investimentos e trabalhos materializados nos lugares espalhados/concentrados na extensão do espaço urbano.

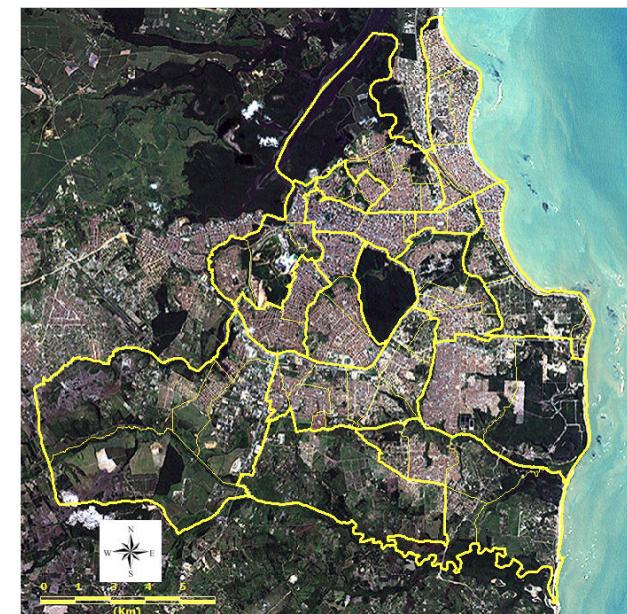
João Pessoa distribui seus quase 600 mil habitantes (contagem IBGE, 2007) , 65 unidades territoriais com as quais se identifica a população local. O chão de João Pessoa é organizado por lei municipal em 59 bairros e 6 regiões especiais.

Recentemente a gestão municipal agregou esses bairros em Regiões Orçamentárias (14) a fim de organizar as bases do Orçamento Democrático. Essa agregação de malha territorial não é ainda adotada pelas diversas Secretarias Municipais. A Saúde opera em 5 distritos e a Educação em 9 pólos de gestão.

mapa 6 – imagem de satélite

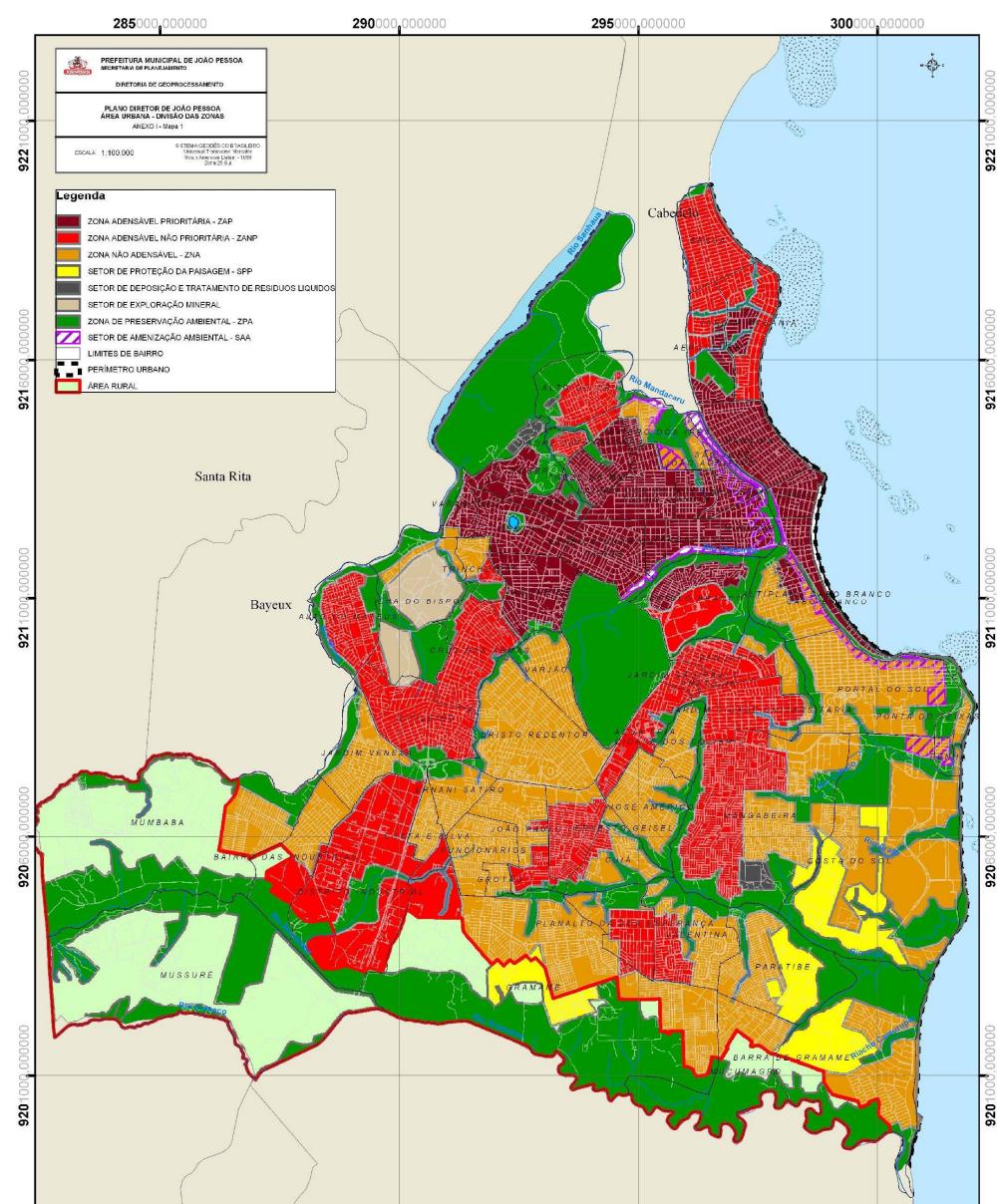


mapa 7 – imagem de satélite

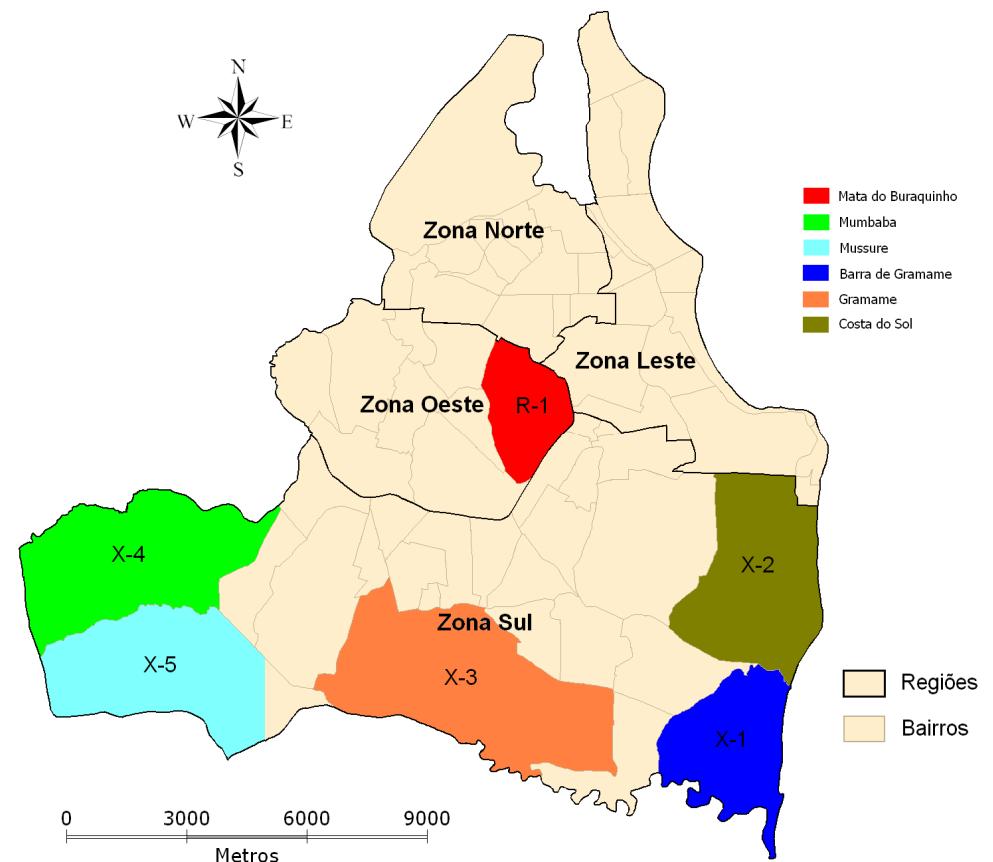


Fonte: ETM – LANDSAT, bandas 3(R) 2 (G) 1 (B) e IHS ou banca 543 e 8

mapa 8 – zoneamento da cidade de João Pessoa



mapa 9 – destaque das zonas especiais da cidade de João Pessoa



Fonte: Plano Diretor de João Pessoa - PRJ

A cidade de João Pessoa, beira a mar na região nordeste e na leste é marcada por uma rede de drenagem densa, principalmente mais ao sul e pelo contraste entre as colinas, as áreas altas e o baixo beira rio e beira mar. Foi na colina central que a nucleação da ocupação do território da cidade teve início.

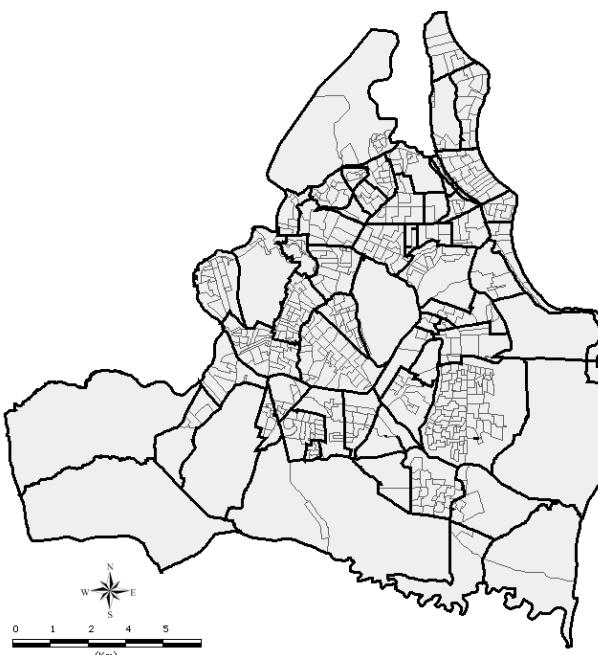
É identificada como a cidade mais arborizada do Brasil, com clara presença de áreas mais protegidas com destaque da Mata do Buraquinho ao centro da marcha urbana. A noroeste e sul a cidade é bordeada por mangues. Outra marca da topografia física de João Pessoa é a transição abrupta na proximidade da orla entre a faixa litorânea e a elevação do relevo a altitudes de 20 a 40 metros, formando um paredão que se mantém bem vegetado, garantindo sua estabilidade e valor paisagístico.

O trato do zoneamento da cidade revela preocupação com a presença ambiental chamando atenção dois fatos: o forte crescimento populacional de Mangabeira, embora em zona não prioritária de adensamento e a proximidade desse forte adensamento com setores de deposição e tratamento de resíduos líquidos.

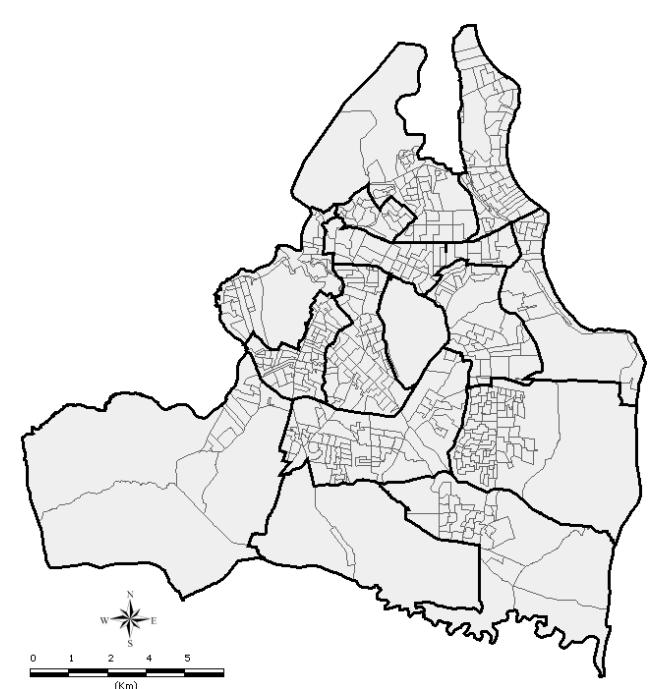
mapa 10 – setores censitários de João Pessoa.
Censo IBGE, 2000



mapa 11 – bairros e setores censitários de João Pessoa. Censo IBGE, 2000



mapa 12 – regiões orçamentárias e setores censitários de João Pessoa. Censo IBGE, 2000



10º Região

- 50 - Róger
53 - Tambiá
55 - Treze de maio

11º Região

- 04 - Alto do Céu
39 - Mandacarú
17 - Padre Zé
46 - Pedro Gondim
07 - Bairro dos Estados
09 - Bairro dos Ipês

12º Região

- X-3 - Gramame

13º Região

- 15 - Centro
25 - Expedicionários
41 - Miramar
54 - Tambauzinho
56 - Torre

14º Região

- 06 - Anatolia
10 - Bancários
14 - Castelo Branco
34 - Jardim Cidade Universitária
36 - Jardim São Paulo

6º Região

- 08 - Bairro das Indústrias
22 - Distrito Industrial
37 - Jardim Veneza
X-4 - Mumbaba
X-5 - Mussuré

7º Região

- 19 - Cristo Redentor
29 - Jaguaribe
58 - Varjão

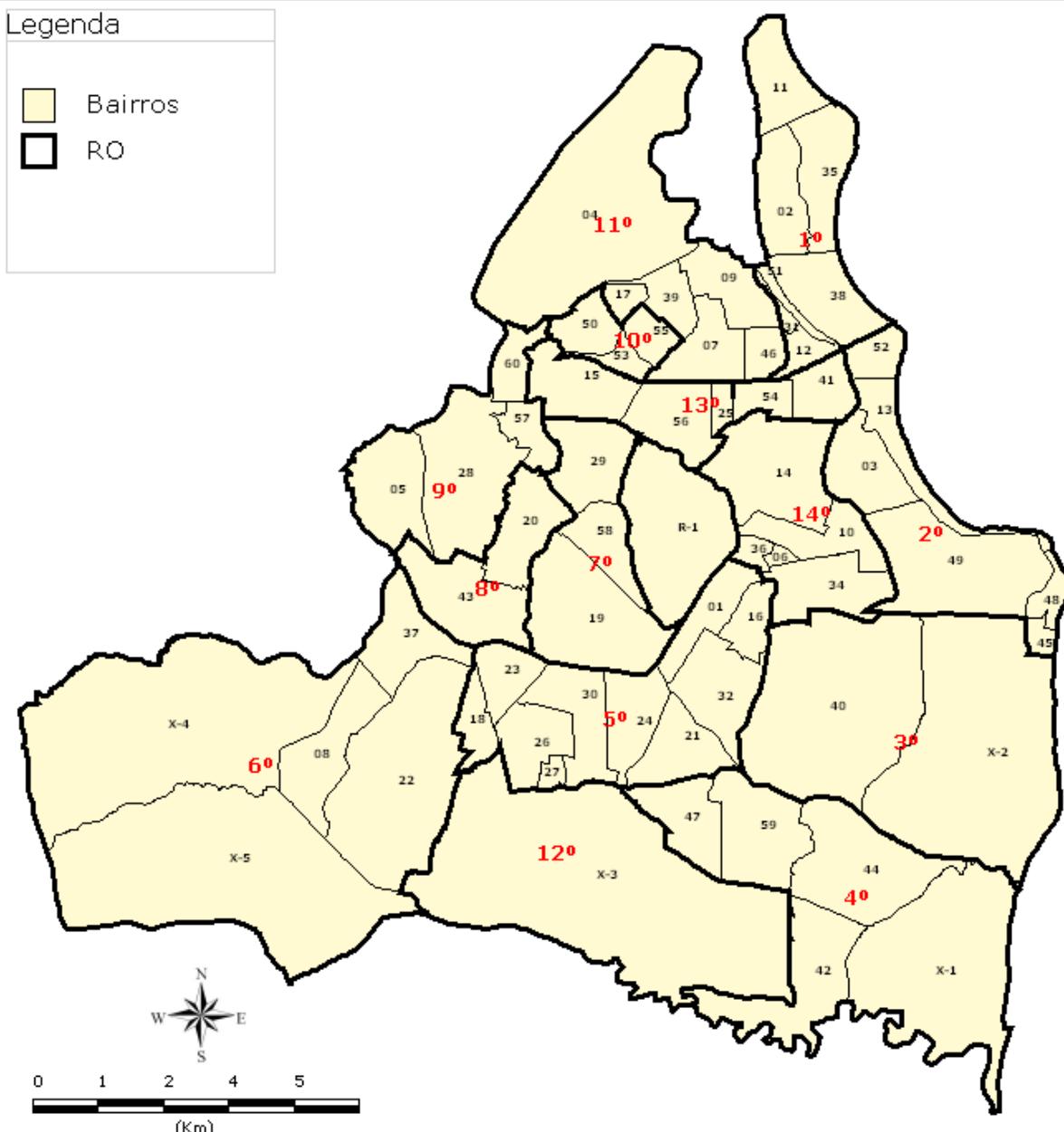
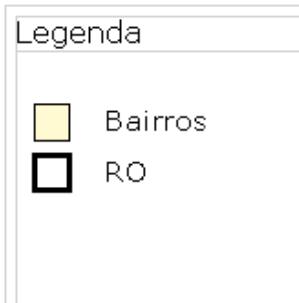
8º Região

- 20 - Cruz das Armas
43 - Oitizeiro

9º Região

- 05 - Alto do Mateus
28 - Ilha do Bispo
57 - Trincheiras
60 - Varadouro

mapa 13 – bairros de João Pessoa por regiões orçamentárias



R1 - Mata do Buraquinho

1º Região

- 02 - Aeroclube
11 - Bessa
12 - Brisamar
35 - Jardim Oceania
31 - João Agripino
38 - Manaíra
51 - São José

2º Região

- 03 - Altiplano Cabo Branco
13 - Cabo branco
45 - Penha
48 - Ponta do Seixas
49 - Portal do Sol
52 - Tambaú

3º Região

- X-2 - Costa do Sol
40 - Mangabeira

4º Região

- X1 - Barra de Gramame
42 - Muçumagro
44 - Paratibe
47 - Planalto da Boa Esperança
59 - Valentina

5º Região

- 01 - Água Fria
16 - Cidade dos Colibris
18 - Costa e Silva
21 - Cuiá
23 - Ernani Satiro
24 - Ernesto Geisel
26 - Funcionários
27 - Grotão
30 - João Paulo II
32 - José Américo

mapa 14 - bairros de João Pessoa por regiões

Zona Norte

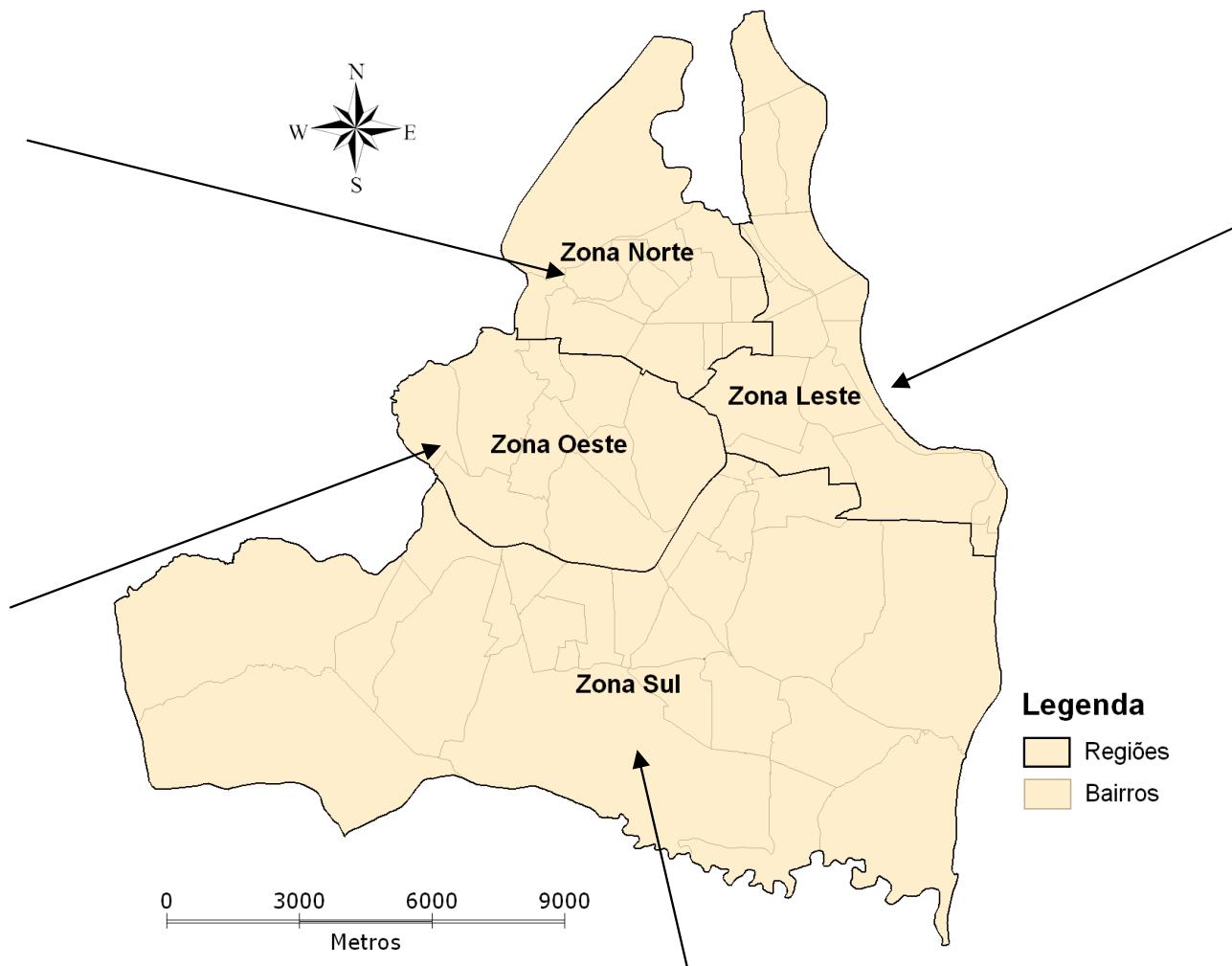
- Alto do Céu
- Centro
- Bairro dos Estados
- Expedicionários
- Bairro dos Ipês
- Mandacaru
- Padre Zé
- Pedro Gondim
- Roger
- Tambauzinho
- Tambiá
- Treze de Maio
- Torre
- Varadouro

Zona Oeste

- Alto do Mateus
- Cristo Redentor
- Cruz das Armas
- Ilha do Bispo
- Jaguaribe
- Oitizeiro
- Trincheiras
- Varjão
- Mata do Buraquinho

Zona Leste

- Aeroclube
- Altiplano Cabo Branco
- Bancários
- Bessa
- Brisamar
- Cabo Branco
- Castelo Branco
- João Agripino
- Jardim Oceania
- Manaíra
- Miramar
- Penha
- Ponto do Seixas
- Portal do Sol
- São José
- Tambaú



Zona Sul

- Anatolia
- Água Fria
- Cidade dos Colibris
- Costa e Silva
- Cuiá
- Distrito Industrial

- Ernesto Geisel
- Funcionários
- Grotão
- Bairro das Indústrias
- João Paulo II
- Jardim Cidade Universitária
- Jardim São Paulo

- Jardim Veneza
- José Américo
- Mangabeira
- Muçumagro
- Paratibe
- Planalto de Boa Esperança
- Valentina

- Ernani Satiro
- Costa do Sol
- Gramame
- Barra de Gramame
- Mussure
- Mumbaba

Em termos de espaço físico, João Pessoa [1] apresenta uma topografia dividida entre cidade alta e cidade baixa. A cidade inicia às margens de um rio indicando a ocupação de defesa aos possíveis inimigos que chegavam pelo mar. Sua parte alta, desde a sua fundação até 1855, desenvolveu-se numa colina, à margem do Rio Sanhauá, e foi ocupada historicamente pelos órgãos administrativos, culturais, religiosos e residências de alto padrão, enquanto que sua porção baixa foi ocupada pelas atividades comerciais. Desse modo, a ocupação e a expansão urbana da cidade ocorreram primeiramente em direção ao litoral e ao sul, haja vista existir, nas direções norte e oeste, entraves naturais tais como: rios e mangues (RODRIGUEZ, 1980). A partir dos fins do século XIX, com a desintegração do sistema colonial pela: crise na produção açucareira no Nordeste e a transição do poder - dos senhores de engenho para os mercadores; a abolição da escravatura e mobilização da população rural para a cidade; o desenvolvimento da produção do algodão (para Europa e Estados Unidos), o poder emergente dos mercadores se destaca. O processo de urbanização da cidade começa a se redesenhar, impulsionado pelo crescimento dos serviços públicos demandado pela mudança dos senhores de engenho e fazendeiros do campo para a cidade exigindo novos serviços de transportes e abastecimento de água. A cidade se reestrutura para os proprietários.

A evolução de João Pessoa tem marcas claras em sua trajetória:

- **de 1585 até 1885:** a cidade nasce, sem nunca ter sido vila, e cumpre a função política e econômica de cidade colonial;
- **de 1885 até 1923:** a cidade adormece em seu desenvolvimento sem forças para enfrentar os obstáculos impostos por sua topografia.
- **de 1923 até 1963:** sua urbanização é acelerada sua motivada principalmente pelas transformações políticas culminando na Revolução de 1930 e o assassinato de João Pessoa. Sua expansão espacial segue em direção leste pela Avenida Epitácio Pessoa, impulsionando a dinâmica urbana nas faixas litorâneas do Cabo Branco e Tambaú. A instalação da Universidade Federal da Paraíba, em 1955, no governo de José Américo de Almeida, propicia transformações espaciais e demográficas e o desenvolvimento cultural da região.
- **de 1963 até 1978:** ocorre sua grande expansão e redefinição da estrutura urbana, impulsionado pela intervenção de políticas federais, como a implantação do Distrito Industrial (pela SUDENE) e o crescimento do setor terciário; a ampliação do sistema viário o crescimento da construção civil impulsionado pelo Banco Nacional de Habitação, favorecendo; intensificação da ocupação do solo urbano, com os loteamentos na região litorânea. Dois vetores de crescimento se esboçam: um na direção Centro-Orla, via a Av. Epitácio Pessoa, levando a população de maior renda e melhor servidas de infra-estrutura e serviços, a residirem nos bairros com melhor padrão de construção (Centro, Tambiá, Expedicionários, Bairro dos Estados, Miramar, etc.); outro vetor de expansão na direção Centro - Av. Cruz das Armas, na ligação com a cidade de Recife, caracterizado por atividades comerciais e apoio rodoviário, ocupado por residenciais modestas da população de baixa renda (Cordão Encarnado, Varadouro, Cruz das Armas etc.).

[1] Localizada na microrregião do Litoral Paraibano, na sua porção mais oriental. Limita-se com cinco municípios que integram a chamada Grande João Pessoa: Bayeux, Santa Rita, Cabedelo e Conde. Estes núcleos urbanos caracterizam-se como zonas acolhedoras de imigrantes.

Os conjuntos habitacionais vão se constituir em elemento chave para reordenação da sua estrutura urbana de João Pessoa, conduzindo a expansão dos bairros : 13 de Maio (1968), Jardim Luna (1968), Ipês (1968), Pedro Gondim (1968), Cidade dos Funcionários (1968), Castelo Branco I, II, III (1969-1975), Costa e Silva (1974), Ernani Sátiro (1977), João Agripino (1977), Cristo (1977), José Américo (1978); Ernesto Geisel (1978); Altiplano Cabo Branco (1978), Distrito Industrial (1979). Forte política habitacional, redefine os vetores de crescimento: primeiramente, do sul para o norte (região da orla marítima), no adensamento da população de renda média, com a construção de conjuntos ao longo da Avenida Epitácio Pessoa (nos bairros 13 de Maio, Ipês e Pedro Gondim; depois, em direção ao sudeste, para população de menor renda, com a construção do Conjunto Castelo Branco (nas mediações do campus da UFPB). A taxa de crescimento dos domicílios da cidade, pela via dos conjuntos habitacionais foi de 24%, dos 33,5% atribuídos nessa década. Agrega-se ainda a esses dados, os indicadores de crescimento da população economicamente ativa urbana, ou seja: no início da década, 15,4% da PEA estava ligada ao setor primário, no final da década o percentual era de 4,3%; enquanto que o setor secundário cresceu de 12,2% para 17,8%, o setor terciário passou de 72,4% para 78,7% (LAVIERI & LAVIERI, 1999:45).

• **de 1978 aos anos 80** a cidade explode em direção as zonas sul e sudeste a revelia de planejamento e implantação de infraestrutura básica. A ênfase na construção de conjuntos populares na cidade de João Pessoa resultou da estratégia política do período ditatorial (aliado aos interesses da construção civil em barrar os conflitos sociais ligados aos movimentos populares pela moradia.

Nesse período, a expansão dos conjuntos habitacionais dobra em relação à década anterior e reafirma a tendência de crescimento da região sudeste da cidade (ampliação do Castelo Branco e instalação dos conjuntos Ernani Sátiro, José Américo, Ernesto Geisel e José Vieira Diniz – Distrito Industrial).

A magnitude desse crescimento urbano em João Pessoa, durante duas décadas -1960-1980 fez saltar o número de domicílios – de 29.000 até 1960, para 64.650. Data desse momento o Código de Urbanismo (1976) com redimensionamento do sistema viário de João Pessoa.

Essa política de expansão, tendo como base a política habitacional financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), se estende também durante a década de 1980, gerando os bairros: Radialista, Ivan Bichara, Bancários, Ipês, Alto do Mateus, Esplanada, Anatolia, Cristo, Grotões, Mangabeira (I e II), Bairro das Indústrias (Distrito Industrial), Parque Arruda Câmara (Roger), Valentina Figueiredo.

• **os anos 90** registram uma rápida expansão da malha urbana, valorização imobiliária de áreas nobres, proliferação de edificações comerciais, de lazer e serviços, tanto no Centro como nos bairros residenciais. João Pessoa desenvolve seu potencial turístico com a expansão da rede hoteleira na região da orla marítima, ao lado do crescimento da ocupação residencial de alto padrão, com tendência à verticalização (LAVIERI E LAVIERI:1999).

As transformações urbanas de João Pessoa resultaram na formação de um contingente de massa de trabalhadores, na capital e nas cidades circunvizinhas, formando o conglomerado chamado de Grande João Pessoa com baixos níveis de condições de moradia e de vida. João Pessoa em 1989 contava com 150 favelas.

Esta síntese é reveladora de contradições e desigualdades na ocupação e formação dos territórios intraurbanos de João Pessoa. Esse modelo de desenvolvimento trouxe complexidades à questão social urbana. Os dados demonstram que o crescimento e expansão de João Pessoa não significou melhoria na qualidade de vida de toda sua população (LAVIERI E LAVIERI: 1999).

Essas expressões de vida urbana passam a requerer novos dispositivos de análise das desigualdades, exclusão, a violação dos direitos humanos, da criança e do adolescente, a exploração do trabalho em suas diversas formas etc.

A relevância desses processos é agravada na contemporaneidade pelo contexto de crise mundial e de desenvolvimento socioeconômico desigual, com fortes implicações sobre a precarização das condições de vida da população, o que tem representado um desafio para a gestão das políticas públicas.

Em se tratando da gestão das cidades, no caso brasileiro, o processo de regulação do território, principalmente o das condições de moradia, a disponibilidade dos equipamentos sociais e o acesso aos serviços básicos de uso da coletividade são desafios ainda não enfrentados adequadamente, em termos de políticas públicas.

O reconhecimento do governo brasileiro para com a importância das dinâmicas demográfica e socioeconômica, associadas aos processos de exclusão/inclusão social, pôde ser visualizado quando este instituiu a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em outubro de 2004, assumindo a centralidade sócio-familiar no âmbito de suas ações. A partir desta, a Norma Operacional Básica (NOB) de 2005, que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) fundamenta o conceito de vulnerabilidade social para estabelecer a condição de vulnerabilidade das famílias de um determinado território.

Desse modo, do ponto de vista da gestão e regulação das cidades significa considerar o território como unidade de planejamento e avaliação das políticas públicas. Isto é, base de organização dos serviços, programas, projetos e benefícios.

A importância de estudos sobre a formação socioespacial, seus determinantes, no contexto de grandes transformações econômicas em escala global, evidencia-se com uma relevância sem precedentes, sobretudo por seus processos e consequências serem vivenciados no território local com demandas ao governante municipal. O estudo dos territórios intraurbanos das cidades ganha: urgência no processo de gestão das condições de vida. A organização espacial exprime as complexas configurações sociais, ou sejam desigualdades socioterritoriais.

As relações entre as dimensões socioespaciais e as socioeconômicas já são demarcadas tanto nos estudos acadêmicos como na agenda dos organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a exemplo da construção do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. A inserção da dimensão territorial como dispositivo analítico das condições de vida de uma população significa conceber que, as múltiplas conjunções das desigualdades espaciais, econômicas, sociais, culturais e simbólicas estão em interfaces com a questão da pobreza, da exclusão e de seus enfrentamentos.

Considerar o território em suas multidimensões significa, sobretudo, conceber que suas formas de produção, de apropriação e de controle do espaço social são construídas socialmente. Em outros termos: o espaço social é produto, condição e meio de reprodução das relações sociais (LEFEVRE, 1994).

Desse modo, a territorialidade se constitui no lugar onde se processam os fluxos, as trocas, o controle e apropriação do espaço urbano em suas multidimensões e divisões de uso. Haja vista a concentração populacional residir fundamentalmente no espaço urbano, promovendo assim, nos processos sociodemográficos, uma heterogeneidade socioespacial sem precedentes.

A relevância desses processos é agravada na contemporaneidade pelo contexto de crise mundial e de desenvolvimento socioeconômico desigual, com fortes implicações sobre a precarização das condições de vida da população, o que tem representado um desafio para a gestão das políticas públicas.

Em se tratando da gestão das cidades, no caso brasileiro, o processo de regulação do território, principalmente o das condições de moradia, a disponibilidade dos equipamentos sociais e o acesso aos serviços básicos de uso da coletividade são desafios ainda não enfrentados adequadamente, em termos de políticas públicas.

O reconhecimento do governo brasileiro para com a importância das dinâmicas demográfica e socioeconômica, associadas aos processos de exclusão/inclusão social, pôde ser visualizado quando este instituiu a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em outubro de 2004, assumindo a centralidade sócio-familiar no âmbito de suas ações. A partir desta, a Norma Operacional Básica (NOB) de 2005, que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) fundamenta o conceito de vulnerabilidade social para estabelecer a condição de vulnerabilidade das famílias de um determinado território.

Desse modo, do ponto de vista da gestão e regulação das cidades significa considerar o território como unidade de planejamento e avaliação das políticas públicas. Isto é, base de organização dos serviços, programas, projetos e benefícios.

• 4.1 a população da cidade de João Pessoa

Embora a contagem populacional de João Pessoa mostre que em 2007 ela chega a 674.782 habitantes, o não acesso aos resultados por setor censitário e a discrepância dos limites destes com os limites dos bairros, exigiu que mantivéssemos o cálculo censitário de 2000, ou seja o total de 597.934 habitantes. Há, portanto, um diferencial de 76.848 habitantes ou 11% a mais, em 2007, do que os habitantes do ano de 2000.

A discrepancia da concentração populacional por regiões orçamentárias representa um fator de influência no trato da gestão em cada região. É de se lembrar o volume de conjuntos habitacionais no processo de urbanização da cidade o que lhe traz adensamento territoriais particulares.

tabela 1 – concentração de bairros, domicílios e setores censitários por região orçamentária de João Pessoa, 2009

R.O.	bairros	%	população	%	domicílios	%	setores censitários	%
1 ^a	7	10,8	53749	9,0	14451	9,3	63	10,6
2 ^a	6	9,2	19038	3,2	5129	3,3	23	3,9
3 ^a	2	3,1	68007	11,4	18310	11,8	65	11,0
4 ^a	5	7,7	30863	5,2	7700	5,0	33	5,0
5 ^a	10	15,4	78724	13,2	20026	12,9	76	12,8
6 ^a	5	7,7	22405	3,7	5401	3,5	18	3,0
7 ^a	3	4,6	68754	11,5	17640	11,4	70	11,8
8 ^a	2	3,1	57022	9,5	14248	9,2	55	9,3
9 ^a	4	6,1	35804	6,0	9074	5,8	40	6,8
10 ^o	3	4,6	19668	3,3	5052	3,2	19	3,2
11 ^a	6	9,2	62283	10,4	15851	10,2	48	8,1
12 ^a	1	1,5	6288	1,1	1563	1,0	3	0,6
13 ^a	5	7,7	36896	6,2	10068	6,5	40	6,8
14 ^a	5	7,7	36762	6,1	9869	6,4	39	6,5
M.B.	1	1,5	1896	0,3	441	0,3	3	0,6
total	65	100	597934	100	155043	100	595	100

Fonte: Censo IBGE, 2000

quadro 3 – distribuição das regiões orçamentárias por intervalos de agregação da população de João Pessoa

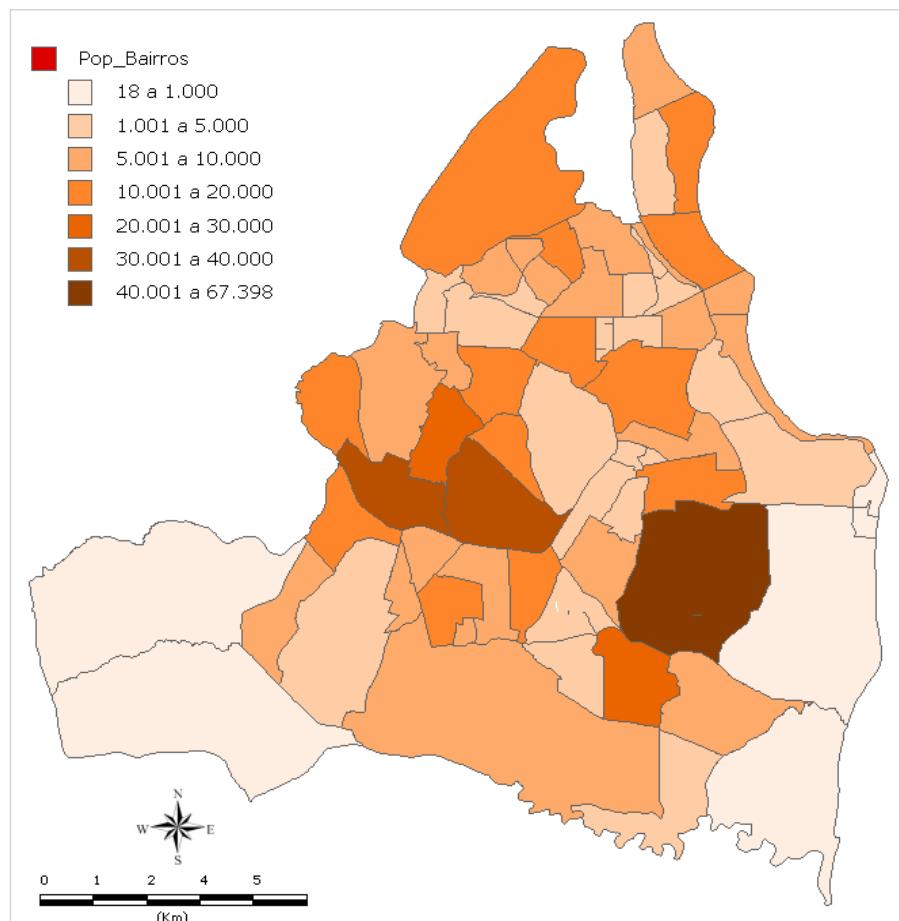
-2.000 habitantes	Mata do Buraquinho (1)
+2.000 a 20.000 habitantes	2 ^a , 10 ^a , 12 ^a , 4 ^a (4)
+20.000 a 30.000 habitantes	6 ^a (1)
+30.000 a 40.000 habitantes	14 ^a , 13 ^a e 9 ^a (3)
+50.000 habitantes	1 ^a , 3 ^a , 5 ^a , 7 ^a , 8 ^a , 11 ^a (6)

Nota: para além da Mata do Buraquinho, outras cinco áreas consideradas como "vazios urbanos" estão incorporadas nas regiões orçamentárias

• 4.2 o território intraurbano e João Pessoa e sua população

João Pessoa distribui seus quase 597934 mil habitantes (IBGE) em pouco mais de 155 mil domicílios, isto é, quase 4 habitantes por moradia, números que variam em cada uma das 65 unidades territoriais com as quais se identifica a população local. O chão de João Pessoa é organizado por lei municipal em 65 bairros, isto é, 59 bairros e 6 áreas especiais quer pela topografia da natureza, ou por serem reservas ambientais, registravam baixa incidência de população. O bairro mais populoso de João Pessoa é o de Mangabeira com quase 70mil habitantes (67,398) em forte contraste com Mussurê, que registra 18 habitantes que vivem em 7 domicílios. Há forte discrepância na concentração de população e domicílios de João Pessoa . O caso de Mangabeira deve ser de alta relevância de estudo para a gestão da assistência social em João Pessoa.

mapa 15 – intensidade de população dos bairros de João Pessoa



A distribuição populacional mostra que 40% dos bairros de João Pessoa tem até 5.000 habitantes. Portanto, pouco mais do que 1.000 famílias. Considerando os agregados até 10.000 habitantes, verifica-se que na organização intraurbana 72% de João Pessoa têm bairros de pequeno porte. Destacam-se os 5 bairros com mais de 20.000 habitantes.

tabela 2 – distribuição da população dos bairros de João Pessoa por intervalos de intensidade. João Pessoa, 2009

habitantes	bairros	
	nº	%
+ 40.000 a 67.398	1	1,5
+ 20.000 a 40.000	4	6
+ 10.000 a 20.000	13	20
+ 5.000 a 10.000	21	32
+ 1.000 a 5.000	20	31
18 até 1.000	6	9,5
total	65	100

tabela 3 – distribuição da população e dos domicílios por bairros de João Pessoa, agregados por região orçamentária. João Pessoa, 2009

R.O.	bairros	setores censitários	população		domicílios	
			nº	%	nº	%
1°	Manaíra		19289	35,9	5131	35,5
	Jardim Oceania		10015	18,6	2717	18,8
	São José		7923	14,7	2063	14,3
	Bessa		7111	13,2	1950	13,5
	Brisamar		4148	7,7	1096	7,6
	Aeroclube		4057	7,5	1169	8,1
	João Agripino		1206	2,2	325	2,2
	sub-total		7	53749	9,0	14451
2°	Tambau		6782	35,6	1892	36,9
	Cabo Branco		5439	28,6	1584	30,9
	Altiplano Cabo Branco		4151	21,8	1005	19,6
	Portal do Sol		1510	7,9	364	7,1
	Penha		773	4,1	173	3,4
	Ponta do Seixas		383	2,0	111	2,2
	sub-total		6	19038	3,2	5129
3°	Mangabeira		67398	99,1	18153	99,1
	Costa do Sol		609	0,9	157	0,9
	sub-total		2	68007	11,4	18310
4°	Valentina		22306	57,2	5554	56,5
	Paratibe		8134	20,9	2130	21,7
	Muçumagro		4882	12,5	1183	12,0
	Planalto da Boa Esperança		3318	8,5	869	8,8
	Barra de Gramame		357	0,9	94	1,0
	sub-total		5	38997	6,5	9830
5°	Funcionários		16222	20,6	4020	20,1
	Ernesto Geisel		12049	15,3	3197	16,0
	João Paulo II		9912	12,6	2439	12,2
	Costa e Silva		9245	11,7	2208	11,0
	Jose Américo		8776	11,1	2241	11,2
	Ermanni Satiro		8447	10,7	2142	10,7
	Grotão		5784	7,3	1394	7,0
	Cuia		3418	4,3	912	4,6
	Água Fria		3069	3,9	1005	5,0
	Cidade dos Colibris		1802	2,3	468	2,3
	sub-total		10	78724	13,2	20026

Fonte: Censo IBGE, 2000

6°	Jardim Veneza Bairro das Indústrias Distrito Industrial Mumbaba Mussuré		12494 7755 1675 463 18	55,8 34,6 7,5 2,1 0,1	3069 1828 397 100 7	56,8 33,8 7,4 1,9 0,1
	sub-total	5	22405	3,7	5401	3,5
7°	Cristo Redentor Varjão Jaguaribe		37170 17216 14368	54,1 25,0 20,9	9243 4274 4123	52,4 24,2 23,4
	sub-total	3	68754	11,5	17640	11,4
8°	Oitizeiro Cruz das Armas		31028 25994	54,4 45,6	7664 6584	53,8 46,2
	sub-total	2	57022	9,5	14248	9,2
9°	Alto Do Mateus Trincheiras Ilha Do Bispo Varadouro		16898 8399 6386 4121	47,2 23,5 17,8 11,5	4188 2231 1539 1116	46,2 24,6 17,0 12,3
	sub-total	4	35804	6,0	9074	5,9
10 ^a	Roger Tambiá Treze De Maio		9421 2172 7850	48,5 11,2 40,4	2726 587 1983	51,5 11,1 37,4
	sub-total	4	19443	3,3	5296	3,4
11°	Alto do Céu Mandacaru Bairro dos Estados Bairro dos Ipês Cidade Padre Zé Pedro Gondim		14981 12776 8726 7874 7053 2739	27,7 23,6 16,1 14,5 13,0 5,1	3575 3291 2383 2135 1631 706	26,1 24,0 17,4 15,6 11,9 5,1
	sub-total	6	54149	9,1	13721	8,8
12°	Gramame		6288	100,0	1563	100,0
	sub-total	1	6288	1,1	1563	1,0
13°	Torre Miramar Centro Tambauzinho Expedicionários		17062 6986 4998 4466 3384	46,2 18,9 13,5 12,1 9,2	4564 1786 1618 1165 916	45,4 17,8 16,1 11,6 9,1
	sub-total	5	36896	6,2	10049	6,5
14°	Castelo Branco Jardim Cidade Universitária Bancários Jardim São Paulo Anatólia		12850 11476 8767 2543 1126	35,0 31,2 23,8 6,9 3,1	3299 3321 2144 814 291	33,4 33,7 21,7 8,2 2,9
	sub-total	5	36762	6,1	9869	6,4
-	Mata do Buraguinho		1896	100,0	441	100,0
	sub-total	1	1896	0,3	441	0,3
	total	65	597934		155048	

tabela 4 – distribuição da população , bairros e setores censitários de João Pessoa, por regiões da cidade pela Seplan. PMJP

regiões	bairros		setores		população	
	nº	%	nº	%	nº	%
zona norte	14	21.54	109	18.32	106463	17.84
zona leste	16	24.62	114	19.16	101390	16.99
zona oeste	9	13.85	160	26.89	159355	26.70
zona sul	26	40.00	212	35.63	229566	38.47
total	65	100	595	100	596774	100

tabela 5 – distribuição da população , bairros e setores censitários de João Pessoa. Censo IBGE, 2000

regiões	bairros		setores		população	
	nº	%	nº	%	nº	%
zona norte	14	21.54	109	18.32	107623	18.00
zona leste	16	24.62	114	19.16	101390	16.96
zona oeste	9	13.85	160	26.89	159355	26.65
zona sul	26	40.00	212	35.63	229566	38.39
total	65	100	595	100	597934	100

mapa 16 - população e domicílio da zona leste de João Pessoa, 2009

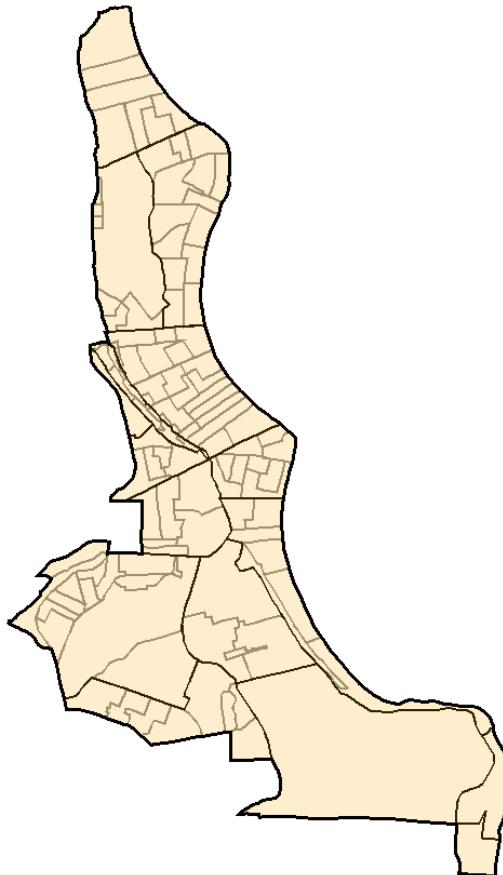


tabela 6 - população e domicílio da zona leste de João Pessoa, 2009

bairros zona leste	setores censitários	população	%	domicílios	%
Manaira	22	19289	22,5	5131	22,4
Castelo Branco	14	12850	15,0	3299	14,4
Jardim Oceania	14	10015	11,7	2717	11,9
São Jose	7	7923	9,3	2063	9,0
Bessa	7	7111	8,3	1950	8,5
Tambau	9	6782	7,9	1892	8,3
Cabo Branco	7	5439	6,4	1584	6,9
Altiplano Cabo Branco	4	4151	4,8	1005	4,4
Brisamar	5	4148	4,8	1096	4,8
Aeroclube	7	4057	4,7	1169	5,1
Portal do Sol	1	1510	1,8	364	1,6
João Agripino	1	1206	1,4	325	1,4
Penha	1	773	0,9	173	0,8
Ponta do Seixas	1	383	0,4	111	0,5
total		100	85637	100	22879
					100

mapa 17 - população e domicílio da zona norte de João Pessoa, 2009

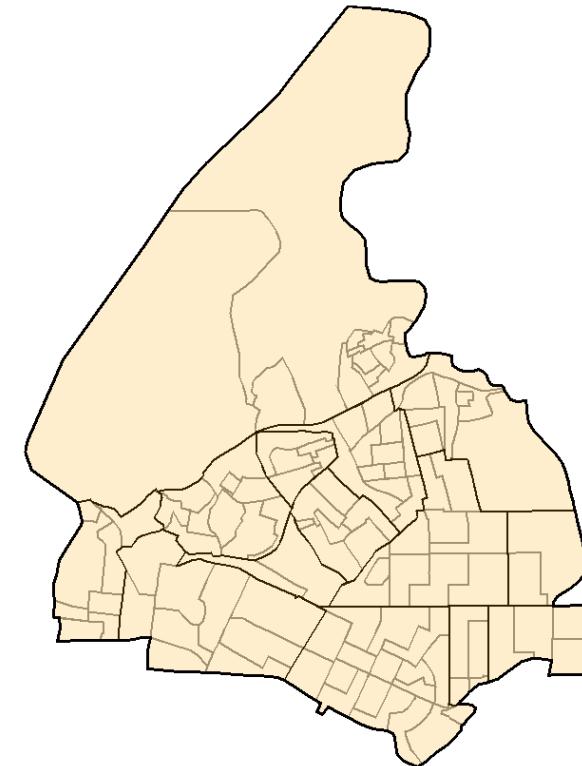


tabela 7 - população e domicílio da zona norte de João Pessoa, 2009

bairros zona norte	setores censitários	população	%	domicílios	%
Torre	17	17062	21,5	4564	22,0
Alto do Céu	12	14981	18,9	3575	17,2
Bairro dos Estados	10	8726	11,0	2383	11,5
Bairro dos Ipês	8	7874	9,9	2135	10,3
Treze de Maio	7	7850	9,9	1983	9,6
Padre Ze	5	7053	8,9	1631	7,9
Centro	9	4998	6,3	1618	7,8
Tambauzinho	4	4466	5,6	1165	5,6
Varadouro	8	4121	5,2	1116	5,4
Tambia	2	2172	2,7	587	2,8
total		82	79303	100	20757
					100

mapa 18 - população e domicílio da zona sul de João Pessoa, 2009

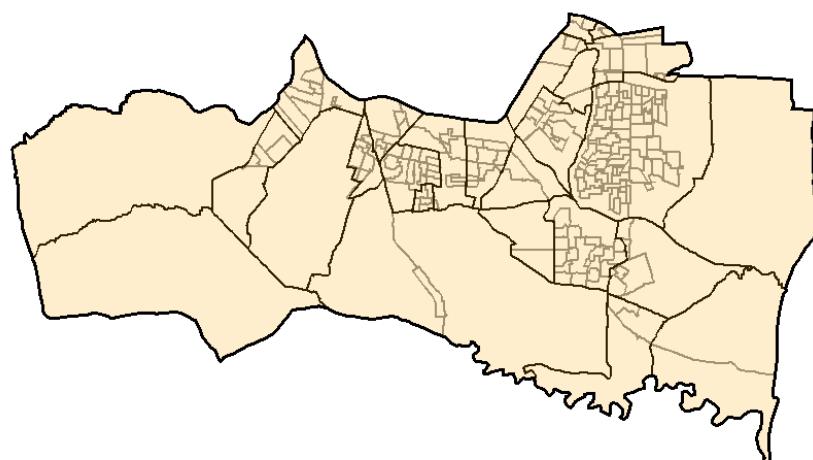


tabela 8- população e domicílio da zona sul de João Pessoa, 2009

bairros zona sul	setores censitários	população	%	domicílios	%
Mangabeira	64	67398	29,4	18153	30,5
Valentina	20	22306	9,7	5554	9,3
Funcionários	16	16222	7,1	4020	6,7
Jardim Venezuela	9	12494	5,4	3069	5,2
Ernesto Geisel	11	12049	5,2	3197	5,4
Jardim Cidade Universitária	12	11476	5,0	3321	5,6
João Paulo II	9	9912	4,3	2439	4,1
Costa e Silva	9	9245	4,0	2208	3,7
Jose Américo	9	8776	3,8	2241	3,8
Ernani Satiro	9	8447	3,7	2142	3,6
Paratibe	6	8134	3,5	2130	3,6
Bairro das Indústrias	5	7755	3,4	1828	3,1
Gramame	3	6288	2,7	1563	2,6
Grotão	5	5784	2,5	1394	2,3
Mucumagro	3	4882	2,1	1183	2,0
Cuia	3	3418	1,5	912	1,5
Planalto da Boa Esperança	2	3318	1,4	869	1,5
Água Fria	3	3069	1,3	1005	1,7
Jardim São Paulo	3	2543	1,1	814	1,4
Cidade dos Colibris	2	1802	0,8	468	0,8
Distrito Industrial	2	1675	0,7	397	0,7
Anatólia	2	1126	0,5	291	0,5
Costa do Sol	1	609	0,3	157	0,3
Mumbaba	1	463	0,2	100	0,2
Barra de Gramame	2	357	0,2	94	0,2
Mussure	1	18	0,0	7	0,0
total	212	229566	100	59556	100

mapa 19 - população e domicílio da zona oeste de João Pessoa, 2009

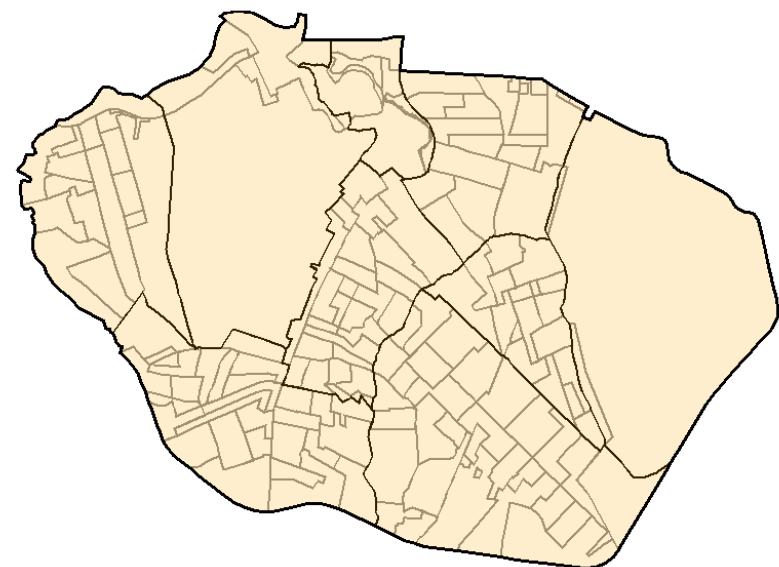


tabela 9 - população e domicílio da zona oeste de João Pessoa, 2009

bairros zona oeste	setores censitários	população	%	domicílios	%
Cristo Redentor	33	37170	23,3	9243	22,9
Oitizeiro	30	31028	19,5	7664	19,0
Cruz Das Armas	25	25994	16,3	6584	16,3
Varjão	18	17216	10,8	4274	10,6
Alto do Mateus	17	16898	10,6	4188	10,4
Jaguaribe	19	14368	9,0	4123	10,2
Trincheiras	8	8399	5,3	2231	5,5
Ilha do Bispo	7	6386	4,0	1539	3,8
Mata do Buraquinho	3	1896	1,2	441	1,1
total	160	159355	100	40287	100

5. MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

5.1 - as diferenciações intraurbanas de João Pessoa

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social – MEIS aplica metodologia desenvolvida pelo Cedest – Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais (PUCSP-INPE). Esta metodologia agrupa dados dos setores censitários de cada um dos territórios em que a cidade é dividida. No caso a cidade de João Pessoa foi dividida em 14 regiões orçamentárias. O IEX parte do estudo de discrepância de cada variável examinada, em cada um dos territórios intraurbanos.

A proposta de construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social – MEIS da Cidade de João Pessoa nasceu da necessidade de territorializar a gestão da política de assistência social. Adotar este princípio de gestão é condição exigida para que a Prefeitura de João Pessoa atinja a condição de habilitação plena no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O alcance desta ferramenta de territorialização social tem se mostrado, na gestão de cidades brasileiras, de intensa aplicação em outras áreas como: educação, saúde, habitação, transporte entre tantas outras da ação municipal. Para a assistência social que opera o cotidiano da proteção social ele se torna ferramenta de importante auxílio.

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social pelo seu método de análise tem condições de examinar características da população de cada um dos territórios intra-urbanos realizando um balanço entre as incidências das variáveis que caracterizam a população de um mesmo território, esclarecendo quais frações dessa população vivem sob condições de exclusão social em discrepância com a incidência de outras frações sob inclusão social. É um balanço social da distribuição territorial de condições de vida. Ele não se centra nas piores incidências mas na medida da distância entre as maiores e menores incidências de cada variável em um dado território. A base de dados para elaboração de um Mapa da Exclusão/Inclusão Social – MEIS de uma cidade são os dados dos censos populacionais do IBGE. Sua construção exige estudos universais da população dos territórios de uma cidade e não só análises amostrais ou medidas médias.

Nesse sentido o Mapa de Exclusão/Inclusão Social – MEIS tem plena atualização a cada 10 anos, ou quando o IBGE produz resultados censitários sobre a população desagregados territorialmente em setores censitários, isto é, com cerca de 1.000 habitantes ou 200 a 300 famílias. Podem ainda ser produzidas análises intermediárias sobre a dinâmica de exclusão/inclusão social populacional durante a década a partir de novos aportes de dados produzidos pelo próprio município ou outros órgãos oficiais sempre respeitada a condição de efetiva representação da população de cada um dos territórios intra-urbanos.

O Cedest considera que o exame dos dados dos territórios de João Pessoa, datados do início da década, embora ainda contenham potencial analítico, sempre estarão referidos ao movimento da realidade da década de 90 e não, propriamente, à primeira década do terceiro milênio. Nesse sentido é importante induzir o leitor a que faça uma leitura inquisidora do movimento dos dados e não uma leitura descritiva como se fossem eles uma foto do final da primeira década do terceiro milênio. A análise dos dados é sempre um *proxy* e nesse sentido devem ser consideradas as reflexões aqui apresentadas.

A cidade de João Pessoa foi estudada territorialmente sob diferentes metodologias. Todavia, elas se centraram em classificar cada bairro, ou cada parcela do território quanto a intensidade de suas piores ocorrências (IDH dos bairros). A metodologia do MEIS realiza um balanço da discrepância entre as piores e melhores ocorrências de uma variável em cada território.

Mede portanto, as distâncias entre o melhor e o pior e não só as piores incidências. Esta é a grande diferenciação desta metodologia. Ela não compara o território com uma média da cidade. Procura analisar a incidência dos dados de toda a população domiciliada em um território.

Trata-se da leitura resignificada, sob o olhar social, do chão da cidade de João Pessoa a partir das características da população que nele pisa cotidianamente e que atua como sujeito na construção e distribuição das condições da cidade aos seus habitantes de João Pessoa.

Propõe-se um só movimento: o chão e os dados dos que nele vivem como partes entranhadas que não podem ser separadas em números, sem considerar que são cidadãos em plena construção da produção e reprodução social de sua vida cotidiana.

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social de João Pessoa foi realizado pelos 59 bairros da cidade e incluiu a área especial do Gramame, na medida em que ela tem peso primordial na 12ª região orçamentária. Lembra-se aqui, como já explicado, que os dados do censo do IBGE de 2000 segue os limites dos setores censitários e não dos bairros propriamente ditos. Isto exigiu a construção de uma *proxy* entre os limites de um e outro. Espera-se que, para o próximo censo, o IBGE e a Prefeitura de João Pessoa acordem estes limites para que se possa ter a aplicação imediata dos dados censitários à territorialidade dos bairros.

A análise das incidências das variáveis baseia-se numa leitura da heterotopia da inclusão social. Isto é, inclusão social deve significar autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade. Embora inclusão possa ter mais significados, parte-se destes que são avaliáveis pelos dados censitários. A ponderação entre inclusão/exclusão social tem uma unidade de medida, o PBI – Padrão Básico de Inclusão Social, que objetiva na subjetividade coletiva o lugar da inclusão como um padrão de dignidade humana que deveria ser igualitário a todos.

Recomenda-se que a medida PBI seja resultante de discussões com a sociedade. No caso de João Pessoa adotaram-se medidas de PBI discutidas em outras cidades.

Apresenta-se a seguir os dados dos 59 bairros de João Pessoa acrescido de Gramame, uma região especial, mas que pela incidência populacional também foi agregada, produzindo 60 unidades territoriais.

Embora o MEIS tenha os resultados por bairros, a cada utopia foram acrescidos tabelas e mapas da incidência bruta das variáveis por região orçamentária, a fim de oferecer dados complementares para a ação da PMJP por região orçamentária.

5.2 - Autonomia

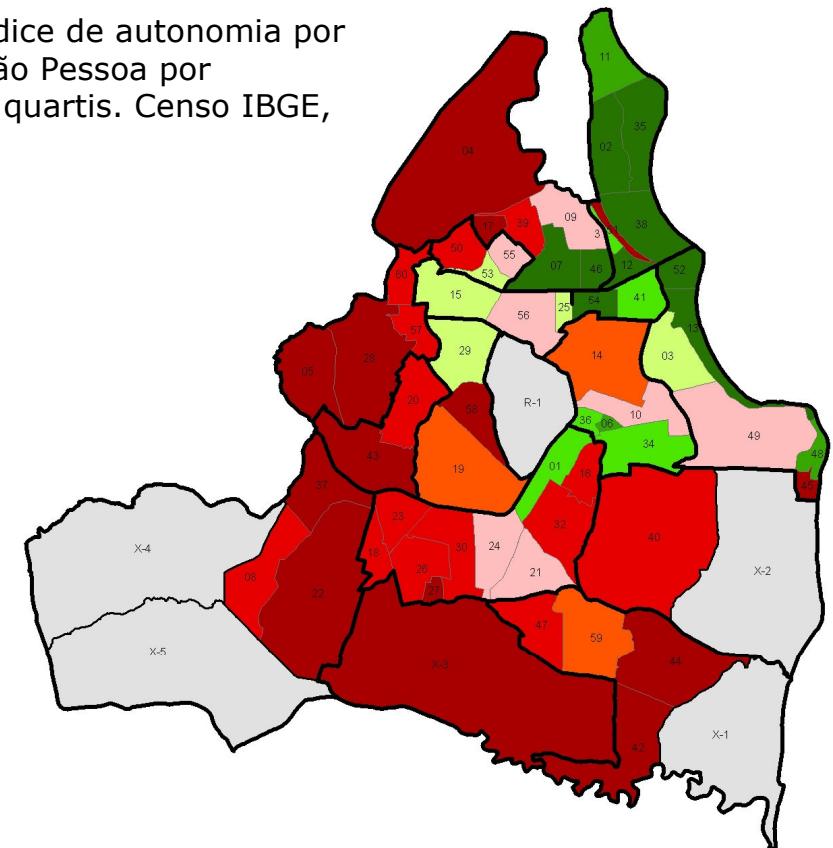
Embora o sentido de autonomia seja mais ampliado do que a capacidade de renda, este é o único dados disponível pelo censo 2000. A análise do tema foi realizada a partir de 8 variáveis que analisam o rendimento dos chefes de família por domicílio em intervalos de classe. São José, seguido de Ilha do Bispo é o território com maior concentração de baixa renda. A população com melhores condições de renda está no bairro Jardim Oceania seguido de Cabo Branco.

tabela 10 - IEX autonomia dos bairros de João Pessoa.
Censo IBGE, 2000.

bairros	IEX_AUT
Joao Paulo II	-1,00
Jardim Veneza	-0,96
Paratibe	-0,95
Ponta do Seixas	-0,94
Mucumagro	-0,94
Alto do Ceu	-0,91
Distrito Industrial	-0,90
Jose Americo	-0,87
Penha	-0,87
Varadouro	-0,86
Cidade dos Colibris	-0,82
Funcionarios	-0,80
Alto do Mateus	-0,79
Costa e Silva	-0,79
Gramame	-0,75
Grotao	-0,75
Varjao	-0,74
Ilha do Bispo	-0,74
Cristo Redentor	-0,73
Oitizeiro	-0,72
Bairro das Industrias	-0,71
Cruz das Armas	-0,67
Ernani Satiro	-0,63
Mandacaru	-0,63
Planalto da Boa Esperanca	-0,59
Miramar	-0,54
Bancarios	-0,53
Cidade Padre Ze	-0,53

Trincheiras	-0,44
Sao Jose	-0,42
Cuia	-0,26
Castelo Branco	-0,20
Centro	-0,19
Mangabeira	-0,10
Valentina	-0,03
Jardim Oceania	-0,03
Bairro dos Ipes	0,00
Jardim Sao Paulo	0,02
Treze de Maio	0,02
Anatolia	0,12
Bairro dos Estados	0,12
Tambauzinho	0,17
Tambau	0,28
Roger	0,28
Bessa	0,33
Ernesto Geisel	0,34
Joao Agripino	0,43
Tambia	0,63
Altiplano Cabo Branco	0,66
Torre	0,66
Expedicionarios	0,77
Cabo Branco	0,78
Jardim Cidade Universitaria	0,81
Brisamar	0,82
Jaguaribe	0,84
Manaira	0,86
Agua Fria	0,88
Pedro Gondim	0,94
Aeroclube	1,00

mapa 20 - índice de autonomia por bairros de João Pessoa por intervalos de quartis. Censo IBGE, 2000.



PBI – 3 a 5 salários mínimos. Fonte: Censo IBGE,2000

mapa 21 – bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio sem rendimento. Censo IBGE, 2000

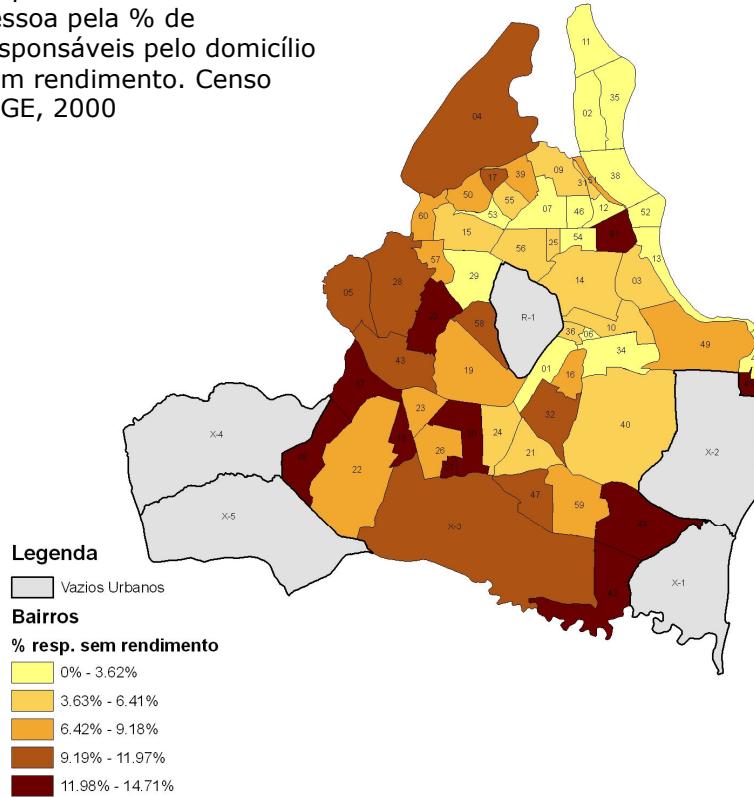


tabela 11 - responsáveis pelo domicílio sem rendimento por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.

R.O.	responsáveis sem rendimento	%
1 ^a	493	4,3
2 ^a	190	1,6
3 ^a	1119	9,7
4 ^a	984	8,5
5 ^a	1809	15,6
6 ^a	663	5,7
7 ^a	1317	11,4
8 ^a	1643	14,2
9 ^a	884	7,6
10 ^o	302	2,6
11 ^a	987	8,5
12 ^a	162	1,4
13 ^a	590	5,1
14 ^a	419	3,6
total	11562	100

mapa 22 – bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento de até 1SM. Censo IBGE, 2000

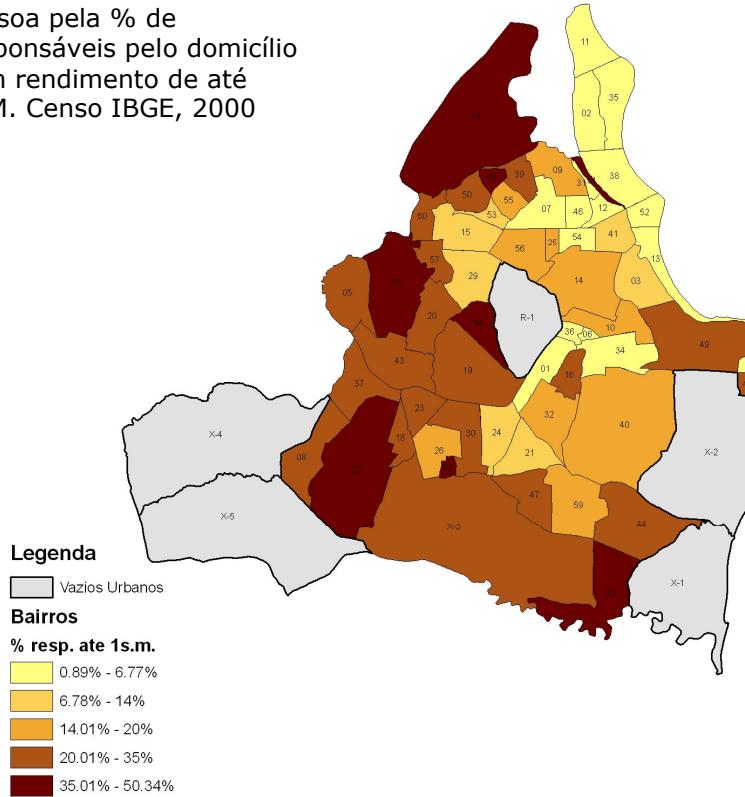
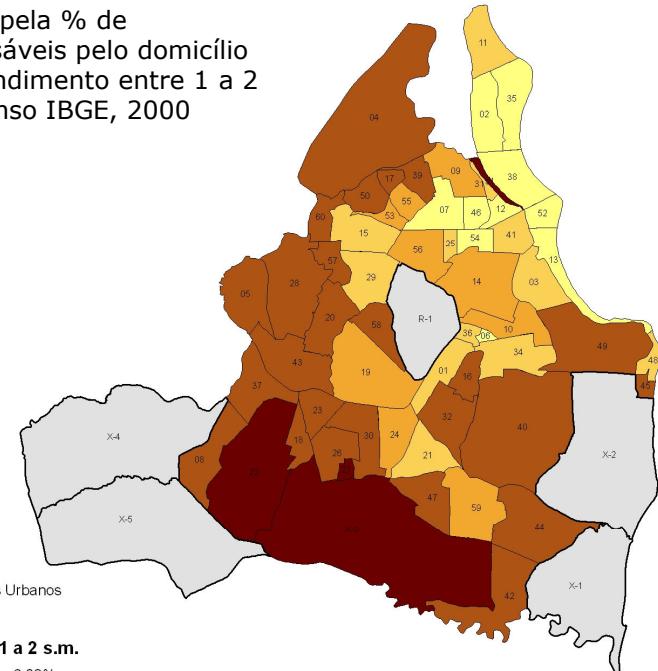


tabela 12 - responsáveis pelo domicílio com rendimento de até 1SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000

R.O.	responsáveis com renda até 1 SM	%
1 ^a	1163	3,7
2 ^a	395	1,3
3 ^a	2993	9,5
4 ^a	2095	6,6
5 ^a	3864	12,3
6 ^a	1474	4,7
7 ^a	4422	14,0
8 ^a	4673	14,8
9 ^a	2882	9,1
10 ^o	1034	3,3
11 ^a	3555	11,3
12 ^a	387	1,2
13 ^a	1363	4,3
14 ^a	1235	3,9
total	31535	100

mapa 23 – bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento entre 1 a 2 SM. Censo IBGE, 2000



Legenda

Vazios Urbanos

Bairros

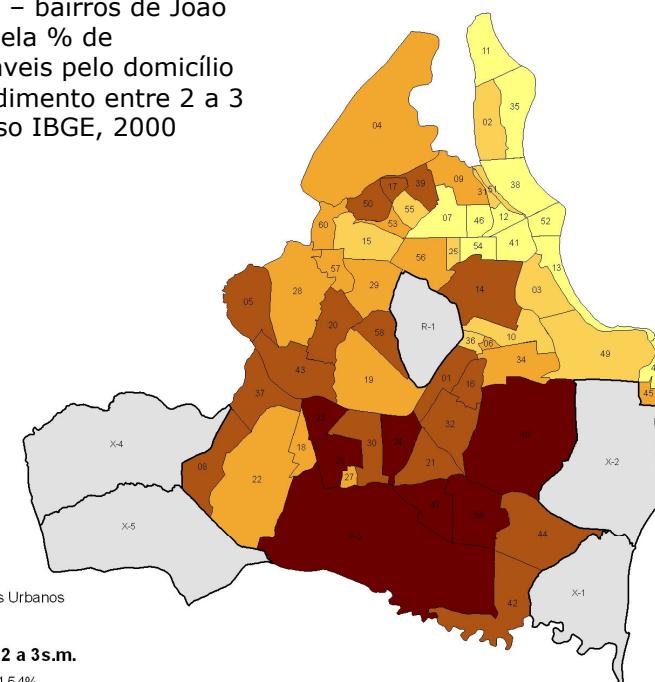
% resp de 1 a 2 s.m.

- 2.48% - 6.02%
- 6.03% - 14.62%
- 14.63% - 21.49%
- 21.5% - 30.41%
- 30.42% - 42.86%

tabela 13 - responsáveis pelo domicílio com renda entre 1 a 2 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.

R.O.	responsáveis com renda entre 1 a 2 SM	%
1 ^a	1470	4,6
2 ^a	444	1,4
3 ^a	4408	13,9
4 ^a	2374	7,5
5 ^a	4710	14,8
6 ^a	1581	5,0
7 ^a	3497	11,0
8 ^a	3605	11,3
9 ^a	2386	7,5
10 ^o	1034	3,3
11 ^a	3031	9,5
12 ^a	506	1,6
13 ^a	1366	4,3
14 ^a	1354	4,3
total	31766	100

mapa 24 – bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento entre 2 a 3 SM. Censo IBGE, 2000



Legenda

Vazios Urbanos

Bairros

% resp de 2 a 3 s.m.

- 0% - 4,54%
- 4,55% - 7,87%
- 7,88% - 10,8%
- 10,81% - 13,83%
- 13,84% - 19%

tabela 14- responsáveis pelo domicílio com renda entre 2 a 3 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.

R.O.	responsáveis com renda entre 2 e 3 SM	%
1 ^a	563	3,4
2 ^a	237	1,5
3 ^a	2873	17,6
4 ^a	1435	8,8
5 ^a	2622	16,1
6 ^a	698	4,3
7 ^a	1712	10,5
8 ^a	1593	9,8
9 ^a	1005	6,2
10 ^o	535	3,3
11 ^a	1193	7,3
12 ^a	257	1,6
13 ^a	700	4,3
14 ^a	905	5,5
total	16328	100

mapa 25 – bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento entre 3 a 5 SM. Censo IBGE, 2000

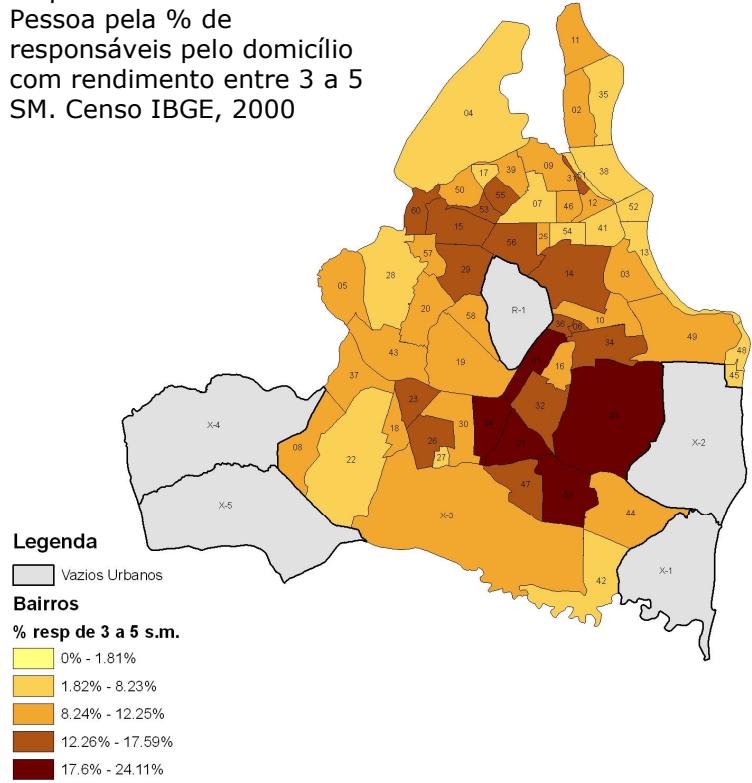


tabela 15 - responsáveis pelo domicílio com renda entre 3 a 5 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.

R.O.	responsáveis com renda entre 3 e 5 SM	%
1 ^a	1069	5,6
2 ^a	399	2,1
3 ^a	3248	17,2
4 ^a	1526	8,1
5 ^a	3281	17,3
6 ^a	574	3,0
7 ^a	1969	10,4
8 ^a	1428	7,5
9 ^a	914	4,8
10 ^o	640	3,4
11 ^a	1147	6,1
12 ^a	146	0,8
13 ^a	1164	6,1
14 ^a	1432	7,6
total	18937	100

mapa 26 – bairros de João Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento entre 5 a 10 SM. Censo IBGE, 2000

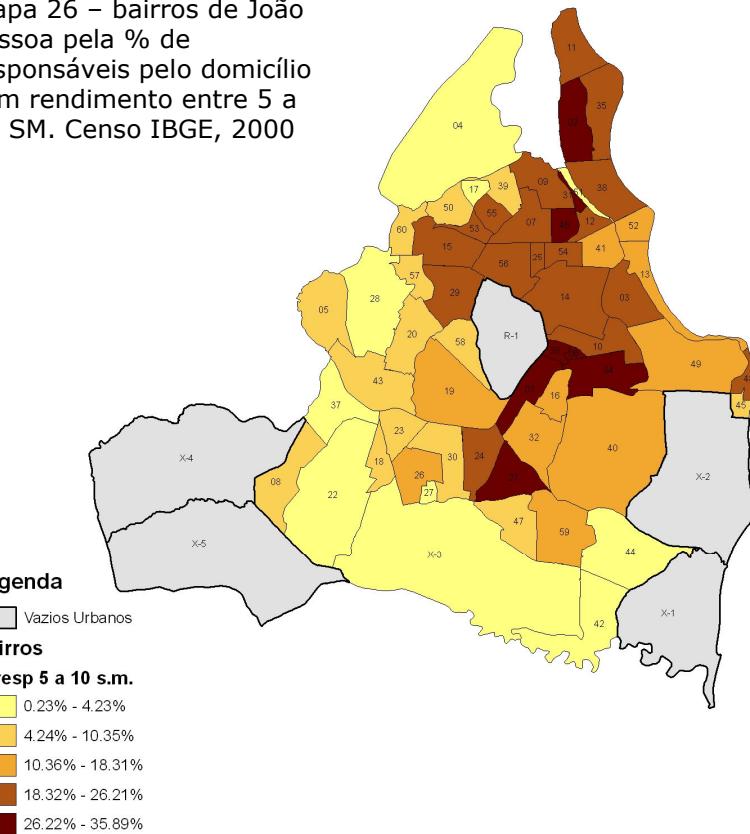


tabela 16 - responsáveis pelo domicílio com renda entre 5 a 10 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.

R.O.	responsáveis com renda entre 5 e 10 SM	%
1 ^a	2799	13,1
2 ^a	931	4,4
3 ^a	2276	10,6
4 ^a	1113	5,2
5 ^a	2860	13,4
6 ^a	268	1,3
7 ^a	2553	11,9
8 ^a	970	4,5
9 ^a	547	2,6
10 ^o	847	4,0
11 ^a	1637	7,7
12 ^a	63	0,3
13 ^a	1973	9,2
14 ^a	2554	11,9
total	21391	100

mapa 27 – bairros de João

Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento entre 10 a 15 SM. Censo IBGE, 2000

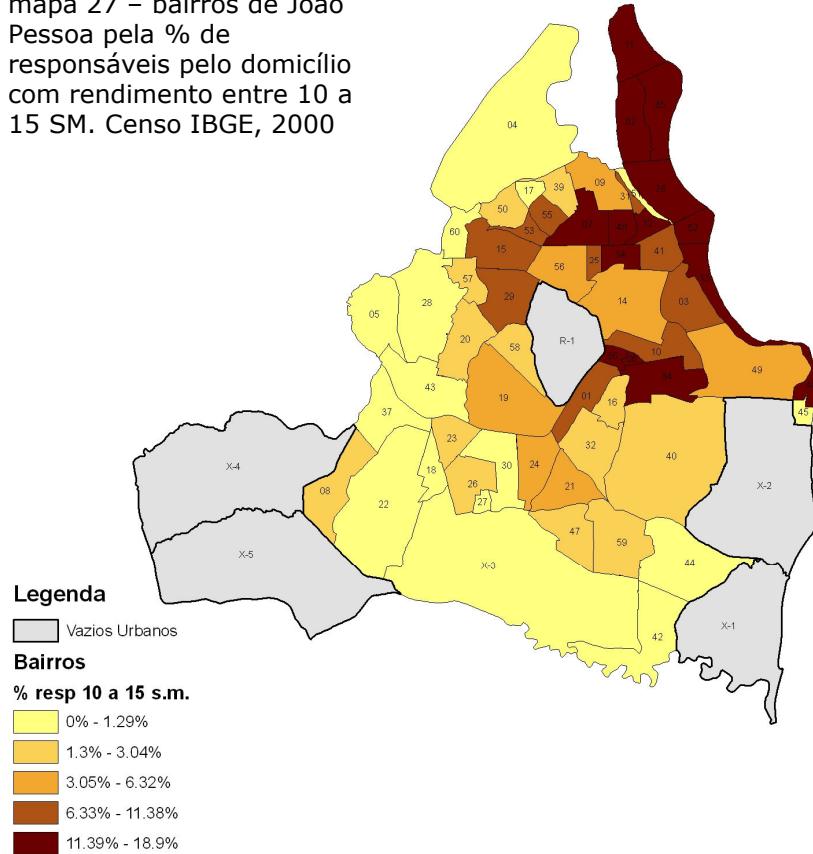


tabela 17 - responsáveis pelo domicílio com renda entre 10 a 15 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.

R.O.	responsáveis com renda entre 10 e 15 SM	%
1 ^a	1841	25,5
2 ^a	579	8,0
3 ^a	347	4,8
4 ^a	145	2,0
5 ^a	479	6,6
6 ^a	45	0,6
7 ^a	836	11,6
8 ^a	195	2,7
9 ^a	91	1,3
10 ^o	266	3,7
11 ^a	619	8,6
12 ^a	7	0,1
13 ^a	854	11,8
14 ^a	908	12,6
total	7212	100

mapa 28 – bairros de João

Pessoa pela % de responsáveis pelo domicílio com rendimento superior a 15 SM. Censo IBGE, 2000

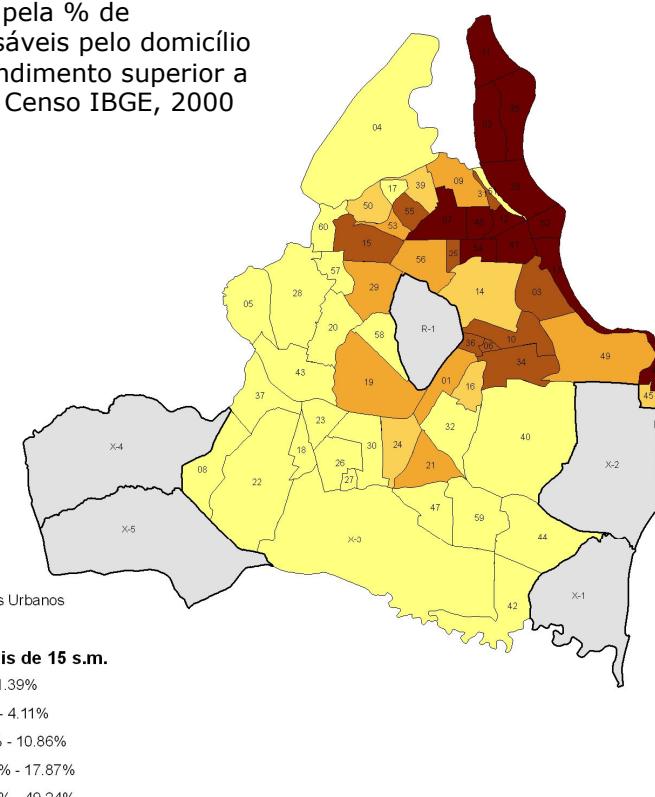


tabela 18 - responsáveis pelo domicílio com rendimento superior a 15 SM por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000.

R.O.	responsáveis com renda superior a 15 SM	%
1 ^a	4975	38,6
2 ^a	1897	14,7
3 ^a	151	1,2
4 ^a	94	0,7
5 ^a	311	2,4
6 ^a	37	0,3
7 ^a	923	7,2
8 ^a	82	0,6
9 ^a	57	0,4
10 ^o	348	2,7
11 ^a	1342	10,4
12 ^a	6	0,0
13 ^a	1753	13,6
14 ^a	896	7,0
total	12872	100

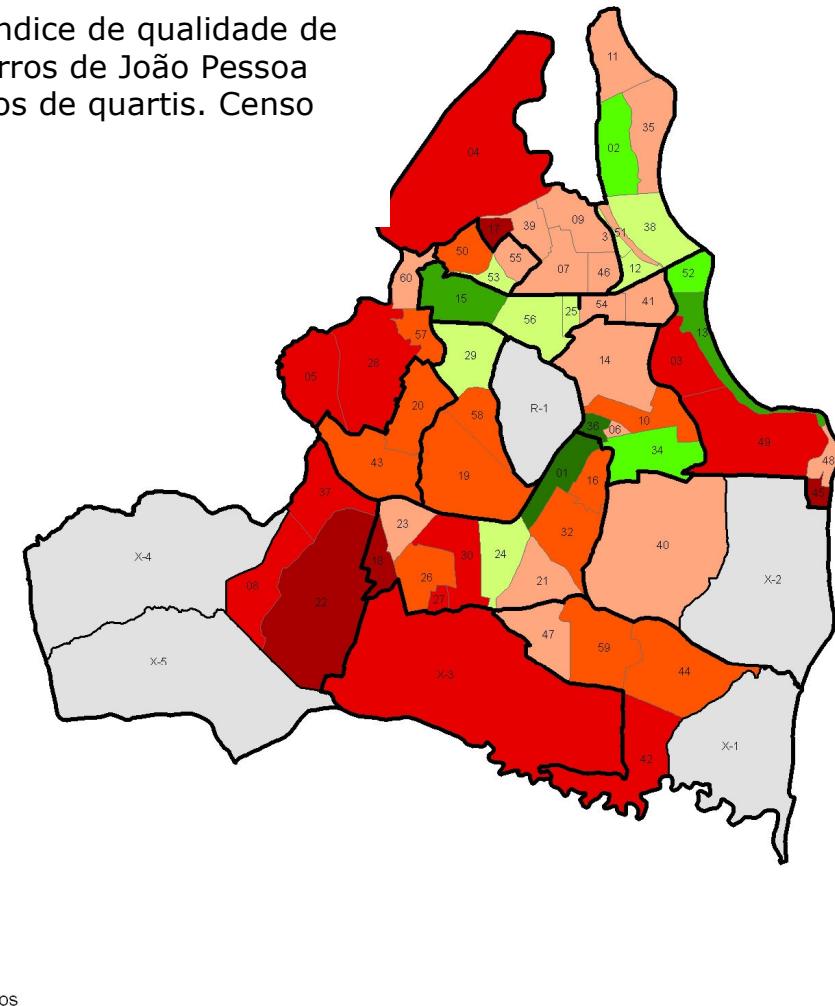
5.3 - Qualidade de Vida

A utopia da qualidade de vida mediu variáveis que permitissem avaliar a infraestrutura disponível em cada bairro da cidade de João Pessoa, bem como, a variação da densidade populacional entre os domicílios. O exame de todas as variáveis mostra que a pior “qualidade de vida” está na Penha seguida do Distrito Industrial e a melhor em Jardim São Paulo seguida de Água Fria.

tabela 19 - IEX qualidade de vida dos bairros de João Pessoa

bairros	IEX_QV
Costa e Silva	-1,00
Distrito Industrial	-0,96
Mucumagro	-0,78
Ilha do Bispo	-0,76
Paratibe	-0,69
Jardim Veneza	-0,66
Alto do Mateus	-0,63
Oitizeiro	-0,61
Anatolia	-0,61
Grotao	-0,61
Penha	-0,56
Ponta do Seixas	-0,54
Jose Americo	-0,53
Alto do Ceu	-0,51
Jardim Oceania	-0,47
Cidade dos Colibris	-0,43
Cidade Padre Ze	-0,43
Sao Jose	-0,40
Planalto da Boa Esperanca	-0,39
Funcionarios	-0,39
Trincheiras	-0,37
Miramar	-0,35
Varjao	-0,31
Varadouro	-0,28
Ernani Satiro	-0,26
Cristo Redentor	-0,26
Cuia	-0,25
Mandacaru	-0,25
Bairro dos Ipes	-0,23
Joao Paulo II	-0,22
Torre	-0,22
Roger	-0,18
Cruz das Armas	-0,18
Gramame	-0,14
Valentina	-0,10
Mangabeira	-0,06
Altiplano Cabo Branco	-0,04
Bairro das Industrias	-0,04
Bancarios	-0,04
Aeroclube	-0,04
Manaira	-0,03
Jardim Cidade Universitaria	-0,03
Expedicionarios	-0,02
Tambia	0,00
Centro	0,01
Castelo Branco	0,01
Brisamar	0,04
Pedro Gondim	0,10
Bairro dos Estados	0,13
Jardim Sao Paulo	0,14
Bessa	0,22
Treze de Maio	0,24
Cabo Branco	0,28
Jaguaribe	0,34
Ernesto Geisel	0,38
Agua Fria	0,54
Tambauzinho	0,63
Tambau	0,95
Joao Agripino	1,00

mapa 29 - índice de qualidade de vida por bairros de João Pessoa por intervalos de quartis. Censo IBGE, 2000.



mapa 30 – densidade
domiciliar média dos bairros
de João Pessoa. Censo IBGE,
2000.

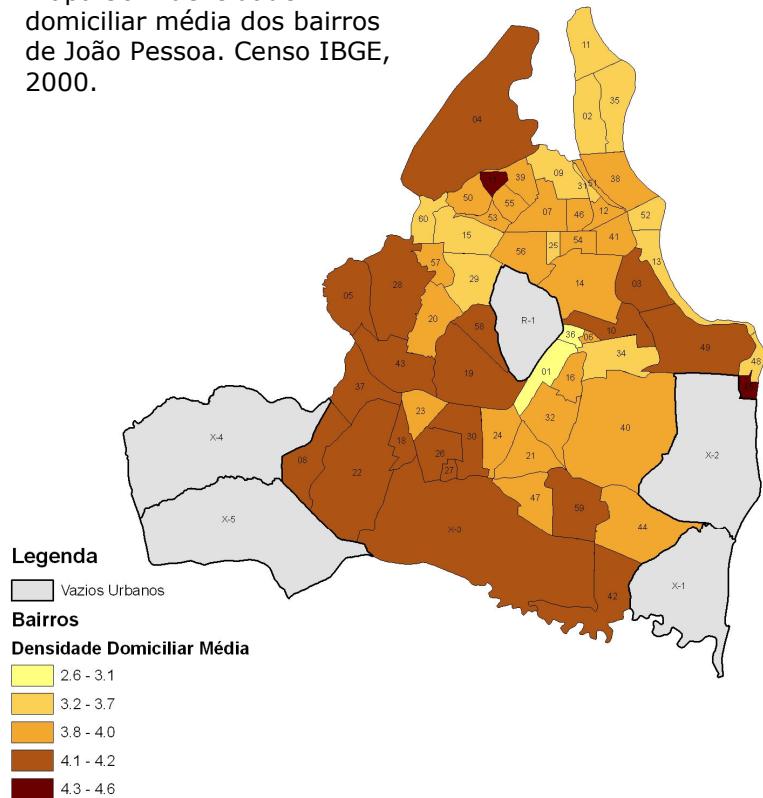


tabela 20 – densidade domiciliar média por R.O. João Pessoa. Censo IBGE, 2000

R.O.	população	domicílios	densidade domiciliar média
1 ^a	53749	14451	0,27
2 ^a	19038	5129	0,27
3 ^a	68007	18310	0,27
4 ^a	30863	7700	0,25
5 ^a	78724	20026	0,25
6 ^a	22405	5401	0,24
7 ^a	68754	17640	0,26
8 ^a	57022	14248	0,25
9 ^a	35804	9074	0,25
10 ^o	19668	5052	0,26
11 ^a	62283	15851	0,25
12 ^a	6288	1563	0,25
13 ^a	37134	10068	0,27
14 ^a	36762	9869	0,27
total	596501	154382	0,26

mapa 31 – percentual de domicílios
não próprios dos bairros de João
Pessoa. Censo IBGE, 2000.

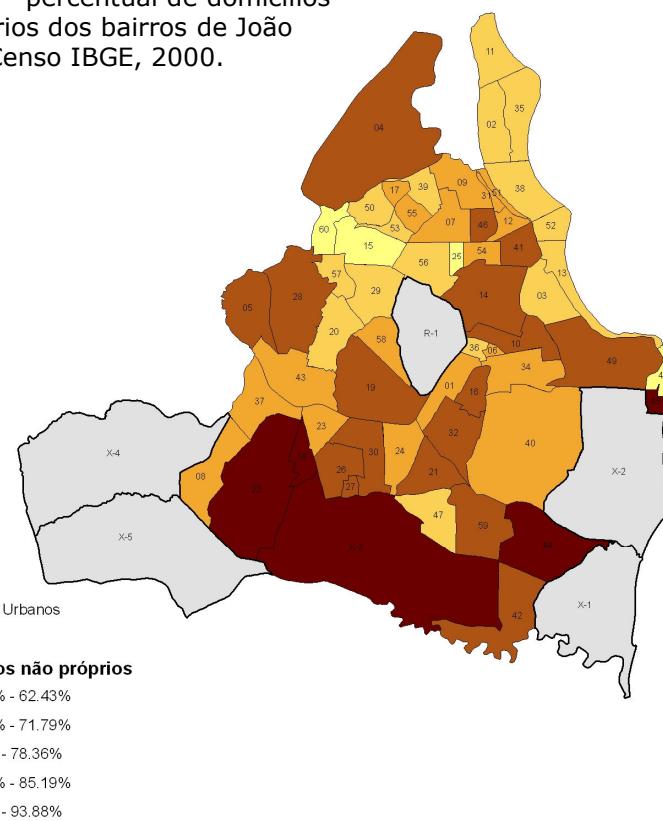


tabela 21 – percentual de domicílios não próprios dos bairros João Pessoa. Censo IBGE, 2000

R.O.	domicílios não próprios	%
1 ^a	10249	9,0
2 ^a	3466	3,0
3 ^a	13429	11,7
4 ^a	7944	6,9
5 ^a	16132	14,1
6 ^a	4015	3,5
7 ^a	12972	11,3
8 ^a	10134	8,9
9 ^a	6629	5,8
10 ^o	3680	3,2
11 ^a	10098	8,8
12 ^a	1346	1,2
13 ^a	6676	5,8
14 ^a	7585	6,6
total	114355	100

mapa 32 – bairros de João Pessoa com % domicílios não conectados a rede geral de água. Censo IBGE, 2000.

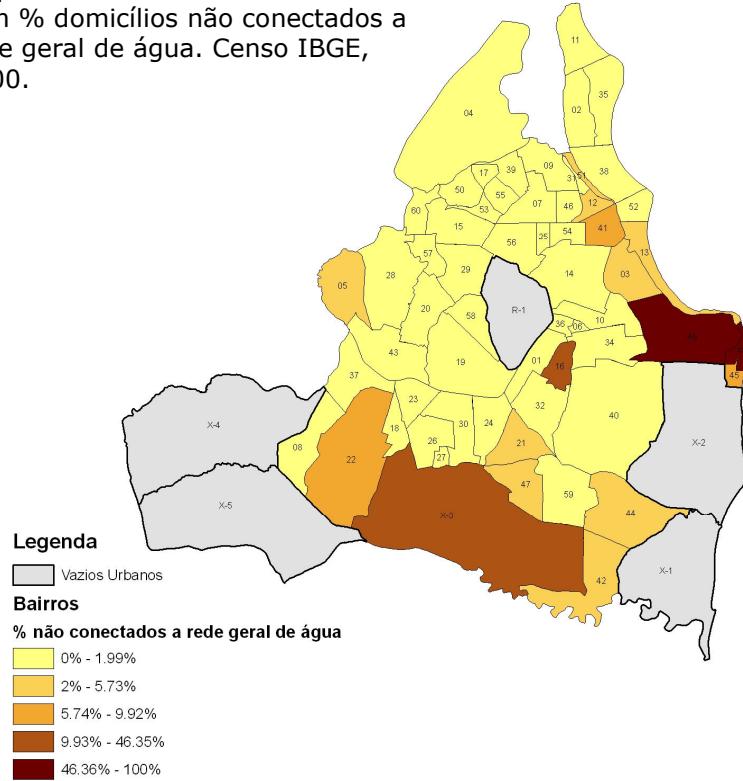


tabela 22 – incidência de domicílios com acesso à rede de água, João Pessoa. Censo IBGE, 2000

R.O.	domicílios em acesso a rede de água	%
1 ^a	252	7,2
2 ^a	553	15,9
3 ^a	244	7,0
4 ^a	229	6,6
5 ^a	374	10,7
6 ^a	195	5,6
7 ^a	182	5,2
8 ^a	58	1,7
9 ^a	215	6,2
10 ^o	35	1,0
11 ^a	140	4,0
12 ^a	711	20,4
13 ^a	186	5,3
14 ^a	109	3,1
total	3483	100

mapa 33 – bairros de João Pessoa com % de domicílios com destinação inadequada de esgoto. Censo IBGE, 2000.

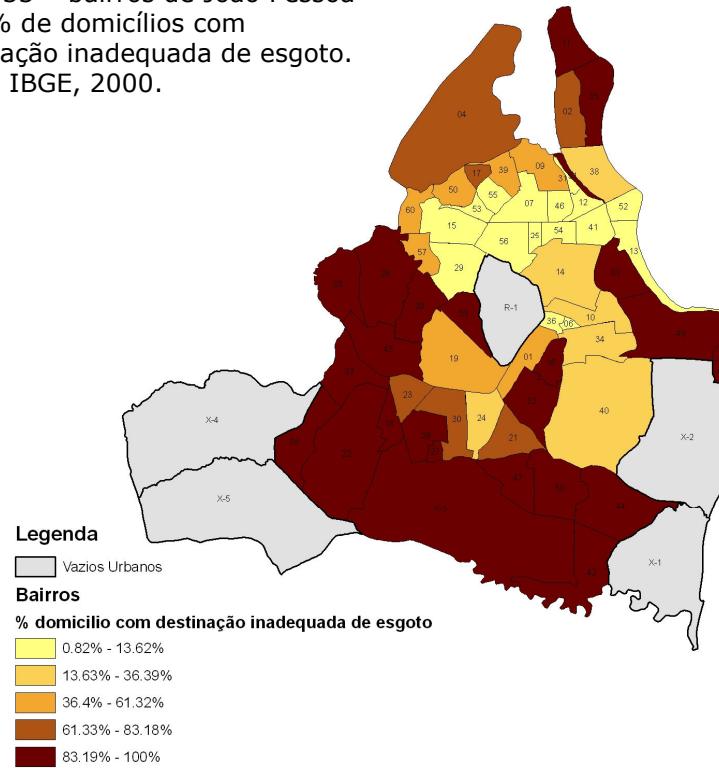


tabela 23 – percentual de domicílios de João Pessoa sem acesso a rede de esgoto por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	domicílios sem esgoto	%
1 ^a	8537	9,8
2 ^a	1763	2,0
3 ^a	3442	4,0
4 ^a	9574	11,0
5 ^a	15770	18,2
6 ^a	5301	6,1
7 ^a	9587	11,0
8 ^a	13185	15,2
9 ^a	6934	8,0
10 ^o	1536	1,8
11 ^a	6779	7,8
12 ^a	1516	1,7
13 ^a	616	0,7
14 ^a	2345	2,7
total	86885	100

mapa 34 – bairros de João Pessoa com % de domicílios sem banheiro.
Censo IBGE, 2000.

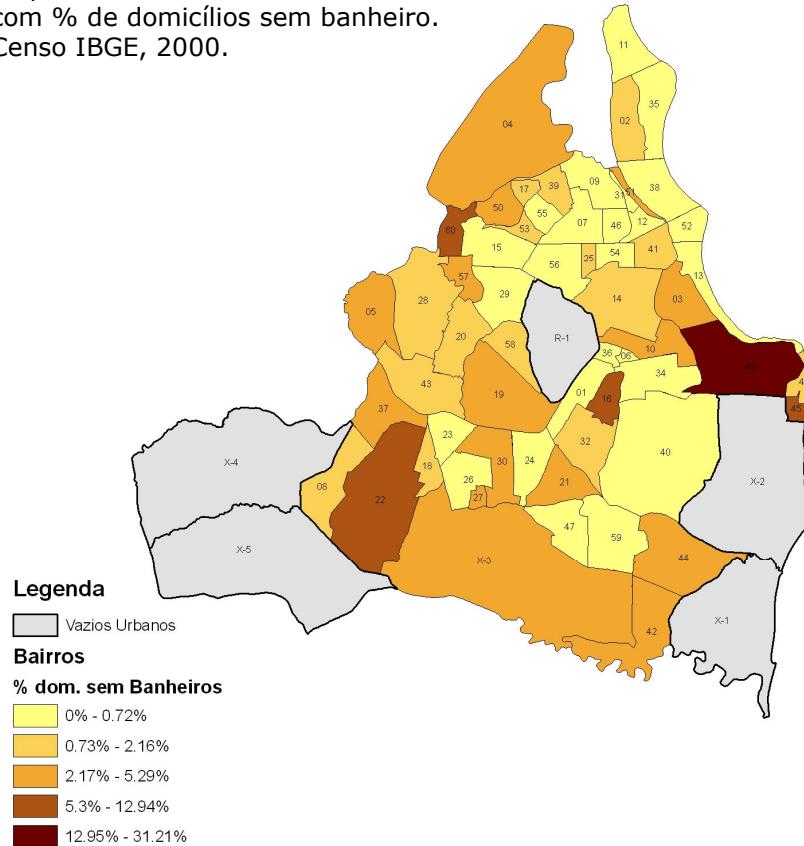


tabela 24 – percentual de domicílios de João Pessoa sem banheiro por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	domicílios sem banheiro	%
1 ^a	109	4,7
2 ^a	131	5,7
3 ^a	100	4,4
4 ^a	149	6,5
5 ^a	265	11,5
6 ^a	151	6,6
7 ^a	326	14,2
8 ^a	191	8,3
9 ^a	248	10,8
10 ^b	99	4,3
11 ^a	267	11,6
12 ^a	69	3,0
13 ^a	60	2,6
14 ^a	131	5,7
total	2296	100

mapa 35 – bairros de João Pessoa com % de domicílios precários. Censo IBGE, 2000.

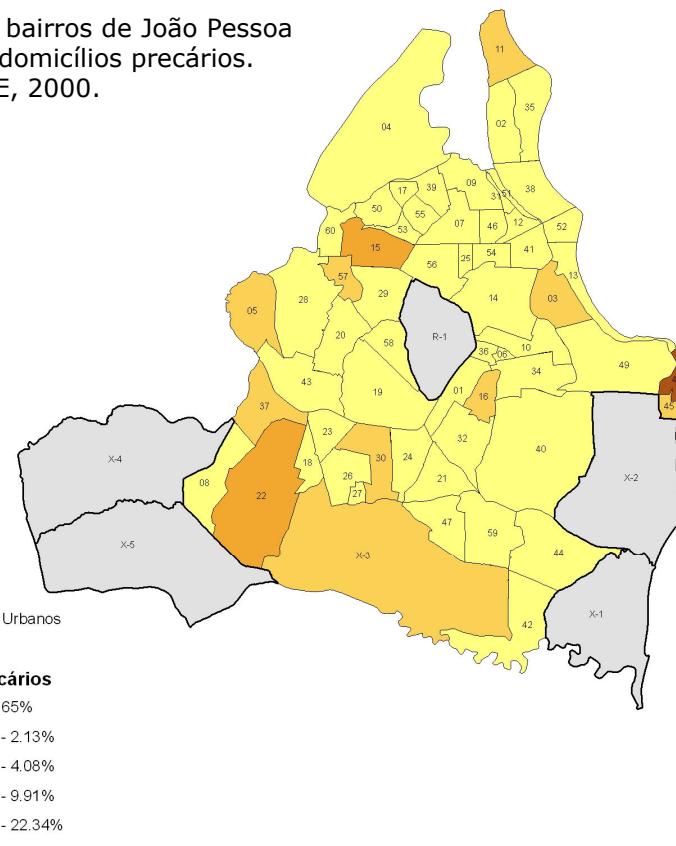


tabela 25 – percentual de domicílios precários de João Pessoa por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	domicílios precários	%
1 ^a	40	6,0
2 ^a	42	6,3
3 ^a	26	3,9
4 ^a	48	7,2
5 ^a	74	11,0
6 ^a	61	9,1
7 ^a	32	4,8
8 ^a	43	6,4
9 ^a	123	18,4
10 ^b	12	1,8
11 ^a	25	3,7
12 ^a	29	4,3
13 ^a	83	12,4
14 ^a	32	4,8
total	670	100

mapa 36 – bairros de João Pessoa com % de domicílios sem coleta de lixo. Censo IBGE, 2000.

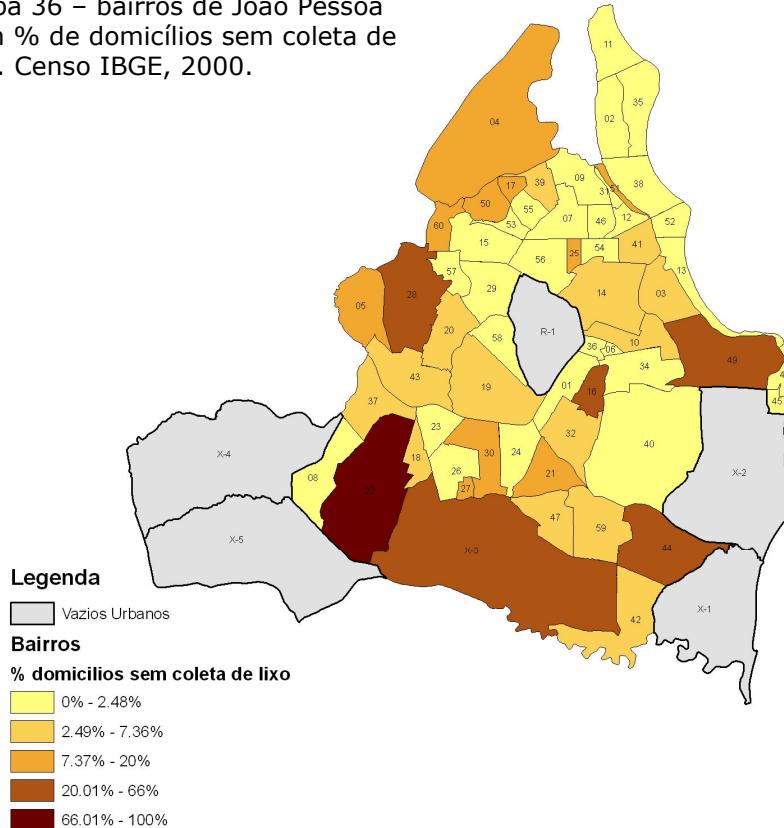


tabela 26 – percentual de domicílios de João Pessoa sem coleta
de lixo por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	domicílios sem coleta de lixo	%
1 ^a	211	2,7
2 ^a	318	4,1
3 ^a	276	3,6
4 ^a	868	11,3
5 ^a	1182	15,4
6 ^a	536	7,0
7 ^a	457	5,9
8 ^a	560	7,3
9 ^a	1299	16,9
10 ^o	331	4,3
11 ^a	816	10,6
12 ^a	374	4,9
13 ^a	196	2,5
14 ^a	276	3,6
total	7700	100

5.4 - Desenvolvimento Humano

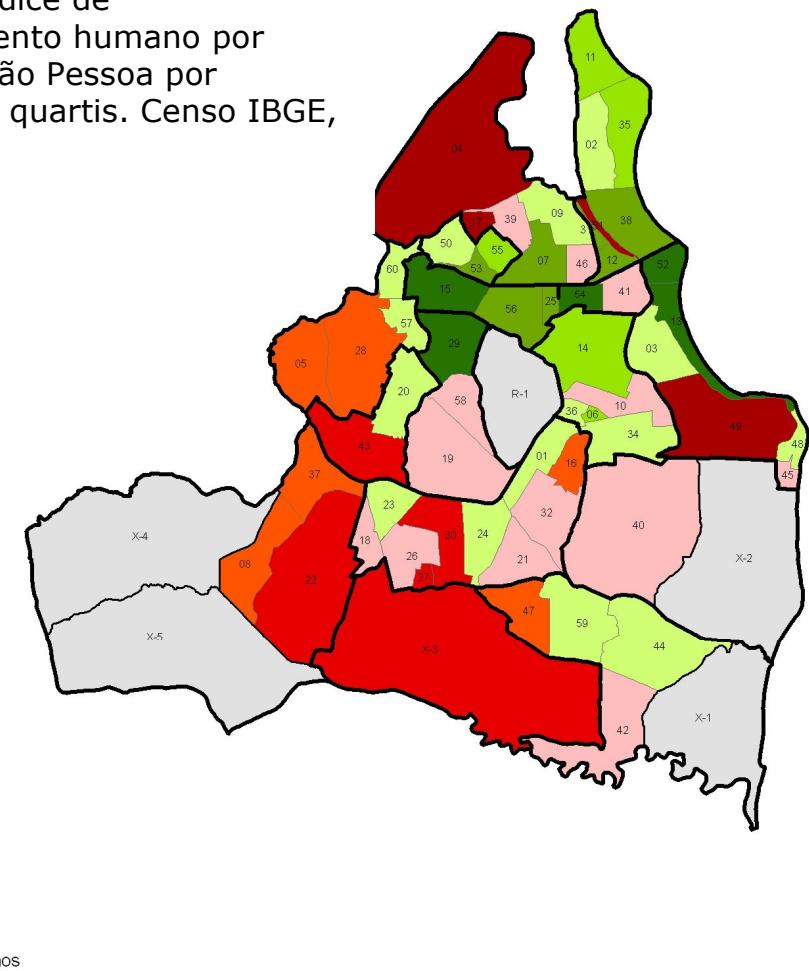
As variáveis de análise de desenvolvimento humano em João Pessoa consideraram os anos de estudo dos chefes de família. Aqueles acima de 5 anos de estudo foram medidos como inclusão e abaixo mo exclusão. O Centro concentra a população com mais anos de estudo seguido de Brisamar. A pior situação está em São José seguida de Alto do Céu.

tabela 27 - IEX desenvolvimento humano dos bairros de João Pessoa

bairros	IEX DH
Joao Paulo II	-1,00
Paratibe	-0,90
Mucumagro	-0,80
Distrito Industrial	-0,71
Ponta do Seixas	-0,59
Grotao	-0,56
Penha	-0,55
Cidade dos Colibris	-0,53
Jose Americo	-0,49
Jardim Veneza	-0,48
Planalto da Boa Esperanca	-0,47
Oitizeiro	-0,46
Alto do Mateus	-0,36
Cruz das Armas	-0,29
Ilha do Bispo	-0,25
Cidade Padre Ze	-0,21
Miramar	-0,15
Sao Jose	-0,15
Gramame	-0,14
Roger	-0,12
Valentina	-0,12
Funcionarios	-0,10
Bancarios	-0,09
Costa e Silva	-0,08
Expedicionarios	-0,07
Alto do Ceu	-0,04
Jardim Oceania	-0,01
Tambau	0,01
Varadouro	0,01
Trincheiras	0,02

Mandacaru	0,04
Ernani Satiro	0,05
Ernesto Geisel	0,07
Bairro das Industrias	0,07
Cristo Redentor	0,08
Varjao	0,11
Torre	0,13
Anatolia	0,14
Joao Agripino	0,17
Mangabeira	0,18
Castelo Branco	0,22
Cabo Branco	0,23
Cuia	0,26
Altiplano Cabo Branco	0,30
Tambia	0,41
Bairro dos Ipes	0,42
Aeroclube	0,43
Centro	0,54
Brisamar	0,61
Bessa	0,62
Pedro Gondim	0,67
Jardim Sao Paulo	0,68
Bairro dos Estados	0,69
Manaira	0,70
Jaguaribe	0,76
Jardim Cidade Universitaria	0,77
Treze de Maio	0,79
Agua Fria	0,81
Tambauzinho	1,00

mapa 37 - índice de desenvolvimento humano por bairros de João Pessoa por intervalos de quartis. Censo IBGE, 2000.



mapa 38 – bairros de João Pessoa pela incidência % de responsáveis de domicílios com até 3 anos de estudo. Censo IBGE, 2000.

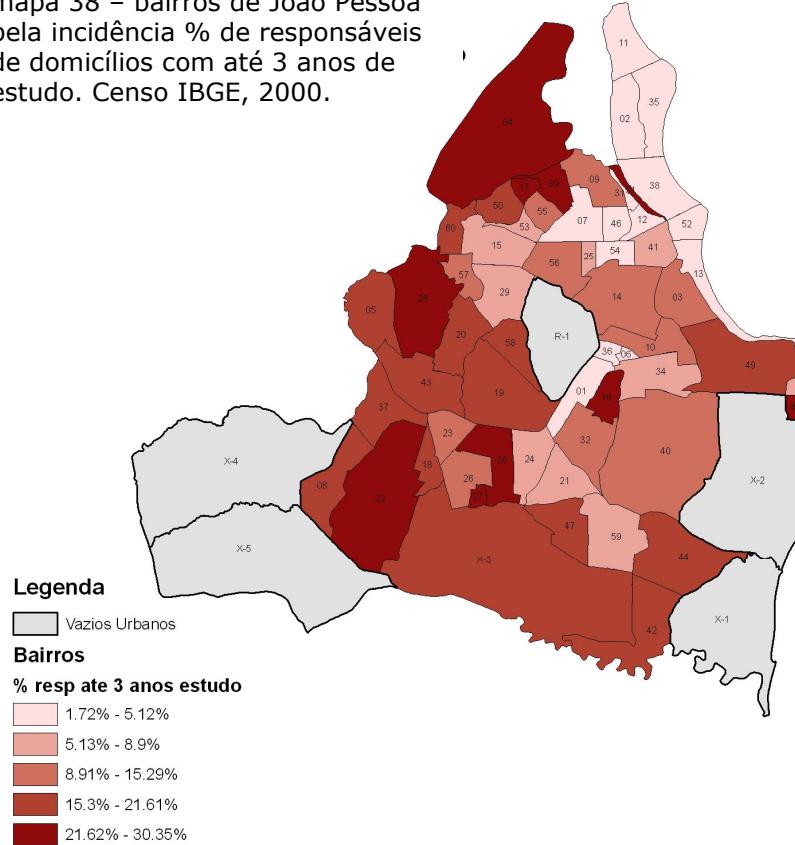


tabela 28 – incidência de responsáveis pelos domicílios com até 3 anos de estudo por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	responsáveis com até 3 anos de estudo	%
1 ^a	1001	4,7
2 ^a	323	1,5
3 ^a	1983	9,3
4 ^a	1258	5,9
5 ^a	2950	13,8
6 ^a	1146	5,4
7 ^a	2770	12,9
8 ^a	2752	12,9
9 ^a	1791	8,4
10 ^o	701	3,3
11 ^a	2613	12,2
12 ^a	289	1,4
13 ^a	890	4,2
14 ^a	925	4,3
total	21392	100

mapa 39 – bairros de João Pessoa pela incidência % de responsáveis de domicílios com 4 a 7 anos de estudo. Censo IBGE, 2000.

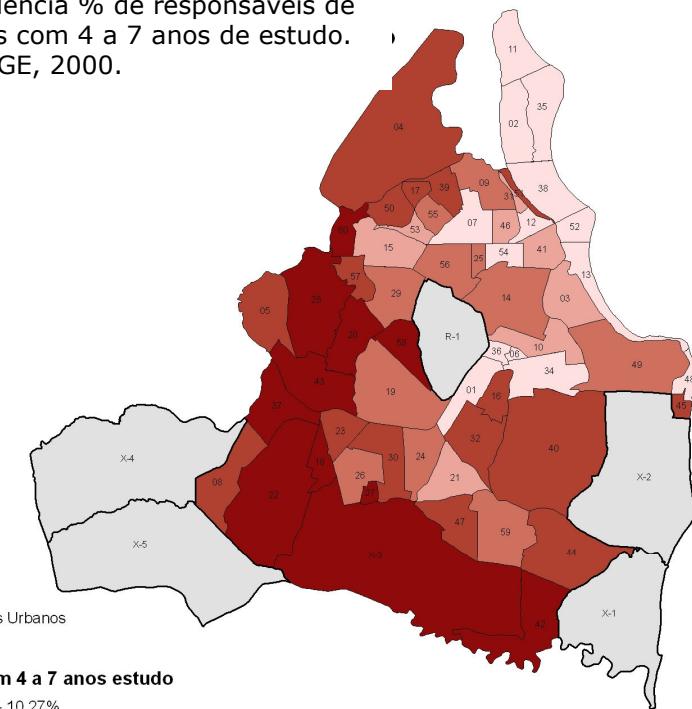
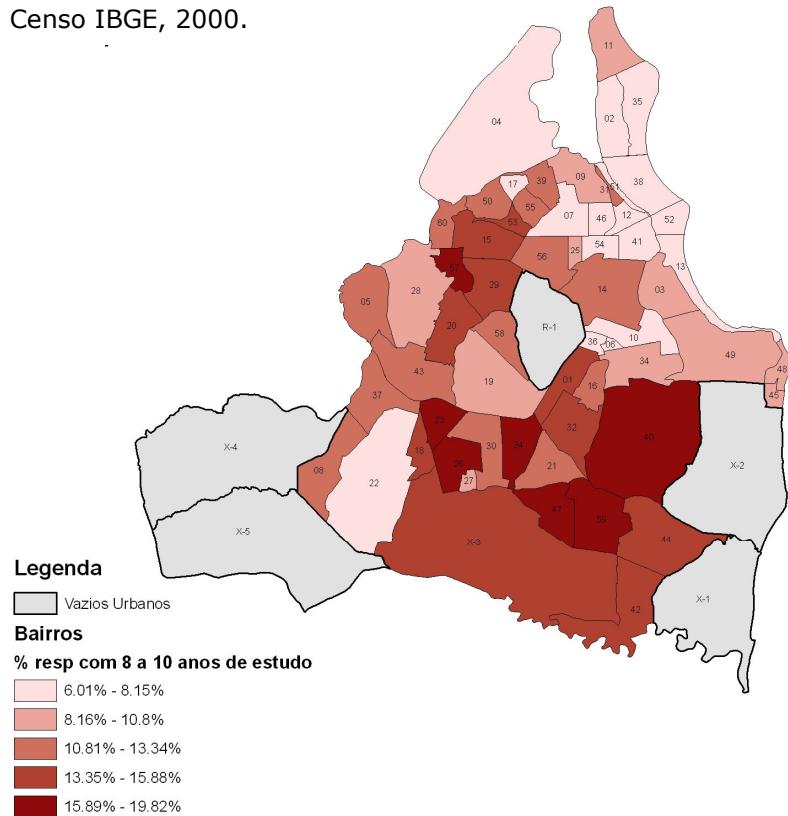


tabela 29 – incidência de responsáveis pelos domicílios com 4 a 7 anos de estudo por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	responsáveis com 4 a 7 anos de estudo	%
1 ^a	1493	4,3
2 ^a	592	1,7
3 ^a	4469	12,7
4 ^a	2396	6,8
5 ^a	5080	14,5
6 ^a	1654	4,7
7 ^a	4278	12,2
8 ^a	4477	12,8
9 ^a	2575	7,3
10 ^o	1154	3,3
11 ^a	3037	8,7
12 ^a	508	1,4
13 ^a	1875	5,3
14 ^a	1485	4,2
total	35073	100

mapa 40 – bairros de João Pessoa
pela incidência % de responsáveis de
domicílios com 8 a 10 anos de estudo.
Censo IBGE, 2000.



mapa 42 – bairros de João Pessoa
pela incidência % de responsáveis de
domicílios com 15 ou mais anos de
estudo. Censo IBGE, 2000.

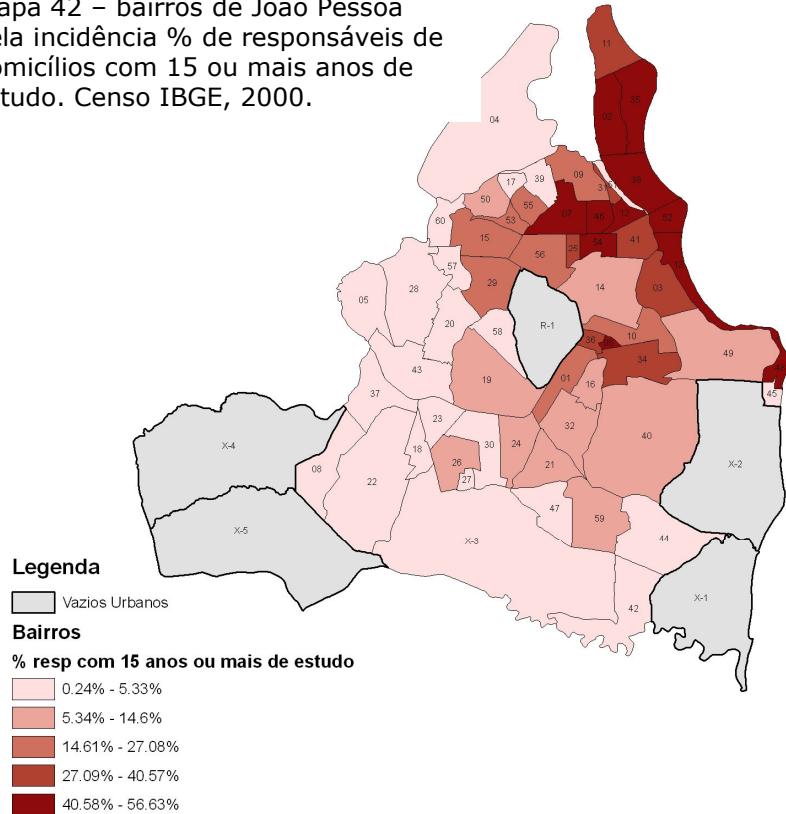


tabela 32– incidência de responsáveis pelos domicílios com 15 ou mais anos de estudo por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	responsáveis com 15 anos ou mais de estudo	%
1 ^a	6312	27,4
2 ^a	2226	9,7
3 ^a	1231	5,3
4 ^a	616	2,7
5 ^a	1477	6,4
6 ^a	112	0,5
7 ^a	2104	9,1
8 ^a	465	2,0
9 ^a	274	1,2
10 ^o	746	3,2
11 ^a	2091	9,1
12 ^a	31	0,1
13 ^a	2803	12,2
14 ^a	2565	11,1
total	23053	100

mapa 43 – bairros de João Pessoa
pela incidência % de responsáveis de
domicílios sem instrução. Censo IBGE,
2000.

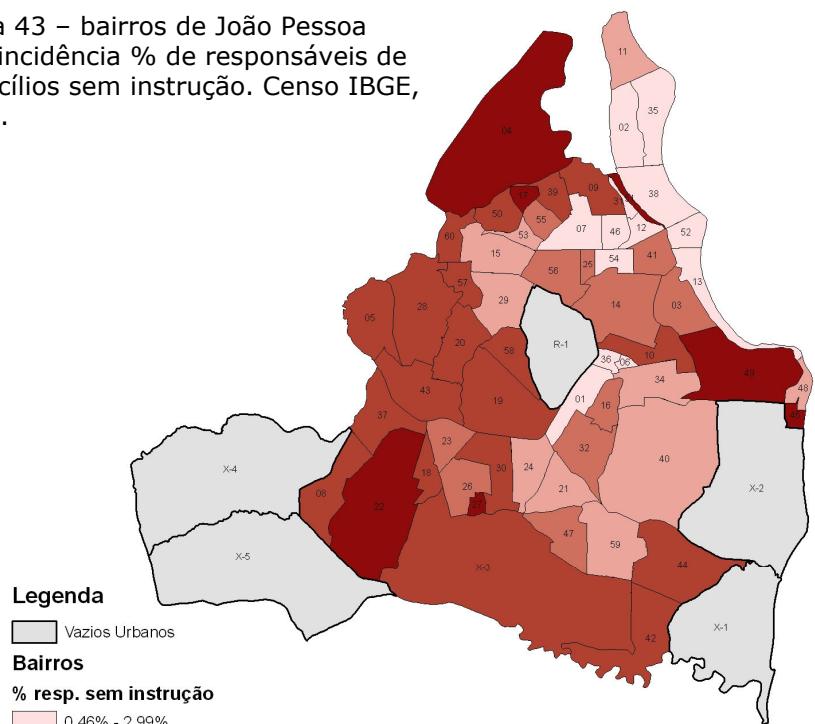


tabela 33– incidência de responsáveis pelos domicílios sem instrução por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	responsáveis sem instrução	%
1 ^a	923	4,9
2 ^a	318	1,7
3 ^a	1209	6,4
4 ^a	1092	5,8
5 ^a	2347	12,5
6 ^a	1136	6,0
7 ^a	2653	14,1
8 ^a	2458	13,1
9 ^a	1767	9,4
10 ^o	647	3,4
11 ^a	2457	13,1
12 ^a	283	1,5
13 ^a	732	3,9
14 ^a	805	4,3
total	18827	100

mapa 44 – bairros de João Pessoa
pela incidência % de responsáveis
de domicílios não alfabetizados
Censo IBGE, 2000.

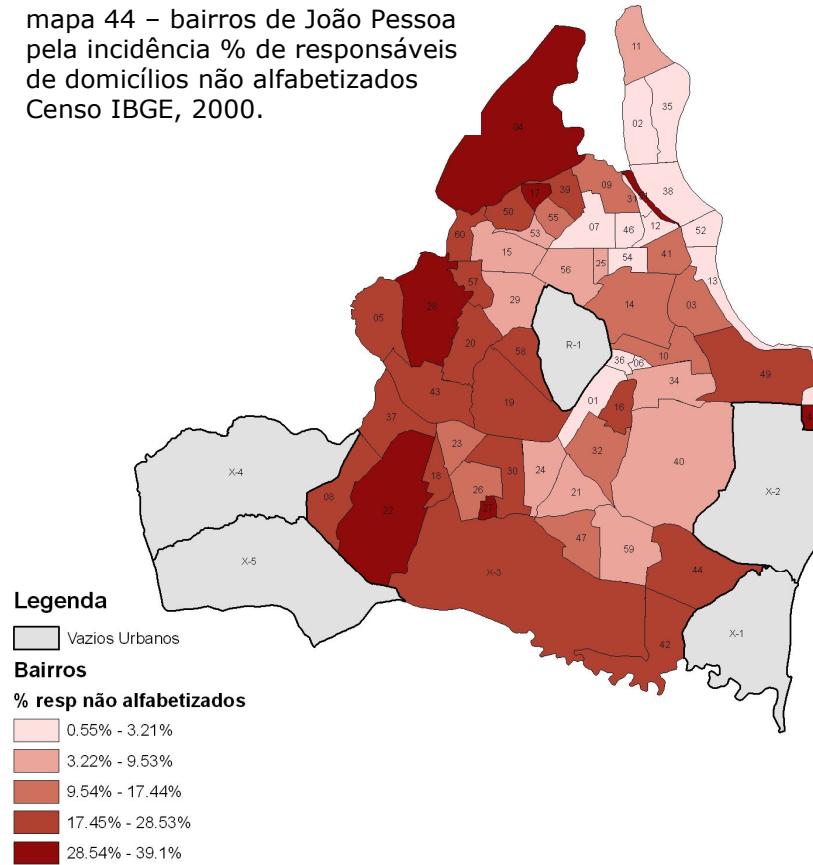


tabela 34 – incidência de responsáveis pelos domicílios não alfabetizados por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	responsáveis não alfabetizados	%
1 ^a	1097	4,7
2 ^a	375	1,6
3 ^a	1539	6,6
4 ^a	1314	5,7
5 ^a	2975	12,9
6 ^a	1389	6,0
7 ^a	3188	13,8
8 ^a	3061	13,2
9 ^a	2126	9,2
10 ^o	806	3,5
11 ^a	3158	13,6
12 ^a	364	1,6
13 ^a	782	3,4
14 ^a	970	4,2
total	23144	100

mapa 45 – bairros de João Pessoa
pela incidência % da população
com 70 anos ou mais. Censo
IBGE, 2000.

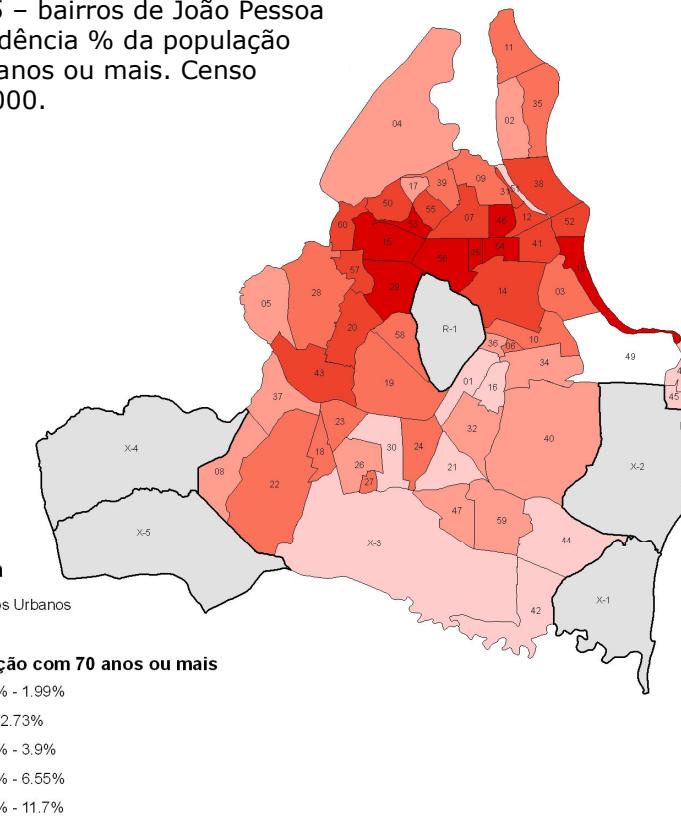


tabela 35 – incidência da população de João Pessoa com 70 anos ou mais por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	população	pop > 70 anos	%
1 ^a	53749	1914	3,6
2 ^a	19038	1019	5,4
3 ^a	68007	1585	2,3
4 ^a	30863	843	2,2
5 ^a	78724	2006	2,5
6 ^a	22405	545	2,4
7 ^a	68754	3129	4,6
8 ^a	57022	2716	4,8
9 ^a	35804	1285	3,6
10 ^o	19668	1031	5,2
11 ^a	62283	1929	3,6
12 ^a	6288	112	1,8
13 ^a	37134	2836	7,6
14 ^a	36762	1194	3,2
total	596501	22144	3,7

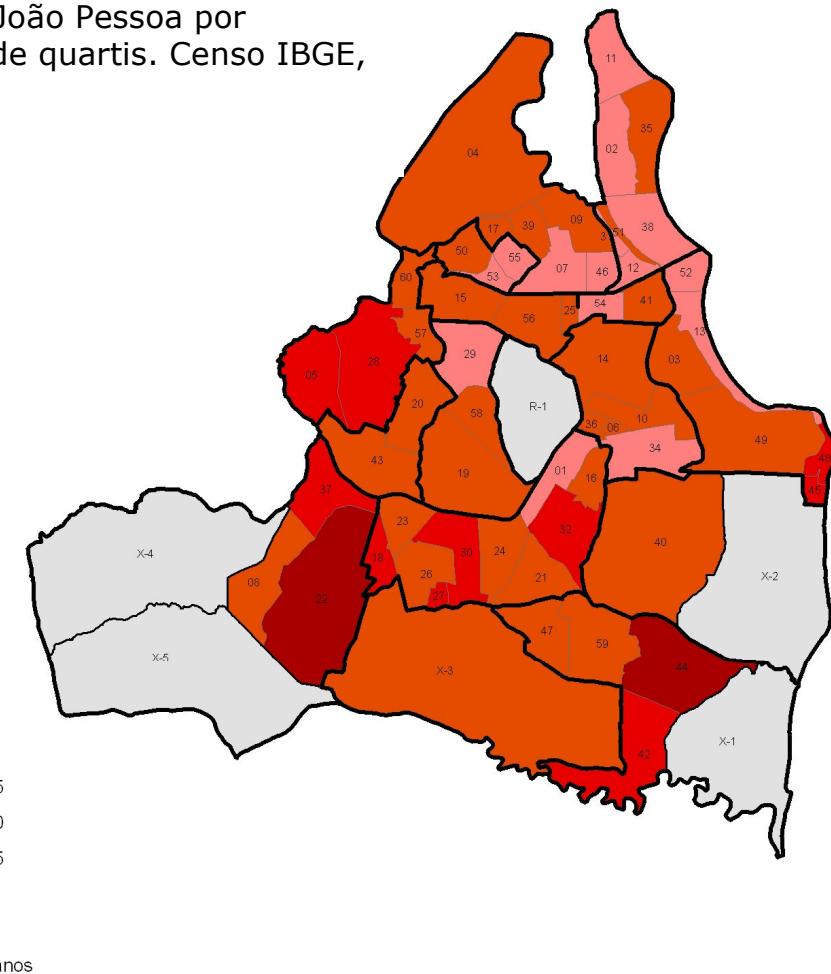
5.5 - Equidade

As piores situações de mulheres responsáveis pelo domicílio, isto é, analfabeta e sem rendimento foram encontradas no Distrito Industrial com forte expressão, seguida de Muçumagro. A menor precarização está em Águar Fria

tabela 36 - IEX equidade dos bairros de João Pessoa

bairros	IEX_EQ
Distrito Industrial	-1,00
Varadouro	-0,76
Alto do Ceu	-0,68
Torre	-0,66
Grotao	-0,65
Jose Americo	-0,64
Ponta do Seixas	-0,62
Miramar	-0,60
Ilha do Bispo	-0,57
Costa e Silva	-0,57
Alto do Mateus	-0,54
Jardim Veneza	-0,52
Planalto da Boa Esperanca	-0,49
Cidade dos Colibris	-0,49
Paratibe	-0,49
Cruz das Armas	-0,48
Bairro das Industrias	-0,46
Cidade Padre Ze	-0,46
Roger	-0,44
Varjao	-0,43
Mucumagro	-0,43
Penha	-0,42
Joao Paulo II	-0,42
Funcionarios	-0,42
Sao Jose	-0,42
Gramame	-0,41
Mandacaru	-0,41
Oitizeiro	-0,40
Cristo Redentor	-0,40
Jardim Oceania	-0,36
Aeroclube	-0,36
Tambia	-0,35
Trincheiras	-0,34
Valentina	-0,34
Ernani Satiro	-0,33
Bancarios	-0,33
Cuia	-0,30
Centro	-0,29
Mangabeira	-0,29
Tambauzinho	-0,28
Bairro dos Estados	-0,28
Joao Agripino	-0,28
Castelo Branco	-0,27
Anatolia	-0,27
Manaira	-0,25
Jardim Sao Paulo	-0,25
Bairro dos Ipes	-0,25
Altiplano Cabo Branco	-0,25
Cabo Branco	-0,23
Agua Fria	-0,23
Jaguaribe	-0,22
Pedro Gondim	-0,22
Brisamar	-0,22
Bessa	-0,22
Ernesto Geisel	-0,20
Expedicionarios	-0,19
Jardim Cidade Universitaria	-0,17
Treze de Maio	-0,16
Tambau	-0,15

mapa 46 - índice de equidade por bairros de João Pessoa por intervalos de quartis. Censo IBGE, 2000.



mapa 47 – bairros de João Pessoa
pela incidência % de mulheres
responsáveis pelo domicílio.
Censo IBGE, 2000.

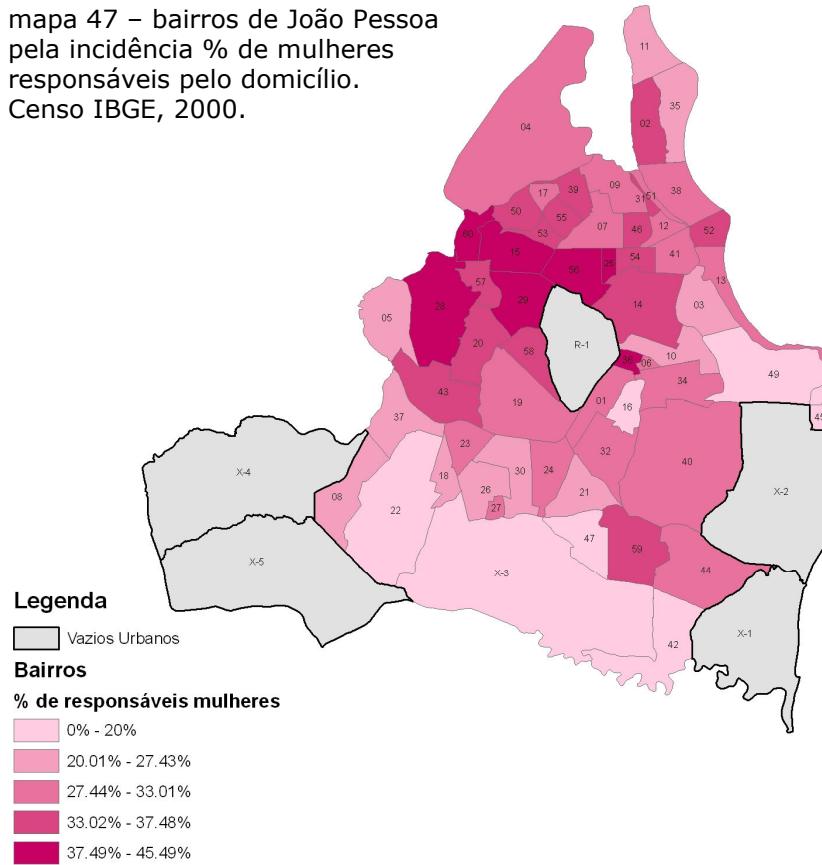


tabela 37- incidência de mulheres responsáveis pelos domicílios de João Pessoa por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	domicílios responsáveis mulheres	%
1 ^a	4382	9,1
2 ^a	1585	3,3
3 ^a	5524	11,5
4 ^a	2969	6,2
5 ^a	5643	11,7
6 ^a	1221	2,5
7 ^a	5714	11,9
8 ^a	4995	10,4
9 ^a	2822	5,9
10 ^o	1774	3,7
11 ^a	4230	8,8
12 ^a	219	0,5
13 ^a	3864	8,0
14 ^a	3119	6,5
total	48061	100

mapa 48 – bairros de João Pessoa
pela incidência % de mulheres
não alfabetizadas. Censo IBGE,
2000.

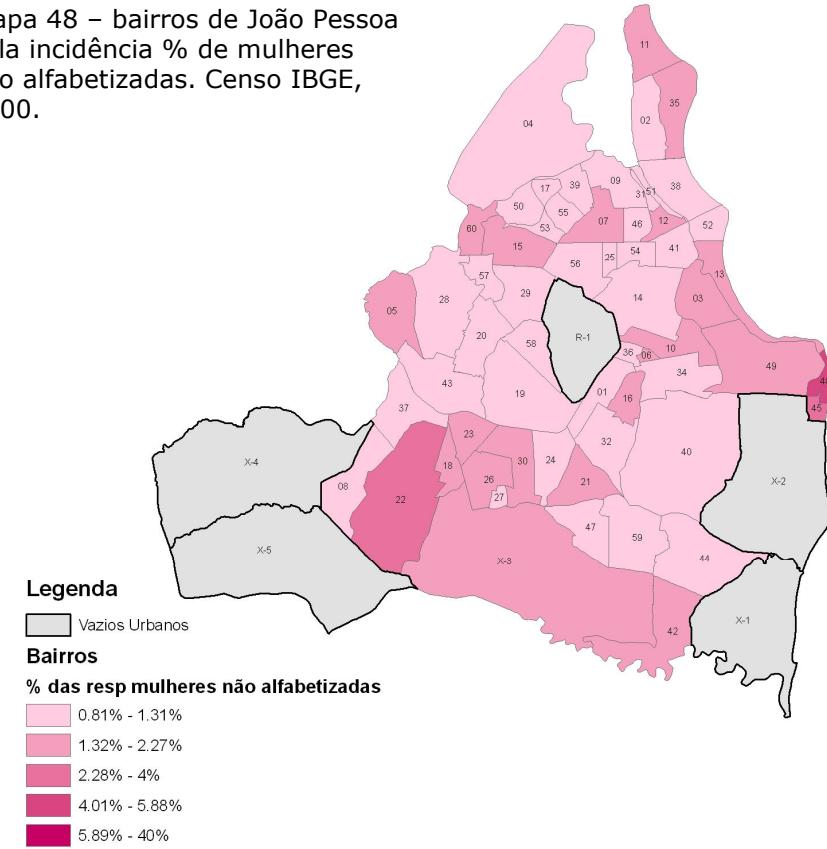


tabela 38 – incidência de mulheres não alfabetizadas de João Pessoa por R.O. Censo IBGE, 2000

R.O.	responsáveis mulheres não alfabetizadas	%
1 ^a	61	10,5
2 ^a	23	4,0
3 ^a	63	10,9
4 ^a	33	5,7
5 ^a	76	13,1
6 ^a	18	3,1
7 ^a	64	11,0
8 ^a	55	9,5
9 ^a	40	6,9
10 ^o	19	3,3
11 ^a	47	8,1
12 ^a	3	0,5
13 ^a	40	6,9
14 ^a	38	6,6
total	580	100

mapa 49 – bairros de João Pessoa
pela incidência % de mulheres
sem rendimentos. Censo IBGE,
2000.

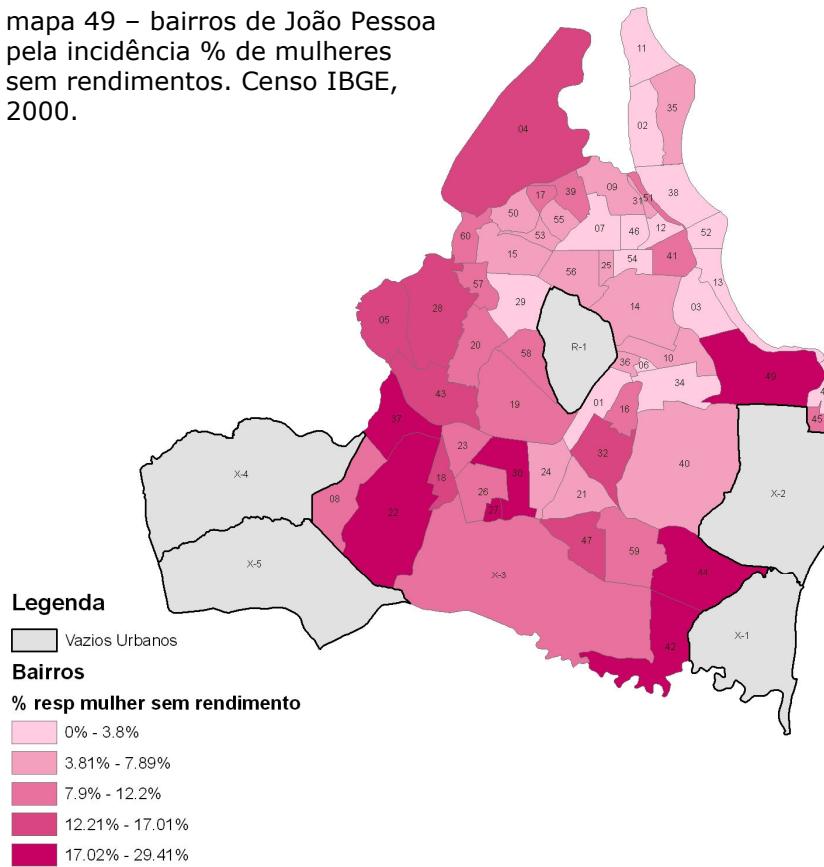


tabela 39 – incidência de mulheres sem rendimentos de João Pessoa por R.O. Censo IBGE, 2000

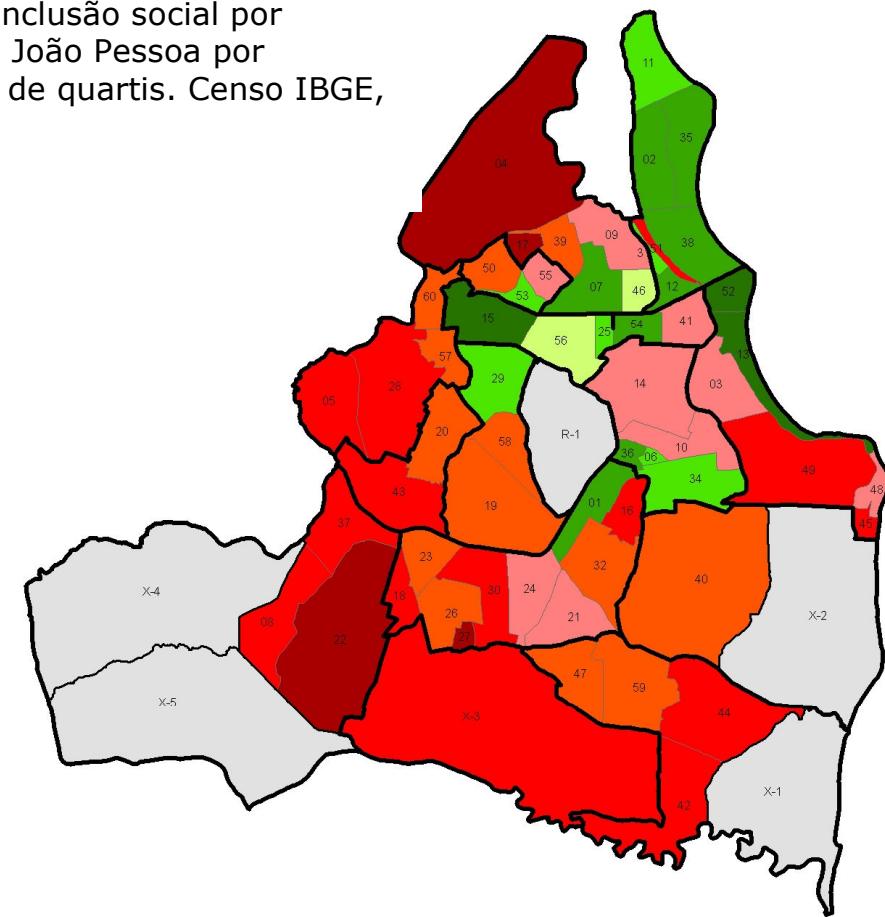
R.O.	responsáveis mulheres sem rendimentos	%
1 ^a	193	4,4
2 ^a	60	1,4
3 ^a	422	9,7
4 ^a	399	9,2
5 ^a	658	15,1
6 ^a	198	4,5
7 ^a	474	10,9
8 ^a	638	14,7
9 ^a	349	8,0
10 ^o	112	2,6
11 ^a	401	9,2
12 ^a	22	0,5
13 ^a	265	6,1
14 ^a	162	3,7
total	4353	100

5.6 – Mapa da Exclusão/Inclusão Social de João Pessoa

tabela 40 - IEX final de Exclusão/Inclusão social dos bairros de João Pessoa

bairros	IEX final
Distrito Industrial	-1,00
Alto do Céu	-0,85
Padre Zé	-0,82
Grotão	-0,75
São José	-0,74
Ilha do Bispo	-0,74
João Paulo II	-0,72
Jardim Veneza	-0,71
Penha	-0,68
Gramame	-0,67
Alto do Mateus	-0,65
Costa e Silva	-0,65
Oitizeiro	-0,63
Bairro das Indústrias	-0,61
Muçumagro	-0,60
Cidade dos Colibris	-0,55
Paratibe	-0,53
Varjão	-0,48
Jose Américo	-0,46
Planalto da Boa Esperança	-0,45
Funcionários	-0,45
Mandacaru	-0,40
Cristo Redentor	-0,39
Cruz das Armas	-0,38
Trincheiras	-0,37
Ernani Sátiro	-0,35
Roger	-0,33
Varadouro	-0,32
Valentina	-0,32
Mangabeira	-0,28
Bancários	-0,24
Altiplano Cabo Branco	-0,17
Cuia	-0,17
Castelo Branco	-0,15
Miramar	-0,13
Bairro dos Ipês	-0,08
Ernesto Geisel	-0,06
Ponta do Seixas	-0,02
Treze de Maio	-0,02
Torre	0,03
Pedro Gondim	0,24
Tambia	0,29
Jardim Cidade Universitária	0,30
Bessa	0,33
Expedicionários	0,33
Anátolia	0,35
Jaguaribe	0,45
João Agripino	0,48
Jardim Oceania	0,52
Aeroclube	0,52
Água Fria	0,54
Manaira	0,63
Bairro dos Estados	0,64
Jardim São Paulo	0,66
Tambauzinho	0,69
Brisamar	0,74
Centro	0,76
Tambaú	0,86
Cabo Branco	1,00

mapa 50 - índice de exclusão/inclusão social por bairros de João Pessoa por intervalos de quartis. Censo IBGE, 2000.



A maior concentração de população de João Pessoa, 40% está no segundo quartil de distribuição dos IEX com predomínio da exclusão social, isto é, entre -0,26 - 0,50. Nos piores graus de exclusão está 5% da população da cidade. Em compensação só 2,9% é que concentra o maior grau de inclusão, entre 0,75 a 1,00 o que mostra a sensível acumulação para poucos das boas condições de vida da cidade.

Somente 23% da população de João Pessoa e 24% dos domicílios é que se encontra em níveis variados de inclusão social. Este era o retrato do início da década a ser comparado com os resultados do censo de 2010 para analisar o que se movimenta para qual direção.

tabela 41 – incidência de domicílios e da população de João Pessoa por quartil de IEX

faixas de IEX	domicílios	população	% dom	% pop
de -1 a -0,75	6976	29493	4,6	5,0
de -0,75 a -0,50	30487	125030	20,2	21,0
de -0,50 a -0,25	60999	241789	40,3	40,6
de -0,25 a 0	16407	64328	10,8	10,8
de 0 a 0,25	5212	20039	3,4	3,4
de 0,25 a 0,50	11100	40843	7,3	6,9
de 0,50 a 0,75	15218	56313	10,1	9,5
de 0,75 a 1	4867	17219	3,2	2,9
total	151266	595054	100	100

gráfico 1 - distribuição da população de João Pessoa por quartil de IEX

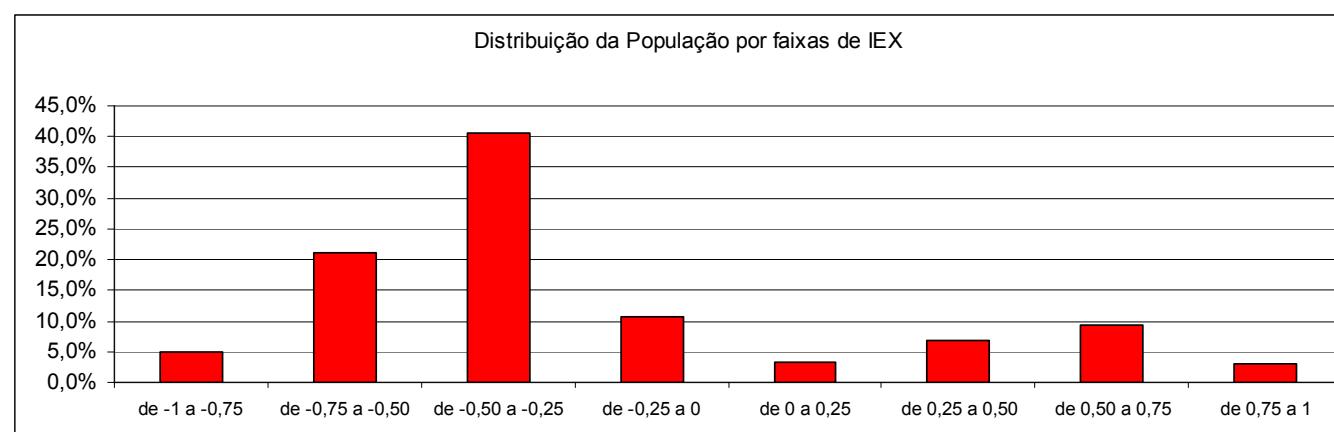


tabela 42 - índice de Exclusão/Inclusão Social dos bairros de João Pessoa decomposto por utopia

BAIRRO	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
DISTRITO INDUSTRIAL	-1,00	-0,90	-0,71	-0,96	-3,57	-1,00
ALTO DO CEU	-0,49	-0,95	-0,90	-0,69	-3,02	-0,85
CIDADE PADRE ZE	-0,43	-0,94	-0,80	-0,78	-2,94	-0,82
GROTAO	-0,62	-0,94	-0,59	-0,54	-2,69	-0,75
SAO JOSE	-0,42	-1,00	-1,00	-0,22	-2,64	-0,74
ILHA DO BISPO	-0,52	-0,96	-0,48	-0,66	-2,62	-0,74
JOAO PAULO II	-0,65	-0,75	-0,56	-0,61	-2,56	-0,72
JARDIM VENEZA	-0,64	-0,87	-0,49	-0,53	-2,54	-0,71
PENHA	-0,57	-0,79	-0,08	-1,00	-2,43	-0,68
GRAMAME	-0,42	-0,87	-0,55	-0,56	-2,40	-0,67
ALTO DO MATEUS	-0,54	-0,79	-0,36	-0,63	-2,32	-0,65
COSTA E SILVA	-0,57	-0,74	-0,25	-0,76	-2,31	-0,65
OITIZEIRO	-0,49	-0,82	-0,53	-0,43	-2,27	-0,63
BAIRRO DAS INDUSTRIAS	-0,40	-0,72	-0,46	-0,61	-2,19	-0,61
MUCUMAGRO	-0,68	-0,91	-0,04	-0,51	-2,15	-0,60
CIDADE DOS COLIBRIS	-0,49	-0,59	-0,47	-0,39	-1,95	-0,55
PARATIBE	-0,76	-0,86	0,01	-0,28	-1,89	-0,53
VARJAO	-0,42	-0,80	-0,10	-0,39	-1,71	-0,48
JOSE AMERICO	-0,60	-0,54	-0,15	-0,35	-1,63	-0,46
PLANALTO DA BOA ESPERANCA	-0,48	-0,67	-0,29	-0,18	-1,62	-0,45
FUNCIONARIOS	-0,46	-0,53	-0,21	-0,43	-1,62	-0,45
MANDACARU	-0,41	-0,75	-0,14	-0,14	-1,44	-0,40
CRISTO REDENTOR	-0,42	-0,42	-0,15	-0,40	-1,38	-0,39
CRUZ DAS ARMAS	-0,43	-0,74	0,11	-0,31	-1,37	-0,38
TRINCHEIRAS	-0,40	-0,73	0,08	-0,26	-1,31	-0,37
ERNANI SATIRO	-0,41	-0,63	0,04	-0,25	-1,25	-0,35
ROGER	-0,33	-0,63	0,05	-0,26	-1,18	-0,33
VARADOURO	-0,46	-0,71	0,07	-0,04	-1,14	-0,32
VALENTINA	-0,34	-0,44	0,02	-0,37	-1,13	-0,32
MANGABEIRA	-0,33	-0,53	-0,09	-0,04	-0,98	-0,28

BAIRRO	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
MANGABEIRA	-0,33	-0,53	-0,09	-0,04	-0,98	-0,28
BANCARIOS	-0,36	-0,03	-0,01	-0,47	-0,87	-0,24
ALTIPLANO CABO BRANCO	-0,27	0,12	0,14	-0,61	-0,61	-0,17
CUIA	-0,34	-0,03	-0,12	-0,10	-0,59	-0,17
CASTELO BRANCO	-0,30	-0,26	0,26	-0,25	-0,54	-0,15
MIRAMAR	-0,44	0,28	-0,12	-0,18	-0,46	-0,13
BAIRRO DOS IPES	-0,29	-0,10	0,18	-0,06	-0,28	-0,08
ERNESTO GEISEL	-0,27	-0,20	0,22	0,01	-0,23	-0,06
PONTA DO SEIXAS	-0,66	0,66	0,13	-0,22	-0,08	-0,02
TREZE DE MAIO	-0,25	0,00	0,42	-0,23	-0,06	-0,02
TORRE	-0,29	-0,19	0,54	0,01	0,06	0,03
PEDRO GONDIM	-0,19	0,77	-0,07	-0,02	0,49	0,24
TAMBIA	-0,25	0,02	0,68	0,14	0,59	0,29
JARDIM CIDADE UNIVERSITARIA	-0,20	0,34	0,07	0,38	0,59	0,30
BESSA	-0,25	0,66	0,30	-0,04	0,66	0,33
EXPEDICIONARIOS	-0,28	0,12	0,69	0,13	0,67	0,33
ANATOLIA	-0,35	0,63	0,41	0,00	0,69	0,35
JAGUARIBE	-0,16	0,02	0,79	0,24	0,90	0,45
JOAO AGRIPINO	-0,22	0,33	0,62	0,22	0,95	0,48
JARDIM OCEANIA	-0,36	1,00	0,43	-0,04	1,03	0,52
AEROCLUBE	-0,23	0,78	0,23	0,28	1,05	0,52
AGUA FRIA	-0,15	0,28	0,01	0,95	1,09	0,54
MANAIRA	-0,22	0,82	0,61	0,04	1,25	0,63
BAIRRO DOS ESTADOS	-0,25	0,86	0,70	-0,03	1,28	0,64
JARDIM SAO PAULO	-0,28	0,43	0,17	1,00	1,33	0,66
TAMBAUZINHO	-0,17	0,81	0,77	-0,03	1,38	0,69
BRISAMAR	-0,22	0,94	0,67	0,10	1,49	0,74
CENTRO	-0,28	0,17	1,00	0,63	1,52	0,76
TAMBAU	-0,22	0,84	0,76	0,34	1,71	0,86
CABO BRANCO	-0,23	0,88	0,81	0,54	2,00	1,00

gráfico 2 – distribuição de IEX por bairros da 1^a região de R.O. João Pessoa

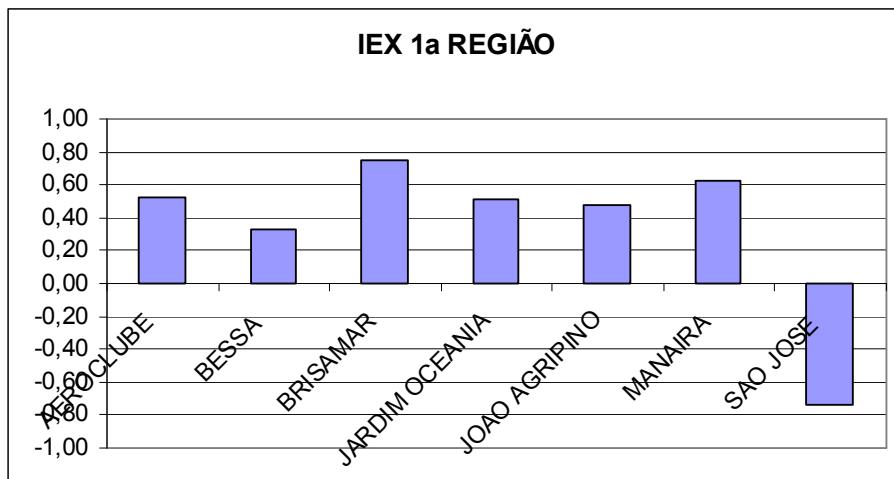
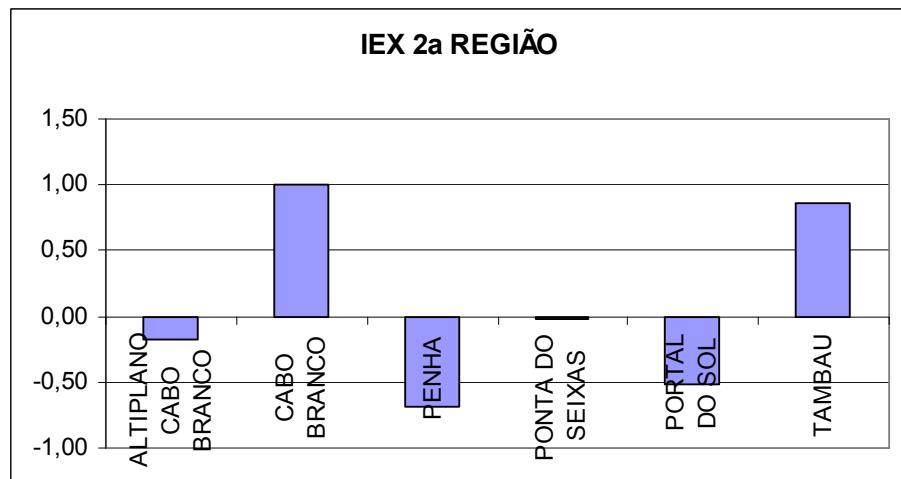


gráfico 3 – distribuição de IEX por bairros da 2^a região de R.O. João Pessoa



bairros da 1 ^a região	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
Aerooclube	-0,23	0,78	0,23	0,28	1,05	0,52
Bessa	-0,25	0,66	0,30	-0,04	0,66	0,33
Brisamar	-0,22	0,94	0,67	0,10	1,49	0,74
Jardim Oceania	-0,36	1,00	0,43	-0,04	1,03	0,52
João Agripino	-0,22	0,33	0,62	0,22	0,95	0,48
Manaira	-0,22	0,82	0,61	0,04	1,25	0,63
São José	-0,42	-1,00	-1,00	-0,22	-2,64	-0,74

bairros da 2 ^a região	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
Altiplano Cabo Branco	-0,27	0,12	0,14	-0,61	-0,61	-0,17
Cabo Branco	-0,23	0,88	0,81	0,54	2,00	1,00
Penha	-0,57	-0,79	-0,08	-1,00	-2,43	-0,68
Ponta do Seixas	-0,66	0,66	0,13	-0,22	-0,08	-0,02
Portal do Sol	-0,42	-0,10	-0,75	-0,57	-1,84	-0,52
Tambaú	-0,22	0,84	0,76	0,34	1,71	0,86

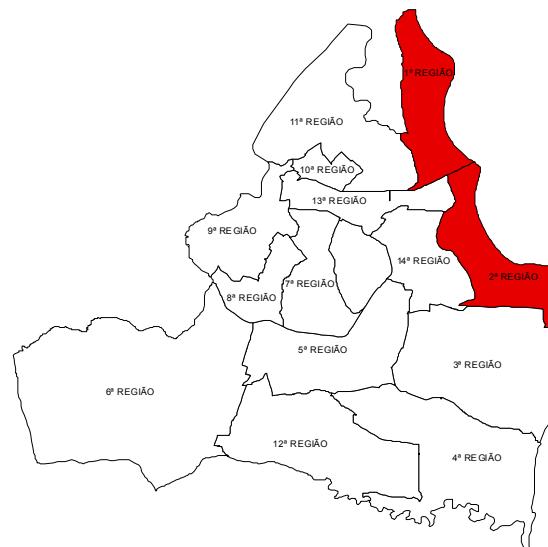


gráfico 4 – distribuição de IEX por bairros da 3^a região de R.O. João Pessoa

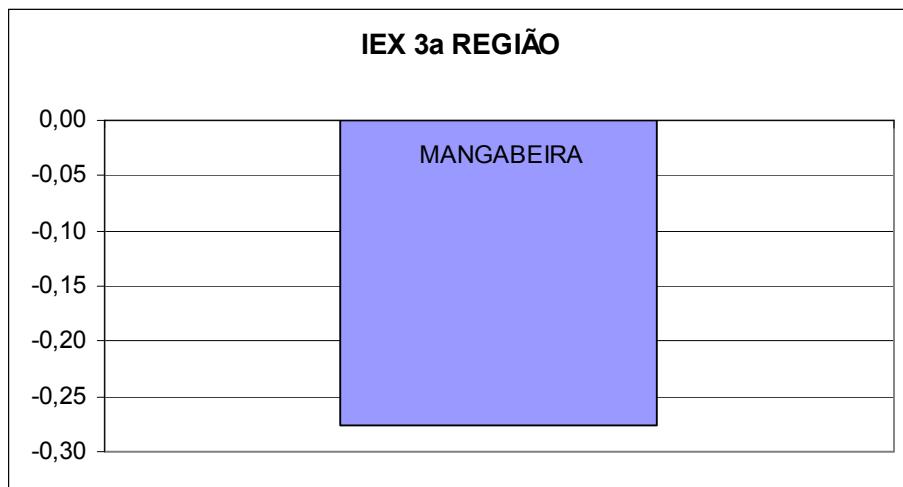
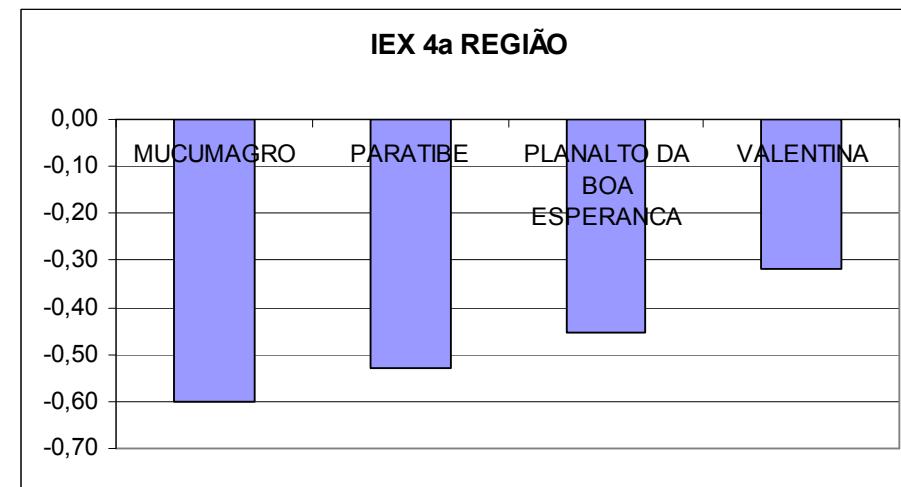


gráfico 5 – distribuição de IEX por bairros da 4^a região de R.O. João Pessoa



bairros da 3 ^a região	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
Mangabeira	-0,33	-0,53	-0,09	-0,04	-0,98	-0,28

bairros da 4 ^a região	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
Muçumagro	-0,68	-0,91	-0,04	-0,51	-2,15	-0,60
Paratibe	-0,76	-0,86	0,01	-0,28	-1,89	-0,53
Planalto da Boa Esperança	-0,48	-0,67	-0,29	-0,18	-1,62	-0,45
Valentina	-0,34	-0,44	0,02	-0,37	-1,13	-0,32

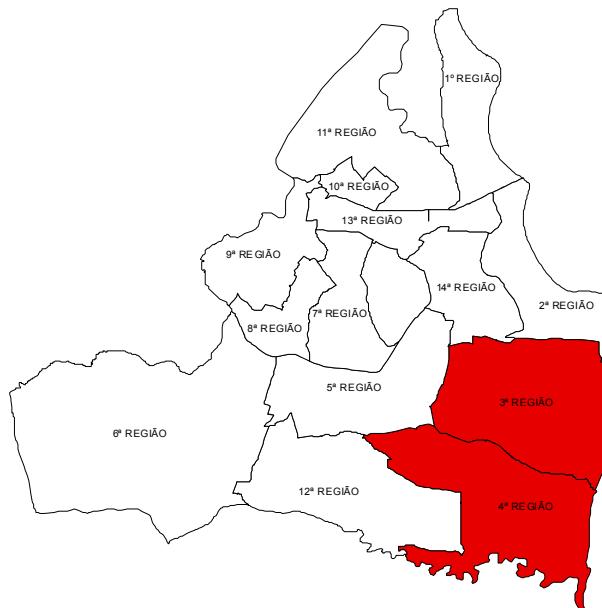


gráfico 6 – distribuição de IEX por bairros da 5ª região de R.O. João Pessoa

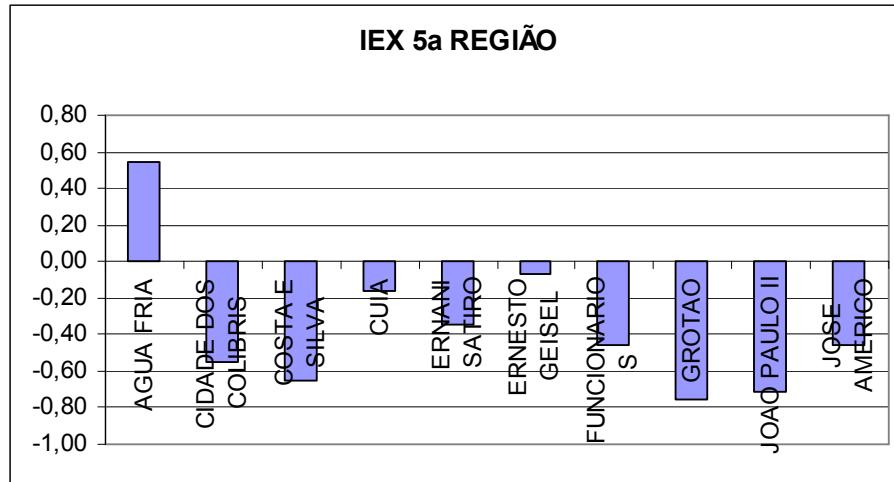
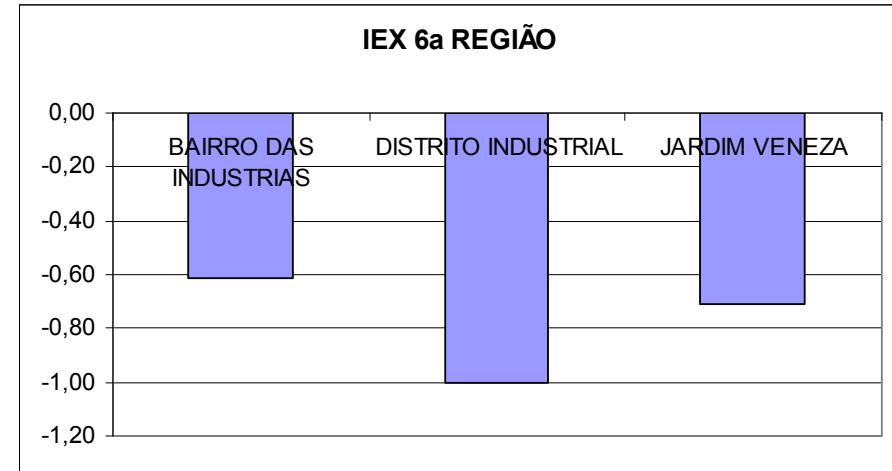


gráfico 7 – distribuição de IEX por bairros da 6ª região de R.O. João Pessoa



bairros da 5ª região	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
Água Fria	-0,15	0,28	0,01	0,95	1,09	0,54
Cidade dos Colibris	-0,49	-0,59	-0,47	-0,39	-1,95	-0,55
Costa e Silva	-0,57	-0,74	-0,25	-0,76	-2,31	-0,65
Cuia	-0,34	-0,03	-0,12	-0,10	-0,59	-0,17
Ernani Satiro	-0,41	-0,63	0,04	-0,25	-1,25	-0,35
Ernesto Geisel	-0,27	-0,20	0,22	0,01	-0,23	-0,06
Funcionários	-0,46	-0,53	-0,21	-0,43	-1,62	-0,45
Grotão	-0,62	-0,94	-0,59	-0,54	-2,69	-0,75
Joao Paulo II	-0,65	-0,75	-0,56	-0,61	-2,56	-0,72
José Américo	-0,60	-0,54	-0,15	-0,35	-1,63	-0,46

bairros da 6ª região	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
Bairro das Indústrias	-0,40	-0,72	-0,46	-0,61	-2,19	-0,61
Distrito Industrial	-1,00	-0,90	-0,71	-0,96	-3,57	-1,00
Jardim Veneza	-0,64	-0,87	-0,49	-0,53	-2,54	-0,71

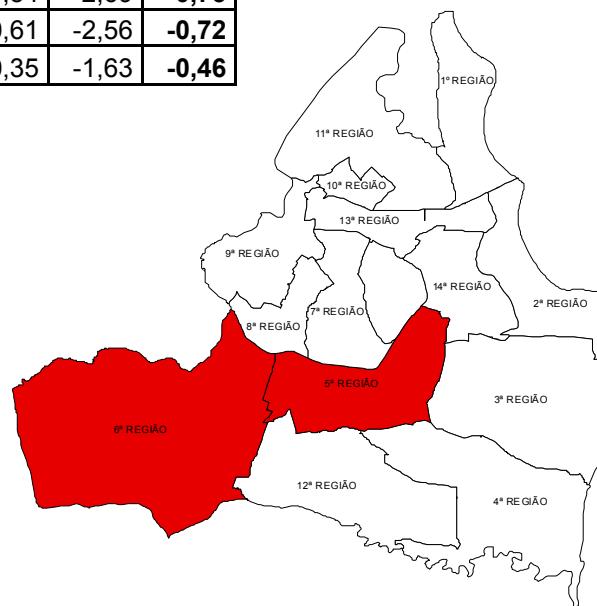


gráfico 8 – distribuição de IEX por bairros da 7^a região de R.O. João Pessoa

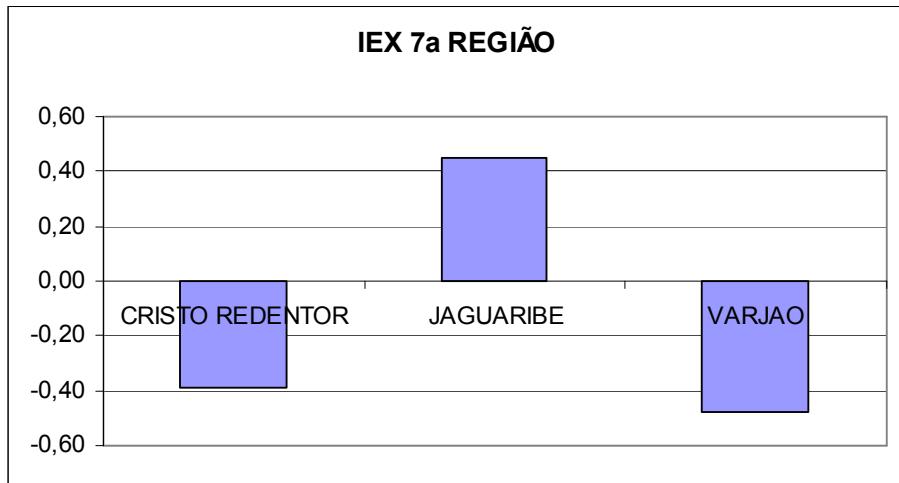


gráfico 9 – distribuição de IEX por bairros da 8^a região de R.O. João Pessoa

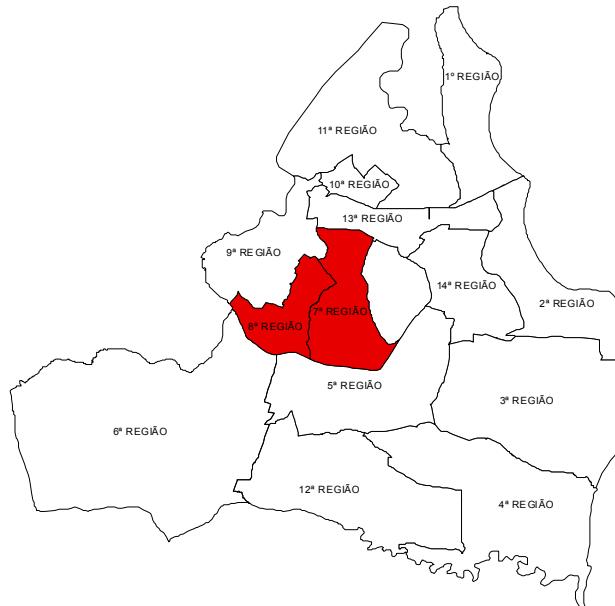
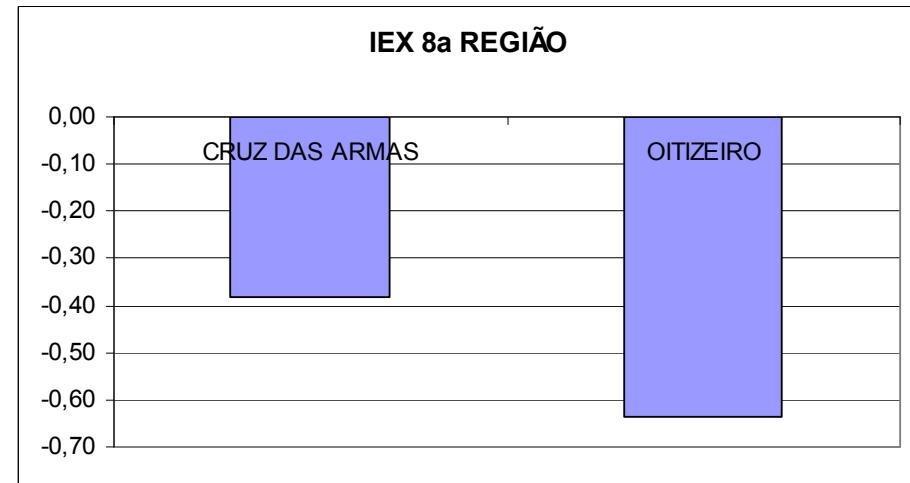


gráfico 10 – distribuição de IEX por bairros da 9ª região de R.O. João Pessoa

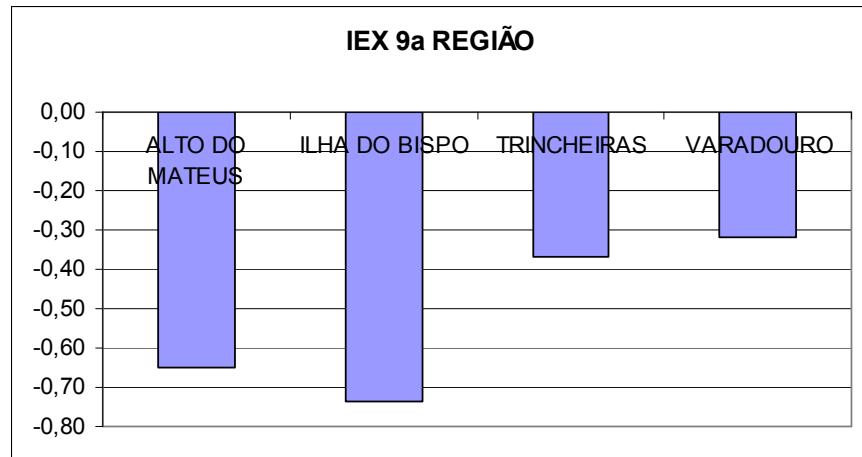
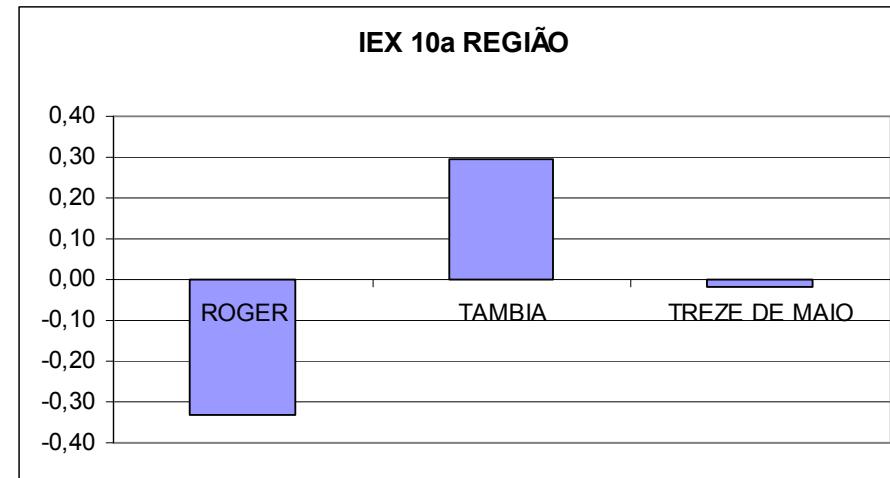


gráfico 11 – distribuição de IEX por bairros da 10ª região de R.O. João Pessoa



bairros da 9ª região	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
Alto do Mateus	-0,54	-0,79	-0,36	-0,63	-2,32	-0,65
Ilha do Bispo	-0,52	-0,96	-0,48	-0,66	-2,62	-0,74
Trincheiras	-0,40	-0,73	0,08	-0,26	-1,31	-0,37
Varadouro	-0,46	-0,71	0,07	-0,04	-1,14	-0,32

bairros da 10ª região	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
Roger	-0,33	-0,63	0,05	-0,26	-1,18	-0,33
Tambia	-0,25	0,02	0,68	0,14	0,59	0,29
Treze de Maio	-0,25	0,00	0,42	-0,23	-0,06	-0,02

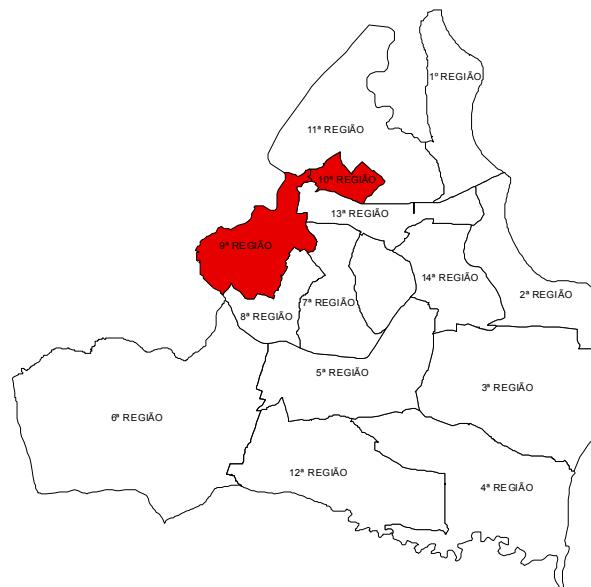


gráfico 12 – distribuição de IEX por bairros da 11ª região de R.O. João Pessoa

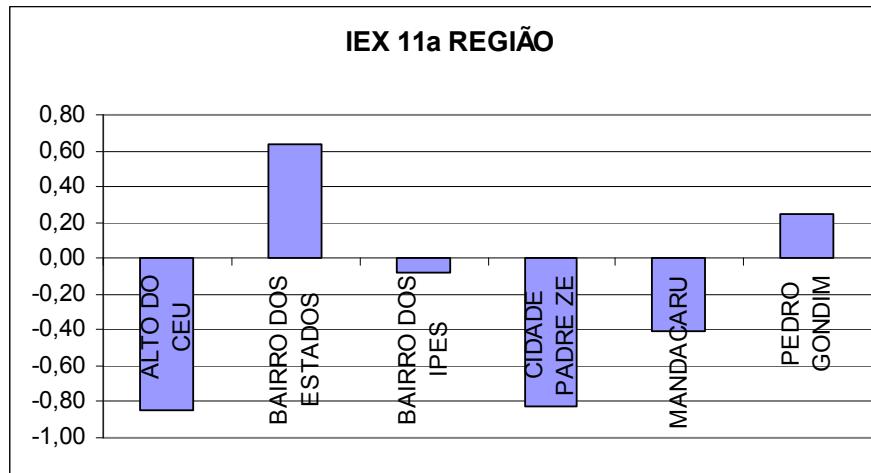
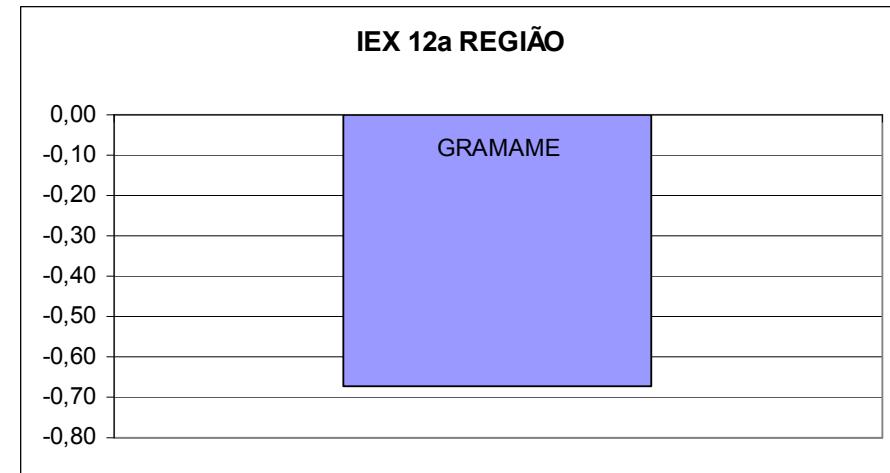


gráfico 13 – distribuição de IEX por bairros da 12ª região de R.O. João Pessoa



bairros da 11ª região	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
Alto do Céu	-0,49	-0,95	-0,90	-0,69	-3,02	-0,85
Bairro dos Estados	-0,25	0,86	0,70	-0,03	1,28	0,64
Bairro dos Ipês	-0,29	-0,10	0,18	-0,06	-0,28	-0,08
Padre Zé	-0,43	-0,94	-0,80	-0,78	-2,94	-0,82
Mandacaru	-0,41	-0,75	-0,14	-0,14	-1,44	-0,40
Pedro Gondim	-0,19	0,77	-0,07	-0,02	0,49	0,24

bairros da 12ª região	IEX_EQ	IEX_AUT	IEX_DH	IEX_QV	SUM	IEX
Gramame	-0,42	-0,87	-0,55	-0,56	-2,40	-0,67

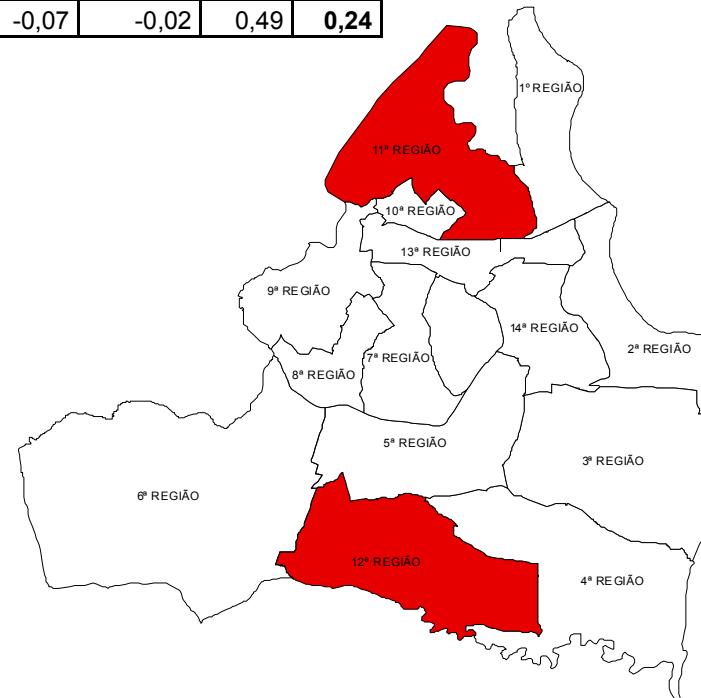


gráfico 14 – distribuição de IEX por bairros da 13ª região de R.O. João Pessoa

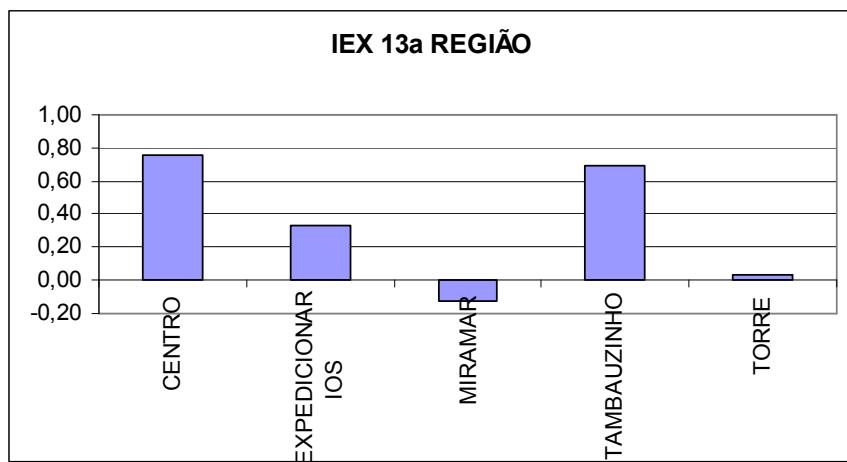
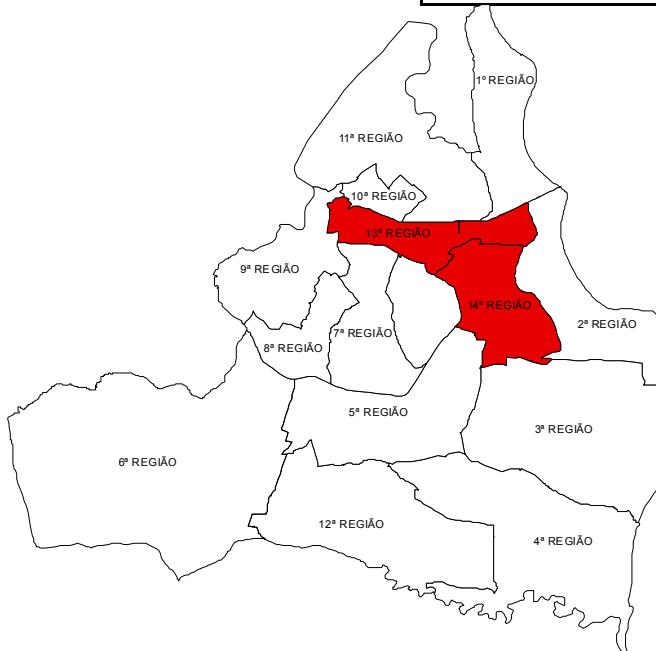
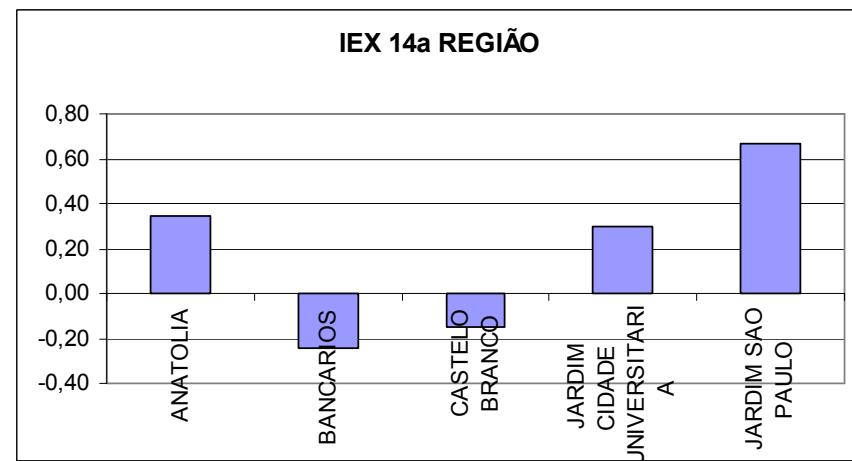


gráfico 15 – distribuição de IEX por bairros da 14ª região de R.O. João Pessoa



quadro 4 – comparação de resultados de MEIS entre cidades brasileiras

maior e menor incidência percentual de 13 variáveis entre				índice de discrepância entre os territórios intraurbanos do comportamento de 13 variáveis			
renda do chefe do domicílio							
sem renda	Campinas	> 38,46	< 8,55	Diadema	Campinas	> 39,71	2,28
	João Pessoa	> 15,6	< 1,4		João Pessoa	11,14	Diadema
1 a 2 salários mínimos	Goiânia	> 60,5	< 9,84	Diadema	Campinas	> 130,1	1,82
	João Pessoa	> 14,8	< 1,4		João Pessoa	10,57	Diadema
3 a 5 salários mínimos	Piracicaba	> 35,7	< 11,30	Diadema	Campinas	> 20,2	< 4,28
	João Pessoa	> 17,3	< 0,8		João Pessoa	21,62	Goiânia
mais altos salários	Campinas	> 74,56	< 0,63	Diadema	Piracicaba	< 958,36	15,61
	João Pessoa	> 38,6	< 0,0		João Pessoa	38,6	Diadema
infra-estrutura dos domicílios							
acesso à rede de água	Campinas/ Piracicaba	> 100	< 0,08	Diadema	São Paulo	> 14.643	2,09
	João Pessoa	> 99	< 20,4		João Pessoa	4,85	Diadema
acesso à coleta domiciliar de lixo	Campinas	> 87,93	< 0	Diadema	Campinas	> 9538,7	< 34,38
	João Pessoa	> 97,5	< 16,9		João Pessoa	5,76	Guarulhos
acesso à rede de esgoto	Goiânia/ Guarulhos	> 100	< 0,88	Diadema	Campinas	> 5846,6	11,25
	João Pessoa	> 99,3	< 18,2		João Pessoa	5,45	Diadema
anos de estudo do chefe do domicílio							
analfabetos	Guarulhos	> 38	< 5,07	Diadema	São Paulo	> 91,79	< 33,12
	João Pessoa	> 13,8	< 1,6		João Pessoa	8,62	Goiânia
4 a 7 anos de estudo	Guarulhos	> 57,14	< 38,8	Diadema	Campinas	> 13,4	1,42
	João Pessoa	> 14,5	< 1,4		João Pessoa	10,35	Diadema
mais de 15 anos de estudo	Campinas	> 73,39	< 0,70	Diadema	Guarulhos	> 337,4	12,69
	João Pessoa	> 27,5	< 0,1		João Pessoa	2,74	Diadema
mulheres responsáveis pelo domicílio							
mulheres responsáveis pelo domicílio	Guarulhos	> 71,6	< 20	Diadema	Campinas	> 95,8	1,29
	João Pessoa	> 11,9	< 0,5		João Pessoa	23,8	Diadema
mulheres não alfabetizadas	Campinas	> 50	< 7,15	Diadema	São Paulo	> 111,83	1,84
	João Pessoa	> 13,1	< 0,5		João Pessoa	26,2	Diadema
mulheres sem renda	Guarulhos	> 100	< 9,23	Diadema	Campinas	> 26,59	2,82
	João Pessoa	> 15,1	< 0,5		João Pessoa	30,2	Diadema

Nota: Mapas de Exclusão/inclusão Social: São Paulo, Guarulhos, Campinas, Goiânia, Piracicaba, São José dos Campos, Diadema e João Pessoa.

6. MAPA DA VULNERABILIDADE SOCIAL DAS FAMÍLIAS DE JOÃO PESSOA

6. Mapa da Vulnerabilidade Social das Famílias

A elaboração de cartografias de vulnerabilidade social têm se constituído como um procedimento analítico para a representação das incidências da vulnerabilidade social em diferentes escalas territoriais, das intraurbanas, às regionais e permite aproximar do universo potencial de beneficiários e usuários da proteção social. No caso em análise, com centralidade na política de assistência social é a vulnerabilidade social das famílias que se põe em foco, já que essa política se ocupa da capacidade protetiva da família.

Independentemente da diversidade de significados que o termo vulnerabilidade pode vir a adquirir nos distintos contextos teóricos em que possa ser utilizado, o propósito na PNAS – Política Nacional de Assistência Social é “prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face de situações de vulnerabilidade” (NOB/SUAS, 2005:18). Com os objetivos de subsidiar os municípios na identificação da demanda, na distribuição intraurbana de territórios prioritários para a ação, mas também, de normatizar padrões de cobertura dos beneficiários e de usuários dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Ainda que a construção de Mapas de Vulnerabilidade Social (MVS) tenha se consolidado como uma ferramenta para a definição da territorialidade da Proteção Social Básica no SUAS, as experiências já desenvolvidas apresentam diferenças metodológicas que em geral nascem da necessidade de estabelecimento de estratégias analíticas que possam superar as limitações que ainda existem em termos da oferta de bases de dados georreferenciadas atualizadas seja do universo da população, como da cobertura de serviços, atendimentos e também dos beneficiários.

A pesquisa bibliográfica, sobre as iniciativas de cartografias de vulnerabilidade social das famílias nasce da especificação da PNAS-04 quanto à importância da construção de uma “medida de desigualdade intra-urbana” (2004:38), que teria como base o Sistema Nacional de Informação de Assistência Social e os censos do IBGE e outros dados da Assistência Social que o censo não capta. Contudo, resta esclarecer que a oferta destes indicadores intra-urbanos não se faz acessível a todos os municípios, tão pouco se pode supor organização comparativa geral, já que aqueles que apresentam maiores adensamentos demográficos dependem de uma melhor análise das suas discrepâncias e heterogeneidades próprias da sua condição, além de condições de infra-estrutura e recursos humanos. Ainda são poucas as experiências nessa direção destacam os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo intitulado “Mapa da Vulnerabilidade Social” de 2004, o trabalho elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em 2008, denominado “A territorialização da proteção social básica”, mais recentemente o trabalho promovido pelo IEE/Cedest/PUCSP na cidade de Diadema construído territórios de gestão da assistência social. Além destes, inúmeras outras iniciativas de leituras cartográficas intra-urbanas se desenvolveram no Brasil sob os mais diferentes arcabouços conceituais, mas com foco genérico e não em uma política social específica. É de se ressaltar o acúmulo na área de saúde na fixação de distritos sanitários.

6.1 - orientações da NOB-SUAS

A NOB/SUAS (2005), com o objetivo de subsidiar os municípios no delineamento da demanda e sua localização intraurbana, mas também com intuito de normatizar padrões de cobertura dos benefícios e serviços do Sistema Único de Assistência Social, apresenta as bases metodológicas para dimensionar a presença de vulnerabilidades sociais num determinado território. Assim estruturou duas importantes e convergentes frentes de atuação, uma que iria em busca da população demandante e outra delimitando os territórios dessa política.

quadro 5 – variáveis componentes da taxa de vulnerabilidade social (NOB/SUAS-2005)

variável	Fonte	ano origem
Moradores em domicílios inadequados com densidade por dormitório entre 2,0 e 3,0 moradores	IBGE - Censo 2000	2000
Famílias c/ renda nominal mensal familiar per capita inferior a 1/4 sm	IBGE - Censo 2000	2000
Pct.domic.c/crianças até 14 anos,com rend. dom. p/capita até 1/2 sm c/resp.c/menos de 4 anos estudo	IBGE – Censo 2000	2000
Porcentagem de mulheres chefes de família s/ cônjuge e c/ filhos menores de 15 anos	Átлас de Desenvolvimento Humano	2000
Famílias com uma pessoa maior de 15 anos, desocupada procurando trabalho, com até 4 anos de estudo	IBGE - Censo 2000 via BME/Microdados da Amostra - MDS/Funcate	2000
Famílias com uma pessoa de 10 a 15 anos que trabalha	IBGE - Censo 2000 via BME/Microdados da Amostra - MDS/Funcate	2000
Famílias com uma pessoa de 4 a 14 anos que não frequenta a escola	IBGE - Censo 2000 via BME/Microdados da Amostra - MDS/Funcate	2000
Famílias com uma pessoa de 60 anos ou mais e renda familiar per capita menor que 1/2 sm	IBGE - Censo 2000 via BME/Microdados da Amostra - MDS/Funcate	2000
Famílias com uma pessoa deficiente e renda familiar per capita menor que 1/2 sm	IBGE - Censo 2000 via BME/Microdados da Amostra - MDS/Funcate	2000

Estabelece-se na NOB/SUAS o conceito de “Taxa de Vulnerabilidade Social”, um procedimento metodológico que compreende um conjunto de 9 variáveis que combinadas chegam a 13, cujos indicadores pretendem mensurar a intensidade de vulnerabilidade em alguma medida, em um conjunto de pessoas residentes num determinado espaço. “A composição dessas variáveis características compõem a Taxa de Vulnerabilidade Social em um determinado território” (NOB/SUAS, 2005:57), de modo que a presença de uma única característica já indicaria a presença de vulnerabilidade social em algum grau.

Em busca destas manifestações muitos trabalhos vêm sendo produzidos tanto nas esferas governamentais como em centros de pesquisa e de atenção à segurança e assistência social.

A construção de indicadores de vulnerabilidade social pela NOB-SUAS parte dos dados das unidades familiaresque para efeito censitário supõe a referênciacia aos domicílios e elege como variáveis:

Fonte: ©2005 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Geosuas - quarta , 10/12/08. Baseado na tabela de variáveis componentes da Taxa de Vulnerabilidade Social prevista na NOB/SUAS (2005).

renda

- 1) per capita familiar inferior a $\frac{1}{4}$ SM;
- 2) per capita familiar até $\frac{1}{2}$ SM;

infraestrutura

- 3) domicílios inadequados
- 4) com 2 a 3 moradores por dormitório (densidade 3:1)

educação

- 5) pessoa de 4 a 14 anos que não frequenta escola;
- 6) responsáveis com menos de 4 anos de estudo;

gênero

- 7) mulheres chefes sem cônjuge;

trabalho

- 8) pessoa maior de 25 anos, desocupada, com 4 anos de estudo;
- 9) pessoa de 10 a 15 anos que trabalha;

composição familiar

- 10) presença de pessoa de 60 anos e renda per capita familiar menor que $\frac{1}{2}$ SM;
- 11) presença de pessoa com deficiência e renda per capita familiar menor que $\frac{1}{2}$ SM;
- 12) número de crianças até 14 anos com renda per capita familiar até $\frac{1}{2}$ SM e responsável com menos de 4 anos de estudo;
- 13) número de filhos com menos de 15 anos e mulher chefe sem cônjuge.

Ainda que a especificação das variáveis censitárias esteja explicitada na norma, há que se avançar nos métodos de composição de indicadores sintéticos de vulnerabilidade social na medida em que algumas destas variáveis apresentem limitações relativas ao seu grau de desagregabilidade, não sendo possível recuperá-las diretamente do censo para níveis de setores censitários.

Não se levanta aqui discussões sobre a concepção de vulnerabilidade social das famílias, ainda que coubessem análises mais aprofundadas. O que se chama a atenção é que a territorialização intraurbana de aplicação desses índices não aparece na NOB-SUAS e é quanto a essa dimensão que aqui se avança.

As informações provenientes do Censo decenal, pela própria natureza da pesquisa, acabam por coletar informações relativas aos setores censitários das cidades. “O setor censitário é a menor unidade territorial, com limites físicos identificáveis em campo, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do país” (IBGE, 2003:3). O setor censitário é uma leitura representativa de um conjunto de cerca de 300 famílias ou 1000 pessoas. O censo decenal coleta parte dos dados de todos os domicílios localizados em cada setor censitário. A contagem amostral de dados dos domicílios – PNAD têm periodicidade anual e aponta tendências que não são particularizadas para cada base territorial de uma cidade. É relevante considerar que as variáveis constituintes da Taxa VS são de ordem municipal, apresentando médias para a cidade, o que impede a sua apropriação para leitura em escala intraurbanas. Para um município poder construir suas bases de dados para realização de leituras intraurbanas ele depende de microdados, que são coletados em grande parte pelos censos decenais, mesmo sob a contingência deste ter intervalos longos (10 anos) é a oferta melhor que se tem para o exame de pequenas unidades territoriais da cidade.

quadro 6 – características censitárias e amostrais, IBGE.

pesquisa	alcance	característica da Variável	periodicidade
CENSO	Setores censitários– absoluta.	527 variáveis sobre características dos domicílios, dos seus responsáveis e das pessoas residentes	decenal
PNAD	Médias municipais – amostral.	informações sobre as características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias e domicílios, composição e mobilidade populacional, educação, situação do mercado de trabalho, sindicalização, cobertura previdenciária, situação dos rendimentos, condições de habitação e posse de bens duráveis	anual

A inclusão de informações mais específicas para o processo da gestão da política pública como presença de equipamentos públicos, moradores que recebam benefícios provenientes de políticas públicas, presença de deficientes, etc., são passíveis de coleta direta. Microdados consistem no menor nível de desagregação de uma pesquisa, geralmente retratando o conteúdo do questionário, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas de planos tabulares de dados numéricos. Acompanham o arquivo de microdados a documentação que fornece as descrições e códigos das categorias das variáveis, adicionada, quando necessários, dos elementos para o cálculo dos erros amostrais (IBGE, 2009).

Neste sentido faz-se emergente repensar a oferta de dados e as necessidades das gestões locais para construção de uma leitura acertada, de seus territórios, serviços e beneficiários, no caso da assistência social. Há sim uma expectativaposta pela NOB/SUAS-2005 em relação às capacidades e inteligências locais, mas também alta demanda das gestões para acesso a dados e estatísticas necessárias para fazê-lo.

As perspectivas territoriais postas pela PNAS também foram estabelecidas de modo a oferecer presteza para a implantação do SUAS, com forte empenho no diagnóstico e perfil dos seus municípios. Não se pode deixar de notar que a PNAS-04 reserva 1/4 de seu texto à descrição da distribuição e características dos municípios brasileiros, ao capítulo denominado "Análise situacional". Há um sentido da territorialidade da PNAS-04 que teve por objetivo considerar a heterogeneidade da realidade. O esforços para uma implantação organizada do SUAS recaiu sobre algumas ações específicas, entre as quais: verificação das condições da gestão da Assistência Social em relação à presença de órgão gestor nos municípios; condições de infra-estrutura e outras características dos trabalhadores sociais; caracterização dos municípios a partir do Cadastro Único do Bolsa-Família para verificação da composição das famílias em situação de vulnerabilidade social determinada a princípio pela renda de até R\$140,00 per capita e a caracterização dos municípios por porte (MDS/IBGE, 2006).

Neste estudo para a cidade de João Pessoa foi realizada uma combinação de análises territoriais:

- o MEIS – que analisa as discrepâncias em território específico; no caso os bairros de João Pessoa
- o MVS – que trabalha com os dados dos domicílios e seus responsáveis agregados por setor censitário, ou 595 unidades territoriais. Ambas análises com dados do censo do IBGE de 2000. Numa terceira aproximação é a do georreferenciamento de beneficiários da assistência social, considerando tratar-se da maior cobertura de usuários dessa política.

O Mapa da Vulnerabilidade Social das Famílias de João Pessoa (MVS) usa como aproximação de "família" os dados do IBGE sobre domicílios. Com certeza o agregado de pessoas em um domicílio pode significar uma ou mais famílias e não capta a necessária heterogeneidade a ser atribuída à concepção de família. Todavia, é este o dado censitário mais próximo da concepção de família. Portanto, que fique claro que se trabalha com a *proxy* domicílios como informação do agregado familiar.

A concepção de vulnerabilidade social é também passível de polêmicas, sem reduzi-las, parte-se do entendimento de uma fragilidade da capacidade protetiva de família. Por certo há implícito que família, seja qual for sua composição, é um núcleo de solidariedade, afetividade, apoio mútuo, intimidade e partilha no enfrentamento do cotidiano.

Quanto mais frágeis ou menor autonomia tiverem os membros de uma família mais é acionada sua capacidade protetiva. Portanto, mais crianças, adolescentes, idosos, há a tendência pelo ciclo de vida da demanda de maior proteção. Quanto mais jovens forem os responsáveis por uma família maior a tendência a filhos pequenos.

Quanto pior a infraestrutura da moradia e dos serviços urbanos com que conta, pior será a proteção ou maior será a demanda à família. Menor renda, menos estudo, significa menos possibilidade de melhor resolução de demandas familiares. Prseença de mulher chefe de família com baixo estudo ou analfabeta trará, com certeza, maior fragilidade. Com este escopo de material analítico é que se constrói o MVS.

6.2 – metodologia do MVS

A escala analítica do MVS parte da nucleação dos domicílios por setores censitários e agregados em quatro grupos de renda per capita: baixo (até $\frac{1}{2}$ SM per capita); médio (de $\frac{1}{2}$ SM per capita); alto (de 1 a $1\frac{1}{2}$ SM per capita); muito alto (mais de $1\frac{1}{2}$ SM per capita). A seguir desagrega os conjuntos de famílias por renda e setor censitário pelo ciclo de vida, isto é, famílias jovens, de adultos e idosa a partir da idade dos responsáveis. Portanto, foi examinado cada família que compõem cada um dos 595 setores censitários a partir de 6 variáveis:

renda

- 1) rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio;
- 2) rendimento de até 3 SM do responsável;

idade

- 3) idade média dos responsáveis;
- 4) responsáveis com até 29 anos;
- 5) idade dos filhos

composição

- 6) % de crianças de 0 a 4 anos

gênero

- 7) domicílios chefiados por mulheres com no máximo 8 anos de estudo;

escolaridade

- 8) anos médio de estudo do chefe de família;
- 9) % de responsáveis alfabetizados
- 10) % de responsáveis com fundamental completo

saneamento

- 11) % de domicílios com abastecimento de água;
- 12) % de domicílios sem esgotamento sanitário;
- 13) % de domicílios sem coleta de lixo;

domicílio

- 14) número médio de pessoas por domicílio

Os dados por setor censitário são submetidos a análise factorial dos componentes principais (PCA) e a seguir são realizados os agrupamentos dos domicílios.

A seguir são reproduzidos os Mapas de dados básicos que demonstram a concentração de crianças, jovens e idosos; a renda média dos chefes dos domicílios e sua média de escolaridade. Os mapas relativos à infraestrutura dos domicílios e da presença de mulher responsável, embora, já apresentados no MEIS são retomados pela distribuição por setor censitário.

ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS (PCA)

A análise dos componentes principais PCA (do inglês *Principal Component Analysis*) , é um método para decompor uma matriz de dados X de posto r (ou "rank" r), como uma soma de matrizes de posto igual a 1, onde posto é um número que expressa a dimensão de uma matriz.

Essas novas matrizes de posto 1, são produtos de vetores chamados "scores" t_h e "loadings" p'_h . Estes "scores" e "loadings" podem ser calculados par a par por um processo iterativo, como na equação 1.

$$X = t_1 p'_1 + t_2 p'_2 + \dots + t_r p'_r$$

Na Figura 1 tem-se a representação da matriz de dados decomposta em matrizes "scores" e "loadings".

$$\begin{matrix} n & m \\ X & \end{matrix} = \begin{matrix} r & 1 \\ t_1 & \end{matrix} \begin{matrix} m & \\ p'_1 & \end{matrix} + \begin{matrix} r & 1 \\ t_2 & \end{matrix} \begin{matrix} m & \\ p'_2 & \end{matrix} + \dots + \begin{matrix} r & 1 \\ t_r & \end{matrix} \begin{matrix} m & \\ p'_r & \end{matrix}$$

Figura 1. Representação da matriz de dados X decomposta em produto de matrizes de posto igual a um

Para exemplificar t_h e p'_h , temos a Figura 8 que ilustra no plano bidimensional duas variáveis x_1 e x_2 . A Figura 2A mostra uma componente principal que é a reta que aponta para a direção de maior variabilidade das amostras da Figura 2B. Os "scores" t_h são as projeções das amostras na direção da componente principal e os p'_h "loadings" são os cosenos dos ângulos formados entre a componente principal e cada variável.

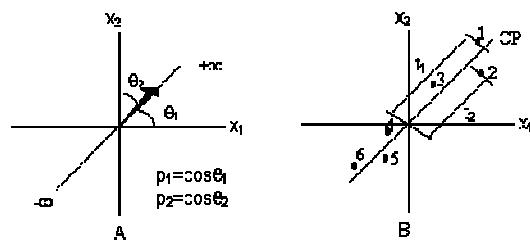


Figura 2. Uma componente principal no caso de duas variáveis: (A) loadings são os ângulos do vetor direção; (B) scores são as projeções das amostras (1 - 6) na direção da componente principal. Note que os dados são centrados na média.

Em síntese a PCA é um método que tem por finalidade básica, a redução de dados a partir de combinações lineares das variáveis originais.

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	.863
Bartlett's Test of Sphericity	9212.353 df 45 Sig. .000

tabela 43 – incidência percentual dos setores censitários e da população de João Pessoa por grupo de vulnerabilidade social. Censo IBGE, 2000.

Total Variance Explained

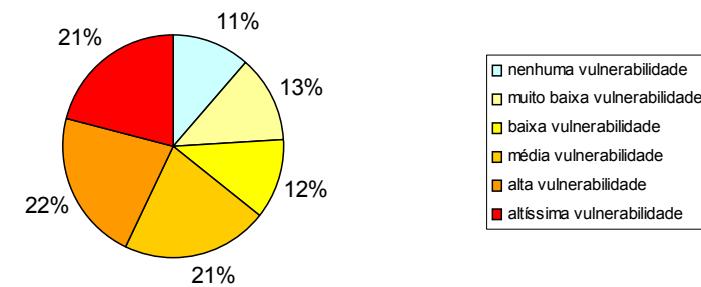
Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	6.651	66.509	66.509	6.651	66.509	66.509	5.313	53.127	53.127
2	1.662	16.616	83.126	1.662	16.616	83.126	3.000	29.998	83.126
3	.729	7.292	90.418						
4	.360	3.604	94.022						
5	.254	2.544	96.566						
6	.132	1.320	97.887						
7	.648E-02	.965	98.851						
8	.198E-02	.820	99.671						
9	.739E-02	.274	99.945						
10	.483E-03	5.483E-02	100.000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

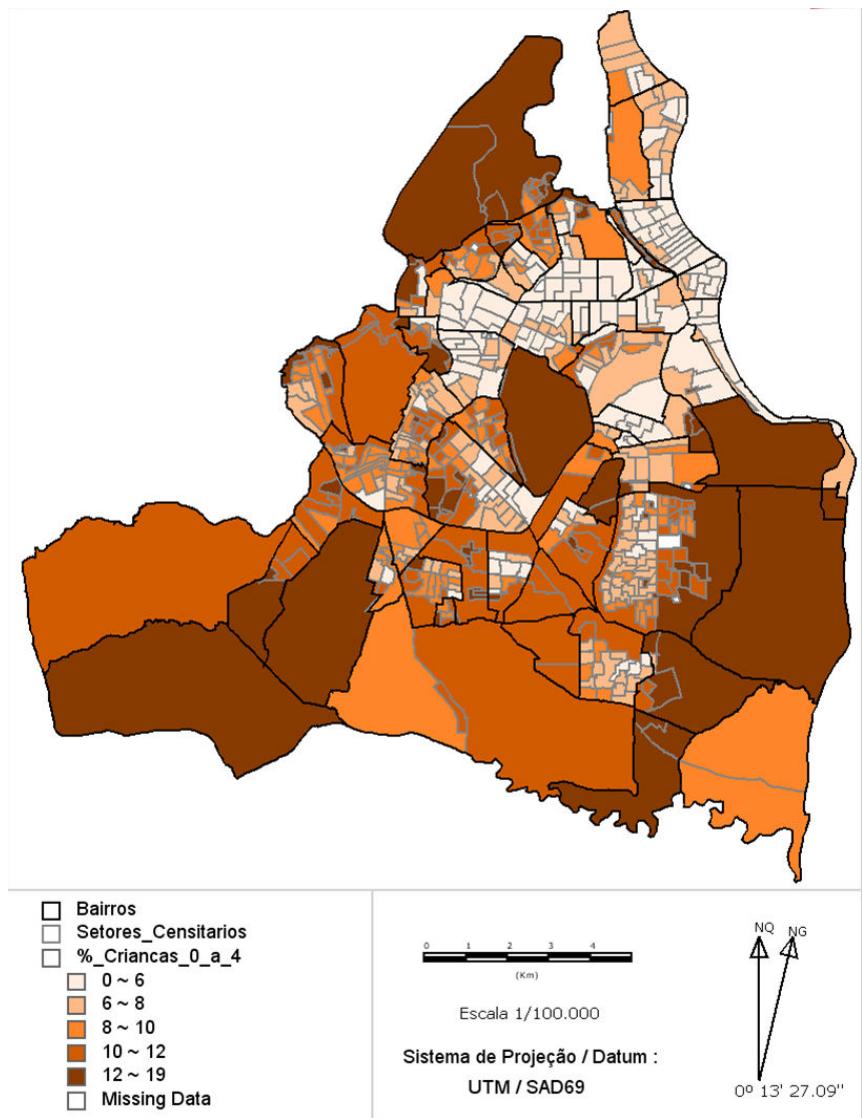
vulnerabilidade	total de setores	%	total de população	%
sem dado	13	2,9	1686	0.3
nenhuma vulnerabilidade	74	12,4	67301	11.3
muito baixa vulnerabilidade	82	13,8	76710	12.8
baixa vulnerabilidade	74	12,4	69135	11.6
média vulnerabilidade	115	19,3	126020	21.1
alta vulnerabilidade	116	19,5	131551	22.0
muito alta vulnerabilidade	121	20,3	125531	20.9
total	595	100	597934	100

Fator 1 – Socioeconómico		Fator 2 – Ciclo de Vida das Famílias		
		Famílias Jovens (Até -0,5)	Famílias Adultas (-0,5 a 0,3)	Famílias Idosas (Maior que 0,3)
Baixo (Até -0,5)		(6) Vulnerabilidade Muito Alta	(5) Vulnerabilidade Alta	
		(4) Vulnerabilidade Média	(3)	(2) Vulnerabilidade Muito Baixa
		Vulnerabilidade Baixa		
Médio (-0,5 a 1,0)				
Alto (1,0 a 1,5)				
Muito Alto (Maior que 1,5)		(1) Nao-Vulneráveis		

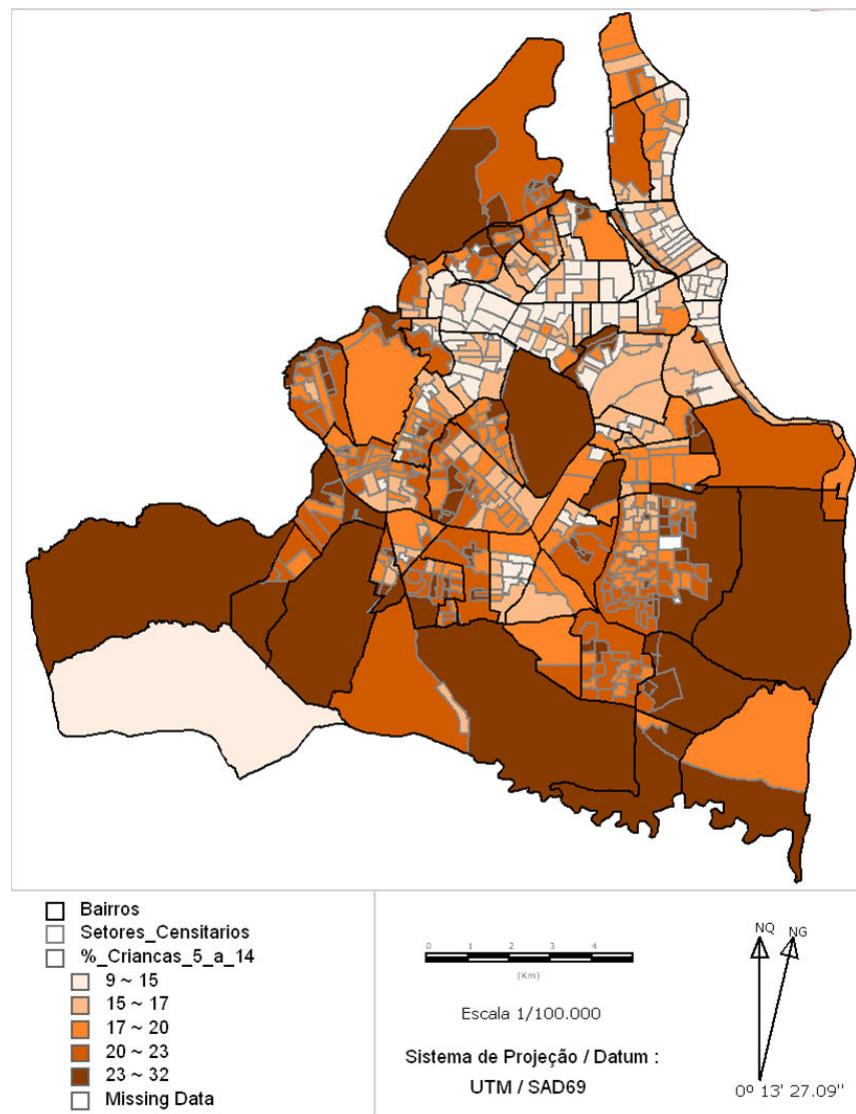
gráfico 16 – distribuição percentual da incidência de vulnerabilidade social. João Pessoa, 2000.



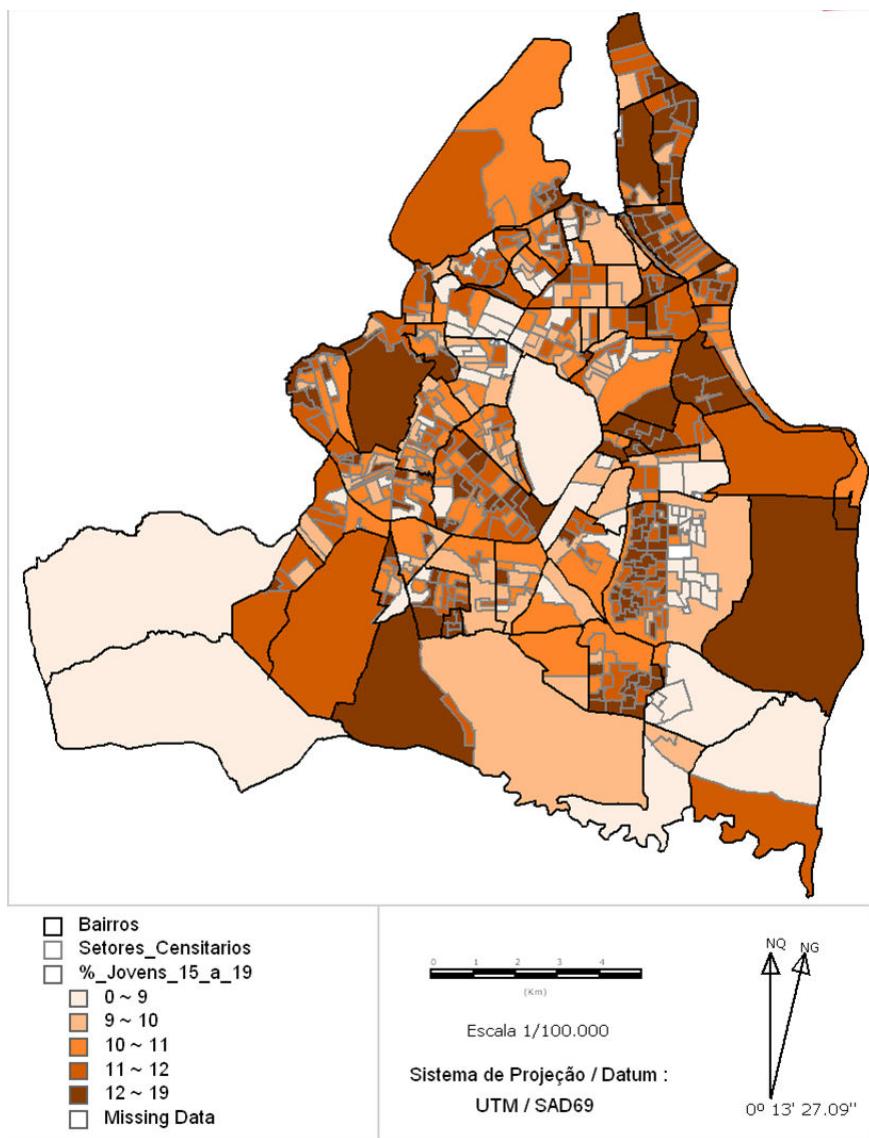
mapa 51 - % de criança entre 0 a 4 anos por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



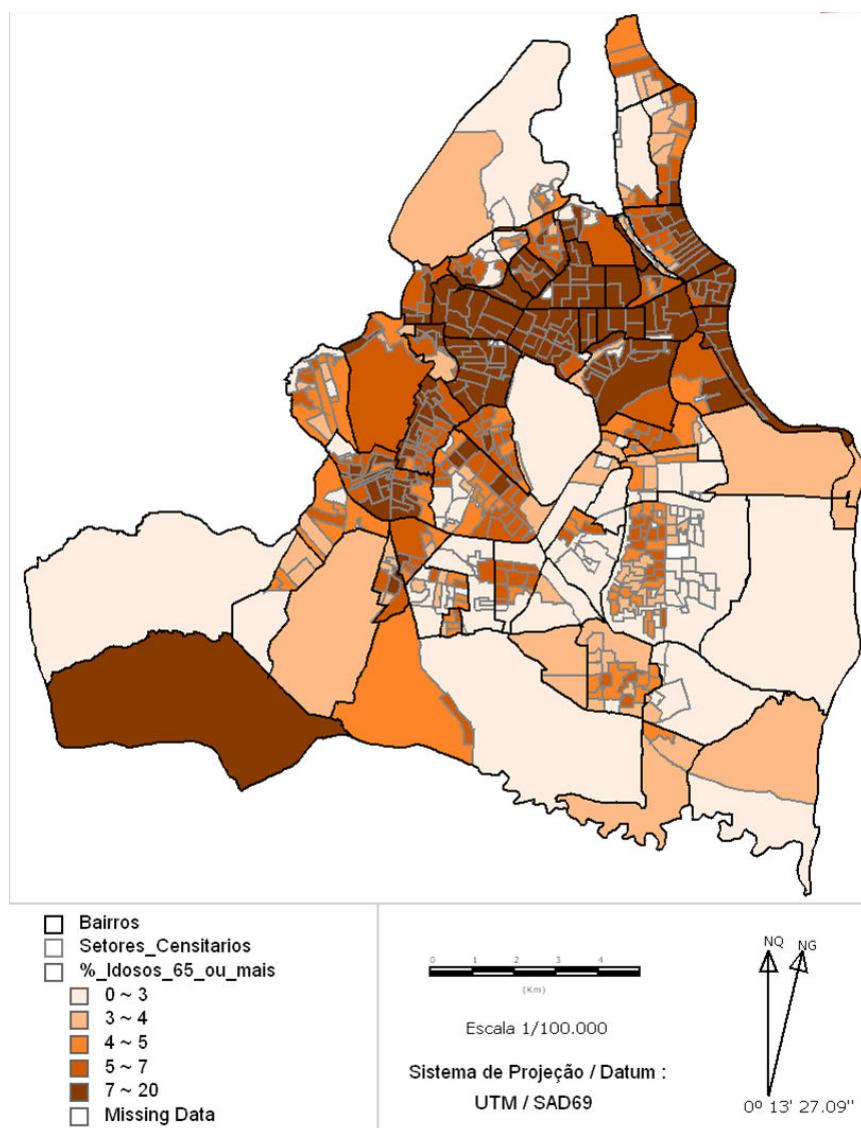
mapa 52 - % de criança entre 5 a 14 anos por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



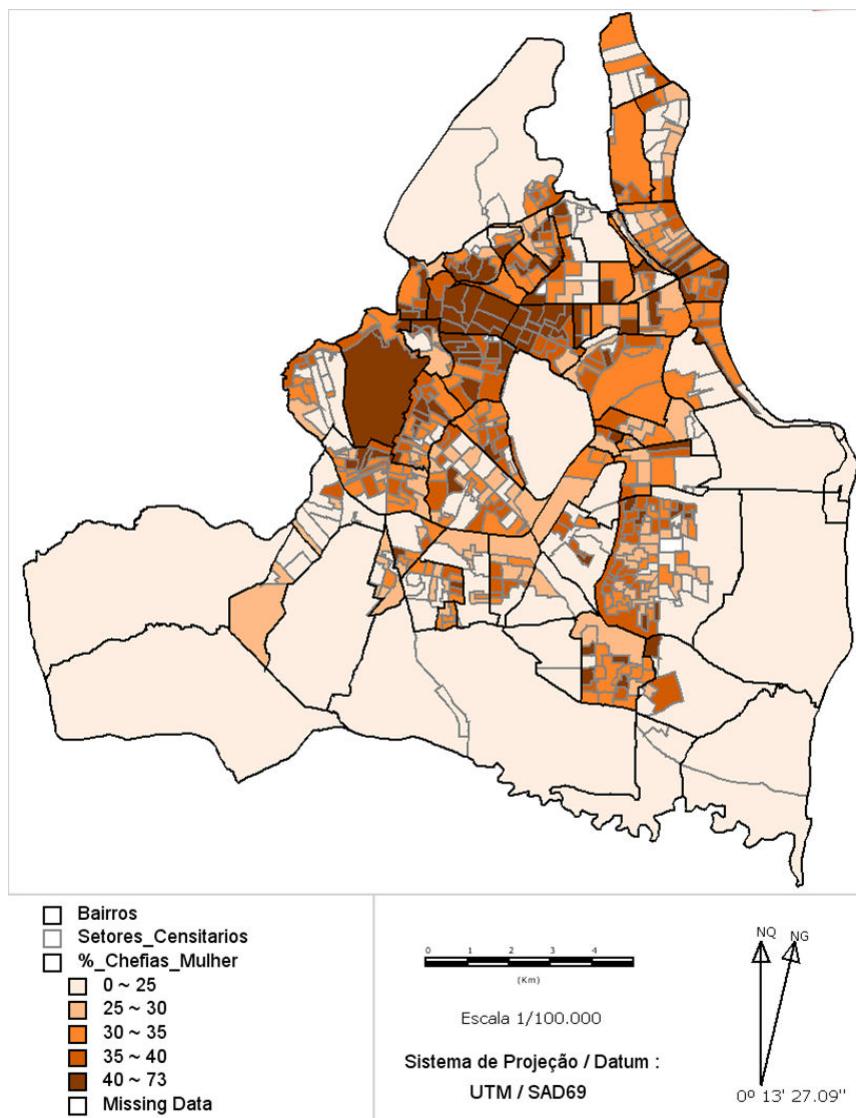
mapa 53 – % de jovens entre 15 a 19 anos por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



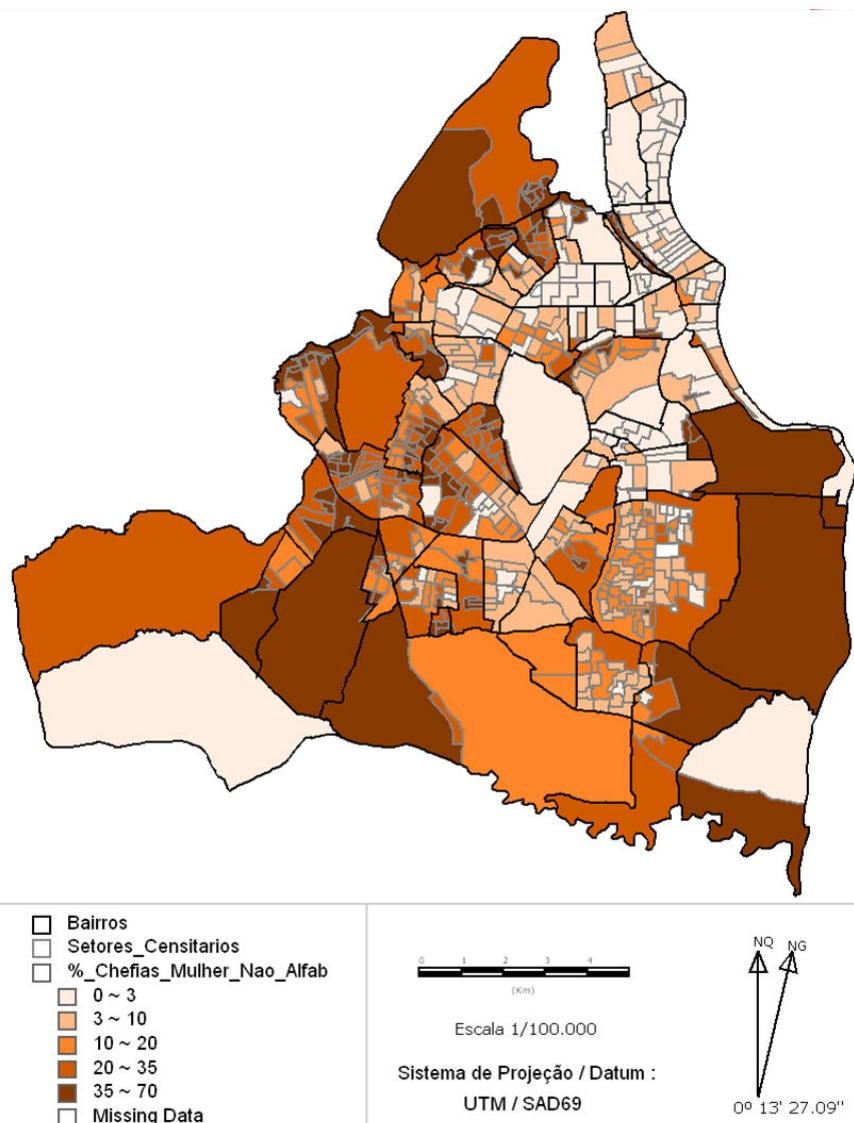
mapa 54 - % de idosos com mais de 65 anos por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



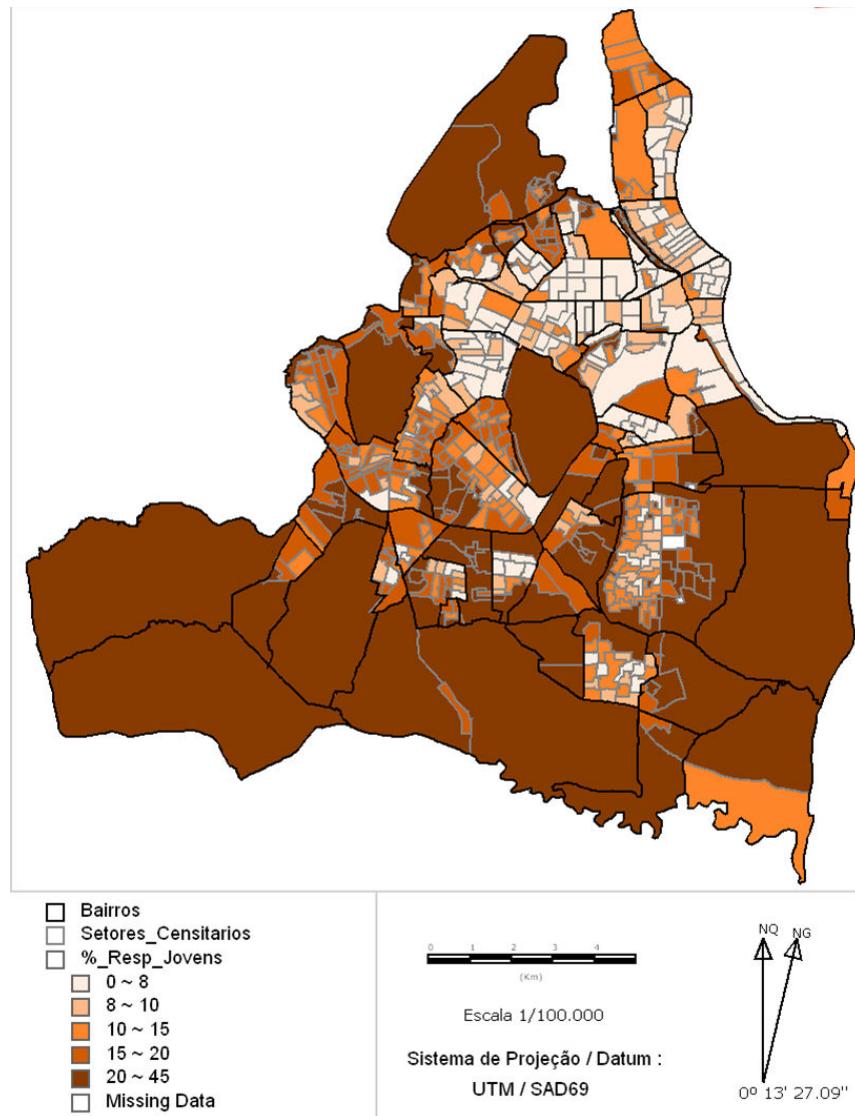
mapa 55 - % de domicílios chefiados por mulheres por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



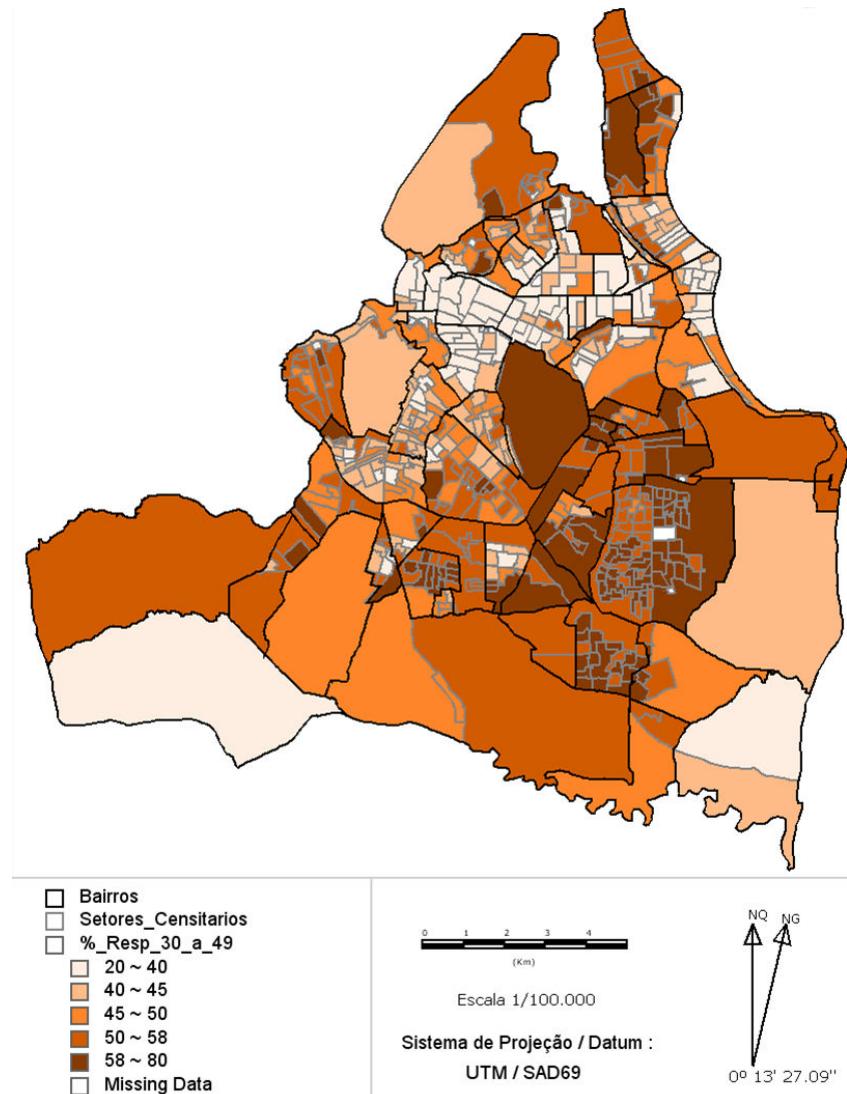
mapa 56 - % de domicílios chefiados por mulheres não alfabetizadas por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



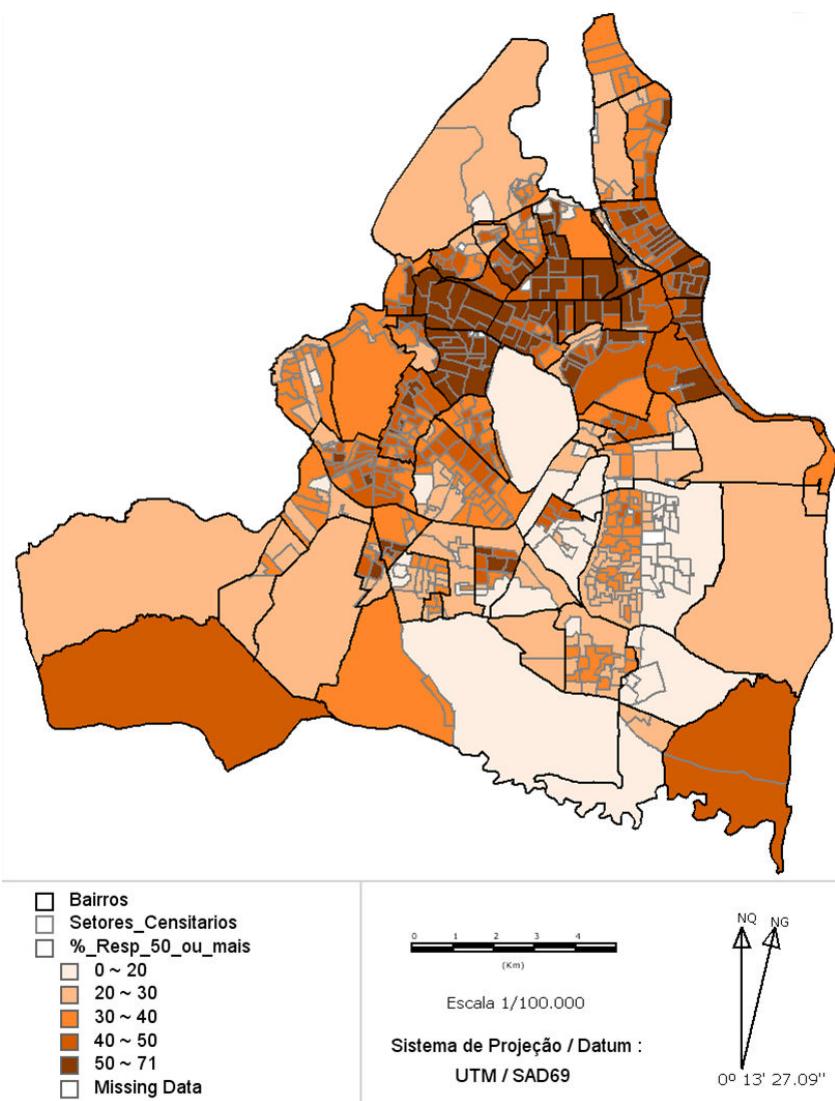
mapa 57 - incidência de domicílios cujos responsáveis são jovens por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



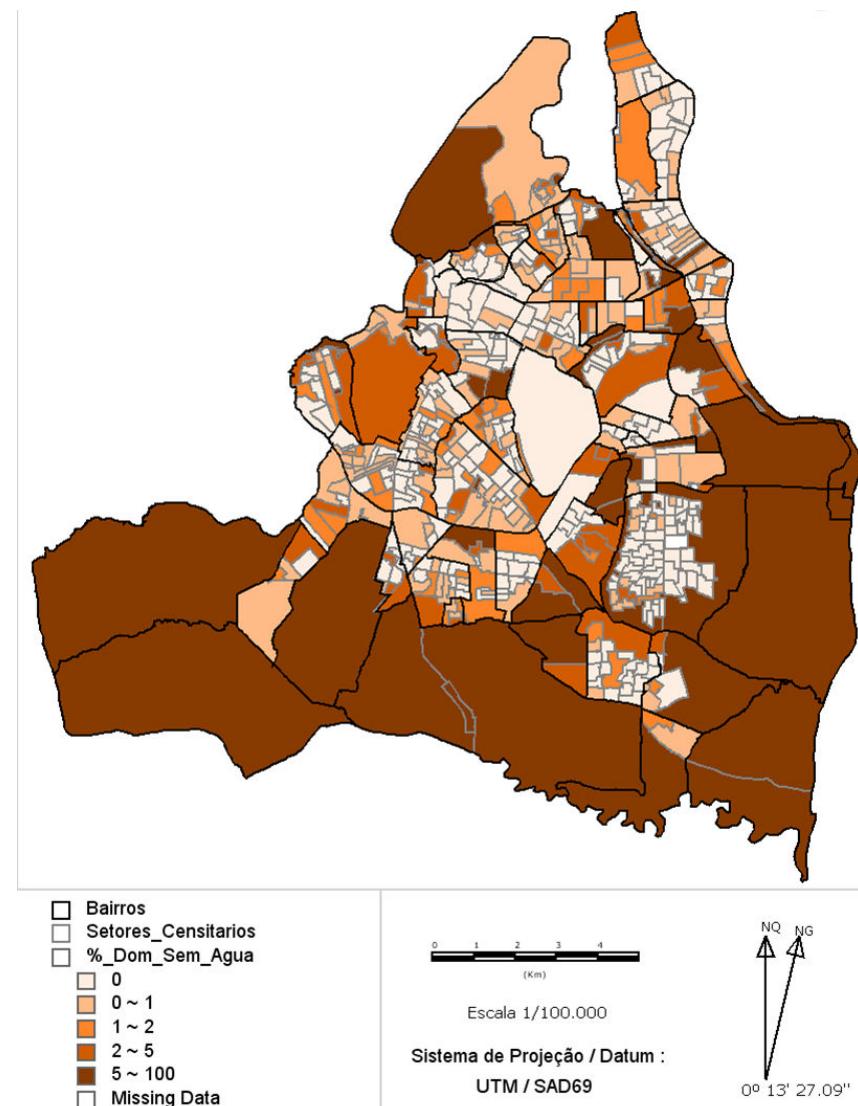
mapa 58- incidência de domicílios com responsáveis entre 30 e 49 anos por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



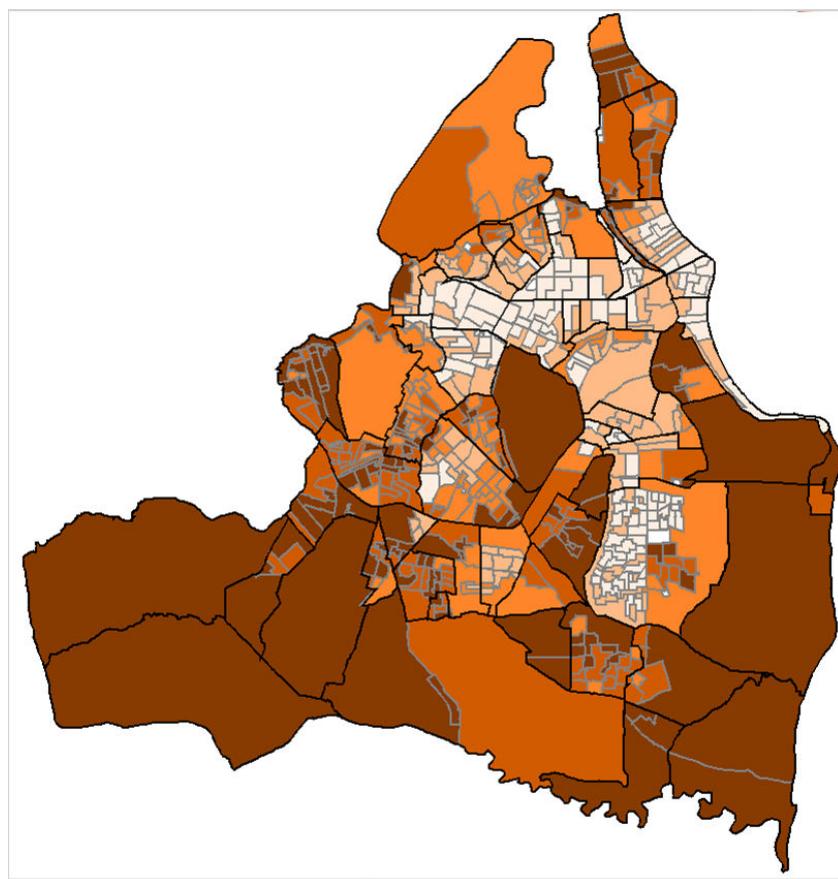
mapa 59- incidência de domicílios com responsáveis com 50 anos ou mais por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



mapa 60 - incidência de domicílios sem abastecimento de água por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



mapa 61- incidência de domicílios sem coleta de esgoto por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



- Bairros
- Setores_Censitarios
- %_Dom_Sem_Esgoto
- 0 ~ 2
- 2 ~ 40
- 40 ~ 95
- 95 ~ 99
- 99 ~ 100
- Missing Data

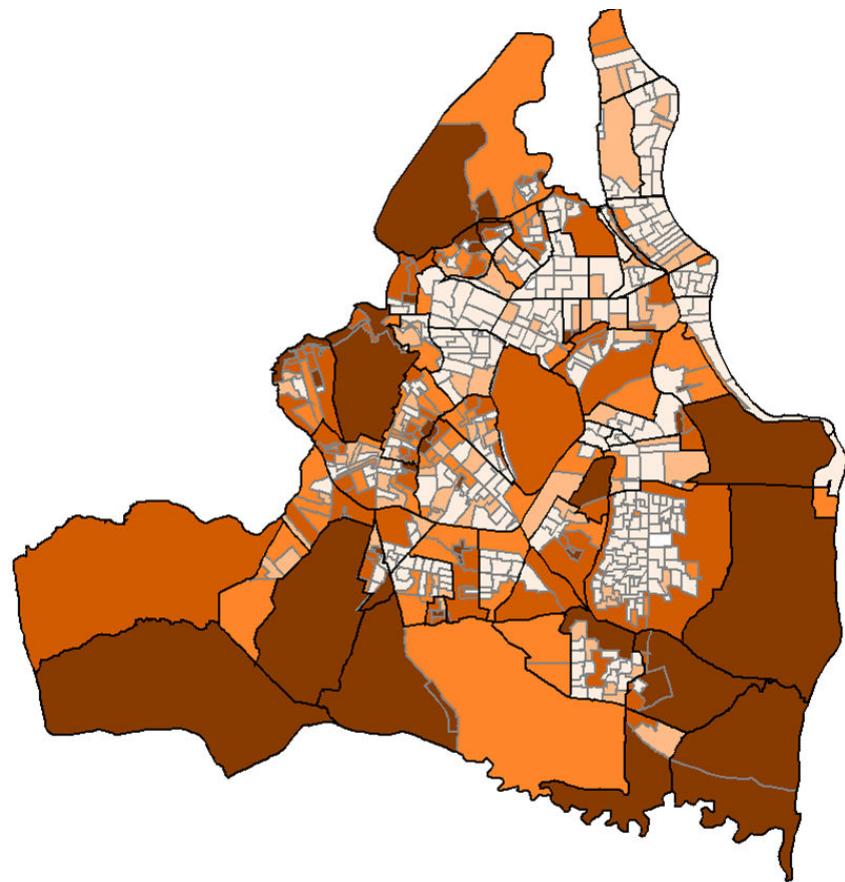


Escala 1/100.000

Sistema de Projeção / Datum :
UTM / SAD69

NQ NG
0° 13' 27.09"

mapa 62- incidência de domicílios sem coleta de lixo por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



- Bairros
- Setores_Censitarios
- %_Dom_Sem_Lixo
- 0
- 0 ~ 1
- 1 ~ 5
- 5 ~ 20
- 20 ~ 100
- Missing Data

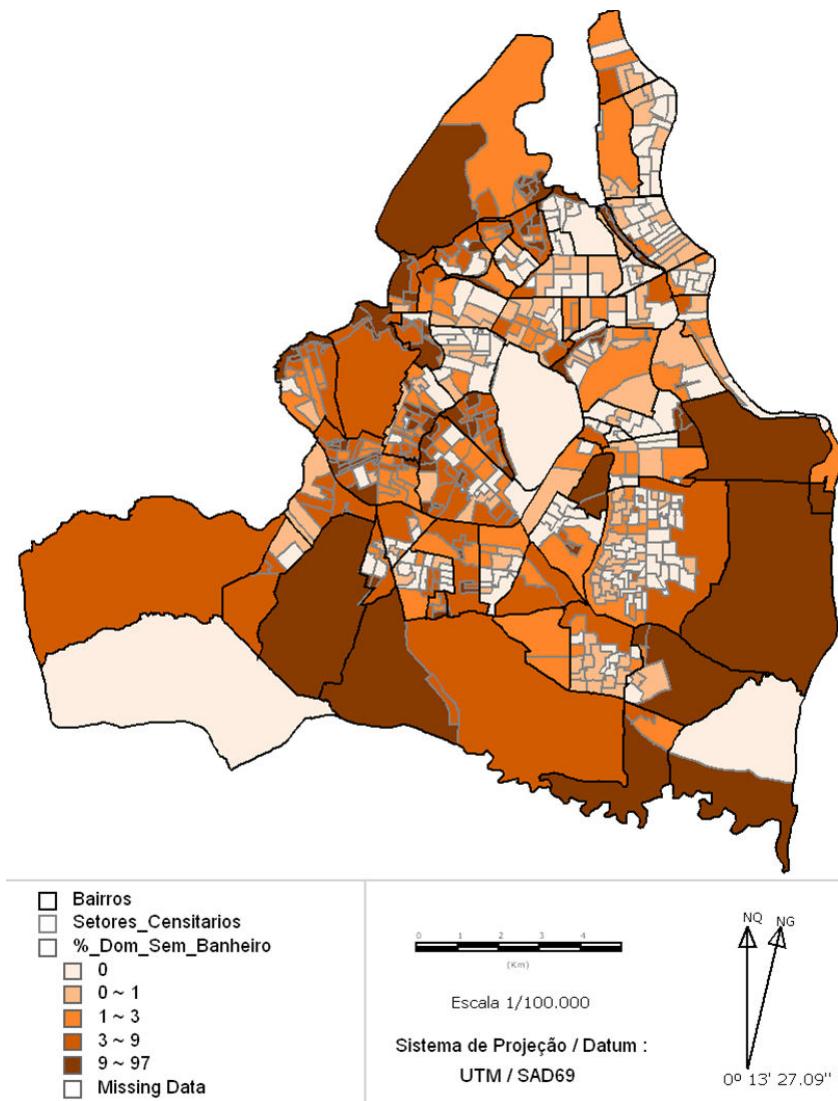


Escala 1/100.000

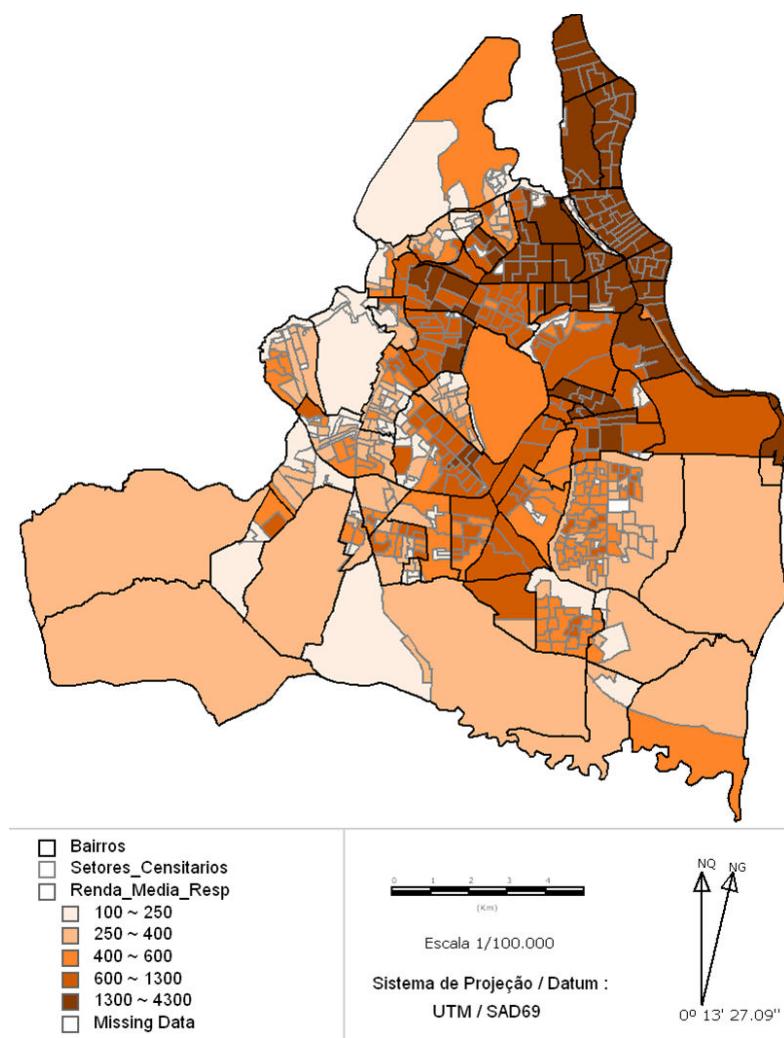
Sistema de Projeção / Datum :
UTM / SAD69

NQ NG
0° 13' 27.09"

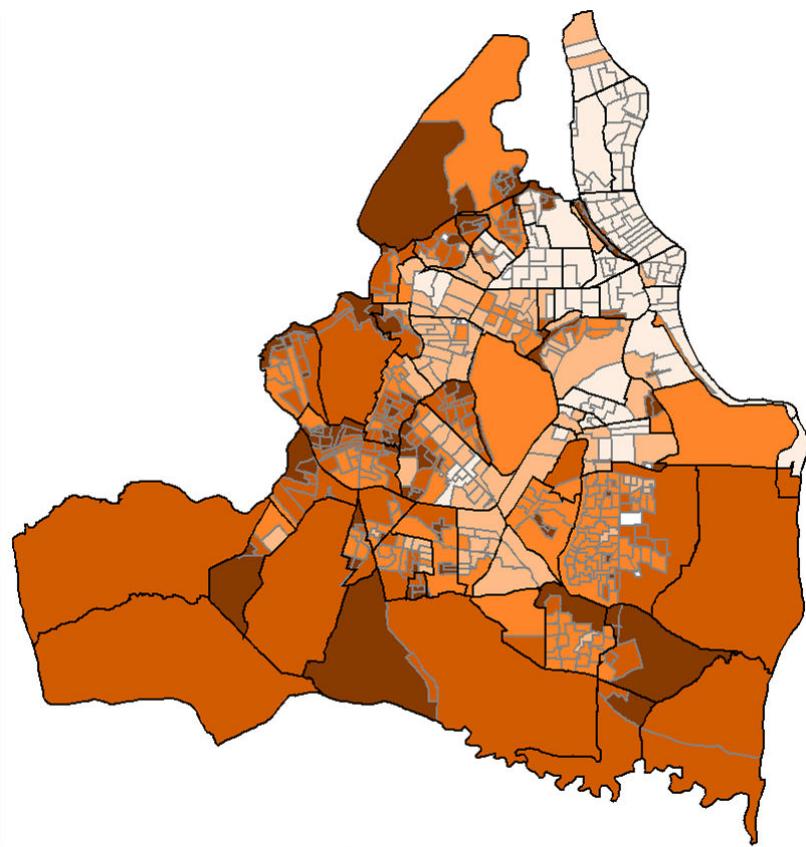
mapa 63- incidência de domicílios sem banheiro por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



mapa 64- renda média do responsável por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



mapa 65- incidência de responsáveis pelo domicílio com renda de até 3 SM por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



- Bairros
- Setores_Censitarios
- %_Renda_Resp_ate_3_SM
- 0,5 ~ 25
- 25 ~ 50
- 50 ~ 75
- 75 ~ 90
- 90 ~ 100
- Missing Data

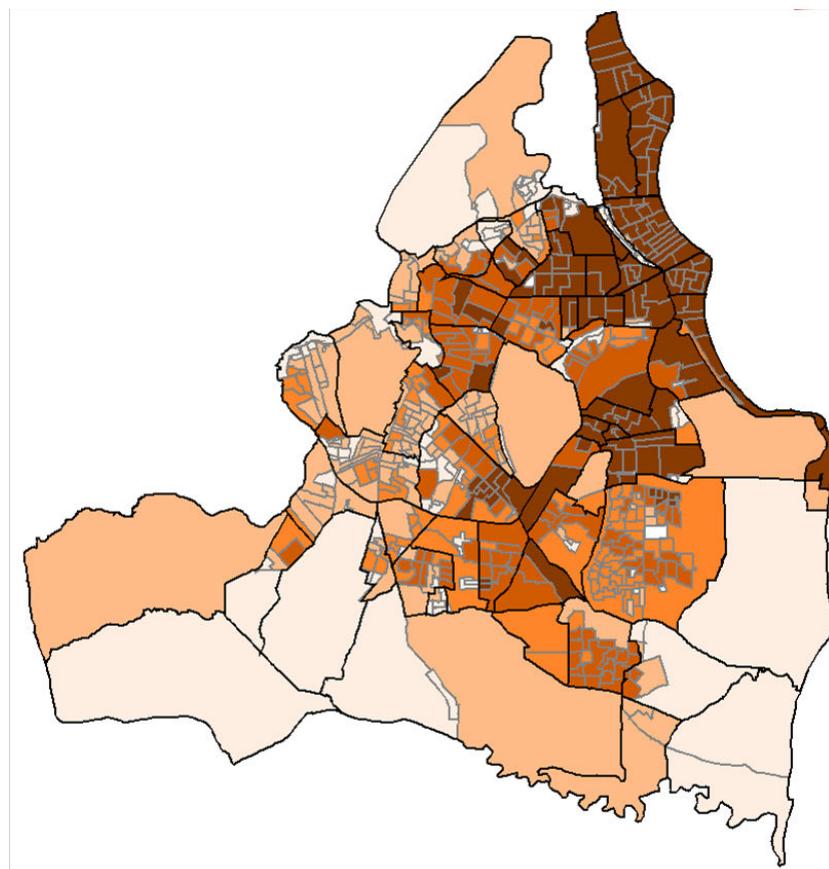
0 1 2 3 4
(km)

Escala 1/100.000

Sistema de Projeção / Datum :
UTM / SAD69

NQ NG
0° 13' 27.09"

mapa 66- média de anos de estudo do chefe de família por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



- Bairros
- Setores_Censitarios
- Media_Anos_Estudo_Resp
- 1 ~ 4
- 4 ~ 6
- 6 ~ 8
- 8 ~ 10
- 10 ~ 15
- Missing Data

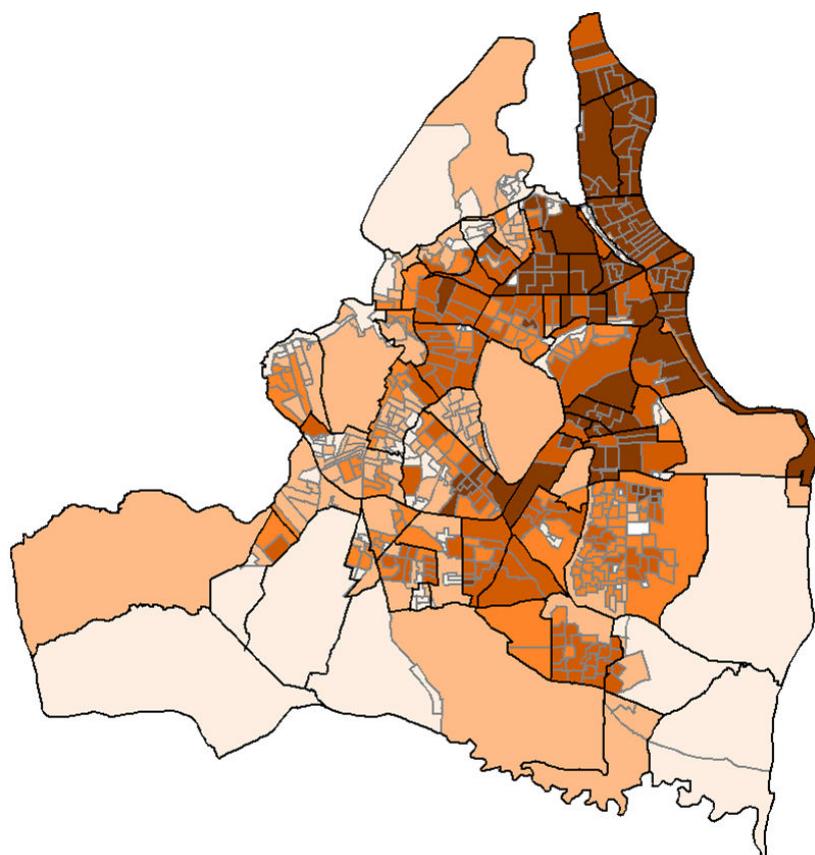
0 1 2 3 4
(km)

Escala 1/100.000

Sistema de Projeção / Datum :
UTM / SAD69

NQ NG
0° 13' 27.09"

mapa 67 - % de responsáveis pelo domicílio com pelo menos o ciclo fundamental completo por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



- Bairros
- Setores_Censitarios
- %_Resp_Fundamental_Comp
- 3 ~ 20
- 20 ~ 40
- 40 ~ 60
- 60 ~ 80
- 80 ~ 99
- Missing Data

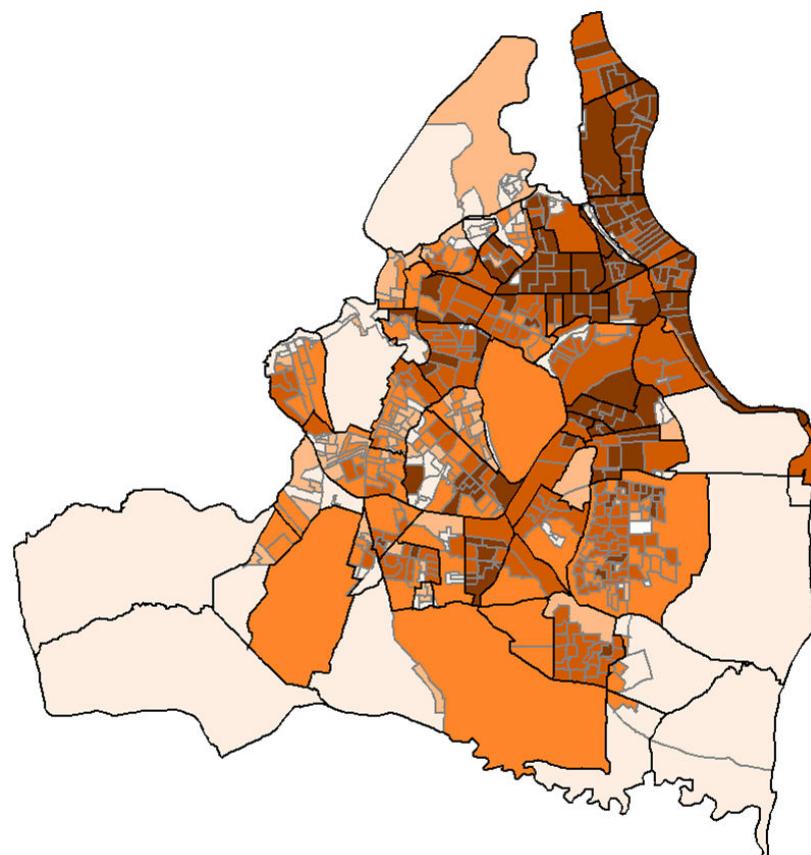
0 1 2 3 4
(Km)

Escala 1/100.000

Sistema de Projeção / Datum :
UTM / SAD69

NQ NG
0° 13' 27.09"

mapa 68 - % de pessoas alfabetizadas com 5 anos ou mais de estudo por setor censitário e por bairros de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



- Bairros
- Setores_Censitarios
- %_Pessoas_Alfab_5_mais
- 25 ~ 75
- 75 ~ 80
- 80 ~ 90
- 90 ~ 95
- 95 ~ 99
- Missing Data

0 1 2 3 4
(Km)

Escala 1/100.000

Sistema de Projeção / Datum :
UTM / SAD69

NQ NG
0° 13' 27.09"

mapa 69 – níveis de vulnerabilidade social das famílias de João Pessoa por setor censitário.

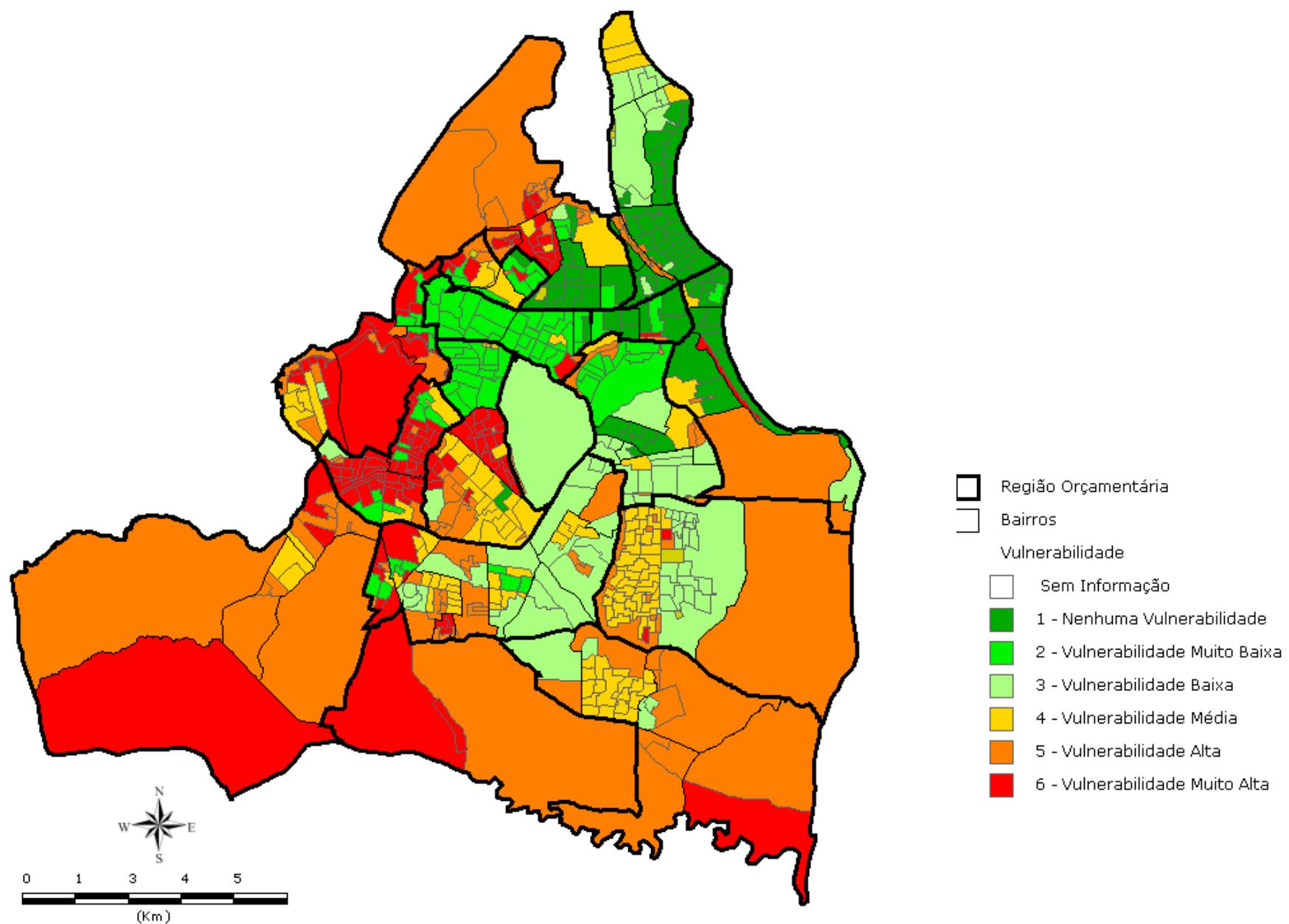


tabela 44 - população dos bairros de João Pessoa por domicílios em alta e muito alta vulnerabilidade social. Censo IBGE, 2000.

R.O	bairros	população	domicílios	pop.total	dom.total
1°	Brisamar	0	0		
	Aeroclube	0	0		
	Bessa	0	0		
	Jardim Oceania	0	0	9023	2342
	Joao Agripino	0	0		
	Manaira	1100	279		
2°	Sao Jose	7923	2063		
	Portal do Sol	1510	364		
	Altiplano Cabo Branco	728	190		
	Cabo Branco	331	82		
	Penha	773	173	3342	809
	Ponta do Seixas	0	0		
3°	Tambau	0	0		
	Costa do Sol	609	157		
	Mangabeira	7290	1789	7899	1946
	Muçumagro	4882	1183		
	Barra de Gramame	357	94		
	Paratibe	6303	1649	15148	3861
4°	Planalto da Boa Esperança	2185	570		
	Valentina	1421	365		
	João Paulo II	7013	1674		
	Cidade dos Colibris	793	199		
	Cuia	0	0		
	Água Fria	0	0		
5°	Grotão	5784	1394		
	Ernani Satiro	2151	544	30404	7348
	Costa e Silva	6111	1438		
	Jose Americo	2313	563		
	Ernesto Geisel	0	0		
	Funcionários	6239	1536		
6°	Bairro das Indústrias	4623	1085		
	Distrito Industrial	1675	397		
	Jardim Veneza	11290	2787	18069	4376
	Mumbaba	463	100		
	Mussure	18	7		

7°	Cristo Redentor	20368	4913		
	Jaguaribe	0	0	36385	8859
	Varjão	16017	3946		
8°	Cruz das Armas	19388	4860		
	Oitizeiro	27479	6793		
	Alto do Mateus	11058	2677		
9°	Ilha do Bispo	6386	1539		
	Trincheiras	6515	1717	26634	6627
	Varadouro	2675	694		
	Roger	5711	1360		
10ª	Tambia	0	0	7917	1896
	Treze de Maio	2206	536		
	Alto Do Céu	14981	3575		
	Cidade Padre Zé	7053	1631		
11°	Mandacaru	11369	2925		
	Pedro Gondim	0	0	36519	8939
	Bairro Dos Estados	0	0		
	Bairro Dos Ipês	3116	808		
12°	Gramame	6288	1563	6288	1563
	Centro	0	0		
	Expedicionários	147	38		
13°	Tambauzinho	0	0	4129	987
	Torre	2143	506		
	Miramar	1839	443		
	Bancários	3218	743		
	Castelo Branco	2485	608		
14°	Anatólia	0	0	6594	1561
	Jardim São Paulo	0	0		
	Jardim Cidade Universitária	891	210		
-	Mata do Buraquinho	1864	432	1864	432
	total	257082	63199	257082	63199

7. AGENCIAMENTOS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

7. agenciamentos da Prefeitura de João Pessoa

É do relevo social que o propósito deste trabalho se ocupa. Parte-se do suposto que a história e a dinâmica das relações humanas sobrepõem camadas relacionais ao relevo da natureza, dando-lhe novo perfil. Os acidentes geo-sócio-espaciais terminam por exigir novas engenharias e novas arquiteturas capazes de lidar com matérias e materiais relacionais. É nesta compreensão que a concepção de topografia social se delineia.

O relevo social se movimenta pela ação das relações sociais que tem, dentre seus elementos, a dinâmica e os resultados das políticas sociais e do conjunto de intervenções públicas e privadas. A exemplo, a saúde não só pelas suas unidades básicas e hospitalares mas também, pela cobertura do Programa de Saúde da Família desloca-se pelo território da cidade criando novos movimentos através dos seus circuitos de cobertura, de espalhamento das condições de vitalidade, longevidade, epidemiologia, indicadores de saúde, etc. Esse movimento inclui desde os cuidados cotidianos ao monitoramento do grau de poluição do ar que os habitantes respiram. Um mais particular e outro mais coletivo. No mesmo diapasão pode-se destacar o desenho territorial das diferentes políticas sociais.

A topografia procura traçar um retrato daquilo que existe no espaço físico, superfícies e lugares. O sentido de **topografia social** supõe demarcar, como um relevo do território, as condições de vida e de viver nos lugares. Estas fluem e refluem de agenciamentos sociais, coletivos, públicos e privados que operam fatores materiais e imateriais na construção de lugares. O território urbano não é um palco, ele não é inerte, mas sim uma dinâmica de vários agentes naturais, econômicos, políticos, culturais, sociais que geram espessuras com significações sociais.

A construção da **topografia social** busca identificar e entender a cidade a partir do seu lugar próprio posicionado em função de outros lugares. Ela provoca um (re)conhecer, no sentido de conhecer novamente, o próprio lugar no interior da cidade a partir das condições encontradas em outras localizações. Conhecer o lugar onde se vive: todos conhecemos. Reconhecer as características e condições existentes nesse mesmo lugar em relação as características e condições constituídas em outros lugares implica em posicionar-se, territorial e politicamente, no sistema de lugares que compõem a cidade.

A ação pública tem sido, no mais das vezes, setorial, isto é, fechada em uma perspectiva do real, enquanto para a população é o conjunto das ações que lhe dá (ou tira) qualidade em seu cotidiano. Criar uma base de ação municipal mediante a fixação de territórios intra-urbanos é um fator que facilita a intersetorialidade e o processo democrático de participação da sociedade.

Esse olhar abre uma perspectiva que permite apreender as desigualdades intra-urbanas identificando as apartações sócio-territoriais entre os diferentes grupos. Nesse ponto, é importante ressaltar que não basta constatar tais desigualdades e apartações. É preciso levantar ações que apontem para a sua superação.

A **topografia social** expressa a heterogeneidade do território sem cair na excessiva fragmentação ela significa a expressão territorial da rugosidade das desigualdades sociais das cidades (CEDEST, 2002).

Para construção da topografia social o território, uma categoria eminentemente política, é tomado em sua dimensão relacional definida a partir dos usos dos elementos espaciais efetivados pelos agentes sociais, pelas relações políticas, pelos jogos de forças e pelo exercícios de poder que conformam espaços apropriados pelos mais diversos sujeitos coletivos. O exercício de poder aliado às práticas espaciais pode resultar em interdições que, no limite, se desenvolvem em direção a processos de apartação e segregação social. Este processo reflete a distribuição desigual das condições de vida no chão de uma cidade.

Este é um modo de pensar e ler a dinâmica do território e que se torna possível à medida que deslocamos as ocorrências como mero fragmentos e as inserimos na dinâmica que produz conformações particulares ao território.

No território, os componentes urbanos estão em permanente relações e interações. As conexões e ligações entre esses componentes são tão determinantes do território que faz todo o sentido pensá-lo como uma rede de relações dinâmicas. É esse o sentido da **topografia social**.

A característica fundamental do território-rede, como parte integrada ao todo é intersetorial e disseminadora de efeitos. Assim como os processos de exclusão/inclusão social são multidimensionais, extrapolando a privação de renda, o território desdobra cadeias de interferências entre seus avizinhamentos.

Para o estudo da **topografia social** de uma cidade há que se partir da delimitação de seu território, enquanto limites do município e, a seguir, reconhecer seus territórios intra-urbanos. Sem imaginar que a cidade seja isolada de outras relações municipais, estaduais, nacionais ou mundiais, o que está em questão é aprofundar a análise das heterogeneidades, diferenças, desigualdades de seus territórios internos. Com isto se faz uma releitura do todo e das partes enquanto "pedaços" da cidade que concentram vivências que configuram espessuras e rugosidades sociais particulares a cada um desses territórios da vida cotidiana. A dinâmica das condições de vida tem continuidade e descontinuidades no espaço, assim como vales, montanhas, aclives, declives, etc. São estas sinalizações das ocorrências sociais revertidas e convertidas por representações através do georreferenciamento, em camadas (layers) superpostas que nos permitem produzir o conceito e a imagem da **topografia social**. As mudanças no relevo social não são alteradas por máquinas, engenharias, mas por processos sociais aparentemente fluidos mas vigorosamente incidentes nos "lugares" das relações sociais.

A construção metodológica da **topografia social** opera, como a ação da natureza, através de tempos, movimentos, naturais, ou não, de diferentes calibres que mudam superfícies, superpõem camadas, fazem emergir e imergir registros. A primeira face da natureza da cidade é gerada pelo seu recorte hipsométrico. Esta é a textura mais próxima da natureza, com milênios de existência mas registrada, via satélite, no terceiro milênio. A leitura contemporânea do território de João Pessoa mostra o espalhamento e a contiguidade da cidade em diferentes escalas.

Os recortes internos de João Pessoa foram traçados a partir de um de seus principais campos de agenciamentos: as regiões orçamentárias (RO) enquanto expressão de decisões, intervenções, luta entre interesses, movimentos, forças sociais.

O desenho primeiro da **topografia social** de João Pessoa decorreu da elaboração em 2008 pela equipe do Cedest (PUCSP-INPE) do seu Mapa da Exclusão/Inclusão Social – MEIS e da construção do Mapa da Vulnerabilidade Social das Famílias - MVS. A essas duas configurações do relevo social o registro dos agenciamentos da Prefeitura agrupa, como camadas, os resultados obtidos pela sistematização de banco de dados e pelo georreferenciamento de informações da ação municipal na cidade de João Pessoa. A consultoria do Cedest atuou em duas frentes: uma de orientação à equipe da Prefeitura de João Pessoa para preparo de informações; outra de preparo de tabelas, mapas e leitura de resultados para estabelecer as feições da **topografia social** de João Pessoa que aqui é sistematizada.

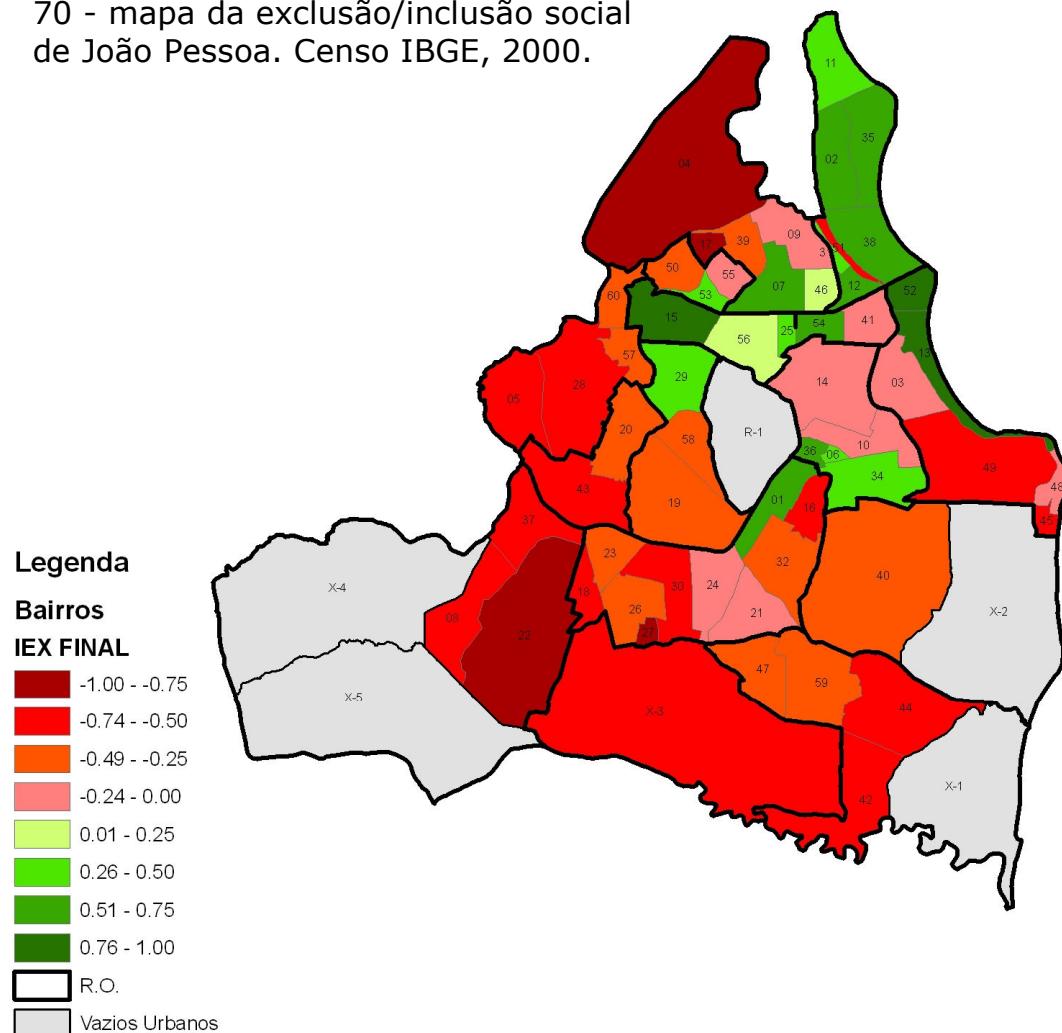
Parte das informações municipais foi sistematizada e georreferenciada. O *know-how* foi transferido para que a Prefeitura crie um sistema de informações georreferenciado, de modo a poder dar conclusão e continuidade aos dados já inicialmente trabalhados e apresentados neste estudo.

É preciso ressaltar que esta construção partiu de uma demanda: enxergar territórios de gestão para a organização da política municipal de assistência social. Com esta perspectiva os agenciamentos sistematizados dessa área de ação municipal tiveram prioridade. Este passo significou na gestão da cidade um avanço na sistematização de dados e informações do campo da assistência social, de modo a trazer elementos para o entendimento crítico de sua constituição e de seu modo de aparecer. Para tanto, foi realizado forte trabalho com banco de dados de beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. A topografia social terminou por revelar o espalhamento territorial de programas de benefícios financeiros primordialmente e a localização de serviços, mas não o georreferenciamento dos usuários dos serviços socioassistenciais.

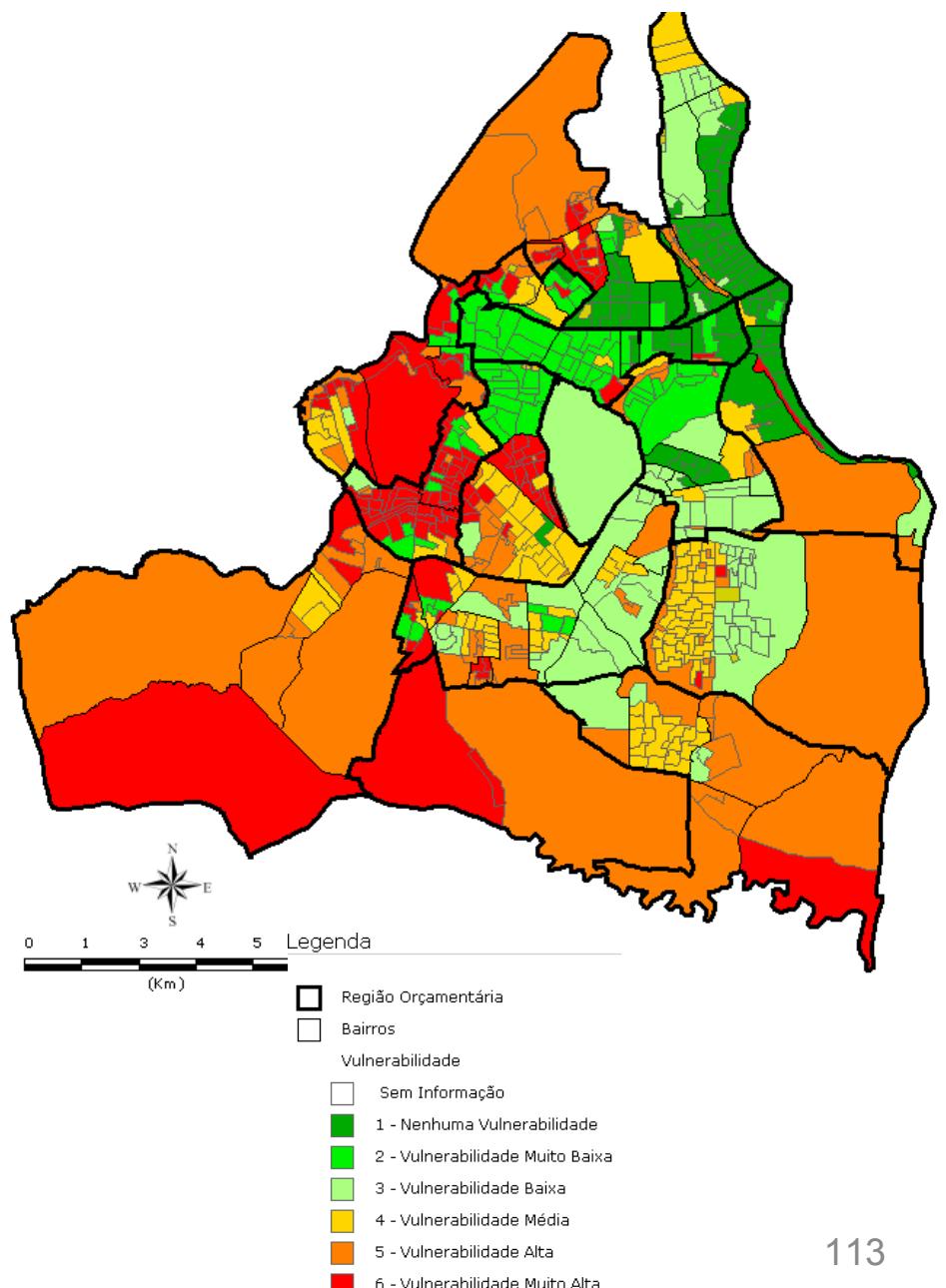
A elaboração desta topografia social como parte das preocupações da política municipal de assistência social de João Pessoa é também uma forma de inserir o olhar dessa política no conjunto da ação municipal, na divisão técnica do trabalho da Prefeitura e delinear seus territórios de gestão a partir do estabelecido pela Política Nacional da Assistência Social de 2004 (PNAS-04) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS aprovado pela NOB-2005).

A sequência de *layers* inicia com os Mapas da Exclusão/Inclusão Social e da Vulnerabilidade Social das Famílias e sobre eles são destacados alguns agenciamentos municipais. A exemplo as creches face a distribuição de crianças de 0 a 4 anos na cidade; as escolas de ensino fundamental e as crianças e adolescentes de 5 a 14 anos.

70 - mapa da exclusão/inclusão social de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.

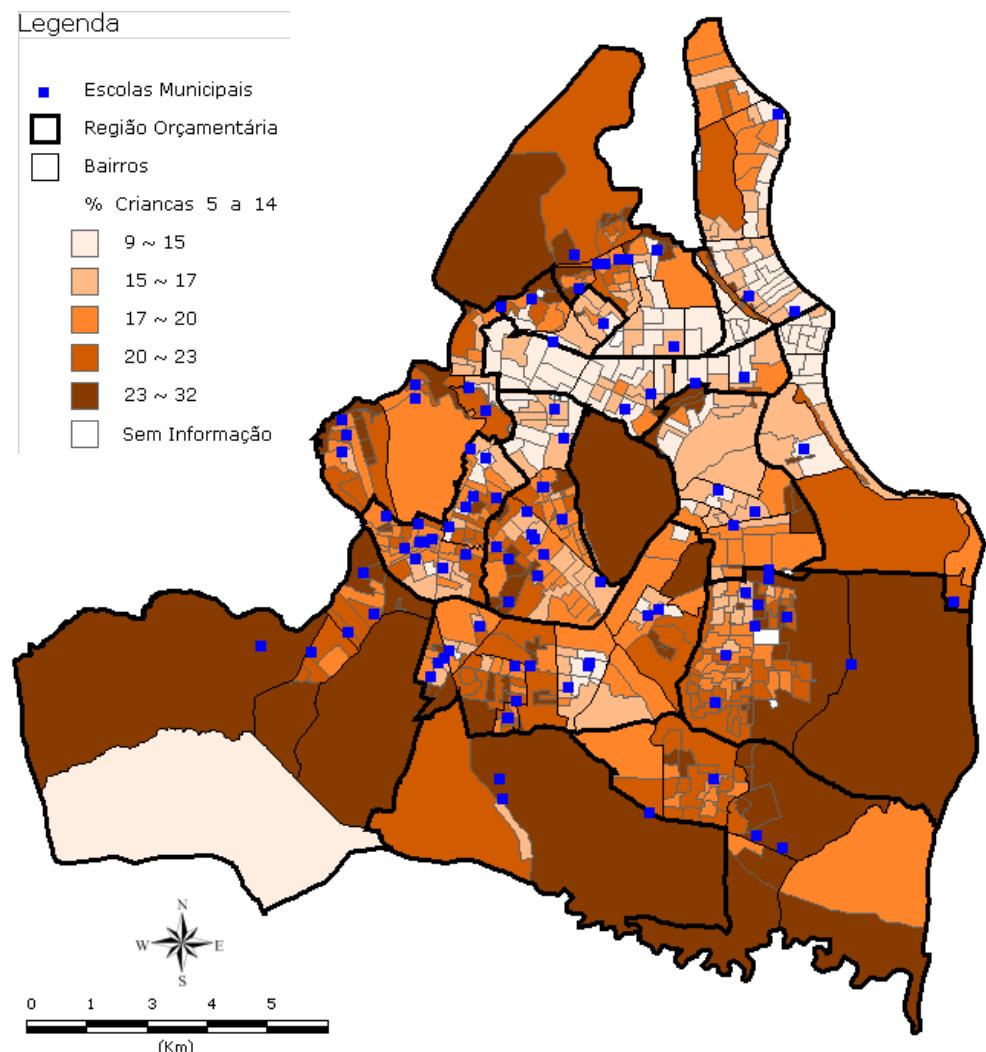


71 - mapa da vulnerabilidade social das famílias de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.



A concentração de crianças de 5 a 14 anos ou em idade do ensino infantil e fundamental distribui-se de 9% a 32% entre os territórios. Há portanto, territórios com quatro vezes maior demanda do que outros.

mapa 72 - localização das escolas municipais de João Pessoa, 2009.



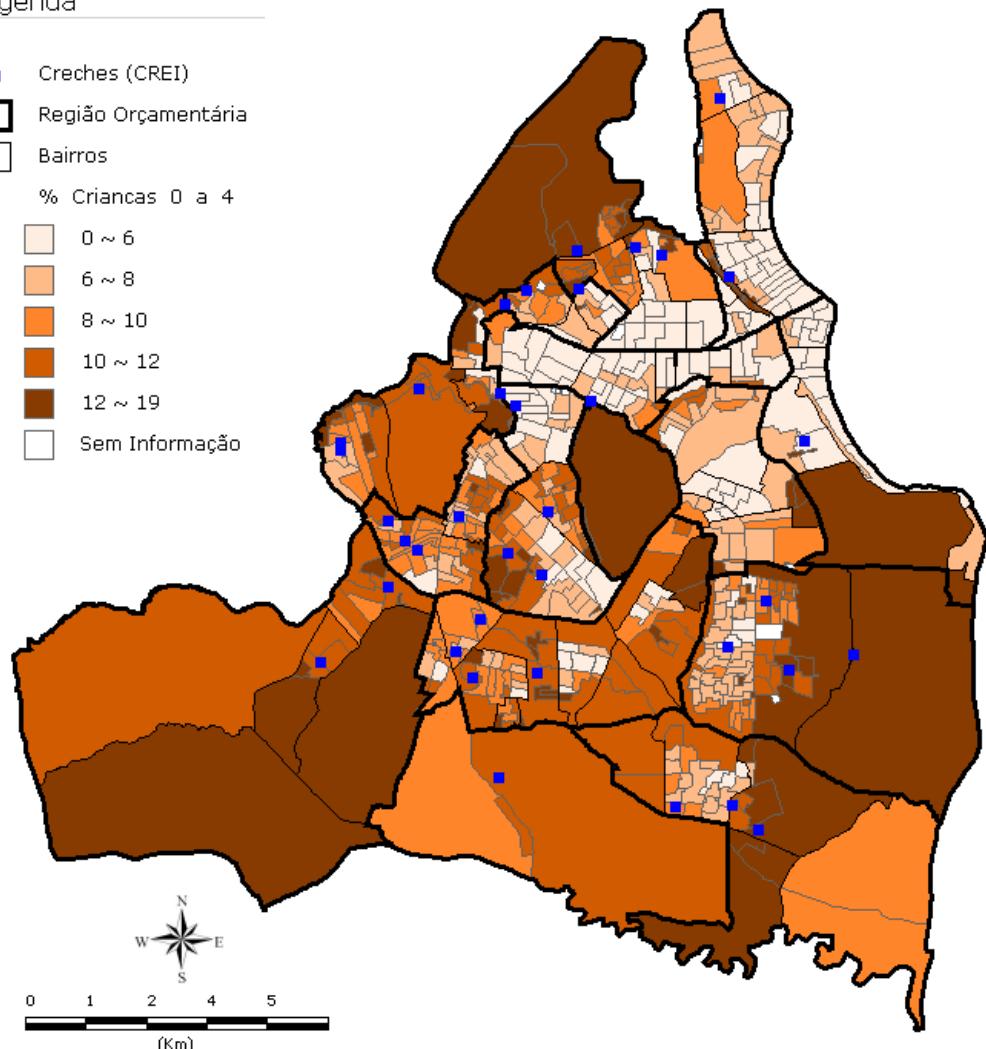
Os CREI's – Centro de Referência de Educação Infantil em número de 32, atendem a 2145 crianças e estão sob a administração da Secretaria de Educação desde 2006 quando deixaram de ser geridos pela SEDES.

A desigualdade entre os territórios quanto a concentração de crianças de 0 a 4 anos é de 19 vezes. Isto é, enquanto há bairros de João Pessoa com incidência de 1% de crianças de 0 a 4 anos a outros de 19%. Percebe-se também que a localização das creches não acompanha essa concentração diferenciada. O que merece ser melhor constatado quanto ao planejamento da rede, face a concentração da demanda.

mapa 73 - localização das creches municipais. João Pessoa, 2009.

Legenda

- Creches (CREI)
- Região Orçamentária
- Bairros
- % Crianças 0 a 4
 - 0 ~ 6
 - 6 ~ 8
 - 8 ~ 10
 - 10 ~ 12
 - 12 ~ 19
 - Sem Informação



João Pessoa identifica 5 distritos sanitários cujos limites não foram confrontados com as regiões orçamentárias. Além da rede básica e hospitalar. Conta com rede especializada e o Programa Saúde da Família. Não foram obtidos outros dados que pudessem ser aqui territorialmente analisados.

tabela 45 - unidades básicas, PSF e hospitais por bairro e por RO em João Pessoa, 2009

R.O.	bairros	PSF	hospitais
1 ^a	Brisamar	0	0
	Aeroclube	0	0
	Bessa	1	0
	Jardim Oceania	0	0
	Joao Agripino	0	0
	Manaira	4	0
	Sao Jose	0	0
	subtotal	5	0
2 ^a	Portal do Sol	1	0
	Altiplano Cabo Branco	2	0
	Cabo Branco	0	0
	Penha	1	0
	Ponta do Seixas	0	0
	Tambau	0	0
	subtotal	4	0
3 ^o	Costa do Sol	0	0
	Mangabeira	27	1
	subtotal	27	0
4 ^o	Mucumagro	0	0
	Barra de Gramame	0	0
	Paratibe	5	0
	Planalto da Boa Esperanca	3	0
	Valentina	7	1
	subtotal	15	1,0
5 ^o	Joao Paulo II	2	0
	Cidade Dos Colibris	1	0
	Cuia	1	0
	Aqua Fria	1	0
	Grotao	4	0
	Ernani Satiro	4	0
	Costa E Silva	3	0
	Jose Americo	3	0
	Ernesto Geisel	3	0
	Funcionarios	5	0
	subtotal	27	0
6 ^o	Bairro das Industrias	5	0
	Distrito Industrial	1	0
	Jardim Veneza	5	0
	Mumbaba	0	0
	Mussure	0	0
	subtotal	11	0
total			
180			
4			

mapa 74 - localização das unidades de saúde por bairro e por RO de João Pessoa, 2009.

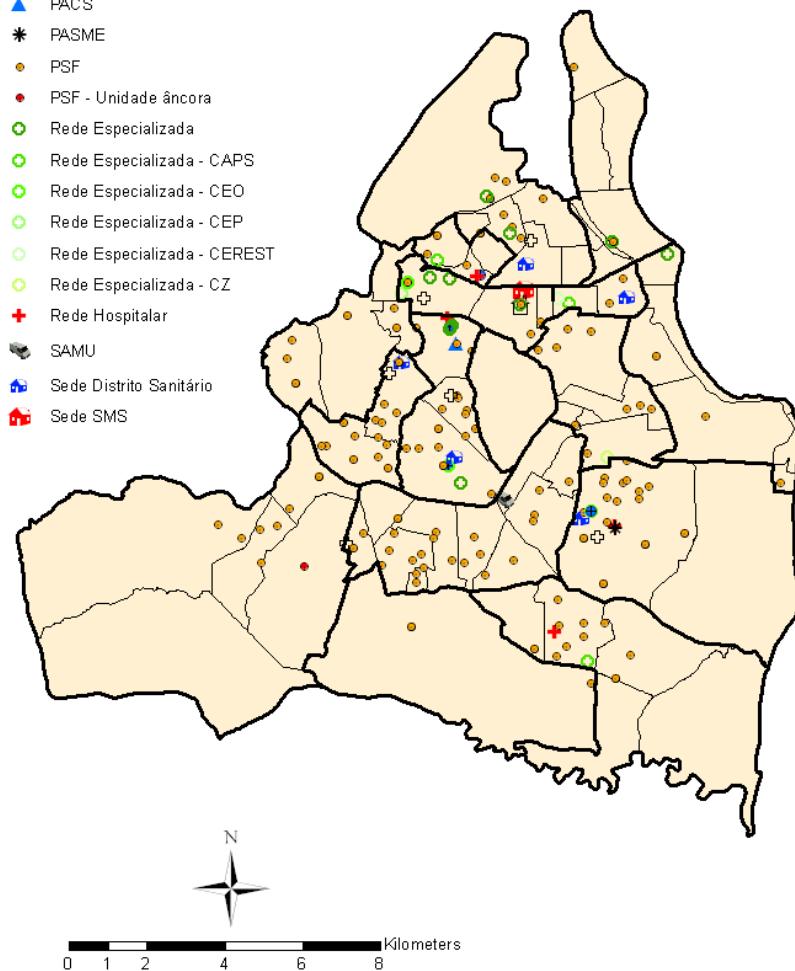
LEGENDA

- Regiões Orçamentárias
- Bairros

Equipamentos de Saúde

CLASSE

- CAIS
- ↑ Cartão SUS
- ✚ Farmácia Popular
- ▲ PACS
- * PASME
- PSF
- PSF - Unidade âncora
- Rede Especializada
- Rede Especializada - CAPS
- Rede Especializada - CEO
- Rede Especializada - CEP
- Rede Especializada - CEREST
- Rede Especializada - CZ
- Rede Hospitalar
- SAMU
- Sede Distrito Sanitário
- Sede SMS



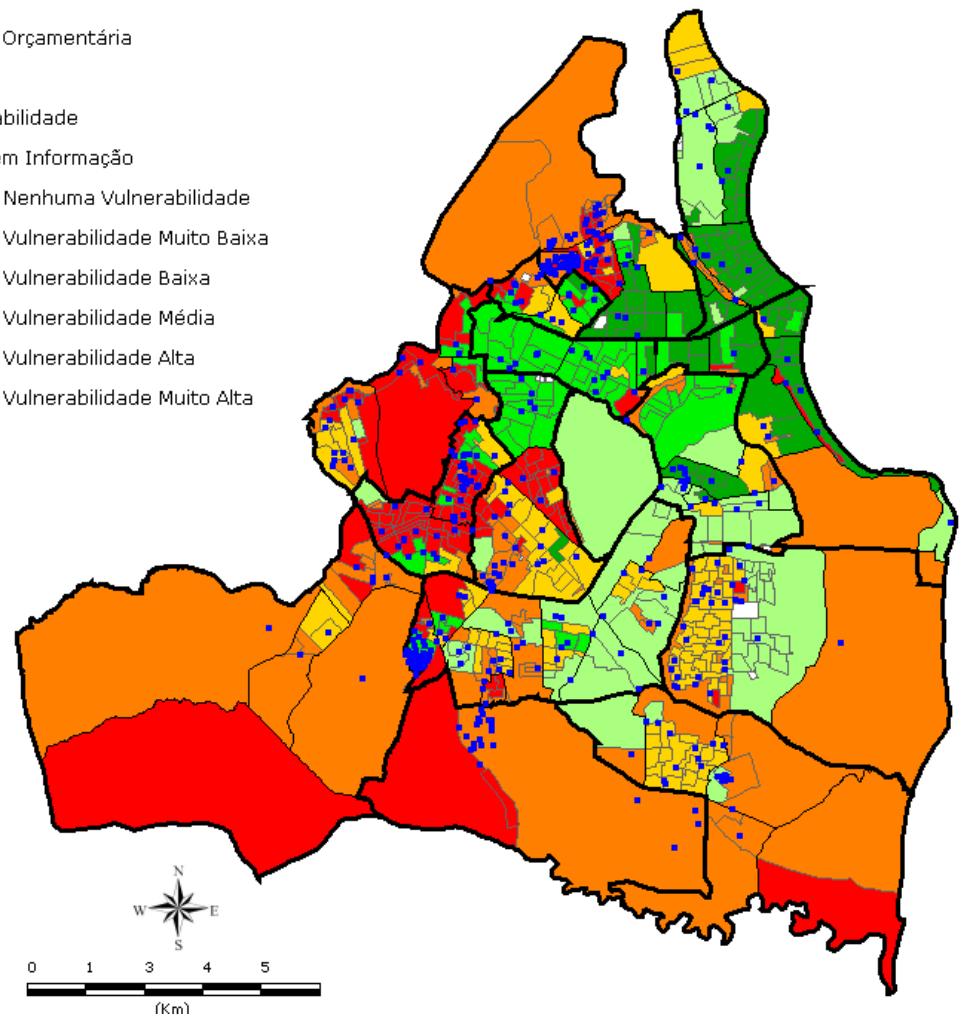
A concentração de usuários dos Centros Municipais de Proteção à Mulher (CPPM) era região norte da cidade pode estar indicando maior presença de violência ou maior conhecimento do serviço.

Percebe-se um espalhamento das usuárias em diversas regiões da cidade. Há alguns pólos de predomínio que deveriam ser associados à violência na cidade, ao alcoolismo, proximidade da bares, etc., bem como, a ação mais contínua de proteção promovida pelo CPPM. É de se destacar que 136 das 619 usuárias localizadas vivem no bairro Cidade Padre Zé, 22% do total.

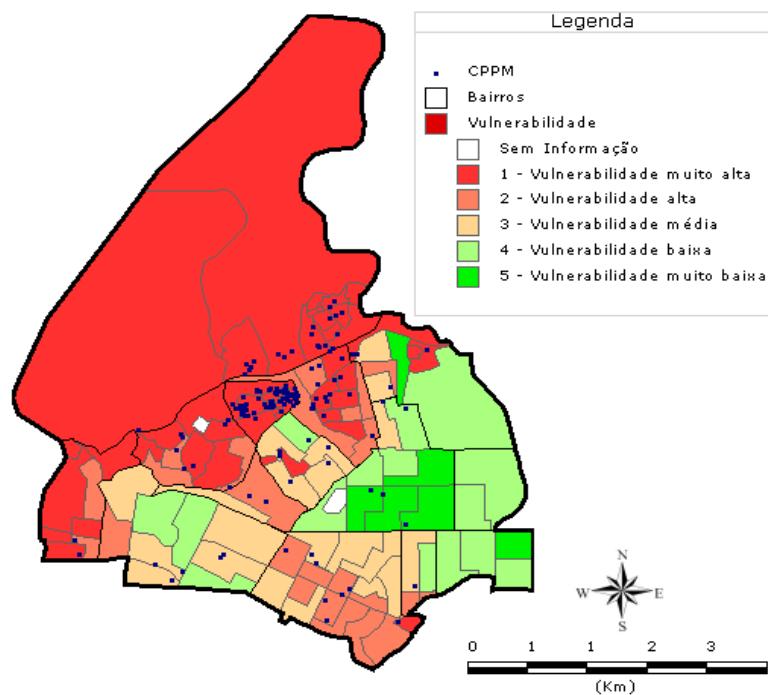
mapa 75 – usuárias dos serviços municipais de proteção à mulher em João Pessoa, 2009.

Legenda

- CPPM
- Região Orçamentária
- Bairros
- Vulnerabilidade
 - Sem Informação
 - 1 - Nenhuma Vulnerabilidade
 - 2 - Vulnerabilidade Muito Baixa
 - 3 - Vulnerabilidade Baixa
 - 4 - Vulnerabilidade Média
 - 5 - Vulnerabilidade Alta
 - 6 - Vulnerabilidade Muito Alta



mapa 76 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona norte de João Pessoa, 2009.



mapa 77 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona sul de João Pessoa, 2009.

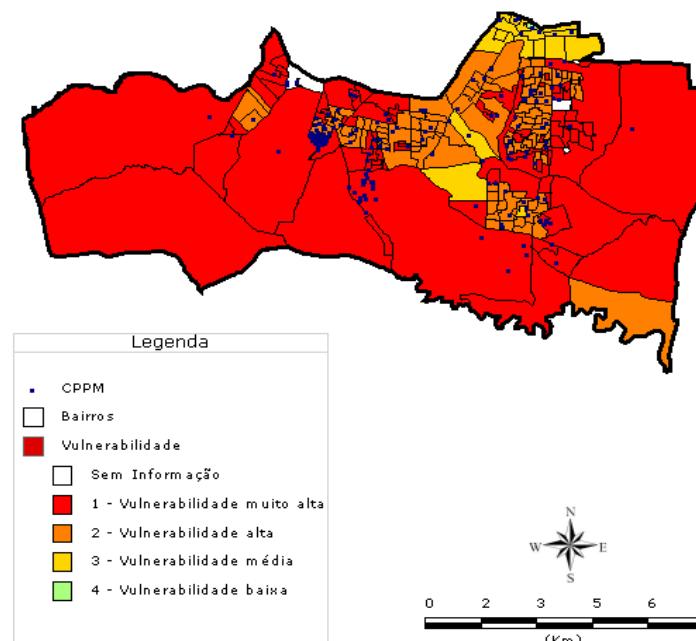


tabela 47 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona sul de João Pessoa, 2009

tabela 46 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona norte de João Pessoa, 2009

zona norte	densidade populacional		beneficiárias CPPM	
	N	%	N	%
ALTO DO CÉU	14981	2,5	29	4,7
BAIRRO DOS ESTADOS	8726	1,5	4	0,6
BAIRRO DOS IPES	7874	1,3	10	1,6
CENTRO	4998	0,8	6	1,0
CIDADE PADRE ZE	7053	1,2	136	22,0
EXPEDICIONARIOS	3384	0,6	1	0,2
MANDACARU	12776	2,1	18	2,9
PEDRO GONDIM	2739	0,5	0	0,0
ROGER	9421	1,6	10	1,6
TAMBAUZINHO	4466	0,7	0	0,0
TAMBIA	2172	0,4	2	0,3
TORRE	17062	2,9	8	1,3
TREZE DE MAIO	7850	1,3	6	1,0
VARADOURO	4121	0,7	2	0,3
total zona	107623	18,0	232	37,5
município	597934	100,0	619	100,0

zona sul	densidade populacional		Beneficiárias CPPM	
	N	%	N	%
AGUA FRIA	3069	0,5	0	0,0
ANATOLIA	1126	0,2	1	0,2
BAIRRO DAS INDUSTRIAS	7755	1,3	2	0,3
BARRA DE GRAMAME	357	0,1	0	0,0
CIDA DE OS COLIBRIS	1802	0,3	1	0,2
COSTA DO SOL	609	0,1	1	0,2
COSTA E SILVA	9245	1,5	60	9,7
CUIA	3418	0,6	4	0,6
DISTRITO INDUSTRIAL	1675	0,3	3	0,5
ERNANI SATIRO	8447	1,4	5	0,8
ERNESTO GEISEL	12049	2,0	5	0,8
FUNCIONARIOS	16222	2,7	11	1,8
GRAMAME	6288	1,1	40	6,5
GROTAO	5784	1,0	3	0,5
JARDIM CIDADE DE UNIVERSITARIA	11476	1,9	5	0,8
JARDIM SAO PAULO	2543	0,4	4	0,6
JARDIM VENEZA	12494	2,1	4	0,6
JOAO PAULO II	9912	1,7	8	1,3
JOSE AMERICO	8776	1,5	7	1,1
MANGABEIRA	67398	11,3	34	5,5
MUCUMAGRO	4882	0,8	1	0,2
MUMBABA	463	0,1	1	0,2
MUSSURE	18	0,0	0	0,0
PARATIBE	8134	1,4	10	1,6
PLANALTO DA BOA ESPERANCA	3318	0,6	1	0,2
VALENTINA	22306	3,7	13	2,1
total zona	229566	38,4	224	36,2
município	597934	100	619	100,0

mapa 78 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona leste de João Pessoa, 2009.

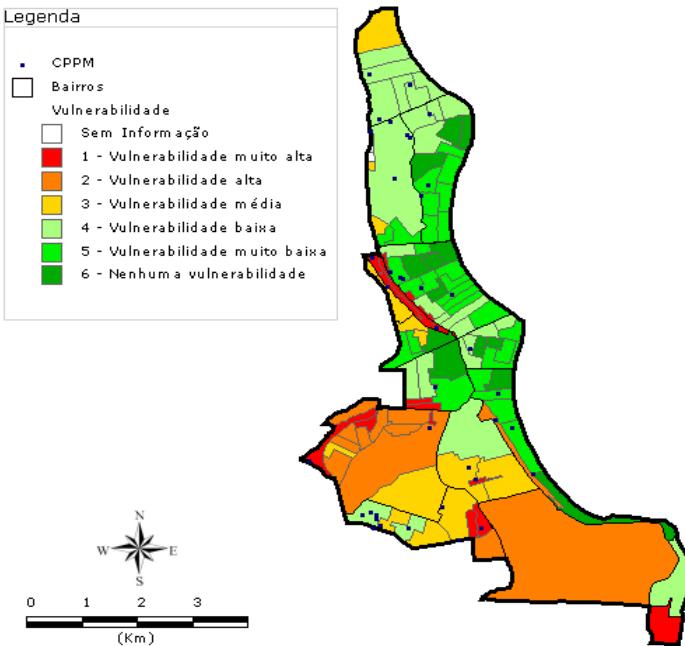


tabela 48 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona leste de João Pessoa, 2009

zona leste	densidade populacional		beneficiárias CCPM	
	N	%	N	%
AEROCUBE	4057	0,7	6	1,0
ALTIPLANO CABO BRANCO	4151	0,7	2	0,3
BANCARIOS	8767	1,5	12	1,9
BESSA	7111	1,2	4	0,6
BRISAMAR	4148	0,7	0	0,0
CABO BRANCO	5439	0,9	4	0,6
CASTELO BRANCO	12850	2,1	2	0,3
JARDIM OCEANIA	10015	1,7	3	0,5
JOAO AGripino	1206	0,2	0	0,0
MANAIRA	19289	3,2	6	1,0
MIRAMAR	6986	1,2	1	0,2
PENHA	773	0,1	0	0,0
PONTA DO SEIXAS	383	0,1	1	0,2
PORTAL DO SOL	1510	0,3	0	0,0
SAO JOSE	7923	1,3	2	0,3
TAMBAU	6782	1,1	1	0,2
total zona	101390	17,0	44	7,1
município	597934	100,0	619	100,0

mapa 79 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona oeste de João Pessoa, 2009.

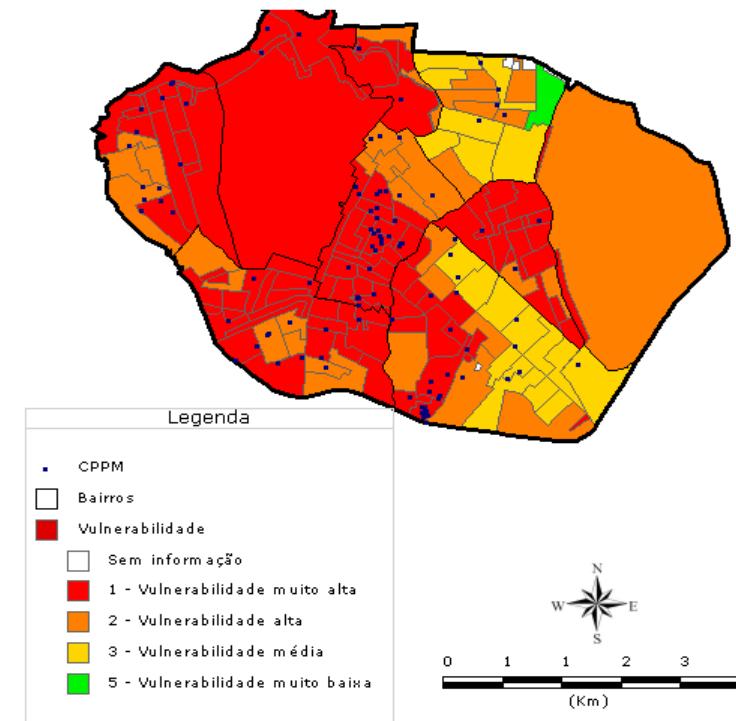


tabela 49 – distribuição das usuárias do CPPM por bairros da zona leste de João Pessoa, 2009

zona oeste	densidade populacional		Beneficiárias CCPM	
	N	%	N	%
ALTO DO MATEUS	16898	2,8	15	2,4
CRISTO REDENTOR	37170	6,2	37	6,0
CRUZ DAS ARMAS	25994	4,3	38	6,1
ILHA DO BISPO	6386	1,1	4	0,6
JAGUARIBE	14368	2,4	5	0,8
MATA DO BURAQUINHO	1896	0,3	0	0,0
OITIZERO	31028	5,2	15	2,4
TRINCHEIRAS	8399	1,4	2	0,3
VARJAO	17216	2,9	3	0,5
total zona	159355	26,7	119	19,2
município	597934	100,0	619	100,0

tabela 50 – distribuição dos beneficiários do BPC por idade. João Pessoa, 2009

R.O	população		pop > 70 anos		BPC idoso	
	nº	%	nº	%	nº	%
1	53749	9,0	1914	3,6	125	3,8
2	19038	3,2	1019	5,4	59	1,8
3	68007	11,4	1585	2,3	278	8,6
4	38997	6,5	843	2,2	191	5,9
5	78724	13,2	2006	2,5	433	13,3
6	22405	3,7	545	2,4	136	0,0
7	68754	11,5	3129	4,6	500	15,4
8	57022	9,5	2716	4,8	513	15,8
9	35804	6,0	1285	3,6	269	8,3
10	19443	3,3	1031	5,2	130	4,0
11	54149	9,1	1929	3,6	259	8,0
12	6288	1,1	112	1,8	18	0,6
13	36896	6,2	2836	7,6	205	6,3
14	36762	6,1	1194	3,2	132	4,1
total	597934	100	22144	3,7	3248	100

É interessante notar que embora as maiores concentrações de idosos estejam na 7ª, 8ª e 13ª regiões, a distribuição do BPC está na 7ª, 8ª e 5ª regiões. Vale a pena analisar esta distribuição face, inclusive, aos serviços de atenção aos idosos.

mapa 80 – distribuição dos beneficiários do BPC por idade em João Pessoa, 2009.

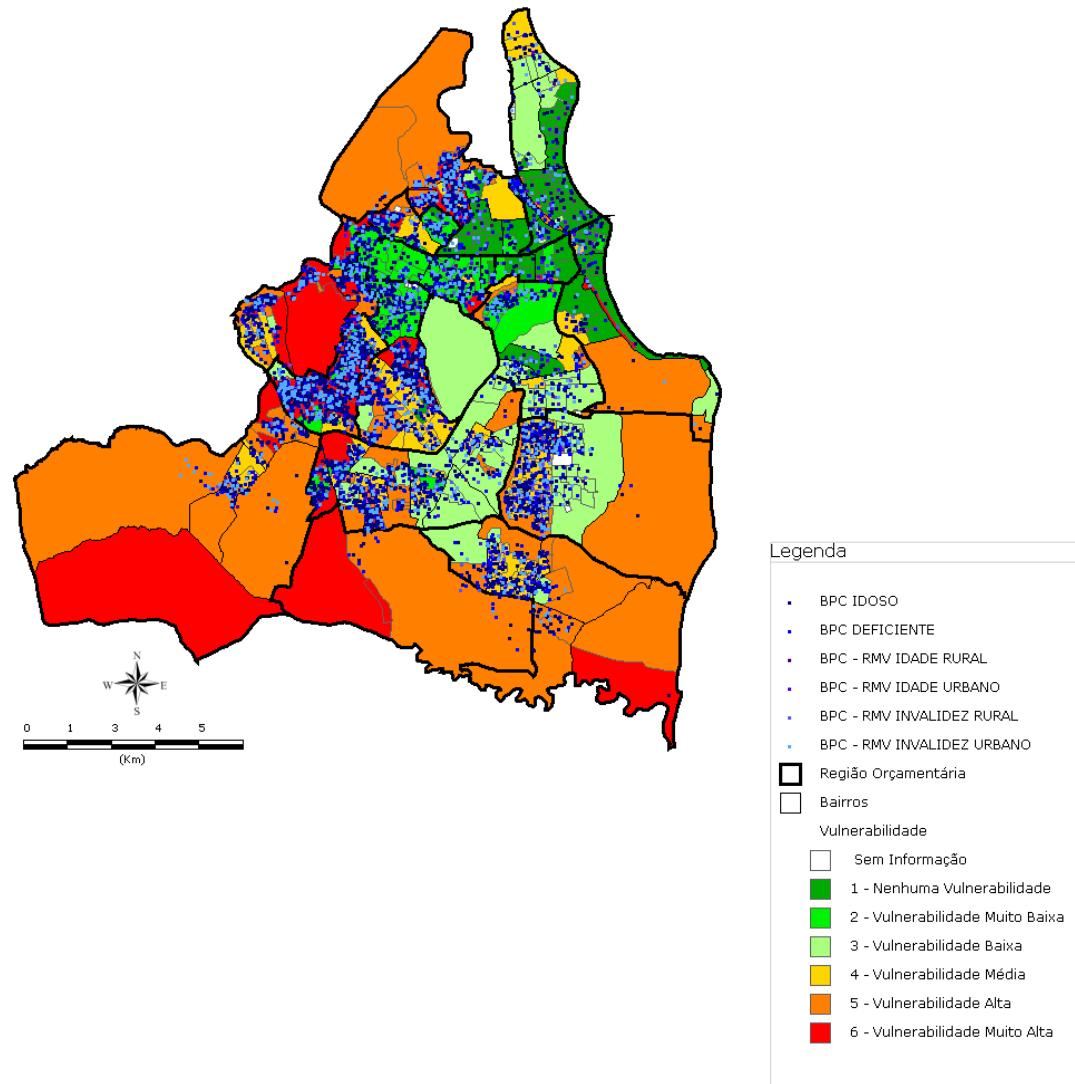


tabela 51 – distribuição dos beneficiários do BPC por presença de deficiência. João Pessoa, 2009

R.O.	população		BPC pessoa com deficiência	
	N	%	N	%
1	53749	9,0	94	3,6
2	19038	3,2	24	0,9
3	68007	11,4	277	10,5
4	38997	6,5	159	6,0
5	78724	13,2	336	12,8
6	22405	3,7	124	0,0
7	68754	11,5	420	16,0
8	57022	9,5	363	13,8
9	35804	6,0	243	9,2
10	19443	3,3	101	3,8
11	54149	9,1	229	8,7
12	6288	1,1	14	0,5
13	36896	6,2	127	4,8
14	36762	6,1	119	4,5
MB	1896	0,3	0	0,0
total	597934	100	2630	100

Novamente na distribuição do BPC destaca-se a 7^a e 8^a regiões, embora não sejam as mais populosas. O acesso ao BPC nessas áreas requer maior análise.

mapa 81 – distribuição dos beneficiários do BPC por presença de deficiência em João Pessoa, 2009.

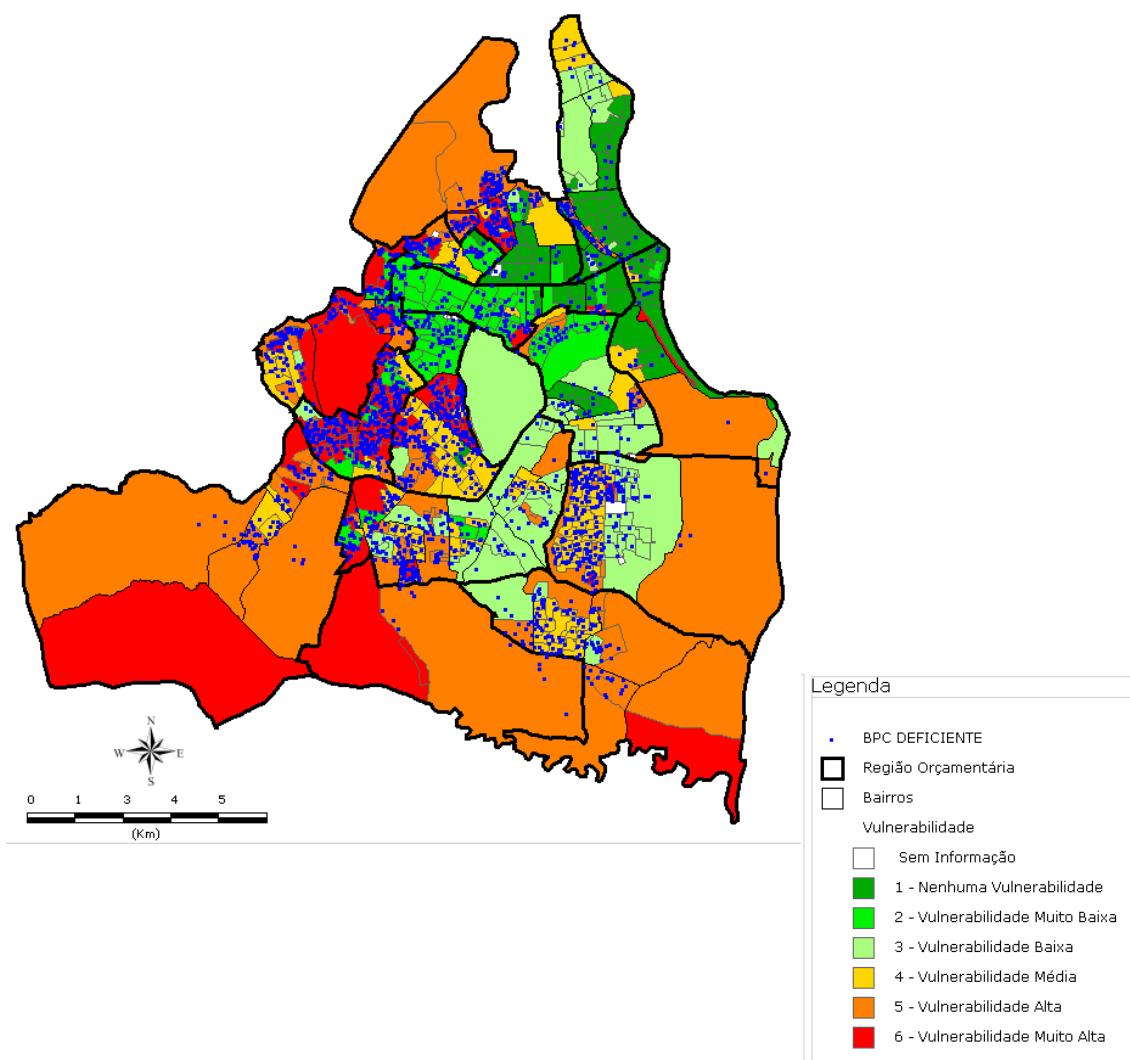


tabela 52 –beneficiários do RMV por idade e urbano por bairros e RO. João Pessoa, 2009

R.O.	bairros	RMV idade urbano	
1°	Brisamar	0	6°
	Aeroclube	0	Bairro Das Industrias
	Bessa	0	Distrito Industrial
	Jardim Oceania	0	Jardim Veneza
	Joao Agripino	0	Mumbaba
	Manaira	0	Mussure
2°	Sao Jose	1	7°
	Portal Do Sol	0	Cristo Redentor
	Altiplano Cabo Branco	0	Jaguaribe
	Cabo Branco	1	Varjao
	Penha	0	8°
	Ponta Do Seixas	0	Cruz Das Armas
	Tambau	0	Oitizeiro
3°	Costa Do Sol	0	9°
	Mangabeira	8	Alto Do Mateus
4°	Mucumagro	1	Illa Do Bispo
	Barra De Gramame	0	Trincheiras
	Paratibe	0	Varadouro
	Planalto Da Boa Esperanca	3	Roger
	Valentina	0	Tambia
5°	Joao Paulo II	0	10°
	Cidade Dos Colibris	0	Treze De Maio
	Cuia	0	Alto Do Ceu
	Agua Fria	0	Cidade Padre Ze
	Grotao	1	Mandacaru
	Ernani Satiro	0	Pedro Gondim
	Costa E Silva	0	Bairro Dos Estados
	Jose Americo	0	Bairro Dos Ipes
	Ernesto Geisel	0	Gramame
	Funcionarios	2	12°
			Centro
			Expedicionarios
			Tambauzinho
			Torre
			Miramar
			13°
			Bancarios
			Castelo Branco
			Anatolia
			Jardim Sao Paulo
			Jardim Cidade Universitaria
			Mata Do Buraquinho
			-
			total
			113

mapa 82 – beneficiários do RMV por idade e urbano. João Pessoa, 2009.

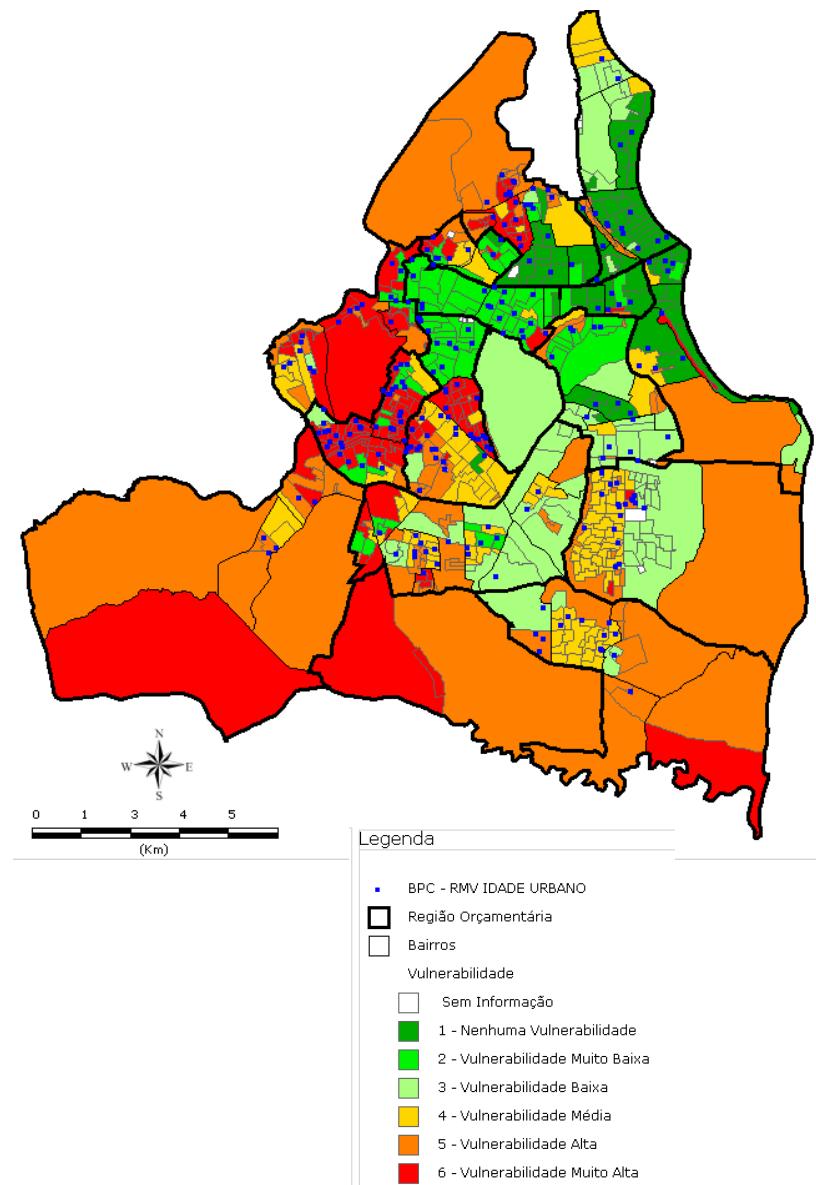


tabela 53 –beneficiários do RMV por idade e rural por bairros e RO. João Pessoa, 2009

R.O.	bairros	RMV	idade rural				
1°	Brisamar	0		6°	Bairro Das Industrias		2
	Aeroclube	0			Distrito Industrial		1
	Bessa	0			Jardim Veneza		1
	Jardim Oceania	0			Mumbaba		
	Joao Agripino	0			Mussure		
	Manaira	0		7°	Cristo Redentor		4
	Sao Jose	0			Jaguaribe		0
2°	Portal Do Sol	0		8°	Varjao		3
	Altiplano Cabo Branco	0			Cruz Das Armas		4
	Cabo Branco	0			Oitizeiro		3
	Penha	0		9°	Alto Do Mateus		3
	Ponta Do Seixas	0			Ilha Do Bispo		1
	Tambau	0			Trincheiras		3
3°	Costa Do Sol	0		10°	Varadouro		0
	Mangabeira	0			Roger		1
4°	Mucumagro	3			Tambia		0
	Barra De Gramame	0		11°	Treze De Maio		1
	Paratibe	0			Alto Do Ceu		6
	Planalto Da Boa Esperanca	0			Cidade Padre Ze		1
	Valentina	0			Mandacaru		2
5°	Joao Paulo II	0			Pedro Gondim		0
	Cidade Dos Colibris	1			Bairro Dos Estados		0
	Cuia	0			Bairro Dos Ipes		1
	Agua Fria	0		12°	Gramame		
	Grotao	0		13°	Centro		0
	Ernani Satiro	0			Expedicionarios		0
	Costa E Silva	1			Tambauzinho		0
	Jose Americo	0			Torre		1
	Ernesto Geisel	0		14°	Miramar		0
	Funcionarios	0			Bancarios		1
					Castelo Branco		0
					Anatolia		0
					Jardim Sao Paulo		0
					Jardim Cidade Universitaria		0
				-	Mata Do Buraquinho		0
						total	44

mapa 83 – beneficiários do RMV por idade e rural. João Pessoa, 2009.

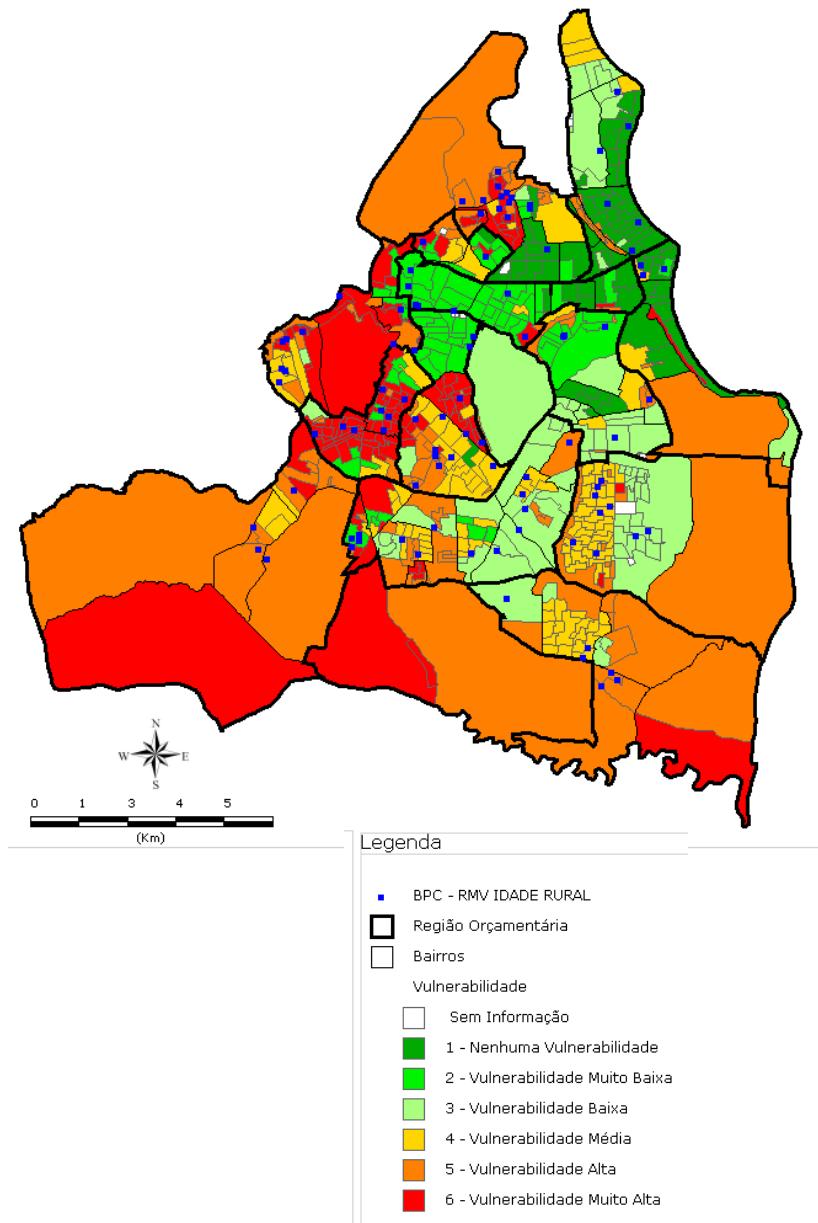


tabela 54 –beneficiários do RMV por invalidez e rural por bairros e RO. João Pessoa, 2009

R.O.	bairros	RMV invalides rural		
1°	Brisamar	0	6°	Bairro Das Industrias
	Aeroclube	0		Distrito Industrial
	Bessa	0		Jardim Veneza
	Jardim Oceania	0		Mumbaba
	João Agripino	0		Mussure
	Manaira	0	7°	Cristo Redentor
	São Jose	11		Jaguaribe
2°	Portal Do Sol	2	8°	Varjao
	Altiplano Cabo Branco	0		Cruz Das Armas
	Cabo Branco	0		Oitizeiro
	Penha	0	9°	Alto Do Mateus
	Ponta Do Seixas	0		Ilha Do Bispo
	Tambau	0		Trincheiras
3°	Costa Do Sol	0	10 ^a	Varadouro
	Mangabeira	6		Roger
4°	Mucumagro	3	11°	Tambia
	Barra De Gramame	0		Treze De Maio
	Paratibe	0		Alto Do Ceu
	Planalto Da Boa Esperanca	2		Cidade Padre Ze
	Valentina	0		Mandacaru
5°	João Paulo II	5		Pedro Gondim
	Cidade Dos Colibris	0		Bairro Dos Estados
	Cuia	0		Bairro Dos Ipês
	Água Fria	0	12°	Gramame
	Grotao	7	13°	Centro
	Ernani Satiro	8		Expedicionarios
	Costa E Silva	4		Tambauzinho
	Jose Americo	0		Torre
	Ernesto Geisel	0	14°	Miramar
	Funcionarios	2		Bancarios
				Castelo Branco
				Anatolia
				Jardim Sao Paulo
				Jardim Cidade Universitaria
			-	Mata Do Buraquinho
				total
				232

mapa 84 – beneficiários do RMV por invalidez e rural. João Pessoa, 2009.

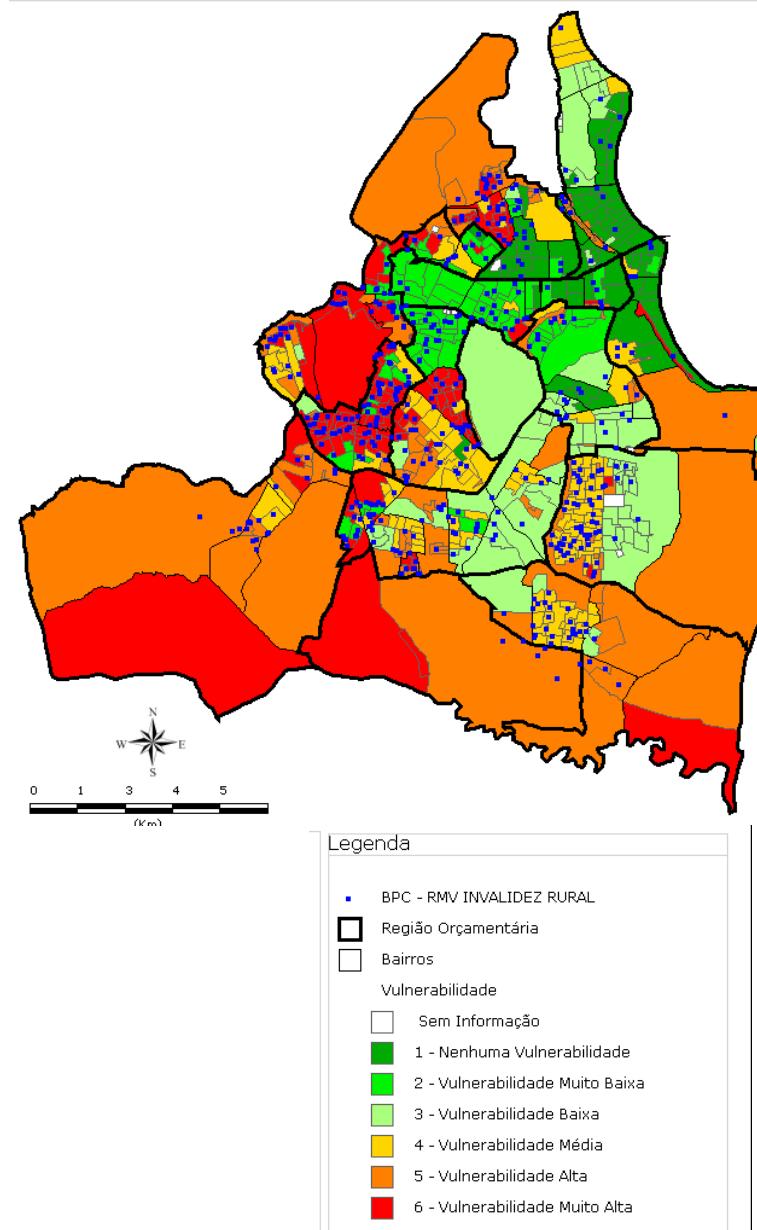


tabela 55 –beneficiários do RMV por invalidez e urbano por bairros e RO. João Pessoa, 2009

R.O.	bairros	RMV invalidez urbano
1°	Brisamar	0
	Aeroclube	0
	Bessa	0
	Jardim Oceania	0
	João Agripino	0
	Manaira	0
	São Jose	11
2°	Portal Do Sol	2
	Altiplano Cabo Branco	0
	Cabo Branco	2
	Penha	1
	Ponta Do Seixas	0
	Tambau	0
3°	Costa Do Sol	0
	Mangabeira	22
4°	Mucumagro	6
	Barra De Gramame	0
	Paratibe	2
	Planalto Da Boa Esperanca	1
	Valentina	1
5°	João Paulo II	8
	Cidade Dos Colibris	0
	Cuia	0
	Água Fria	0
	Grotao	13
	Ernani Satiro	3
	Costa E Silva	5
	Jose Americo	1
	Ernesto Geisel	0
	Funcionarios	7
		total 590

mapa 85 – beneficiários do RMV por invalidez e urbano. João Pessoa, 2009.

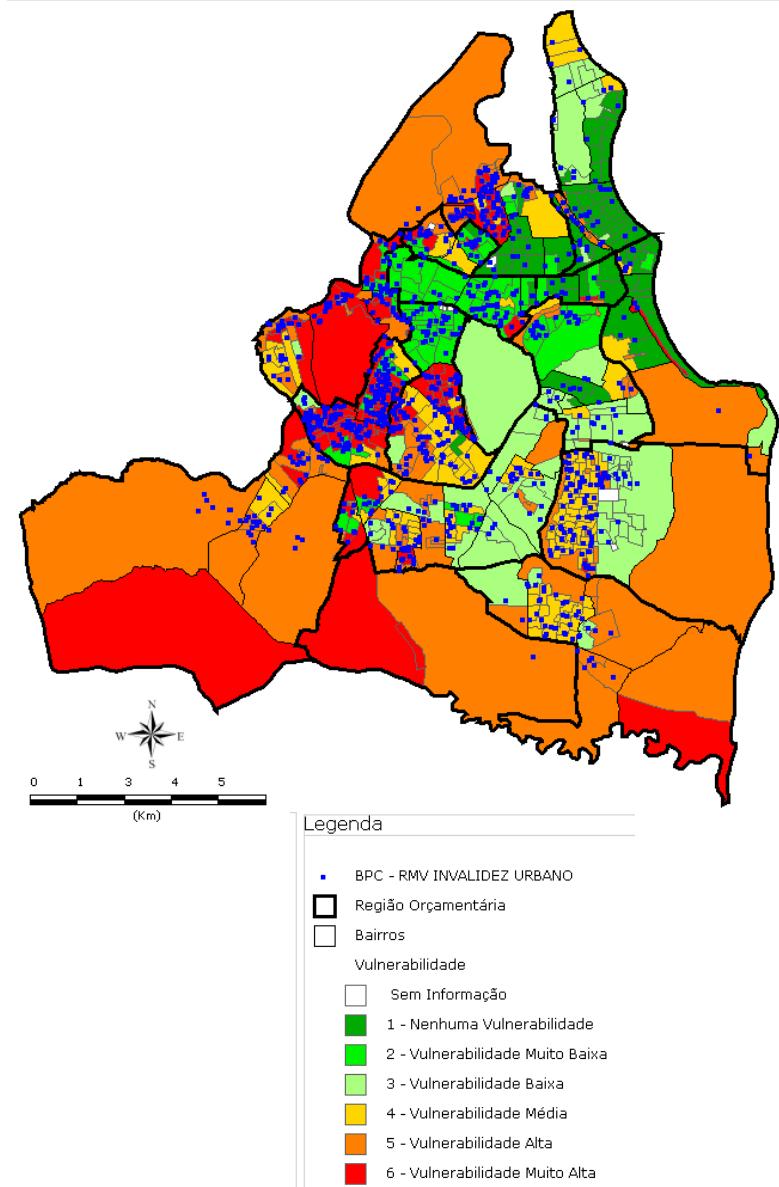


tabela 56 –beneficiários do BPC e RMV por bairros e RO em João Pessoa, 2009

R.O.	bairros	beneficiários BPC-RMV	%
1 ^a	Brisamar	11	0,19
	Aeroclube	37	0,63
	Bessa	25	0,43
	Jardim Oceania	54	0,92
	Joao Agripino	22	0,37
	Manaira	6	0,10
	Sao Jose	64	1,09
subtotal		219	3,73
2 ^a	Portal do Sol	26	0,44
	Altiplano Cabo Branco	17	0,29
	Cabo Branco	2	0,03
	Penha	1	0,02
	Ponta do Seixas	10	0,17
	Tambau	27	0,46
	subtotal	83	1,41
3 ^º	Costa do Sol	5	0,09
	Mangabeira	550	9,36
	subtotal	555	9,44
4 ^º	Mucumagro	1	0,02
	Barra de Gramame	58	0,99
	Paratibe	50	0,85
	Planalto da Boa Esperanca	29	0,49
	Valentina	212	3,61
	subtotal	350	5,95
	Joao Paulo II	17	0,29
5 ^º	Cidade Dos Colibris	7	0,12
	Cuia	103	1,75
	Agua Fria	19	0,32
	Grotao	103	1,75
	Ernani Satiro	101	1,72
	Costa E Silva	137	2,33
	Jose Americo	111	1,89
6 ^º	Ernesto Geisel	84	1,43
	Funcionarios	87	1,48
	subtotal	769	13,08
	Bairro das Industrias	83	1,41
	Distrito Industrial	17	0,29
	Jardim Veneza	144	2,45
	Mumbaba	16	0,27
Mussure		0	0,00
subtotal		260	4,42

mapa 86 – beneficiários do BPC e RMV na cidade de João Pessoa, 2009.

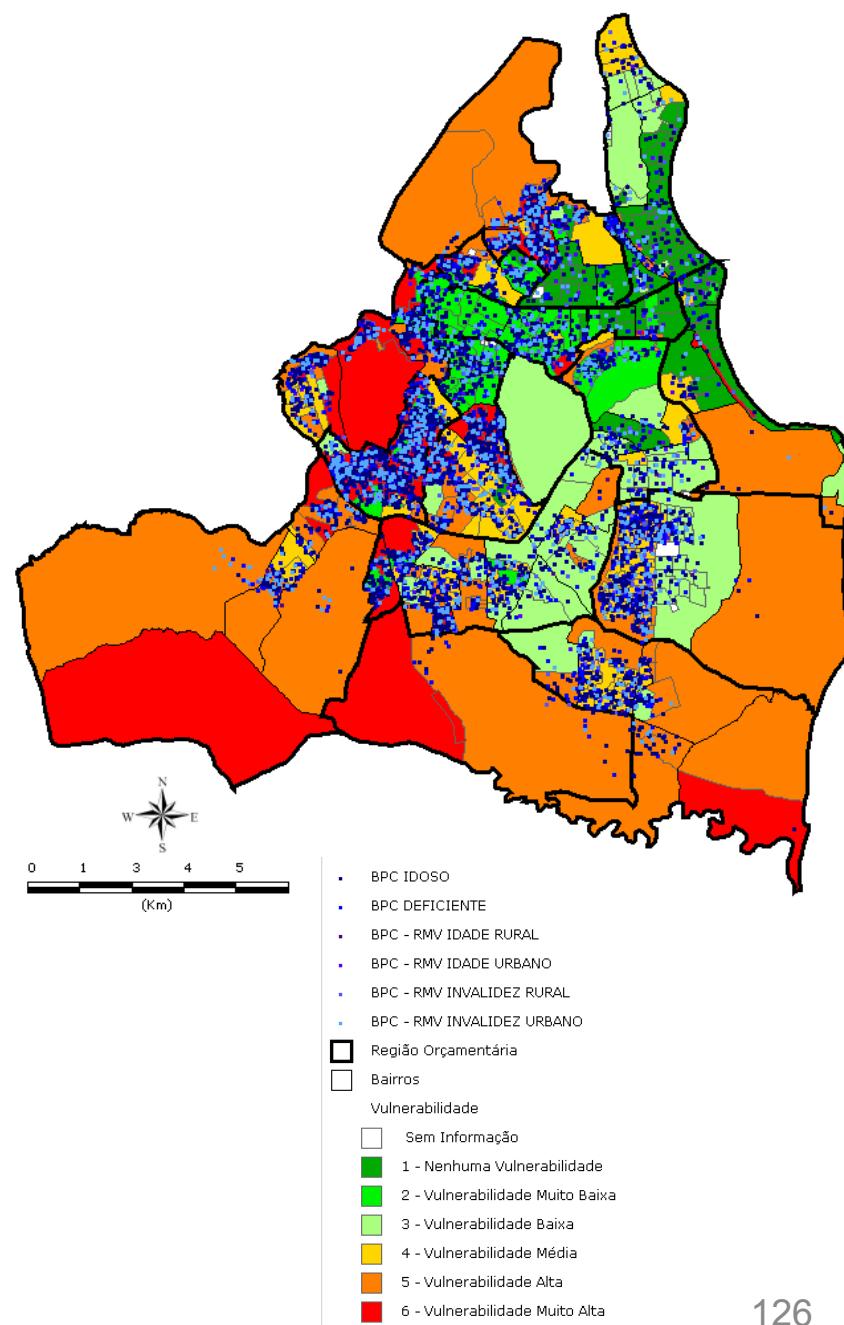


tabela 57 –beneficiários do PETI por bairros e RO em João Pessoa, 2009

R.O.	bairros	beneficiários do PETI	
		Nº	%
1 ^a	Aeroclube	5	0,21
	Bessa	84	3,52
	Jardim Oceania	5	0,21
	Manáira	16	0,67
	Brisamar	0	0,00
	João Agripino	0	0,00
	São José	26	1,09
	subtotal	136	5,70
2 ^a	Altiplano Cabo Branco	0	0,00
	Cabo Branco	73	3,06
	Penha	0	0,00
	Ponta do Seixas	0	0,00
	Portal do Sol	1	0,04
	Tambau	0	0,00
	subtotal	74	3,10
3 ^a	Costa do Sol	0	0,00
	Mangabeira	115	4,82
	subtotal	115	4,82
4 ^a	Barra de Gramame	3	0,13
	Muçumagro	79	3,31
	Paratibe	58	2,43
	Planalto Da Boa		
	Esperança	7	0,29
	Valentina	3	0,13
	subtotal	150	6,28
5 ^a	Água Fria	0	0,00
	Cidade Dos Colibris	2	0,08
	Costa e Silva	2	0,08
	Cuiá	0	0,00
	Ernani Satiro	19	0,80
	Ernesto Geisel	0	0,00
	Funcionários	66	2,76
	Grotão	80	3,35
	João Paulo II	69	2,89
	José Américo	8	0,34
	subtotal	246	10,30
6 ^a	Bairro das Industrias	4	0,17
	Distrito Industrial	44	1,84
	Jardim Veneza	60	2,51
	Mumbaba	3	0,13
	Mussuré	0	0,00
	subtotal	111	4,65
		total	2388
		100	

mapa 87 – beneficiários do PETI. João Pessoa, 2009.

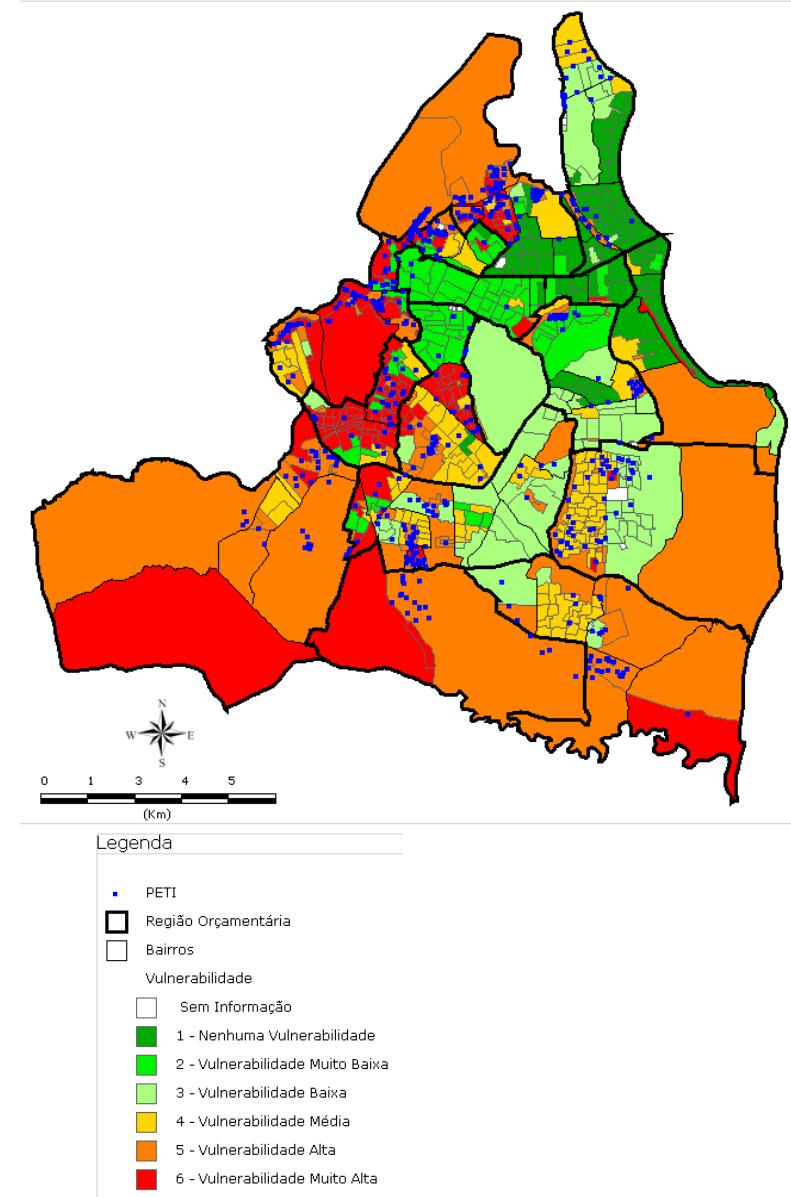
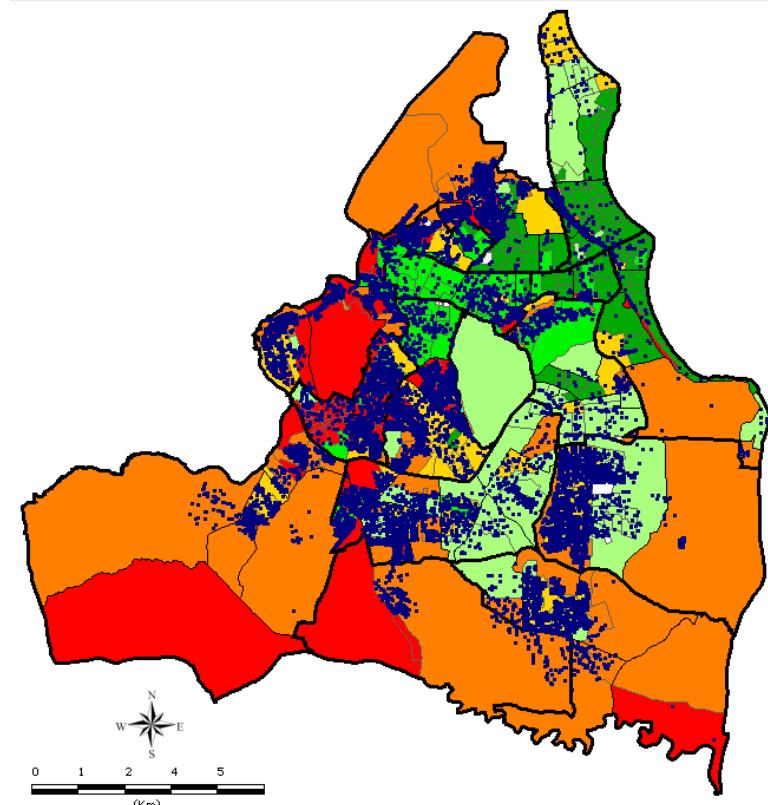


tabela 58 –beneficiários do Programa Bolsa Família por bairros e RO em João Pessoa, 2009

RO	bairros	beneficiários PBF	
		nº	%
1	Aeroclube	10	0
	Bessa	103	0,3
	Jardim Oceania	38	0,1
	Manáira	180	0,6
	Brisamar	19	0,1
	João Agripino	12	0
	São José	846	2,8
	Subtotal	1208	3,9
2	Altiplano Cabo Branco	51	0,2
	Cabo Branco	35	0,1
	Penha	49	0,2
	Ponta do Seixas	31	0,1
	Portal do Sol	20	0,1
	Tambau	46	0,2
	Subtotal	232	0,9
3	Costa do Sol	43	0,1
	Mangabeira	4701	15,6
	Subtotal	4744	15,7
4	Barra de Gramame	2	0
	Muçumagro	465	1,5
	Paratibe	472	1,6
	Planalto da Boa Esperança	176	0,6
	Valentina	887	2,9
	Subtotal	2002	6,6
5	Água Fria	31	0,1
	Cidade dos Colibris	75	0,2
	Costa e Silva	1231	4,1
	Cuiá	64	0,2
	Ernani Sátiro	411	1,4
	Ernesto Geisel	264	0,9
	Funcionários	807	2,7
	Grotão	438	1,5
	João Paulo II	646	2,1
	José Américo	432	1,4
	Subtotal	4399	14,6
6	Bairro das Industrias	578	1,9
	Distrito Industrial	83	0,3
	Jardim Veneza	686	2,3
	Mumbaba	198	0,7
	Mussuré	0	0
	Subtotal	1545	5,2
		total	30096
			100

mapa 88 – beneficiários do Programa Bolsa Família. João Pessoa, 2009.



Legenda

- Beneficiários Bolsa Família
- ◻ Região Orçamentária
- ◻ Bairros
- Vulnerabilidade
- ◻ Sem Informação
- 1 - Nenhuma Vulnerabilidade
- 2 - Vulnerabilidade Muito Baixa
- 3 - Vulnerabilidade Baixa
- 4 - Vulnerabilidade Média
- 5 - Vulnerabilidade Alta
- 6 - Vulnerabilidade Muito Alta

O percurso de alguns dos agenciamentos municipais por território de João Pessoa nos dão pistas de vários recortes a serem analisados na ação. Alguns bastante evidentes, por exemplo, por que tanto benefício RMV rural no centro urbano? Porque determinadas regiões tem mais acesso ao BPC, embora não sejam tão populosas quanto outras? Porque o bairro Cidade Padre Zé tem mais mulheres em atenção? Será que a localização das creches está onde há mais crianças?

Neste sentido é que as ferramentas produzidas trazem novas questões.

Muito há ainda por fazer. Por exemplo, estão georreferenciadas 30096 famílias beneficiárias do Bolsa Família, mas são 54982 beneficiárias. Há, portanto, cerca de 25 mil endereços ou mais de 80% do que já está feito a georreferenciar. Foram referenciadas 2388 crianças em trabalho infantil pelo Peti, mas é informado que são 2640. o que ocorre com a diferença? Foram georreferenciados 5878 beneficiários do BPC e do RMV, mas o banco de dados registra 11208. Portanto, tem 5330 beneficiários a georreferenciar, ou mais que o dobro do trabalho que já foi realizado. Há o desejo manifesto do Prefeito Ricardo Coutinho em ser georreferenciado o Cadastro Único, é preciso criar condições de efetivar essa tarefa.

Enfim, o georreferenciamento de beneficiários torna-se bastante significativo para a escolha de territórios de abrangência de serviços e, principalmente, para o exame das atenções de saúde e educação cuja frequencia é considerada como condicionalidade para o beneficiário do Bolsa Família.

A tabela 59 demonstra por bairros e regiões orçamentárias de João Pessoa a distribuição de 38362 famílias beneficiárias. A estas devem ser acrescidas mais 268 do Peti, 18401 do Bolsa Família e 5330 do BPC/RMV não georreferenciadas. Isto significa que a política de assistência social está presente em cerca de 69 mil famílias de João Pessoa sem contar os serviços socioassistenciais. Portanto, 44% das famílias de João Pessoa estão incluídas na política de assistência social,o que significa forte amplitude a essa área e a demanda por sua organização a fim de acompanhar e monitorar os resultados de sua ampla ação na cidade.

Com certeza este volume de atenções estará alterando os territórios.

tabela 59 – total de beneficiários por bairros e R.O. de João Pessoa, 2009.

R.O.	bairros	BPC/RMV	PETI	PBF	total	%
1	Aeroclube	11	5	10	26	0,07
	Bessa	37	84	103	224	0,58
	Jardim Oceania	25	5	38	68	0,18
	Manaíra	54	16	180	250	0,65
	Brisamar	22	0	19	41	0,11
	João Agripino	6	0	12	18	0,05
	São José	64	26	846	936	2,44
	subtotal	219	136	1208	1563	4,07
2	Altiplano Cabo Branco	26	0	51	77	0,20
	Cabo Branco	17	73	35	125	0,33
	Penha	2	0	49	51	0,13
	Ponta do Seixas	1	0	31	32	0,08
	Portal do Sol	10	1	20	31	0,08
	Tambau	27	0	46	73	0,19
	subtotal	83	74	232	389	1,01
3	Costa do Sol	5	0	43	48	0,13
	Mangabeira	550	115	4701	5366	13,99
	subtotal	555	115	4744	5414	14,11
4	Barra de Gramame	1	3	2	6	0,02
	Muçumagro	58	79	465	602	1,57
	Paratibe	50	58	472	580	1,51
	Planalto da Boa Esperança	29	7	176	212	0,55
	Valentina	212	3	887	1102	2,87
	subtotal	350	150	2002	2502	6,52
5	Água Fria	17	0	31	48	0,13
	Cidade dos Colibris	7	2	75	84	0,22
	Costa e Silva	103	2	1231	1336	3,48
	Cuiá	19	0	64	83	0,22
	Emani Satiro	103	19	411	533	1,39
	Ernesto Geisel	101	0	264	365	0,95
	Funcionários	137	66	807	1010	2,63
	Grotão	111	80	438	629	1,64
	João Paulo II	84	69	646	799	2,08
	José Américo	87	8	432	527	1,37
	subtotal	769	246	4399	5414	14,11
6	Bairro das Industrias	83	4	578	665	1,73
	Distrito Industrial	17	44	83	144	0,38
	Jardim Veneza	144	60	686	890	2,32
	Mumbaba	16	3	198	217	0,57
	Mussurê	0	0	0	0	0,00
	subtotal	260	111	1545	1805	4,99
7	Cristo Redentor	392	56	2544	2992	7,80
	Jaguaribe	205	122	365	692	1,80
	Varjão	323	42	1387	1752	4,57
	subtotal	920	220	4296	5216	14,17
8	Cruz das Armas	389	79	952	1420	3,70
	Oitizeiro	487	13	711	1211	3,16
	subtotal	876	92	1663	2539	6,86
9	Alto do Mateus	188	144	1133	1465	3,82
	Ilha do Bispo	119	202	840	1161	3,03
	Varadouro	89	51	329	469	1,22
	Trincheiras	116	52	389	557	1,45
	subtotal	512	449	2691	3652	9,52
10	Róger	145	209	909	1263	3,29
	Tambiá	24	4	66	94	0,25
	Treze De Maio	62	2	260	324	0,84
	subtotal	231	215	1235	1466	4,38
11	Alto do Céu	155	180	1065	1400	3,65
	Cidade Padre Zé	67	49	593	709	1,85
	Mandacarú	141	135	957	1233	3,21
	Bairro dos Estados	32	12	33	77	0,20
	Bairro dos Ipês	76	45	735	856	2,23
	Pedro Gondim	17	2	23	42	0,11
	subtotal	488	423	3406	3894	11,25
12	Gramame	32	30	618	680	1,77
	subtotal	32	30	618	650	1,77
13	Centro	94	6	119	219	0,57
	Expedicionários	25	0	76	101	0,26
	Tambauzinho	12	0	57	69	0,18
	Torre	166	4	428	598	1,56
	Miramar	35	0	190	225	0,59
	subtotal	332	10	870	1202	3,16
14	Bancários	61	102	446	609	1,59
	Castelo Branco	98	0	496	594	1,55
	Anatolia	9	2	9	20	0,05
	Jardim Cidade Universitária	60	13	218	291	0,76
	Jardim São Paulo	23	0	18	41	0,11
	subtotal	251	117	1187	1555	4,05
-	Mata do Buraquinho	0	0	0	0	0,00
	subtotal	0	0	0	0	0,00
	total	5878	2388	30096	38362	100

8. FEIÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOÃO PESSOA

8. Feições da política de assistência social em João Pessoa

A gestão municipal da assistência social na cidade de João Pessoa guarda em sua trajetória marcas comuns a grande parte dos municípios brasileiros, principalmente as capitais.

Precede a presença da assistência social na história da gestão municipal, a institucionalização do Serviço Social como profissão a compor a divisão técnica de trabalho na gestão pública. No caso, o Serviço Social aparece como uma área complementar na hierarquia da gestão municipal e, via de regra, vinculado a uma outra área de gestão social como saúde, habitação, etc.

Não foi diferente em João Pessoa. O Serviço Social como setor e profissão foi introduzido na Prefeitura da cidade na gestão do prefeito Damásio Barbosa de Franca, que o atrelou à Secretaria de Saúde e Serviço Social (SESSO). A concepção era a da administração do Serviço Social e por certo produziu a concepção metodológica, então vigente, em abordar casos, grupos e comunidades, demandantes de apoio e organização. Há aqui inclusive uma possível discussão. Em 1966 pelo decreto 083/66 de 22/04/1966 é nomeado um Secretário de Saúde e Assistência Social. Eram os períodos turbulentos onde alguns consideravam a assistência social uma ação desprofissionalizada perante o Serviço Social já que não estava alçada à condição de política pública e direito social como o é hoje.

A presença do Serviço Social no Estado da Paraíba data de 1948, por extensão da Escola de Serviço Social de Recife que realiza em João Pessoa cursos para formação de auxiliares sociais (1949-1951). À época a cidade contava com 27 obras sociais, hoje são 130. Segundo Moraes (2002) e Conserva (2009) uma confluência de forças compostas por senhoras e jovens da Ação Católica, funcionários do SESI e da Prefeitura de João Pessoa desencadearam a fundação da Escola de Serviço Social da Paraíba, em João Pessoa em 1951.

O governo do Estado da Paraíba sob José Américo de Almeida fortaleceu essa iniciativa que foi corroborada pelo já existente Departamento de Serviço Social do Governo do Estado da Paraíba. Interessante esse registro que guarda semelhança ao do Estado de São Paulo que em 1936 criou o Serviço Social do Estado. A iniciativa da institucionalização do Serviço Social no Estado da Paraíba se deu sob as marcas do getulismo, da Ação Católica da Igreja e da sociedade agrária tradicional. O Departamento Estadual de Serviço Social só alcançou a instância da Secretaria Estadual em 1967 e associado à área do Trabalho – Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais (SETRASS), no governo João Agripino.

O início da ditadura militar trazia neste campo de ação as marcas do enfrentamento da dualidade expressa pela marginalização face a integração social. O eixo norteador era a promoção e integração social.

Esta visão promissora que se alicerçava em ações comunitárias, isto é, em provocar novas formas disciplinadas de coesão e solidariedade tem na Ação Comunitária, nos Centros Sociais uma preocupação que paradoxalmente, é ladeada com instituições totais para criança e o adolescente fundadas na ideologia do “bem estar do menor”. As FEBEMs, enquanto organizações estaduais para o Bem Estar do Menor articulavam-se à FUNABEM que disseminava as orientações nacionais de enfrentamento disciplinar à “delinquência juvenil”.

A ação social da Prefeitura, concepção então vigente da “política” de assistência social tinha por eixo a reintegração social através do trabalho, nele incluído o desenvolvimento de grupos de artesanato.

Outra grande diretriz que associava o social ao interesse econômico da construção civil foi a da expansão dos conjuntos habitacionais onde o Promorar, do ministro militar Mario Andreazza, se destacou. Era o período dos programas Pró: água, luz, casa, etc.

A gestão estadual permanecia espelhando para a Paraíba a orientação federal do período ditatorial criando o CSU – Centro Social Urbano, o SINE – Sistema Nacional de Emprego com o Programa Estadual de Emprego.

À demanda habitacional, e a consequente proliferação de conjuntos habitacionais como resposta, é somada a orientação da promoção da ação comunitária. São marcas da política social do período da ditadura militar. Em contraponto, emergem os movimentos sociais na luta pelos direitos sociais da população.

Percebe-se claramente, no histórico da gestão estadual do social em João Pessoa a estratégia de institucionalização dos movimentos de moradores durante o governo Wilson Braga. Há uma explosão de associações de moradores de 18 passam para 110 associações. A primeira dama, a esposa do governador e assistente social Lucia Braga cria a Fundação Social do Trabalho (FUNSAT) que vai priorizar projetos voltados para urbanização/habitação.

Em síntese a trajetória das políticas sociais no estado da Paraíba, com atuação na cidade de João Pessoa, sede do governo, espelha a conjuntura nacional do estado brasileiro, tanto no regime militar com os governos de João Agripino e Ernani Sátiro, que priorizam programas de treinamentos e formação, já os governos subsequentes, apesar de projetos distintos, priorizam a implantação de políticas de incorporação de demandas populares, com estratégia de controle de participação (MACEDO et al., 1991).

• 8.1 - os passos municipais

A presença de ações sociais, forma histórica incipiente do que virá a ser a política de assistência social na gestão municipal da cidade de João Pessoa guarda uma particularidade. Logo no início do século XX, talvez seguindo o ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, o médico e prefeito Walfredo Guedes Pereira, criou em 01/11/1912 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Paraíba, mais do que isso, ele mesmo dirigiu esse Instituto por 37 anos.

Ao que parece Pereira foi o incentivador de iniciativas ligadas à saúde e à infância. São suas iniciativas a Casa de Saúde e Maternidade São Vicente de Paulo e o Abrigo de Menores Abandonados. As iniciativas dos vicentinos, dos homens-bons, dedicados às Misericórdias, como preceituava o modelo português, parece ter tido marcas fortes em João Pessoa, já que “os expostos” e os “frágeis” foram objeto de preocupação ainda sob a Primeira República.

Ocorreu um intrincamento histórico entre o Serviço Social e a Assistência Social em sua presença na Prefeitura de João Pessoa. Inicialmente pelo decreto 083/66. O prefeito Damásio Barbosa Franca (1966-1971) nomeia o Secretário de Saúde e Assistência Social (SESAL), um ano antes de medida similar do Governo do Estado. Mas a seguir pelo decreto 363/71 o novo prefeito Dorgival Terceiro Neto cria a Secretaria de Saúde e Serviço Social (SESSO). Todavia, ambas formas foram vinculadas à saúde. Em 1982 é que o Prefeito Damásio Barbosa Franca, em seu terceiro mandato, criou a Secretaria Municipal do Trabalho e Bem Estar Social – SETRABES, lei 4031 de 10/12/82. Mostra aqui forte influência da Secretaria Estadual a SETRASS existente desde 1967. A predominância da relação com o trabalho na constituição composta do órgão gestor da assistência social é sua marca genética que perdura até este terceiro milênio.

A assistência social ocupa o estatuto de departamento em uma área de gestão plural.

Em 1988 ocorre uma inflexão na denominação da pasta criada em 1982. Ao invés de Trabalho e Bem Estar Social passa a ser denominar Trabalho e Promoção Social (lei 5927 de 16/12/88). Embora já tivesse ocorrido a promulgação da Constituição de 1988, há uma certa reversão do escopo da pasta.

A Prefeitura sob o comando de Antonio Carneiro Armando (1986-1989), conjuga essa área com a concepção de Promoção Social equivalendo a um esforço colaborativo entre “entidades públicas” e privadas em capacitar e integrar pessoas ao mercado. Interessante ressaltar a constituição de uma Divisão de Humanização nessa pasta. Em estudo da ideologia do período caberia entender esta inflexão.

A SETRAPS (e não mais SETRABES) termina por rebater os avanços da legislação federal. Após a aprovação nacional do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente em outubro de 1990, a lei municipal 6607 de 28 de dezembro de 1990 do Prefeito Carlos Mangueira, cria os Conselhos de Direito e o Tutelar em defesa da criança e do adolescente de João Pessoa. Dá início na gestão a uma inflexão prioritária à área para criança e adolescente, implantando serviços a eles direcionados.

A pasta passa a se ocupar do funcionamento de creches, projetos de convívio socioesportivo, educadores sociais na ruas, instalaram-se casas lares entre outros. A SETRAPS no governo Cícero Lucena é marcada pelos Programas é PRA.... nascer, crescer, comer, produzir, morar, viver. No início da presente década, seu segundo mandato, vai trazer recursos para a assistência social pela adesão aos programas sociais federais do Governo FHC. Destacam-se o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; o Agente Jovem; o Sentinel no enfrentamento ao abuso e exploração sexual.

O processo de democratização da gestão ocorre com a criação de múltiplos Conselhos e Comissões: Direitos da Mulher, Defesa Civil, Trabalho Infantil, Segurança Alimentar, Conselhos Tutelares. Esta é outra marca de João Pessoa, o forte estímulo a democratização pela presença de conselhos.

Novas iniciativas como instalação de Restaurante Popular, Núcleo de Apoio à Família, Programa de Apoio a Pessoa com Deficiência entre outras são destacadas. Sem dúvida há aqui um forte impulso as ações sociais, mas que ainda não se caracterizam como uma política de Assistência Social.

Esta nova perspectiva só vai ocorrer a partir da gestão do Prefeito Ricardo Vieira Coutinho em 2005.

• 8.2 caracterização da SEDES – Secretaria do Desenvolvimento Social

A partir de 14 de fevereiro de 2005 já sob égide da Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS/04), ocorreu uma reestruturação da assistência social do município incluída na lei complementar nº 037 que regula o disposto no art. 69 da Lei Orgânica do Município. De acordo com essa nova lei foi substituída a Secretaria de Promoção Social e criada a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES na gestão do prefeito Ricardo Vieira Coutinho.

A história da SEDES está relacionada à implantação das diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/04, no âmbito da cidade de João Pessoa, tendo como atribuição promover a universalização do direito à proteção e à inclusão social, através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Em julho de 2005, com a publicação pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, ocorreu a adequação administrativa dos municípios e reformulação de modelos anteriores de execução. A Prefeitura de João Pessoa não se furtou a essa demanda.

A SEDES definiu como sua atribuição - implementar políticas públicas sociais para os segmentos sociais em situação de exclusão, através de ações e programas baseados nos princípios fundamentais dos direitos humanos, fortalecendo a democratização do Estado e contribuindo para melhoria da qualidade de vida dessa população, na perspectiva de consolidação de sua autonomia e das transformações sociais.

Do ponto de vista dos seus objetivos compete à SEDES:

- coordenar as ações da política social do município com base nos princípios do desenvolvimento local sustentável, implementando programas e projetos de inclusão social;
- elaborar Planos Municipais de intervenção das políticas sociais desenvolvidas pela SEDES;
- implementar ações que garantam a transversalidade como política públicas: juventude, étnico-racial, de gênero e diversidade sexual;

- garantir ações e comportamentos de combate a todos os tipos de discriminação;
- desenvolver atividades sócio-econômicas e implementar ações que gerem oportunidades de trabalho e renda para a população de baixa renda;
- desenvolver programas de habitação popular para população de baixa renda baseado na legislação urbana contida no Estatuto da Cidade;
- formular estratégias de ação preventiva para atender as populações que vivem em áreas de risco, assistindo-as em situações emergenciais.

A organização da SEDES não é exclusiva da Política de Assistência Social. Esta área ocupa uma das frentes organizativas da SEDES se compondo com Trabalho e Renda, Economia Solidária e Habitação Social.

quadro 7 - secretários municipais de assistência social período 1966/2009

1966	1971	Adailton Teódulo da Silva	SEBAL
1966	1975	-	SESSO
1975	1979	José Weber de Melo Lula	SESSO
1980	1982		
1983	1986	Pedro Alberto de Araújo Coutinho	SETRABES
1986	1989	Gilca Carneiro	SETRAPS
1989	1990	Frei Marcelino	
1990	1993	Maria do Socorro Olinda	
1993	1988	Marcelo Braga	
1998	1999	Isa Silva Arroxelas	
2000	2004	Elilia Emilia Cascudo	
2005	2007	Douraci Vieira Coutinho	
2007	2008	Alexandre Urquiza	
2009	atual	Edmilson Soares	SEDES
		Lau Siqueira (secretário adjunto)	

A direção interna da área de Assistência Social sob a Direção de Francisca das Chagas segue a organicidade de segmentos sociais e não das funções da assistência social enquanto proteção social, vigilância social e defesa de direitos. Organiza-se em:

atenção à infância e à juventude

- atenção à família
- atenção à pessoa idosa
- atenção à pessoa portadora de deficiência

A PNAS-04 estabelece níveis de proteção social básica e espacial e ainda as três alternativas de atenção através de benefícios, serviços e projetos. Este fato deve trazer a necessidade de complexa gestão matricial que combine segmentos, funções, modalidades de atenção.

A PNAS-04 é centrada na matricialidade sociofamiliar. A proteção social se expressa em primeiro plano na família além das aquisições coletivas de uma sociedade como a segurança pública.

A Constituição de 1988 (CF88) incorporou a política brasileira de proteção social na área de seguridade social alcançável por três políticas: previdência social, saúde e assistência social. Cabe, portanto, ao Estado brasileiro assegurar a proteção social através dessas três políticas sociais. A previdência social se centra em proteções através de benefícios do indivíduo enquanto trabalhador e de acordo com a legislação social do trabalho. A saúde, como direito de toda cidadão é assegurado através de serviços em vários níveis de atenção das condições adequadas de saúde individual, familiar e coletiva dos brasileiros.

A assistência social, cuja tradição era de apoio emergencial em situações de gravidez através de benefícios financeiros ou em bens rompe com esse paradigma pela CF88 e se ocupa da capacidade de política de monitoramento e superação e redução de vulnerabilidade a riscos sociais das famílias que fragilizam essa capacidade protetiva ela desenvolve novo modo de gestão que inclui benefícios, serviços, programas e projetos.

A proteção social básica às famílias é centrada em um espaço prioritário denominado CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

As equipes dos CRA's compostas por assistente social e psicológico devem trabalhar com as famílias que registram vulnerabilidades e por consequência com famílias beneficiárias.

8.3 – proteção socioassistencial

Na área de Proteção à Infância e Juventude a SEDES realizava a gestão de creches, nominadas de CREI's – Centro de Referência de Educação Infantil que a partir de 2006 passam para a administração da Secretaria de Educação em obediência LDB.

Duas outras iniciativas compõem a **proteção social básica** e crianças e adolescentes pelo desenvolvimento do convívio social e garantia de segurança social de convívio própria à assistência social, são os:

- **Centros Livres** – onde se realizam atividades sócioeducativas para crianças e adolescentes e,
- **Centros de Juventude** – espaços de referência para jovens de 15 a 24 anos voltados ao protagonismo juvenil através de atividades educativas, esportivas, artísticas, culturais e de iniciação profissional.

Enquanto a proteção social básica para crianças e adolescentes revela as iniciativas de gestão da Prefeitura de João Pessoa, a **proteção social especial** responde pela presença da política nacional no território da cidade como:

• **CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social** que opera com recursos do Programa Federal Sentinel voltado para o enfrentamento ao abuso e exploração sexual de criança e do adolescente e ainda não modificado no Orçamento Federal como CREAS, embora esta mudança já tenha ocorrido em 2006 em João Pessoa.

Somente cinco município da Paraíba desenvolvem esse Programa em João Pessoa o CREAS fica na Av. Santa Catarina, 661 no Bairros dos Estados e funciona 24 horas.

• **Abrigos para Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono ou Fragilidade**, como medida determinada por ordem do Juiz de Infância e Adolescência em cumprimento no Artigo 101 do ECA.

Esta área foi recém normatizada a nível nacional exigindo que a permanência das crianças e adolescentes não exceda a vida institucional por mais de dois anos. Isto vai exigir novo empenho da gestão e certamente forte integração com a área voltada à atenção das famílias.

• **Medidas Socioeducativas em Meio Aberto para Adolescentes em Conflito com a Lei**. Estas medidas estabelecidas pelo ECA enquanto Prestação de Serviços a Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) estão sendo municipalizadas pelo órgão gestor estadual responsável pela atenção ao Adolescente em Conflito com a Lei. Esta área exige forte especialização e certamente demandará estudo de situação na cidade e definição de estratégia de trabalho.

Outras cidades já operaram o georreferenciamento das residências dos adolescentes o que possibilitou uma estratégia de trabalho intersetorial nos bairros com maior concentração de adolescentes em conflito com a lei. Com certeza esta seria uma boa recomendação à gestão da assistência social em João Pessoa.

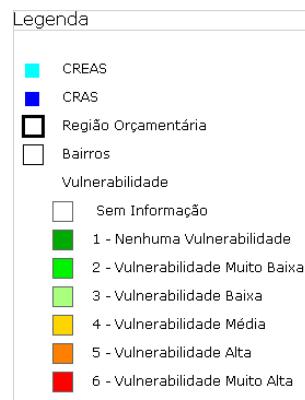
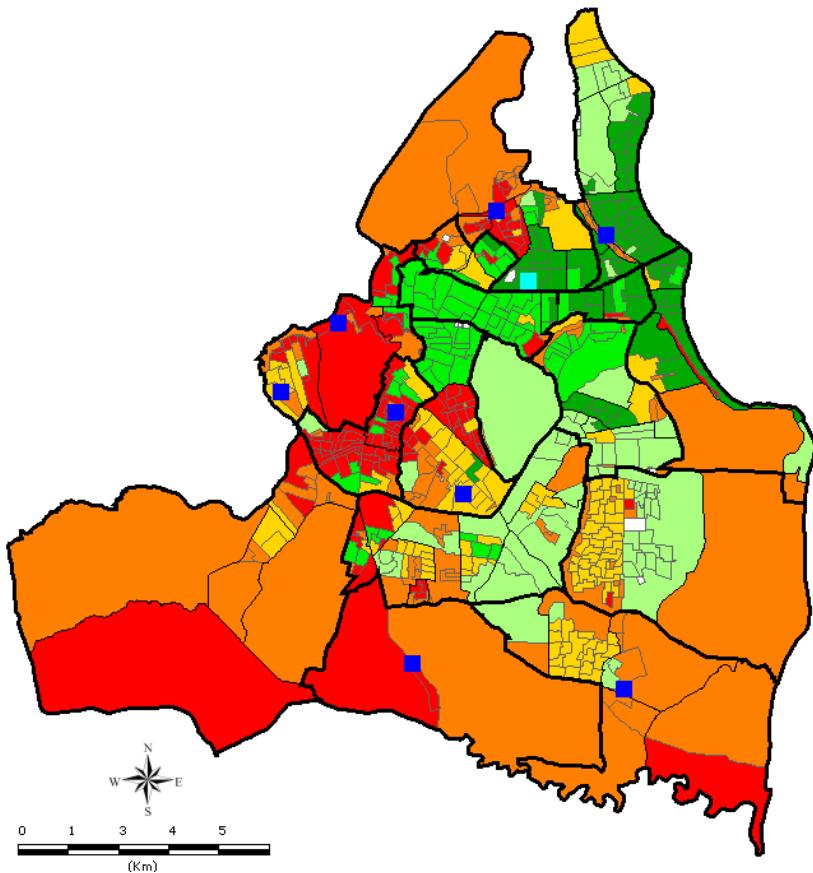
• **Trabalho Social com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua** é outra frente em desenvolvimento.

O censo municipal de 1997 registrou 131 crianças em situação de rua, no censo de 2000 esse número foi registrado como 50 crianças e em 2003, 46 crianças dormiam nas ruas de um total de 1286 crianças em risco na cidade. A SEDES implantou 3 casas de acolhida e uma de passagem na atenção a estas crianças e adolescentes.

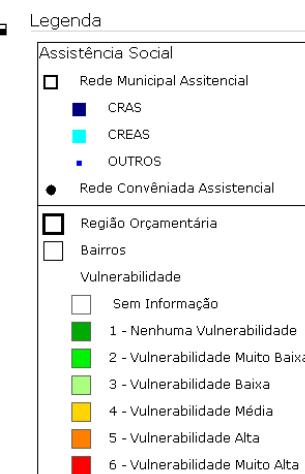
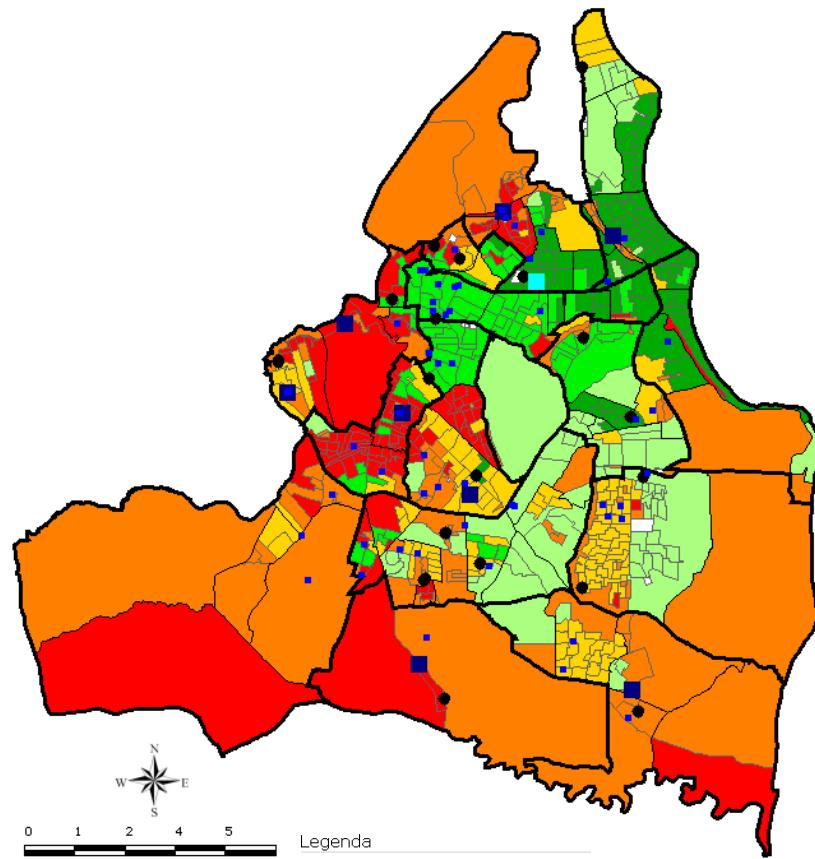
quadro 8 - síntese dos serviços socioassistenciais da SEDES. João Pessoa, 2009.

nível de proteção	serviço	tipo de proteção	quant. serviço	atendimentos	direto ou conveniado
básica	CRAS / PAIF		8	8000	Diretos
		Cadastro Único do Programa Bolsa Família		60.000	Direto
		Programa Bolsa Família		54982	Direto
		Revisão do Benefício de Prestação Continuada		11208	
	Centros de Cidadania	Agente Jovem 15 bairros periféricos – 25 jovens cada – Bolsa-auxílio	19 núcleos	475	5 parceiros
	Centro Livre da Meninada	Atividades socioeducativas criança e adolescentes			
	Centros de Juventude	Centros de Juventude e educação profissionalizante	6		compartilhada Sedec
	Balcão de Direitos				
		Grupos de Convivência para Idosos em 25 bairros	48 grupos	2729 idosos	diretos e conveniados
		Atividades jurídicas e psico-sociais a partir de denúncias de violência			
		Benefícios Eventuais (Auxílios funeral, alimentação, materiais de construção, tarifas, passagens, material escolar, lonas, cobertores, enxovals, medicamentos).			
		Campanhas de prevenção ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.			
		Disque-denúncia.			
		Articulação com rede interinstitucional do Sistema de Garantia de Direitos			
		Oficinas, feiras, mobilizações, seminários, cursos profissionalizantes.			
especial	CREAS	Programa Enfrentamento a abusos, PETI, MSE em meio aberto	1	378 crianças	direto
	Centros de Cidadania	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI –	3 núcleos	2640 crianças	diretos e conveniados
	CMRPD	Centro de Inclusão para pessoa com deficiência, habilitação e reabilitação : criança, adolescente e jovens			ação intersetorial /SEDES, Saúde e Educação
		Cuidados no domicílio (36 cuidadores)	36 unidades	72	direto
		Apoio a Habilitação e reabilitação	4		conveniados
	Abrigos	PSE Abrigos para crianças e adolescentes	1		diretos (2)
		Casa de Passagem	1		
		Abrigos para Idosos	4	120	conveniado
		Casa de acolhida para crianças nas ruas	3		

mapa 89 - localização de CRAS na cidade de João Pessoa por bairro e R.O. João Pessoa, 2009.



mapa 90 - localização da rede socioassistencial por bairro e R.O. João Pessoa, 2009.



João Pessoa tem número significativo de beneficiários, quase 70 mil famílias ou 44% das famílias da cidade

programas	beneficiários
PBF	54.982
PETI	2.640
BPC – idoso	4.147
BPC – defic.	6.082
RMV	979
total	68.830

De acordo com a PNAS os CRAS devem manter trabalho social com estas famílias através do PAIF, Programa de Atenção Integral às Famílias.

Portanto, universalizar a atenção a essas quase 70 mil famílias inclui o trabalho social para além de benefícios suporia dispor de 227 equipes de assistente social e psicólogo para agregados de 300 famílias ano. Sem dúvida uma meta ainda muito distante da cobertura federal do PAIF.

Atualmente João Pessoa tem instalado 8 CRAS com capacidade para 8000 famílias ou cerca de 10% da demanda. Cada CRAS tem duas equipes de psicólogo e assistente social, totalizando 32 profissionais vinculados ao PAIF.

A implantação dos CRAS em João Pessoa iniciou em agosto de 2004, no bairro de Cristo Redentor e funcionando junto ao Centro de Cidadania e de Juventude. Seguiram-se os CRAS de Cruz das Armas, Mandacaru, Alto do Mateus e Valentina. Este último funciona em imóvel alugado os demais nos respectivos Centros de Cidadania. Além destas há ainda os CRAS de Ilha do Bispo, Gramame e São José.

João Pessoa município de grande porte com 674.762 habitantes (contagem IBGE de abril de 2007), opera perante a habilitação no SUAS em gestão plena. A partir das prerrogativas dispostas nas orientações da NOB/SUAS (2005), um dos requisitos para atuação em gestão plena para município de grande porte é ofertar no mínimo 4 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas.

classificação	descrição	total de municípios		população total	
		N	%	N	%
pequeno porte I	até 20.000 hab.	4.018	73,0	33.437.404	19,7
pequeno porte II	de 20.001 a 50.000 hab.	964	17,5	28.832.600	17,0
médio porte	de 50.001 a 100.000 hab.	301	5,5	20.928.128	12,3
grandes	100.001 a 900.000 hab.	209	3,8	50.321.723	29,6
metrópoles	mais de 900.000 hab.	15	0,3	36.279.315	21,4
total		5.507	100	169.799.170	100

requisitos da plena	mínimo de CRAS	famílias referenciadas
pequeno porte I	1	2.500
pequeno porte II	1	3.500
médio porte	2	5.000
grande porte	4	5.000
metrópoles	8	5.000

Fonte: PNAS-04

Atualmente João Pessoa dispõem de 8 Centros de Referência de Assistência Social –CRAS em operação, distribuídos entre as 14 regiões do Orçamento Democrático e 1 Centro de Referência Especializado – CREAS na cidade. São 32 profissionais que neles atuam, com exceção do Pró-Jovem e na administração do Cadastro Único.

O funcionamento dos CRAS mantém o Cadastro Único que acolhe todas as famílias com per capita de até R\$ 140,00. João Pessoa tem quase 60 mil famílias no CAD-Único e desenvolveu e desenvolve forte trabalho de precisão do Banco de Dados e seu georreferenciamento de modo a manter contínuo monitoramento entre cobertura e demanda.

Ainda não ocorreu a nível federal a migração do Banco de Dados do BPC – Benefício de Prestação Continuada e RMV – Renda Mensal Vitalícia para o CAD-Único, o que exige continuo trabalho com mais de um banco de dados para que a política de benefícios de assistência social de João Pessoa ganha unidade.

Monitorar com qualidade e atualização esses banco de dados exigiu dos técnicos da assistência social o domínio de novas competências. O mesmo a se dizer do trabalho social com famílias de modo a desenvolver a política de prevenção na proteção social básica para que as famílias com capacidade protetiva fragilizada não se transformassem em famílias vitimizadas pelo risco social.

A gestão da assistência social de João Pessoa desenvolve em 25 bairros da cidade nos Centros de Cidadania e em espaços cedidos para práticas socioeducativas, de lazer, culturais, artísticas, esportivas para 2729 idosos distribuídos em 48 grupos de convivência. Na ação com a população idosa ocorre também a revisão da concessão dos Benefícios de Prestação Continuada ao idoso.

Com certeza a área de revisão de benefícios terá o que ser modificada, quer pela mudança do processo revisional proposto pela PNAS-04, quer pela gestão integrada de benefícios centrada na família e não no indivíduo isoladamente considerado.

O trabalho realizado de georreferenciamento dos beneficiários com certeza deverá trazer novo tratamento a essa área de ação equacionada primordialmente pela proteção básica. É preciso completar o georreferenciamento dos 11208 beneficiários, pois somente 4097 foram localizados.

Resta indagar quais outras frentes de proteção social ao idoso são demandadas para a população de João Pessoa.

8.4 – atenção à pessoa com deficiência

Neste campo de atenção à pessoa com deficiência a ação da política de assistência social opera através do benefício a pouco mais de 6 mil famílias (6082) o que é significativo, além de convênio com três entidades sociais. Aqui se faz necessário aplicar a hierarquia de proteções sociais existentes a pessoa com deficiência pela sua complexidade (média e alta).

Esta área tem forte relação com a saúde, mas também com a educação já que o BPC para pessoas com deficiência tem cobertura desde menos de 1 ano de idade aos 18 anos. Novo Programa federal tem incentivado o BPC nas escolas, estimulando essa atenção também prevista pelo ECA. Foi instalado o Centro de Inclusão da Pessoa com Deficiência em ação articulada com a educação e a saúde. Há ainda a atenção domiciliar composta por 36 cuidadores que atendem a 72 idosos.

8.5 – medidas recentes de gestão da assistência social

A gestão da assistência social em João Pessoa empreendeu fortes esforços para expandir e qualificar as provisões socioassistenciais. Pelos seus relatórios destaca-se:

⇒ **trabalho infantil:**

- elaboração de diagnóstico e reabertura de 3 núcleos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e retomada de atividades culturais e socioeducativas para 2640 crianças e adolescentes;
- elaboração de uma proposta pedagógica; composição e capacitação de equipe;
- atividades de gestão e regularização do Cadastro do PETI;
- formação de parcerias para a expansão do atendimento; Com a UFPB, para monitoramento do Programa;

⇒**trabalho com jovens:**

- expansão da oferta de vagas para o Agente Jovem; seleção e capacitação de pessoal; articulação e formação de parcerias; formação de Conselho gestor com jovens e adolescentes, mobilização para participação dos jovens para atividades socioculturais e defesa da cidadania;

⇒ **combate ao abuso sexual:**

- expansão do atendimento em casos de abuso e exploração sexual; produção de material informativo; capacitação continuada; abertura para campo de estágio; articulação de rede e busca de parcerias;

⇒**abrigos infanto-juvenis:**

reordenamento de abrigos; reformas dos prédios, remanejamento e contratação de pessoal; visitas domiciliares; articulação da rede para encaminhamento de crianças a outros serviços. Capacitações de trabalhadores. Expansão da rede;

⇒ **crianças em situação de rua:**

- mobilização de diversos setores e organizações envolvidas na temática da criança e adolescente em situação de rua, para novos serviços; elaboração de projeto de casas de acolhida;
- diagnóstico da situação da permanência nas ruas;
- intercâmbios com outros serviços;
- atendimentos emergenciais;
- para os Centros de Juventude: plenárias populares com a juventude, oficinas temáticas, criação de hortas comunitárias/farmácias vivas, Conferência Municipal da Juventude, torneios esportivos, parcerias com organizações.

⇒ **quanto à proteção social e famílias:**

- implantação dos CRAS iniciada em agosto de 2004;
- seminários, formação de grupos, eventos, mobilização de artesãos para feira de Arte e Cultura;
- intervenções no CadÚNICO do Programa Bolsa Família para correções. Recadastramento. Migração. Cadastramento de famílias de camelôs.

⇒ **quanto a proteção social a idosos**

- diagnóstico dos grupos de convivência, capacitações, reabertura dos núcleos, promoção de atividades, etc.

⇒ **proteção social a pessoas com deficiência**

- diagnósticos sua socialização e debate com organizações e representantes da sociedade vinculados a esse segmento;
- curso de capacitação para cuidadores;

⇒ **quanto à população em situação de rua**

O I Censo e Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua realizado em 2007 pelo MDS registrou 205 adultos em situação de rua ou 0,030 da população da cidade. A nova Política Nacional de Atenção à População em Situação de Rua demandará novas atenções da Prefeitura a este segmento.

⇒ **quanto aos centros de cidadania**

- diagnóstico da estrutura disponível e do funcionamento dos centros e recuperação da estrutura para a abertura; seminários de planejamento;
- formação da equipe;
- realização de cursos profissionalizantes e implementação dos programas da SEDES; atividades de prevenção, feiras culturais, eventos e festividades.
- discussão e planejamento de políticas para a juventude.

⇒ **quanto as metas de gestão para 2009.** Destaques:

- elaboração do plano de assistência social 2010/2013 (o que coincide com o Plano Plurianual);
- plano de RH;
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social;
- regulamentação dos benefícios eventuais.

⇒ **quanto ao controle social**

- discussões sobre a situação dos Conselhos Tutelares, para resolução de questões de sua estrutura e da retaguarda de serviços;
- rearticulação de instâncias de co-gestão (PETI, Colegiado de Gestores, CMDCA, CMAS e outras);
- montagem de equipe para essa retaguarda.

Chama a atenção nas atividades de controle social a instalação de equipe técnica nos Conselhos Tutelares.

⇒ **quanto a temas transversais**

- promoção de ações com setores estigmatizados em termos étnicos, culturais e sexuais, para sua participação em torno de temas como diversidade sexual, gênero, questões étnico-raciais, cultura juvenil, etc., em articulação com outros setores da prefeitura;
- desenvolvimento de agendas temáticas, eventos comemorativos, cadastro de entidades relacionadas, articulação de grupos e entidades e participação nas discussões para a implantação de uma política para a juventude;
- montagem e capacitação de equipes, reestruturação, adequação, ampliação, o que sugere uma ociosidade anterior, quem sabe, ou problemas no desenvolvimento de serviços.

• **8.6 – financiamento**

A execução orçamentária da cidade de João Pessoa registra um total de R\$ 883.550.160,00 ou oitocentos e oitenta e três milhões de reais dos quais R\$ 14.432.763,00 foram destinados à assistência social ou 1,6% do total de despesas municipais. Não foi analisado qual o percentual desses recursos estão alocados no Fundo Municipal de Assistência Social e o modelo de Gestão do Fundo.

tabela 60 – despesas por função na assistência social João Pessoa. (execução 2008)

despesas totais	883.550.160
assistência social	14.432.763
assistência ao idoso	158.383
assistência ao deficiente	356.577
assistência à criança	3.710.383
demais subjunções 8	5.216.305

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

tabela 61 – recursos mensais do FNAS/MDS para serviços conveniados em João Pessoa, 2008

proteção social	valor/mês (em R\$)
Proteção Social Básica (PSB) a Infância	4.255,00
Proteção Social Especial (PSE) M C a infância	5.770,00
PSE AC a Juventude	3.430,00
PSB ao Idoso	445,50
PSE AC ao Idoso	6.449,70
PSE MC a pessoa com deficiência	1.472,10
PSE AC a pessoa com deficiência	26.415,80
total	48.238,10

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Obs.: total anual em 2008 transferido do FNAS para João Pessoa foi de R\$ 3.596.000,00. Não se tem o detalhamento.

8.7 – recursos humanos

O total de funcionários da SEDES o que inclui as áreas de Trabalho e Economia Solidária e de Habitação Social é registrada como 1007 dos quais 448 são da área de Assistência Social.

Os trabalhadores da SEDES são distribuídos em quatro grandes categorias: efetivos, comissionados, prestadores de serviço e por contrato por tempo determinado pelo Fundo Municipal de Assistência Social, isto é, remunerados pela transferência de recursos federais aos Programas Sociais em especial o PAIF que abriga a pessoa para os CRAS entre outros.

São 161 assistentes sociais que trabalham em SEDES ou 7,2% do total de funcionários da pasta, que conta só com 12% (101 funcionários) de efetivos. Dos 448 profissionais da área de assistência social quase 50% ou 203 são contratados pelo Fundo Municipal de Assistência Social com verba transferida pelo FNAS.

8.8 – as demais áreas da SEDES

Em sua estrutura organizacional SEDES possui duas outras políticas sociais sob sua gestão, além das áreas administrativas de gestão.

- trabalho, renda e economia solidária**

A implementação da política de trabalho e economia solidária se organiza no processo de formação e qualificação profissional, voltado para: a) capacitar e dar oportunidade de profissionalização às pessoas sem trabalho, tornando-as habilitadas para serem inseridas no mercado de trabalho e/ou de se organizarem criando alternativas de trabalho; b) qualificar os pequenos empreendedores, para a intervenção nos espaços de comercialização e de gerenciamento básico; c) formação para o associativismo, cooperativismo e estímulo a auto-gestão, incluindo a sensibilização das pessoas para exercerem sua cidadania e os princípios da economia solidária.

- habitação social**

Esta área de gestão busca a implementação de programas, projetos, ações e procedimentos que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano através da regulamentação, da manutenção e da produção da habitação popular, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbano legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da cidade, em especial os locais de trabalho, e dotado dos serviços essenciais.

Ainda na primeira gestão de Ricardo Coutinho foi criada a Secretaria de habitação, fiando a SEDES responsável pela coordenação e implantação do Projeto Técnico Social da Habitação formado por uma equipe técnica de Assistentes Sociais, inserida na Diretoria de Organização Comunitária e de Participação Popular (DIPOP).

A Diretoria de Organização Popular é responsável também pela rede de equipamentos e serviços - Centros de Cidadania, Centros da Juventude, Mobilização Comunitária, Participação Popular, Diversidade Humana e Educação Ambiental e Comunitária.

Os Centros de Cidadania são unidades localizadas nos bairros com caráter organizativo, formativo e educacional. Foram criados com a finalidade de atender e capacitar em especial as pessoas de baixa renda, com vistas e sua inserção social e ingresso no mercado de trabalho. Com a ampliação da demanda pelos serviços e programas sociais, os Centros tornaram-se importantes espaços de participação social dos diversos segmentos da comunidade oferecendo, diariamente, atividades para o público de diversas faixas de idade.

Os Centros da cidade oferecem espaço físico, infra-estrutura e coordenação local para as ações dos programas PETI, Agente Jovem, Cadastramento Único e Bolsa Família, Programa de Atenção Integral à Família, Atenção à Pessoa Idosa, Trabalho e Economia Solidária e outros, esporádicos ou permanentes, de interesse da comunidade. Em João Pessoa, há onze Centros de Cidadania.

- **GT de temas transversais**

O GT dos Temas Transversais foi criado na SEDES, com o objetivo de fortalecer as ações focalizadas para os segmentos sociais com identidades estigmatizadas por questões étnicos, culturais e sexuais. Busca garantir a participação ativa desses sujeitos sociais nas políticas públicas, especialmente, na política de Assistência Social assegurando seus direitos e sua efetiva cidadania.

- **GT de assistentes setoriais**

O GT Assistentes setoriais por entender que é de suma importância manter um canal de diálogo com a população e garantir a interação das comunidades na condução das políticas implementadas pelo governo, a SEDES estruturou o grupo de trabalho assistentes setoriais, com o objetivo de garantir o fluxo de informações e a resolutividade dos problemas, mantendo a população mobilizada na discussão e na busca das alternativas para suas questões e participação nas propostas de governo. O trabalho com os grupos organizados, busca contribuir na formação cidadã e consciência política, possibilitando uma nova compreensão da gestão pública.

- **Balcão de Direitos**

O Projeto "Balcão de Direitos a População de Baixa Renda" se constitui numa proposta que pretende sistematizar e valorizar o exercício à cidadania, através de meios alternativos para a solução de problemas e conflitos desde a orientação, mediação e referenciamento.

- **as áreas de administração, finanças e assessorias**

A área de administração acompanha e avalia as atividades relacionadas ao controle de pessoal, manutenção da unidade na área de sua competência, relativo a abastecimento, compra de material, manutenção e conservação predial, transporte e, ainda, logística e informática.

A área de finanças se ocupa da execução das despesas, tais como, movimentação de recursos orçamentários, a movimentação dos Fundos Municipais e os recursos conveniados, a prestação de conta mensal, a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, entre outras atividades necessárias ao controle orçamentário e financeiro.

A SEDES dispõe ainda de assessorias diretamente ligadas ao gabinete do Secretário, como: GT de Controle Social para prestar assessoria técnica e administrativa aos conselhos e comissões municipais regulamentadas em lei, visando fomentar e promover o fortalecimento desses espaços políticos e/ou instâncias de poder.

A SEDES integra e participa de diversos Conselhos:

- Conselho Municipal de Assistência Social
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
- Conselho Municipal de Comissão Municipal Tripartite Paritária de Emprego
- Comissão Bipartite de Gestores da Assistência Social
- Comissão Municipal do PETI
- Colegiado de Gestores da Assistência Social

Completa ainda o quadro de assessorias as áreas jurídicas de Comunicação e de Planejamento, cada uma em suas áreas específicas de gestão especializada.

Toda esta análise se atreve à gestão direta da política de assistência social pela Prefeitura de João Pessoa. Todavia, e por tradição da história sócio-política da cidade há um conjunto de iniciativas da sociedade civil que mantém relação com a gestão municipal que é destacada no próximo tópico.

9. PARA A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

9. para a construção de territórios de proteção social básica

Para estabelecer os territórios de gestão de assistência social parte-se da concepção que ela é uma política voltada para a capacidade protetiva da família que deve atuar sobre os riscos e vulnerabilidades sociais que fragilizam, vitimizam e restringem a família e seus membros. A assistência social é centralmente uma política de segurança de convivência familiar e social, como uma política de defesa de direitos humanos, de defesa de dignidade humana pelasseguranças de acolhida e de sobrevivência/autonomia. O sentido da segmentação de acolhida é o de substituição da família quando impedida do exercício de proteção de seus membros pelo ciclo de vida ou pela deficiência, pela violência entre outros elementos. Os serviços de acolhida e convivência sócio-familiar se compõe e são apoiadas pela segurança de sobrevivência. Todos atuam na direção da autonomia, emancipação asseguradora da dignidade humana.

A construção dos territórios de gestão de assistência social vale-se, de saída, da orientação da PNAS-04 ao referir a territorialização ao estudo da presença de vulnerabilidade social das famílias. Resgata-se aqui a experiência de Belo Horizonte, a de São Paulo,a de Diadema e estabelece alguns parâmetros a serem aplicados na cidade de João Pessoa para estabelecer territórios de gestão de assistência social.

Muito se tem dito e lido sobre os termos risco e vulnerabilidade social particularmente no contexto das políticas públicas e sociais nos últimos anos. O embaraçoso para pesquisadores, estudiosos e trabalhadores é que o referido termo tem sido apropriado e veiculado com significados muitas vezes distintos. Embaraçoso ainda, porque, historicamente, diversas áreas do conhecimento valeram-se do termo aplicado às suas esferas de atuação, em jargão próprio, provido de valores peculiares a cada área e por vezes dotados de significados distintos.

Os termos risco e vulnerabilidade referências na proteção e seguridade social são empregados explicitamente na Política Nacional de Assistência Social e também pela NOBSUAS. Neste caso ele tem relação direta com a capacidade protetiva da família o que significa ir muito além da renda per capita familiar. Há muito para estudar e descriminar como índices e indicadores de capacidade protetiva da família pois além das condições próprias dos membros do núcleo familiar sua composição múltipla e as condições do território onde vive essa família traçam múltiplos desenhos da fragilidade-resistência de sua capacidade protetiva.

Independentemente do termo, o propósito da PNAS ao retomar a vulnerabilidade e o risco social na política de assistência social considera que seu campo está situado em "prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face de situações de vulnerabilidade" (NOB/SUAS, 2005:18). Posto que o Brasil, país de 190 milhões de pessoas, apresenta histórica incidência de elevado índice de Gini e, paradoxalmente, zelo pela universalização das políticas sociais, abrigando pela sua dimensão geográfica e também quantitativa populacional, enormes números absolutos de serviços e benefícios.

Quando aqui se está particularizando os territórios de gestão da assistência social , como territórios de proteção social básica, entende-se que esta é mais abrangente pelo caráter de prevenção. A proteção social especial não tem ainda no país um sistema de coleta territorializado como faz, por exemplo, a política da Saúde. As Varas da Infância sabe das crianças abrigadas; as unidades estaduais gestoras da incidência de adolescentes em conflito com a lei; o cadastro do Peti não é territorializado, o cadastro de abusos e violências também não, assim como o de pessoas com deficiência.

Possivelmente ao dispor desses outros dados esta atual aproximação poderá ser aperfeiçoada.

• 9.1 normas para instalação

Uma série de iniciativas têm sido especificamente desenhadas com este mesmo objetivo: desvendar e mensurar a presença territorial de famílias em vulnerabilidade e riscos sociais – o que necessariamente pressupõe trabalhar com a dimensão espacial em escalas intra-urbanas. Em busca destas manifestações muitos trabalhos vêm sendo produzidos tanto nas esferas governamentais como em centros de pesquisa e de atenção à segurança e assistência social, sendo o NEPSAS, o IEE e o Cedest da PUCSP alguns dos principais.

As orientações normativas da NOB-SUAS enfatizam dois aspectos principais: o primeiro diz respeito à demanda geral e não específica da PNAS e pressupõe o referenciamento de famílias em situação de vulnerabilidade social e, o segundo, refere-se ao cumprimento dos requisitos da gestão ao qual o município fora classificado, necessariamente relativizado pelo seu porte. A saber: os municípios de pequeno porte I e II devem apresentar no mínimo 1 CRAS para até 2.500 e 3.500 famílias respectivamente. Os municípios de médio porte 2 CRAS; os de grande porte 4 CRAS e “metrópoles” 8 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas. O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da políticas de assistência social (PNAS, 2004:.29). Posto isto, fica claro que o CRAS é uma das mais importantes resultantes inovadoras da PNAS e, portanto, acaba tornando-se um objeto expoente de análise e interesse também dos gestores desta política. Entretanto, os maiores desafios desta leitura estão postos nos limites da própria ferramenta de análises territoriais, seja pelos seus custos seja pelos seus alcances.

O **Centro de Referência da Assistência Social – CRAS** é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da políticas de assistência social (PNAS, 2004:.29).

quadro 9 – requisitos da gestão plena para instalação de CRAS. Nob-SUAS, 2005

requisitos da plena	mínimo de CRAS	famílias referenciadas
pequeno porte I	1	2.500
pequeno porte II	1	3.500
médio porte	2	5.000
grande porte	4	5.000
metrópole	8	5.000

tabela 62 – classificação dos municípios brasileiros pro porte, IBGE, 2000

classificação	descrição	nº	%	nº	%
pequeno porte I	até 20.000 hab	4.018	73,0	33.437.404	19,7
pequeno porte II	de 20.001 a 50.000 hab	964	17,5	28.832.600	17,0
médio porte	de 50.001 a 100.000 hab	301	5,5	20.928.128	12,3
grande porte	de 101.000 a 900.000 hab	209	3,8	50.321.723	29,6
metrópole	mais de 900.000 hab	15	0,3	36.279.315	21,4
total		5.507	100	169.799.170	100

Fonte: IBGE, 2000

Posto isto, fica claro que o CRAS é uma das mais importantes resultantes inovadoras da PNAS e, portanto, acaba tornando-se um objeto expoente de análise e interesse também dos gestores dessa política. Entretanto, os maiores desafios desta leitura estão postos nos limites da própria ferramenta de análises territoriais, seja pelos seus custos seja pelos seus alcances.

Há uma gama de escalas possíveis nas leituras territoriais, que podem partir de comparações entre países, em macro escala, até a comparação intra-urbana, em micro escala; obviamente devem ser construídos os métodos e técnicas próprios para cada objeto de análise e de interesse. Está posto na PNAS-04 a importância da construção de uma “medida de desigualdade intra-urbana” (2004:38), que teria como base o Sistema Nacional de Informação de Assistência Social e os censos do IBGE e outros dados da Assistência Social que o censo não capta. Contudo, resta esclarecer que a oferta destes indicadores intra-urbanos não se faz acessível à todos os municípios, tão pouco pode-se supor organização comparativa, já que aqueles que apresentam maiores adensamentos demográficos dependem de uma melhor análise das suas discrepâncias e heterogeneidades próprias da sua condição, além de condições de infra-estrutura e recursos humanos. Ainda assim alguns trabalhos têm apresentado interessantes resultados na leitura territorial, especificamente intra-urbanas.

• 9.2 – a experiência de Belo Horizonte

Recentemente a Prefeitura de Belo Horizonte (2008) apresentou o estudo “A territorialização da proteção social básica” sobre a cidade, com enfoque no sistema único de Assistência Social - SUAS. A proposta do estudo teve em vista a otimização e assertividade das ações públicas alinhadas às demandas da PNAS, especificamente ao Sistema Único de Assistência Social.

Embora não esteja absolutamente descrito no documento consultado todos os procedimentos metodológicos, a primeira etapa procurou definir as áreas de maior vulnerabilidade e risco sociais do território. Foram estabelecidos critérios para mensuração da situação de vulnerabilidade e risco social mediante a sobreposição de estudos prévios, em especial, um que apresenta áreas prioritárias para inclusão social, produzido pela sua secretaria de Modernização Administrativa e Informação e outro, que se apóia no “Índice de Vulnerabilidade à Saúde”, produzido pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (datado de 1996, atualizado em 2003). Decorrida a verificação da proximidade entre as características das áreas destacadas nestes dois trabalhos se definiria a conceituação territorial da demanda pela taxa de vulnerabilidades e riscos das famílias.

O processo que estabeleceria as áreas de abrangência da Proteção Social Básica levou em conta o geoprocessamento de serviços (5), usuários (17.739) e beneficiários do BPC (21.892), respeitados os limites dos setores censitários e geográficos das regiões administrativas e incluídos os dados sociodemográficos do Censo do IBGE. A partir de ensaios cartográficos produzidos conjuntamente entre representantes de secretarias regionais, gerentes regionais de assistência social, coordenadores de CRAS e da “GPSOB” foram delimitadas as áreas de abrangência da Proteção Social Básica, respeitando o atendimento máximo de até 5.000 famílias. O resultado do estudo apresentou o perfil sócio-demográfico da população residente no “território dos CRAS” no município de Belo Horizonte de modo a constituir “140 áreas para Proteção Social Básica com aproximadamente 5.000 famílias cada” (Prefeitura de Belo Horizonte, 2008:25). Dividido em 9 regiões administrativas (bairros), Belo Horizonte contava em 2009 com 15 CRAS implantados atendendo um total de 17.920 pessoas cada um ou uma média de 4.715 domicílios.

• 9.3 – a experiência de São Paulo no estudo territorial para a política de assistência social

No período de 2002 a 2004 e como base para a realização do primeiro Plano de Assistência Social da cidade de São Paulo (PLASSp) foi desenvolvido esforço específico para territorializar a gestão da política de assistência social da cidade. O primeiro esforço foi o de converter a regionalização da gestão, até então prevista em 17 à base dos 96 distritos da cidade de modo a convergir os limites da territorialização aplicada aos distritos municipais, base dos Censos Decenais promovidos pelo IBGE.

Esta nova base passou a ser referência para a territorialização da gestão. Todavia o enorme contingente populacional de São Paulo mostrou que essa era ainda uma macro escala. Foi então desenvolvido parceria com o CEM – Centro de Estudos da Metrópole ligado ao CEBRAP – Centro Brasileiro da Pesquisa para a realização do primeiro estudo de dados a partir de setores censitários. Foi este estudo desenvolvido entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e o CEM/CEBRAP que deu origem a análise da vulnerabilidade das famílias/domicílios que posteriormente foi adotado pela Fundação Seade que a partir de alterações na metodologia original replicou-o para todo o Estado de São Paulo, como IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

Ao chão da cidade resignificado pelo Mapa da Exclusão/Inclusão Social e pelo Mapa das Vulnerabilidades Sociais das Famílias é que foram apostos elementos/informações dos bancos de dados então disponíveis, tais como: adolescentes em conflito com a lei em medidas sócioeducativas; beneficiários do BPC; rede socioassistencial; presença de favelas, dados de violência, etc. A época não existia ainda a PNAS/04 que nasce em outubro de 2004, portanto o estudo estava mais voltado para o conhecimento de demanda em macroterritórios que reagregaram os 96 distritos em 31 territórios de gestão, as subprefeituras. A PNAS-04 parametrizou as unidades de gestão territorial a um contingente de 3 a 5 mil famílias. É este parâmetro que orienta a construção de territórios de gestão da assistência social.

• 9.4 - para a construção de um Território de Proteção Social Básica

Dando continuidade a uma linha de trabalhos para produzir leituras cartográficas municipais com perspectiva de análises intra-urbanas, mas com propósito de subsidiar intervenções políticas de âmbito municipal especificamente relacionada à Política de Assistência Social, o CEDEST, desde 2006, vem realizando pesquisas sob bases metodológicas que pretendem propor resoluções alinhadas às perspectivas normativas previstas na PNAS (2004) e NOBSUAS (2005). Em suas experiências de pesquisa, o CEDEST pode identificar o quanto está sendo moroso para gestões municipais instalarem condições e competências para detectarem demandas com produções de mapas, cartografias, topografias da dinâmica territorial, isto é, há pouca apropriação do território, serviços e programas ofertados. Com isto fica patente o desconhecimento da localização dos beneficiários de programas federais assumidos localmente – um dos passos necessários para incorporação da leitura de totalidade, bancos de dados espacializados de beneficiários nos serviços prestados e estímulo para a municipalização de benefícios.

Em decorrência desta situação, a implantação de CRAS não está vinculada à localização da população beneficiária, mas tão somente da localização da família de baixa renda. O que em alguns casos pode ser coincidente. Contudo, isto pode dificultar a relação entre beneficiários e serviços. É função da gestão municipal articular e operacionalizar a relação entre beneficiários e serviços. A implantação de CRAS deveria começar pela localização da população beneficiária e das ocorrências concretas do meio, tais como presença de: "famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal(...)" (PNAS, 2004:27).

Com o objetivo de superar este entrave e, efetivamente, poder contribuir com as gestões municipais para garantir maior assertividade na decisão sobre os territórios de gestão da política municipal de assistência social, o CEDEST vem produzindo trabalhos em diversas municipalidades. Sua proposta metodológica compreende etapas realizadas localmente e sensorialmente, zelando para que o know-how seja necessariamente transferido às equipes locais de cada municipalidade, normalmente técnicos e trabalhadores das Secretarias de Assistência Social, Planejamento, Habitação, Saúde e Educação. São envolvidos nesse processo.

A padronização de informações e sua concentração num lócus de conhecimento difundido na municipalidade é passo fundamental para monitoramento dos projetos e subsídios informacionais para as secretarias. O território da gestão da política municipal da assistência social é concebido como aquele da área de influência da proteção social básica que na perspectiva da universalização deve reconhecer agregados de 5 mil famílias na especificidade e priorização da demanda deve atentar para os setores censitários com maior vulnerabilidade social e no âmbito da política de assistência social a proteção social básica deve cobrir todas as famílias beneficiárias além daquelas em situação de vulnerabilidade social.

Com esta orientação o Cedest considera que:

- os territórios onde vivem as famílias enquanto sua relação de inclusão/exclusão social permitem uma medida fundamental de agravamento (ou não) da demanda por proteção social. Famílias que vivem em territórios com maior índice de exclusão terão menos recursos para enfrentar fragilidades em sua busca por ampliar a capacidade protetiva;
- uma segunda medida são as nucleações de agregados de 5000 famílias por território o que supõe agregar de 15 a 17 setores censitários.
- uma terceira medida consiste em qualificar a presença/grau de maior vulnerabilidade social das famílias por setor censitário a partir de variáveis que indiquem fragilidade na capacidade protetiva de famílias é uma medida voltada para priorização da demanda. Ela é obtida pelo IVS que hierarquiza os setores censitários pela concentração/incidência de maior vulnerabilidade nas famílias;
- a quarta medida advém do georreferenciamento dos beneficiários de programas de transferência de renda e os usuários desde que se tenham os bancos de dados estruturados;
- a quinta do georreferenciamento dos serviços socioassistenciais e se possível de seus usuários o que implica na existência de banco de usuários; São, portanto, cinco medidas para definir a abrangência dos territórios de gestão de assistência social, a partir da presença da exclusão/inclusão social (IEX) de maior vulnerabilidade (IVS) da concentração de beneficiários e de usuários de serviços socioassistenciais.

Este foi o exercício aplicado quase na totalidade, face aos dados disponíveis, para a cidade de João Pessoa o que permite sintetizar dizendo que a topografia social voltada para a gestão da assistência social implica em:

- construir o Mapa da Inclusão/Exclusão Social – MEIS. Leitura das discrepâncias entre as condições de vida da população de cada região orçamentária.
- construir o Índice de Vulnerabilidade Social das Famílias e o MVS – Mapa de Vulnerabilidade Social. Leitura das condições espacializadas das famílias avizinhas pelos setores censitários com tendência em identificar as piores situações de vulnerabilidade social das famílias.
- georreferenciar dados produzidos sobre a gestão na cidade, o que incluiu: resultados de desempenho de políticas sociais, indicadores de gestão e cobertura disponíveis. Depende de um domínio da gestão sobre o território e a população de famílias intra-urbanas, isto é, transferência de uma informação estatística em informação estratégica. Portanto trata- se de uma leitura de totalidade da cidade que evita fragmentação.

A partir destes dados e elementos é que se inicia a definição de Territórios de Gestão da Política de Assistência Social. O método de delineamento dos territórios de gestão da política municipal de assistência social tem caráter propositivo, isto é, a partir dos conhecimentos diagnósticos anteriores atrelados a uma série de informações da gestão, como serviços, benefícios, usuários e beneficiários, propõe-se a criação de territórios de Gestão da Política de Assistência Social que tenham por base agregados de 5000 famílias/1000 famílias beneficiárias, com produção de um trabalho com 1000 famílias CRAS/ano e a cobertura das famílias beneficiadas.

Para tanto são necessárias condições e competências instaladas na própria Secretaria Municipal gestora da assistência social que possam garantir:

- a) criação de bancos de dados de beneficiários de programas federais (Bolsa-Família, PETI, BPC), estaduais ou locais;
- b) banco de dados do CADÚnico atualizado;
- c) bancos de dados de serviços (CRAS/CREAS) públicos municipais de gestão direta ou públicos conveniados. Em relação à esta rede de serviços, demais informações disponíveis como tipo de proteção social executada, se básica ou especial, grau de complexidade, capacidade de atendimento,
- d) registro de ocorrências de famílias em áreas de risco;

- e) presença de adolescentes em medida socioeducativa.
- f) registro da presença de população em situação de rua, tanto adulta quanto infanto-juvenil.
- g) bancos de dados de serviços (CRAS/CREAS) públicos municipais de gestão direta ou públicos conveniados. Em relação à esta rede de serviços, demais informações disponíveis como tipo de proteção social executada, se básica ou especial, grau de complexidade, capacidade de atendimento, localização, abrangência territorial e banco de usuários, devem ser incorporadas.

• 9.5 – territórios de gestão de assistência social de João Pessoa

De início é preciso pensar que se João Pessoa possui 14 regiões orçamentárias não pode ser proposto um número de territórios de gestão da assistência social inferior a esse número. Ela deve estar presente em todos os territórios. Pelos dados do Mapa da Exclusão/Inclusão Social verificou-se que: existem sete regiões que registram forte heterogeneidade na composição das Regiões Orçamentárias quanto a concentração territorial da exclusão e inclusão social nos bairros que as compõe. Por outro lado as regiões 3^a, 4^a, 5^a, 8^a, 9^a e 12^a são compostas por bairros que registram tão só população em graus de exclusão social.

Por exemplo a 6^a região tem variação de índices de -0,61 a -1,00. O Distrito Industrial foi o bairro que revelou maiores índices de exclusão social pelos dados analisados que se referem ao censo de 2000. Interessante e perverso, este registro esta registro se da fato o bairro concentrar empregos formais de trabalho. Paradoxalmente não há nenhum CRAS em funcionamento no Distrito Industrial, com certeza pelo seu baixo número de habitantes.

A análise das demandas de cada região por proteção social básica permitiu chegar as seguintes observações.

primeira região

Tem 1 CRAS em São José cujo IEX é -0,74 seguramente muito alto e de grande contraste com os demais bairros da primeira região.

segunda região

Não há CRAS, tem baixo contingente populacional e baixa incidência de beneficiários, lá se localiza o bairro mais incluído Cabo Branco.

terceira região

Não há CRAS, embora tenha Mangabeira com nível de exclusão social no 1º quartil, tem significativo número de beneficiários, o maior contingente populacional e significativo número de domicílios.

quarta região

Há um CRAS em Valentina. A maior concentração de exclusão está em Paratibe, embora Valentina seja mais populosa.

quinta região

Não há CRAS, embora tenha graus altos de exclusão e significativo contingente populacional em alta e muito alta vulnerabilidade. Possui uma das mais altas concentrações de beneficiários.

sexta região

Não há CRAS, tem o mais alto grau de exclusão social no Distrito Industrial. Seu contingente populacional se assemelha ao da segunda região, mas em condições opostas.

sétima região

Tem um CRAS em Cristo Redentor sem dúvida com significativa concentração populacional. Todos os bairros da 7ª região tem níveis altos de exclusão social. Esta região tem o mais alto índice de população beneficiária.

nona região

Tem 2 CRAS embora a incidência populacional e de beneficiárias não sejam tão significativas.

décima região

Não há CRAS. É uma região de baixo contingente populacional onde predomina um nível de vida médio e próximo da exclusão social. Só justificaria com CRAS em comparação a São José.

décima primeira região

Há um CRAS. Esta região por 6 bairros tem 2 deles altos níveis de exclusão social. Tem significativo número de beneficiários. Demanda mais CRAS.

décima segunda região

Há um CRAS embora sua baixa concentração populacional e baixa incidência de benefícios. Sem dúvida há alto grau de exclusão social.

décima terceira região

Não há CRAS embora no Centro existam mais recursos.

décima quarta região

Não há CRAS, pelo volume de beneficiários poderia comportar 1 CRAS. Dois dos seus bairros tem Índice de Exclusão e três de inclusão.

A análise dos dados de demandas pela proteção social parte de uma medida de universalização que considera uma unidade de demanda para cada 5 domicílios/família de João Pessoa. Este exame demandou 31 territórios. Foram localizados 64.271 domicílios/famílias em alta e muito alta vulnerabilidade. Aqui no caso estima-se um território para cada agregado de 1000 famílias o que produz 64 unidades de trabalho para a assistência social. Os beneficiários em João Pessoa já foi afirmado que são próximo de 67 mil. Neste caso temos 1 unidade para cada 1000 beneficiários.

Todavia, como ainda não foi georreferenciado todo o banco de dados, a previsão territorial por Região Orçamentária deteve-se tão só nos beneficiários georreferenciados.

A sequência de dados nos permite estimar a localização de 17 CRAS na cidade de João Pessoa. Por essa estimativa 2 regiões orçamentárias (2^a e 13^a) não teriam unidades. Caso se decidam colocar um CRAS no mínimo por R.O. este número sobe para 19. o que se propõe é ter equipe de trabalho territorializada. No caso a proposta eleva as atuais 16 equipes de trabalho para 37. com certeza mais que o dobro. Uma equipe de trabalho é composta por 1 assistente social e um psicólogo.

O mapa 85 demonstra as regiões de maior urgência na implantação de CRAS na cidade de João Pessoa. Esta extensão da rede deve ser planejada em metas de cobertura por prioridades, como se deduz pelo mapa.

tabela 63 – indicadores para estabelecer os territórios de gestão da proteção social básica de assistência social

RO	IEX	domicílios						famílias								CRAS	EQUIP	
		total (1)			em alta e muito alta vulnerabilidade (2) (3)			beneficiárias										
		N	n/	5000	N	n/	1000	N	n/1000	N	n/1000	N	n/1000	N	n/	1000		
1	-0,74 a -0,74	14451	2,8	3	2.256	2,3	2	1208	1,2	219	0,2	136	0,1	1.563	1,6	2	1	2
2	-0,22 a 1,00	5129	1,0	1	836	0,8	1	232	0,2	83	0,1	74	0,1	389	0,4	-	-	1
3	-0,21	18310	3,6	4	1.975	2,0	2	4744	4,7	555	0,6	115	0,1	5.414	5,4	5	2	4
4	-0,32 a 0,60	9830	1,9	2	3.787	3,8	4	2002	2,0	350	0,4	150	0,2	2.502	2,5	2	1	2
5	-0,25 A 0,54	20026	4,0	4	7.601	7,6	8	4399	4,4	769	0,8	246	0,2	5.414	5,4	5	2	4
6	-0,61 a -1,00	5401	1,1	1	4.517	4,5	4	1545	1,5	260	0,3	111	0,1	1.916	1,9	2	1	2
7	-0,48 a 0,45	17640	3,5	3	9.096	9,1	10	4296	4,3	920	0,9	220	0,2	5.436	5,4	5	2	5
8	-0,38 a -0,83	14248	2,8	3	11.717	11, 7	11	1663	1,7	876	0,9	92	0,1	2.631	2,6	3	1	2
9	-0,32 a -,74	9074	1,8	2	6.659	6,7	7	2691	2,7	512	0,5	449	0,4	3.652	3,7	4	2	4
10	-0,33 a 0,29	5296	1,0	1	1.979	2,0	2	1235	1,2	231	0,2	215	0,2	1.681	1,7	2	1	2
11	-0,82 a 0,64	13721	2,7	3	9.130	9,1	10	3406	3,4	488	0,5	423	0,4	4.317	4,3	4	2	4
12	-0,67	1563	0,3	-	1.572	1,6	2	618	0,6	32	0,0	30	0,0	680	0,7	1	1	2
13	-0,13 a 0,76	10049	2,0	2	1.032	1,0	1	870	0,9	332	0,3	10	0,0	1.212	1,2	1	-	1
14	-0,24 a 0,65	9869	1,9	2	1.649	1,6	2	1187	1,2	251	0,3	117	0,1	1.555	1,6	2	1	2
MB		474	0,1	-	466	0,5	-	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	-	-	-
total		155081		31	64.272		66	30096		5878		2388		38.362		38	17	37

quadro 10 - localização dos CRAS e CREAS por bairro e R.O., PMJP, João Pessoa, 2009

R.O.	bairros
1ª	São José
4ª	Valentina
7ª	Cristo Redentor
8ª	Cruz das Armas
9ª	Ilha do Bispo
9ª	Alto do Mateus
11ª	Mandacaru
12ª	Gramame

quadro 11 – ranking CRAS

R.O.	previsão	CRAS	
		existente	falta
5ª	2	0	2
3ª	2	0	2
11ª	2	1	1
7ª	2	1	1
9ª	2	2	-
8ª	1	1	-
4ª	1	1	-
6ª	1	-	1
10ª	1	1	-
14ª	1	-	-
12ª	1	-	1
1ª	-	-	1
2ª	1	1	-
13ª	-	-	-
Total	17	8	9

mapa 91 – prioridade de territórios de proteção social básica em João Pessoa, 2009

Legenda

Territórios de Gestão A.S.

Prioridade de Instalação de CRAS

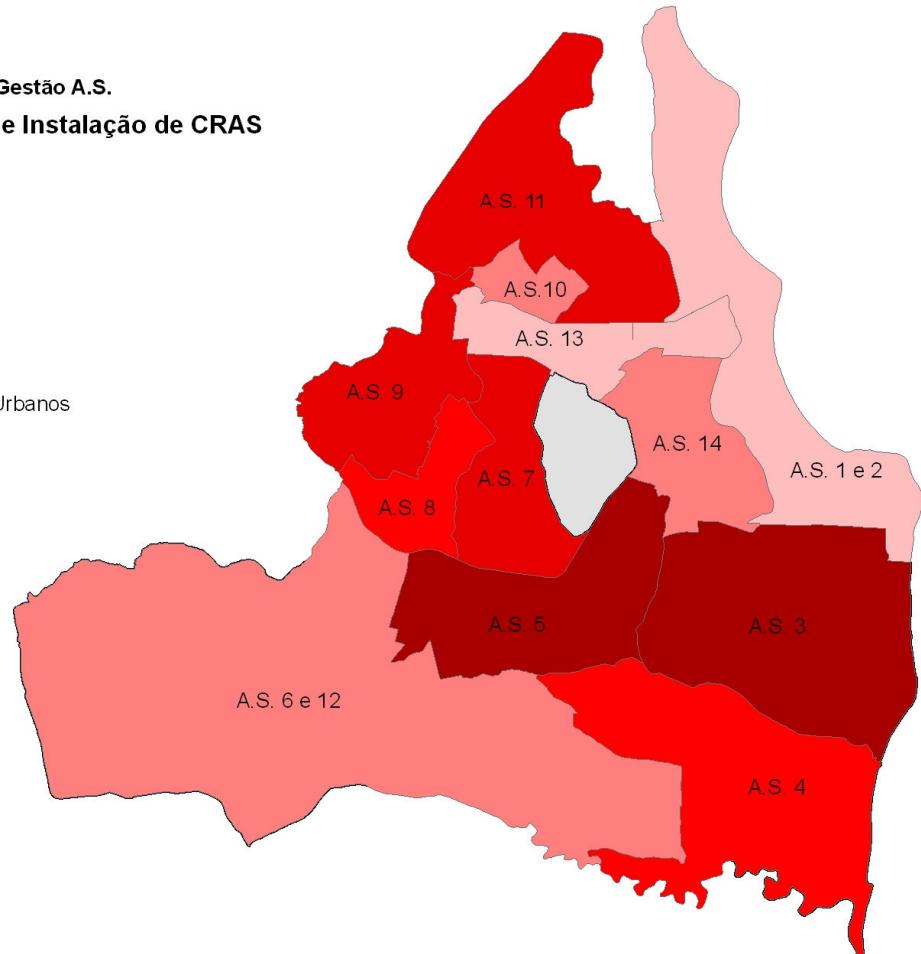


tabela 64 – ranking dos bairros de João Pessoa por famílias beneficiárias em alta e muito alta vulnerabilidade. João Pessoa, 2009

bairros	famílias		famílias em alta e muito alta vulnerabilidade		famílias beneficiárias		famílias beneficiárias em relação ao total de famílias no bairro	relação entre famílias beneficiárias e vivendo em alta e muito alta vulnerabilidade	
	N	%	N	%	N	%	%	%	
3 Mangabeira	16850	11,3	1823	2,8	5366	14,0	3,6	294,4	
7 Cristo Redentor	9293	6,2	5092	7,9	2992	7,8	2,0	58,8	
7 Varjão	4304	2,9	4004	6,2	1752	4,6	1,2	43,8	
9 Alto do Mateus	4225	2,8	2765	4,3	1465	3,8	1,0	53,0	
8 Cruz das Armas	6499	4,3	4847	7,5	1420	3,7	0,9	29,3	
11 Alto do Céu	3745	2,5	3745	5,8	1400	3,6	0,9	37,4	
5 Costa e Silva	2311	1,5	1528	2,4	1336	3,5	0,9	87,4	
10 Róger	2355	1,6	1428	2,2	1263	3,3	0,8	88,5	
11 Mandacarú	3194	2,1	2842	4,4	1233	3,2	0,8	43,4	
8 Oitizeiro	7757	5,2	6870	10,7	1211	3,2	0,8	17,6	
9 Ilha Do Bispo	1597	1,1	1597	2,5	1161	3,0	0,8	72,7	
4 Valentina	5577	3,7	355	0,6	1102	2,9	0,7	310,2	
5 Funcionários	4056	2,7	1560	2,4	1010	2,6	0,7	64,8	
1 São José	1981	1,3	1981	3,1	936	2,4	0,6	47,3	
6 Jardim Veneza	3124	2,1	2823	4,4	890	2,3	0,6	31,5	
11 Bairro dos Ipês	1969	1,3	779	1,2	856	2,2	0,6	109,9	
5 João Paulo II	2478	1,7	1753	2,7	799	2,1	0,5	45,6	
11 Padre Zé	1763	1,2	1763	2,7	709	1,8	0,5	40,2	
7 Jaguaribe	3592	2,4	0	0,0	692	1,8	0,5	—	
12 Gramame	1572	1,1	1572	2,4	680	1,8	0,5	43,3	
6 Bairro das Indústrias	1939	1,3	1156	1,8	665	1,7	0,4	57,5	
5 Grotão	1446	1,0	1446	2,2	629	1,6	0,4	43,5	
14 Bancários	2192	1,5	805	1,3	609	1,6	0,4	75,7	
4 Muçumagro	1221	0,8	1221	1,9	602	1,6	0,4	49,3	
13 Torre	4266	2,9	536	0,8	598	1,6	0,4	111,6	
14 Castelo Branco	3213	2,1	621	1,0	594	1,5	0,4	95,6	
4 Paratibe	2034	1,4	1576	2,5	580	1,5	0,4	36,8	
9 Trincheiras	2100	1,4	1629	2,5	557	1,5	0,4	34,2	
5 Ernani Satiro	2112	1,4	538	0,8	533	1,4	0,4	99,1	
5 José Américo	2194	1,5	578	0,9	527	1,4	0,4	91,1	
9 Varadouro	1030	0,7	669	1,0	469	1,2	0,3	70,1	
5 Ernesto Geisel	3012	2,0	0	0,0	365	1,0	0,2	—	
	total		149484	100	64271	100,0	38362	100	59,7

tabela 65 – ranking de diferença para mais entre famílias beneficiárias em famílias de alta e muito alta vulnerabilidade. João Pessoa, 2009

bairros	famílias		famílias em alta e muito alta vulnerabilidade		famílias beneficiárias		famílias beneficiárias em relação ao total de famílias no bairro	diferença para mais por bairros entre famílias beneficiárias em alta e muito alta vulnerabilidade	
	N	%	N	%	N	%	%	%	
4 Valentina	5577	3,7	355	0,6	1102	2,9	0,7	310,2	
3 Mangabeira	16850	11,3	1823	2,8	5366	14,0	3,6	294,4	
13 Expedicionários	846	0,6	37	0,1	101	0,3	0,1	274,8	
6 Mumbaba	116	0,1	116	0,2	217	0,6	0,1	187,5	
2 Cabo Branco	1360	0,9	83	0,1	125	0,3	0,1	151,1	
14 Jardim Cidade Universitária	2869	1,9	223	0,3	291	0,8	0,2	130,6	
13 Torre	4266	2,9	536	0,8	598	1,6	0,4	111,6	
11 Bairro Dos Ipês	1969	1,3	779	1,2	856	2,2	0,6	109,9	
5 Ernani Satiro	2112	1,4	538	0,8	533	1,4	0,4	99,1	
14 Castelo Branco	3213	2,1	621	1,0	594	1,5	0,4	95,6	
5 José Américo	2194	1,5	578	0,9	527	1,4	0,4	91,1	
1 Manaíra	4822	3,2	275	0,4	250	0,7	0,2	90,9	
10 Róger	2355	1,6	1428	2,2	1263	3,3	0,8	88,5	
5 Costa E Silva	2311	1,5	1528	2,4	1336	3,5	0,9	87,4	
14 Bancários	2192	1,5	805	1,3	609	1,6	0,4	75,7	
9 Ilha Do Bispo	1597	1,1	1597	2,5	1161	3,0	0,8	72,7	
9 Varadouro	1030	0,7	669	1,0	469	1,2	0,3	70,1	
5 Funcionários	4056	2,7	1560	2,4	1010	2,6	0,7	64,8	
7 Cristo Redentor	9293	6,2	5092	7,9	2992	7,8	2,0	58,8	
10 Treze de Maio	1963	1,3	552	0,9	324	0,8	0,2	58,7	
6 Bairro das Indústrias	1939	1,3	1156	1,8	665	1,7	0,4	57,5	
9 Alto do Mateus	4225	2,8	2765	4,3	1465	3,8	1,0	53,0	
4 Muçumagro	1221	0,8	1221	1,9	602	1,6	0,4	49,3	
13 Miramar	1747	1,2	460	0,7	225	0,6	0,2	48,9	
1 São José	1981	1,3	1981	3,1	936	2,4	0,6	47,3	
5 João Paulo II	2478	1,7	1753	2,7	799	2,1	0,5	45,6	
7 Varjão	4304	2,9	4004	6,2	1752	4,6	1,2	43,8	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Assistência Social como Política de Inclusão: uma nova agenda para a cidadania. 10 anos de LOAS. In: CONFERÊNCIA NACIONAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL, IV. Caderno de Textos. Brasília, 2003.
- BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.
- CapacitaSUAS. "Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração". Volume 3. Brasília, 2008.
- CASTELI, Robert – A insegurança social. O que é ser protegido. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CONSERVA M.S. e VIEIRA, M.S. "Vulnerabilidade Social em João Pessoa". Atlas do Desenvolvimento Humano em João Pessoa. PMNJP/PNUD: João Pessoa,2007.
- CONSERVA, M. Série Histórica da Assistência Social em João Pessoa. Texto relatório de estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social PFPB/PUCSP, Nov. 2009.
- Entidades cadastradas no CMDCA – João Pessoa, relação SEDES, sem data.
- Genovez, Patrícia. Território e Desigualdades: Análise Espacial Intraurbana no Estudo de Exclusão/Inclusão Social no Espaço Urbano em São José dos Campos. INPE, 2002.
- IBGE. Censo Demográfico. 2000.
- Koga, Dirce. Medida das Cidades. Cortez Ed. São Paulo, 2005.
- LAVIERI e LAVIERI, J. e M.B. F. Evolução Urbana de João Pessoa pós-60. In, Gonçalves, R. C. *et al.* A questão urbana na Paraíba, vol. 3. Ed. Universitária/UFPB: João Pessoa,1999.
- LEFEBVRE, Henri. The production of Space. Oxford: Blackwell, 1994.
- LEITE, E. Índicadores Urbanos de João Pessoa – PB.
- MACEDO, M.A.; NEVES, M.E.R. e PESSOA, D.L (AÇÃO ESTATAL E MOVIMENTO DE MORADORES EM JOÃOPESSOA 91967-1986).Relatório final da pesquisa:estado e Movimentos Sociais. Departamento Serviço Social de João Pessoa. Arquivo Central da Secretaria de Administração. Novembro. 2009
- MAIA, Benedito. Prefeitos de João Pessoa (perfis). A União,João Pessoa, 1983.
- Mapa da Exclusão Socioambiental da cidade do Recife. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2007.
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de Campinas, CEDEST/Prefeitura de Campinas, 2003/2004. CD Rom.
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de Goiânia, CEDEST/Prefeitura de Goiânia. Goiânia, FUMDEC/ SEPLAN/ COMDATA, 2001.
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de Guarulhos, CEDEST/Prefeitura de Guarulhos, 2003/2004. CD Rom.
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de Piracicaba, CEDEST/Prefeitura de Piracicaba, 2002. CD Rom.
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de Santo André, PUC/SP, Prefeitura de Santo André, 1999.
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade De São José Dos Campos, INPE/PUC/SP, 2001. www.cedest.info
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo. São Paulo, EDUC, 1996.
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo. São Paulo, INPE/PUC/SP, 2002. www.cedest.info

- Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Região Administrativa de Desenvolvimento Social de Piracicaba, DRADS – Piracicaba, 2000.
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social/2000: dinâmica social dos anos 90. São Paulo, INPE/PUC/SP, 2000. CD Rom.
- Mapa de inclusión/exclusión Social de la Ciudad de México. Copevi, 2006. <http://www.umbrellacorp.com.mx/olis/intro.htm>.
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de Diadema, PMD-PUCSP/IEE/Cedest-INPE, 2008.
- MORAIS, Giacomina Magliano. Caridade e Militância: o percurso de assistentes sociais que fizeram história – com-paixão. Tese Programa de Pos-Graduação em Sociologia/CCHLA/UFPB. João Pessoa, 2002.
- OLIVEIRA, José Luciano Agra de.Uma Contribuição aos Estudos Sobre a Relação Transporte e Crescimento Urbano: O Caso de João Pessoa. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana/Centro de Tecnologia/ UFPB:João Pessoa, 2006.
- PAUGAN, S. Desqualificação social – ensaio sobre a nova pobreza. São Pauo: Cortez, 2003.
- PMJP/SEPLAN/LAURBE/UFPB. Relatório final. João Pessoa, 2008.
- PMJP/UFPB. Estudo Urbanístico das Áreas de Risco de Desastres Provocados Por Fenômenos Naturais na Cidade de João Pessoa – Pb. Relatório Final. Coordenadoria de defesa Civil/PMJP/UFPB/PRAC/NEUD. João Pessoa, 2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL D JOÃO PESSOA (PMJP)/ FUNDAÇÃO SÃO PAULO/PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC/SP)/ UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Termo de Contrato para elaboração do Mapa da Exclusão/Inclusão Social e do Mapa da Vulnerabilidade Social do município de João Pessoa. Maio de 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. PLANO DIRETOR DE JOÃO PESSOA.SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.2009
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano de João Pessoa. João Pessoa, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/ LAURBE/UFPB. INDICADORES URBANOS DE JOÃO PESSOA – PB.2008.
- PREFEITURA MUNICPAL DE JOÃO PESSOA. Relatório Cem dias da Secretaria de Desenvolvimento Social. Abril de 2005.
- Principais ações de impacto da SEDES para 2009, SEDES sem data. <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedes>
- <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/cidades>
- Quantitativo de pessoal contratado pela PMJP, através do FMAS, SEDES, sem data.
- Ramos, Frederico. Análise Espacial de Estruturas Intraurbanas: o caso de São Paulo. Dissertação de Mestrado. INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2002.
- Relação de funcionário da SEDES, Recursos Humanos, SEDES, 17/07/09.
- Relatório de consultoria “monitoramente e avaliação do sistema único de assistência social no município de João Pessoa”. Universidade Federal da Paraíba, 2008
- Relatório SEDES, Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa, PB, janeiro a abril de 2005.
- RODRIGUEZ, J.L. Acumulação de capital e produção do espaço: a caso da Grande João Pessoa.Ed. Universitária/UFPB: João Pessoa, 1980.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.Ed.Hucitec; São Paulo,1997.

- SPOSATI, A. "Cidade em pedaços", Editora Brasiliense, São Paulo, 2001.
- Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo (coord). Educ, 1996.
- "MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL como instrumento de planejamento e gestão de políticas públicas". Seminário Mapa da Exclusão/Inclusão Social em João Pessoa. PMJP/UFPB: João Pessoa, 2007.
- "O uso do geoprocessamento em políticas públicas". Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais – CEDEST, São Paulo. Disponível site: <http://www.cedest.info/mapas.html>
- *et al.* Relatório Processual Projeto Dinâmico Social, Qualidade Ambiental e Espaços Intra-urbanos em São Paulo: Uma Análise socioespacial. Fase 1: PUC/FAPESP: São Paulo, 2000.
- Um estudo socioterritorial na cidade de João Pessoa: a experiência do mapa da exclusão/inclusão social na gestão de políticas públicas. Proposta de estágio pós-doutoral. PUC: São Paulo, 2008.
- "Exclusão social abaixo da linha do Equador", *Seminário de Exclusão Social*, PUC/SP, 1998.
- "Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo: dinâmica social dos anos 90. São Paulo, CD-ROM, 2000.
- "Mapa de Exclusão/Inclusão da Cidade de São Paulo", Editora PUC-SP, São Paulo, 1996.
- Topografia Social da Cidade de Diadema, PMD, PUCSP/IEE/CEDEST, 2009.
- VIEIRA, M.S. (coordenadora). Relatório "Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Assistência Social no Município de João Pessoa". Universidade Federal da Paraíba, 2008.

CONVITE

Convidamos Vossa Senhoria para participar do Seminário “MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL”, com a presença da Drª Aldaíza Sposati, Professora Titular da Pós Graduação da PUC - SP.

- PALESTRA SOBRE O TEMA: Mapa da Exclusão/Inclusão Social como instrumento de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas

Dia: 09 de fevereiro de 2007

Hora: 9 horas

Local: Auditório do Littoral Hotel - Cabo Branco

- CONFERÊNCIA SOBRE O TEMA: “Desafios e perspectivas na implantação do Sistema Único da Assistência Social -SUAS”

Dia: 09 de fevereiro de 2007

Hora: 15 horas

Local: Auditório 411 do CCHLA - UFPB

Contamos com sua presença!



Colegiado de Gestores Municipais
de Assistência Social da Paraíba - COEGEMAS-PB



Programa de Pós Graduação
em Serviço Social - PRGSS/UFPB



SEMINÁRIO “MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL como instrumento de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas”
Dias 08 e 09 de fevereiro de 2007.

Turno	Quinta 08/02/07	Sexta 09/02/07
M A N H Ã	10h – Viagem São Paulo/João Pessoa	9h – Palestra com Debate: Tema: “ MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ” Público: Técnicos da Prefeitura, gestores do COEGEMAS, equipe do PNUD e convidados da SEDES Local: Auditório do Litoral Hotel – Praia do Cabo Branco Estimativa de Público: 150 pessoas
T A R D E	14:30h –Conversa com a Profª Alidaíza Sposati, a Secretária Douraci Vieira e equipe de planejamento da SEDES. 16:30h – Reunião de trabalho com a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Social, o FORUMGI* e o PNUD sobre a metodologia e a operacionalidade do MAPA em João Pessoa Local: Sala de reuniões do Paço Municipal Estimativa de público: 30 pessoas	15h – Conferência: Tema: “ DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA IMPLANTAÇÃO DO Sistema Único da Assistência Social - SUAS ” Público: Professores, técnicos e estudantes da UFPB, gestores municipais da Assistência e técnicos da Prefeitura e público em geral. Local: Auditório 411 do CCHLA – UFPB
N O I T E	Livre	Livre

- **Objetivos:** Discutir o Sistema Único da Assistência Social – SUAS – Avanços e limites para implementação e gestão
Discutir indicadores Sociais necessários para a operacionalização do mapa da exclusão/inclusão em João Pessoa
- **Promoção:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP/ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDES
COLEGIADO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DA ASSIS. SOCIAL - COEGEMAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E DEPARTAMENTO DE SERV. SOCIAL

* **FORUMGI** – Fórum Municipal de Gestão da Informação (Trata-se de um fórum de discussão composto por representantes de diversas secretarias e órgãos da administração: Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Transparéncia Pública – SETRANSP, Secretaria de Planejamento – SEPLAN, Secretaria Municipal de Saúde – SMS, Secretaria de Meio Ambiente – SEMAM, Secretaria de Educação e Cultura – SEDEC, Secretaria Municipal de Educação – SEDEC, Orçamento Democrático, Ouvidoria Municipal e Controle Interno)



SEMINÁRIO “MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL como instrumento de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas”
Dias 08 e 09 de fevereiro de 2007.

Passos já construídos para implementação do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de João Pessoa

Existe um convênio celebrado no ano de 2006 entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa através da Secretaria de Planejamento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para implantação do Sistema de Mapeamento do Desenvolvimento de João Pessoa – SMDH, visando ampliar a capacidade da Prefeitura de João Pessoa de conceber, integrar, monitorar e avaliar programas e políticas públicas, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O SMDH está dividido em 6 produtos, foi incluído posteriormente como o sétimo produto, o Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de João Pessoa.

1. **Atlas de Desenvolvimento Humano de João Pessoa**
2. **Habitação (áreas pobres):** estimativa populacional, cartografia e projeção do déficit habitacional da população pobre
3. **Educação:** demanda/oferta por ensino fundamental
4. **Meio Ambiente:** evolução da mancha urbana, vegetação, recursos hídricos e unidades de conservação;
5. **Mapeamento Participativo:** teste do método no Orçamento Participativo
6. **Capacitação Técnica:** treinamento em geoprocessamento e análise de dados para políticas públicas
7. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de João Pessoa**

Apresentação

O Seminário: Topografia Social da cidade de João Pessoa é resultante de um processo de construção em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP e colaboração da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, promovido pela gestão do prefeito Ricardo Coutinho.

A Topografia Social da cidade de João Pessoa é uma ferramenta de gestão de política pública a partir da leitura socioespacial dos territórios de João Pessoa através do Mapa da Exclusão/Inclusão Social e o Mapa da Vulnerabilidade Social das Famílias da cidade de João Pessoa. Estes ressignificaram em escala territorial diversa, o chão da cidade, a partir de métodos próprios de análise. O desenho da Topografia Social estabelece o paralelo entre a intensidade de ações municipais nos territórios da cidade e seu chão ressignificado pela utopia da inclusão social.

No caso de João Pessoa a Topografia Social registra o comportamento dos programas de transferência de renda (o Bolsa-família, o BPC e o PETI), e da rede socioassistencial municipal entre outras presenças nos territórios.

A Topografia Social da cidade de João Pessoa consolida análises sócio-territoriais das 14 áreas do Orçamento Democrático, aplicada também à sua divisão por bairros. Esses processos analíticos permitem propor os Territórios de Gestão da Assistência Social na cidade de João Pessoa que o Seminário colocará em debate.

Este Seminário traz uma nova oportunidade para encaminhar a gestão da Política de Assistência Social em João Pessoa e, consequentemente, no delineamento da Sedes, na estrutura da prefeitura e no (re)direcionamento da gestão das políticas públicas em João Pessoa.

PREFEITO

Ricardo de Vieira Coutinho

Vice Prefeito

Luciano Agra

Secretário de Desenvolvimento Social
Edmilson Soares

Secretário Adjunto (SEDES)
Laureci Siqueira

Secretaria de Planejamento
Estelizabel Bezerra

Coordenação:
Aldaíza Sposati (CEDEST/PUC-SP)

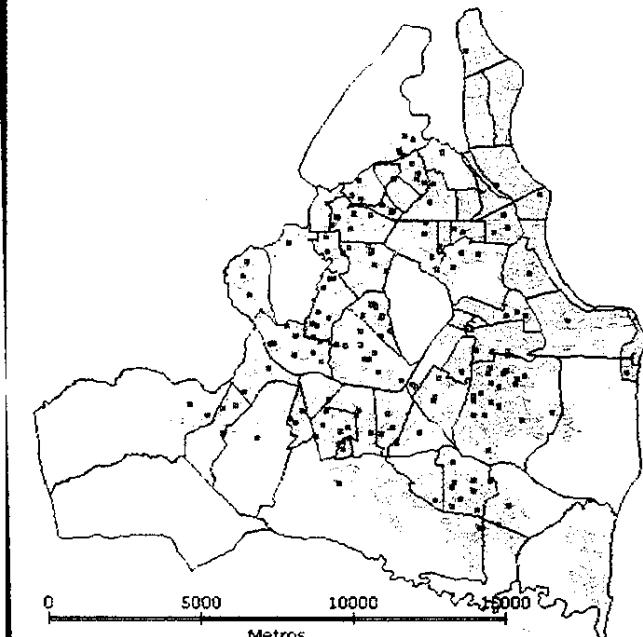
Organização:
Marinalva S. Conserva (UFPB/SEDES)
Maria Helena Serrano (SEDES)
Francisca das Chagas Vieira (SEDES)



Realização:



Mantenha a cidade limpa. Não jogue este impresso em via pública!



Seminário Topografia Social da Cidade de João Pessoa

Dezembro de 2009

Programação

Seminário Topografia Social da Cidade de João Pessoa

Participantes: Prefeito, secretários e gestores de políticas públicas.

Dia 09/12

Local: Estação Cabo Branco

14h30 - Abertura:

- Prefeito: Ricardo Coutinho
- Secretário(s):
- Lau Siqueira (SEDES)
- Estelizabel Bezerra (SEPLAN)
- Profa. Dra Aldaiza Sposati (Cedest PUC/SP)

15h10

Exclusão/Inclusão Social no Território de João Pessoa – Bairros e Regiões do Orçamento Democrático

Estudos socioespaciais - possibilidades e abordagens: o caso da topografia social de João Pessoa

- Miguel Monteiro - Cedest/INPE
- Frederico Ramos - Cedest/INPE
- Aldaiza Sposati - Cedest/PUC SP

Debatedores:

SEPLAN/ SEDES/SETRANSP

Questões do plenário

Dia 10/12

8h30

Vulnerabilidade das Famílias de João Pessoa e os programas de transferência de renda

- Aldaiza Sposati (Cedest/PUCSP)
- Frederico Ramos (Cedest/INPE)
- José Constantino Jr. (Cedest/INPE)

Debatedores: SEDES e SEPLAN

Questões do plenário

11h

Territorialização da Gestão da Assistência Social em João Pessoa: perspectivas de relação com a Saúde e a Educação

- Aldaiza Sposati (Cedest/PUCSP)

Debatedores:

- Francisca das Chagas (Diretora de Assistência Social/SEDES)
- Marinalva Conserva (UFPB/SEDES)
- Roseana Meira (Secretaria de Saúde)
- Ariane Sá (Secretaria de Educação)

12h15 Encerramento

Oficinas - Estratégias de Fortalecimento da Política de Assistência Social na Cidade de João Pessoa

Participantes: Gestores, técnicos da SEDES e convidados (Saúde, Educação e Conselho Municipal da Assistência e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Dia 08/12

14h30 às 18h30

Local: Clube da Pessoa Idosa - Altiplano

Temas:

- a) A função de vigilância social na política de assistência social
- Dirce Koga - Cedest/PUC SP
- Alice Gambardela - Cedest/PUC SP
- b) A análise da incidência da vulnerabilidade social das famílias de João Pessoa em seus territórios
- José Constantino Jr. - Cedest/PUC SP

Dia 09/12

8h30 às 12h30

Local: Estação Cabo Branco - Seixas

Temas:

- c) Distribuição das famílias beneficiárias pelos territórios de João Pessoa e a cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)
- Alice Gambardela - Cedest/PUC/SP
- d) Territórios de Gestão da Assistência Social
- Dirce Koga - Cedest/PUC/SP
- Alice Gambardela - Cedest/PUC/SP

Dia 10/12

14h30 às 18h30

Local: Estação Cabo Branco - Seixas

Tema:

- e) Avaliação e encaminhamentos:
- Alice Gambardela - Cedest/PUC/SP
- SEDES